

OSWALDO MACHADO FILHO

*Este exemplar corresponde à redação final da  
tese defendida por Oswaldo Machado Filho e  
aprovada pela comissão julgadora.*

*Campinas, 10/04/85.*

*Italo A. Tronca*

SISTEMA DE FÁBRICA  
E  
DOMINAÇÃO SOCIAL

(O tema da racionalização do trabalho ou a e-  
volução do projeto político autoritário da bur-  
guesia na década de vinte; uma reflexão a par-  
tir da indústria têxtil)

Dissertação apresentada como exigência  
parcial para obtenção do grau de mestre  
em História à Comissão Julgadora da  
UNICAMP, sob a orientação do Profes-  
sor Ítalo A. Tronca.

CAMPINAS  
1984  
UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

"Saí, afastando-me dos grupos, e fingindo ler os epitáfios. E, aliás, gosto dos epitáfios; eles são entre a gente civilizada, uma expressão daquele pio e secreto egoísmo que induz o homem a arrancar à morte um farrapo ao menos da sombra que passou. Daí vem, talvez, a tristeza inconsolável dos que sabem os seus mortos na vala comum; parece-lhe que a podridão anônima os alcança a eles mesmos" (Filosofia dos Epitáfios, Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis)

"Mas seres maus, trajando de luto,  
assaltaram o alto trono do monarca;  
(ah, lamentemo-nos, visto que nunca mais a alvorada  
despontará sobre ele, o desolado!)  
e, em torno de sua mansão, a glória,  
que, rubra florescia,  
não passa, agora, de uma história quase esquecida  
dos velhos tempos já sepultados.

E agora os caminhantes, nesse vale,  
através das janelas de luz avermelhada, vêm  
grandes vultos que se movem fantásticamente  
ao som de desafinada melodia;  
enquanto isso, qual rio rápido e medonho,  
através da porta descorada,  
odiosa turba se precipita sem cessar,  
rindo — mas sem sorrir nunca mais".  
("O Palácio assombrado", A Queda da Casa de Usher,  
Edgar Allan Poe)

Dedico este trabalho a Regina  
Uma chama viva,  
esperança!  
Uma flor rara,  
Paixão!

# I N D I C E

|                                                                                                                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Uma pequena nota introdutória .....                                                                                                                                                                                       | I   |
| I - CAPITULO QUE DISCORRE SOBRE O SISTEMA DE FABRICA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS .....                                                                                                                                     | 01  |
| 1. Que fala do triste presságio do homem sob a sociedade industrial .....                                                                                                                                                 | 01  |
| 2. Inteiramente consagrado à crítica ao dogma do trabalho .....                                                                                                                                                           | 02  |
| 3. Em que a luta revela que a história do progresso da humanidade é uma grande ilusão .....                                                                                                                               | 11  |
| 4. Que discute as condições sob as quais nasceu a grande indústria têxtil no Brasil .....                                                                                                                                 | 29  |
| 5. De como a expansão e racionalização do mercado interno também devem ser lidas como estratégias burguesas de dominação social .....                                                                                     | 44  |
| 6. Notas .....                                                                                                                                                                                                            | 52  |
| II- CAPITULO QUE TRATA DE ARROLAR ALGUMAS DAS CONDIÇÕES QUE FORAM IMPRESCINDÍVEIS PARA O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTEL MANCHESTERIANA .....                                                                              | 57  |
| 1. Em que se define a indústria têxtil como perfeitamente integrada à lógica do sistema de fábrica .....                                                                                                                  | 57  |
| 2. Que informa as razões pelas quais a indústria têxtil nascente tinha que ser de tipo integrado .....                                                                                                                    | 61  |
| 3. Principalmente consagrado à caracterização das bens sucedidas e estratégias patronais de submissão do proletariado ao trabalho disciplinado, no início do século .....                                                 | 66  |
| 4. No qual se discute o caráter racionalizador da crise para o processo de concentração e centralização de capital na indústria .....                                                                                     | 77  |
| 5. Notas .....                                                                                                                                                                                                            | 82  |
| III- CAPITULO PARTICULARMENTE DEDICADO A RELATAR ALGUMAS DAS ESTRATEGIAS BURGUESAS DE CONTROLE DA CLASSE OPERÁRIA NO INÍCIO DO SÉCULO .....                                                                               | 84  |
| 1. No qual fica evidenciado que a luta sempre acaba apontando para o processo de racionalização da fábrica .....                                                                                                          | 84  |
| 2. Que trata de demonstrar em que sentido o determinismo tecnológico e a adoção da energia elétrica pelas fábricas foram imprescindíveis para o seu sucesso .....                                                         | 88  |
| 3. Que relata as razões pelas quais os patrões garantiram o seu papel imprescindível na produção .....                                                                                                                    | 99  |
| 4. Em que se explica os motivos que teriam levado os primeiros empresários a adotar uma política assistencialista em suas fábricas, ou a falácia do discurso filantrópico .....                                           | 106 |
| 5. Que chega à conclusão de que as experiências manchesterianas de edificação de "cidades" operárias se constituíram em eficazes estratégias de controle da classe operária no início do século .....                     | 117 |
| 6. Notas .....                                                                                                                                                                                                            | 124 |
| IV- CAPITULO PRINCIPALMENTE CONSAGRADO AO ESTUDO DO DESPOTISMO DE FABRICA E SEU FUTURO NO MUNDO LIBERAL .....                                                                                                             | 127 |
| 1. Em que se afirma que o caráter produtivo da luta acabou colocando em xeque o princípio liberal da organização da fábrica .....                                                                                         | 127 |
| 2. De como o desenvolvimento da fábrica acabou levando à constituição de uma casta de indivíduos especializados em vigiar e punir e em que sentido a classe operária é o olho crítico do capital .....                    | 129 |
| 3. No qual se dá notícias sobre as primeiras propostas de racionalização da fábrica sob o liberalismo .....                                                                                                               | 140 |
| 4. No qual se explica que a luta pelo controle do mercado de trabalho acabou por ameaçar o liberalismo e de como o patronato pôde responder com uma proposta de controle científico da classe operária .....              | 148 |
| 5. Notas .....                                                                                                                                                                                                            | 158 |
| V - CAPITULO RESERVADO AS ULTIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CARÁTER RACIONALIZADOR DA LUTA .....                                                                                                                              | 161 |
| 1. No qual o tema da industrialização revela o projeto autoritário da burguesia industrial paulista e em que sentido o discurso da racionalização em Roberto Simonsen sofreu alterações no final da década de vinte ..... | 161 |
| 2. Inteiramente consagrado às derradeiras considerações .....                                                                                                                                                             | 177 |
| 3. Notas .....                                                                                                                                                                                                            | 180 |

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| VI - Anexos .....                  | 181 |
| VII - Quadros Estatísticos .....   | 183 |
| VIII - Documentos e Revistas ..... | 186 |
| IX - Bibliografia .....            | 187 |

### Uma pequena nota introdutória

Em uma de suas obras, Oscar Wilde observa que o ceticismo é o princípio da fé. Mas, à medida em que a sociedade de massas vai impondo o seu ritmo, retirando dos homens o direito à opinião e, em contrapartida, colocando em seu lugar a impotência individual e coletiva, a fé ronda a casa do místico.

Menos mal, pois no campo da ciência já se provou que ela não se aparta dos desígnios de uma sociedade assentada no trabalho alienado e na dominação social, por mais que seus epígonos procurem dar-lhe um conteúdo de neutralidade, fazendo com a réstia de esperança daqueles que lutam contra todas as formas de opressão inerentes ao sistema de fábrica, seja sempre recebida com desconfiança, por quantos acreditam na positividade do progresso, isto é, no desenvolvimento das forças produtivas.

É esta a sensação que tenho ao apresentar este trabalho. Como poderia pensar de outra maneira, diante do oprimente terror pânico que, num crescendo, se vai abatendo, qual uma doença nunca antes catalogada pelo "competente" discurso da ciência, sobre os homens, no mundo industrial contemporâneo? Como idealizar, em última instância, um caminho para a verdadeira humanidade, quando temos, a pesar por sobre nossas cabeças, um número cada vez maior de ogivas nucleares que, enquanto ameaça real, tem soado como um dobre de finados devastador, a indicar nossos destinos e a impropriedade de qualquer utopia que propugna pela busca do individualismo?

Não resta dúvida de que, diante desse fato desolador, intensificado cada vez mais pela corrida armamentista, a partir de dois sistemas em confronto, o questionamento da sociedade de massas, assentada em tal base, tende progressivamente a extrapolar o âmbito da luta de classes, defendida pela teoria marxista, atenta para o problema da mudança estrutural da sociedade, mas que nem por isso elimina o perigo. Eis por que, se pensarmos nessa possibilidade, a mudança pode ser um meio mas nunca um fim, mesmo porque, aos poucos, vai perdendo o poder de mobilizar com a mesma desenvoltura de várias décadas passadas: por um lado, porque a luta de classes, como motor capaz de levar àquela resolução, não é suficiente para resolver a contradição inerente ao sistema de fábrica e sua organização social hierárquica do trabalho, posto que aí nenhuma "democracia industrial" é verdadeiramente possível; por outro, o processo de massificação busca enterrar definitivamente os chamados partidos classistas, pela eficiente desorientação que provoca no processo de identificação de interesses de classes.

Hoje em dia uma ameaça — a guerra nuclear — exerce um forte poder de persuasão sobre os homens, levando-os a se posicionarem em campos opostos, à medida em que o problema tende a se agravar, seja na condição de dominados ou de dominadores, apesar de que o violento processo da massificação vise a eliminar inclusive esse jogo de opiniões. De qualquer forma, diante de um Estado ca

da vez mais beligerante e hostil, é sempre uma esperança, a qual cresce na mesma proporção, ver a proliferação de movimentos pacifistas de resistência, partindo do seio da sociedade civil.

Minhas pretensões aqui são bem mais modestas. Embora tenha essas preocupações como pano de fundo norteador deste trabalho, o que, em outras palavras, designa o sentido contemporâneo que acredito deve revestir a atividade de investigação histórica, o tema e a periodização que proponho exigem, entretanto, um tipo de abordagem que, ao apontar para esse problema, parte do princípio de que a algumas décadas passadas esse "fato desolador" ainda não passava de uma simples conjectura. Indo mais a fundo na questão, o que procuro expor nesta monografia é a minha visão crítica a respeito do sistema de fábrica, sugerindo que a própria noção de progresso, ou se se quiser, de desenvolvimento das forças produtivas, só pode ser inteligível se a ele associarmos, em qualquer tempo histórico de seu processo cumulativo, os desígnios da dominação social.

Assim, restringindo essa discussão ao âmbito do processo de desenvolvimento industrial brasileira nas primeiras décadas deste século, o que vai aqui escrito considero como sendo uma proposta de leitura crítica à forma com que a historiografia tradicional acabou apreendendo o tema da industrialização: não raro essa produção se permitiu uma análise acrítica a respeito do tema, preocupando-se mais em apontar o chamado lado "negativo" de uma industrialização tida como retardatária, ao mesmo tempo que, "positivamente", procura ressaltar supostos caminhos que a nação deve trilhar, para atingir seu estágio de maturação, bem de acordo com as teorias evolucionistas da história.

Também padeci deste procedimento. Por isso mesmo posso dizer que este trabalho é em grande medida um ajuste de contas que faço com esse passado.

Há alguns anos atrás, quando ingressei no Mestrado em História na Unicamp, apresentei uma primeira versão de um projeto de pesquisa destinado ao estudo da industrialização brasileira na década de 1920, restringindo-me ao eixo Rio — São Paulo, como campo de investigação. Mais precisamente, pensava naquele momento em desenvolver uma pesquisa sobre a atuação das principais entidades patronais no processo de formulação do projeto político burguês, de tal maneira que servisse de ponto de partida para a crítica à visão historiográfica que sempre esteve preocupada em demonstrar uma possível fragilidade política do empresariado industrial nos acontecimentos que marcaram os anos vinte e anos trinta.

Ainda que vislumbrasse a inadequação desse viés analítico, ainda achava-me preso aos grilhões academicistas que povoaram toda a década de 1970 — em síntese, o processo revolucionário havia sido retardado, concluíam muitas de suas produções, porque, dentre outras razões, as classes fundamentais do capitalismo ainda não podiam ser reconhecidas como plenamente constituídas. Assim, com a atenção voltada para explicar que o problema era mais de direção políti-

ca do que propriamente de fragilidade do proletariado ou da burguesia industrial brasileira, que teimosamente continuava se recusando a levar adiante as tarefas da revolução democrática, acreditava que um estudo mais sistematizado sobre a grande indústria no Brasil, ao mesmo tempo em que ia substanciando a hipótese da efetiva atuação política da burguesia nos acontecimentos em torno de 1930, fosse suficiente para confirmar esta hipótese. Preocupado em "recriar" as classes sociais, era assim que imaginava como deveria ser desferido o lança aos que não acreditavam na capacidade política da classe operária antes de 1930, tomando como parâmetro um suposto reconhecimento da plena constituição do mundo burguês, naquele momento. Então, não constituía um fato insofismável que o número de operários empregados na indústria podia ser considerado expressivo por aquela época? De igual modo, não era certo que o empresariado paulista, por exemplo, já havia formulado um projeto político alternativo ao dos agrários, suficientemente capaz de submeter todo o tecido social aos objetivos da sociedade industrial?

Entretanto, agora posso ver mais claramente. Se minhas preocupações continuassem por aí, certamente, por total e completa incoerência, não chegaria a desferir lanças contra a visão tradicionalista da historiografia brasileira, uma vez que nada mais me permitiria senão continuar enredado com uma proposta de construção "positiva" das classes sociais.

Hoje, refletindo sobre aquele período, creio que esse meu procedimento era compreensível. Mas, ao final dos anos setenta, a crise, o marasmo que se abatera por sobre toda uma geração, a censura, o excessivo poder centralizado no Estado e a crescente necessidade de racionalização da produção capitalista, foram acontecimentos decisivos para que a produção acadêmica passasse a se preocupar mais com os heterodoxos e até anti-marxistas. Autores como Hebert Marcuse, que há muito tempo vinha criticando a sociedade pós-industrial e o próprio conceito de luta de classes nessas nações altamente desenvolvidas, e até mesmo o "incompreendido" Max Weber, podiam ser lidos mais livremente, abrindo, por conseguinte, o leque de opções em torno do debate a respeito das formas de interpretação da História. O devotamento cego a certos dogmas cedia passo à crítica, o que, em todo o caso, ainda exigia por aquela época uma certa dose de coragem. Só muito timidamente, mas sem ameaçar jamais seus postulados fundamentais, dava-se início a uma revisão da produção historiográfica tradicional. Mesmo na Unicamp, onde começavam a despontar os debatedores mais aguerridos e preocupados em adotar uma nova postura metodológica no trabalho de recuperação da memória histórica, ainda não se vislumbrava por essa época uma alternativa muito clara, capaz de romper com a visão economicista da história do processo de industrialização brasileira. E essa "transição", evidentemente, acabou se refletindo no encaminhamento que havia proposto originalmente para aquele projeto de pesquisa. Neste sentido, nenhum momento foi tão decisivo quanto aquele em que passei a fazer parte de um grupo de pesquisa coordena-

nado pelo professor Edgar S. de Decca, junto ao Instituto Roberto Simonsen (extinta entidade cultural da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Realmente, ainda que os objetivos que nos propúnhamos alcançar naquela pesquisa estivessem voltados para o estudo da problemática da tecnologia no desenvolvimento da indústria no Brasil, tomando como recorte teórico-metodológico o que sugerem os trabalhos de João Manuel C. de Mello e Wilson Cano, as recentes teses defendidas pelo Edgar, no ano de 1978, acabaram por apontar as alterações que passaria a promover em meu próprio trabalho. Retrospectivamente, após exaustivas incursões realizadas naquela linha economicista, percebíamos também que, para além da aridez que análises de fundo estatístico sempre acabam inspirando, sequer triscávamos o tema da industrialização sob a óptica de uma luta -- como pesquisadores, verificávamos que não avançávamos nada em originalidade, reforçando, ao contrário, apenas o que já se sabia mas que não chegava mais a convencer; como historiador, sentíamos uma indisfarçável frustração, justamente porque acabávamos retirando do cenário aquilo que é sem dúvida o sentido mais profundo desse tema, ou seja, a recuperação histórica do processo de constituição da sociedade do trabalho através da luta entre dominados e dominantes. Somente ao final da década de 1970 e início dos anos oitenta é que despertamos definitivamente para essa nova abordagem, apesar das limitações e constrangimentos de toda a ordem que tínhamos que enfrentar, obviamente, naquela instituição patronal.

Desde então, preocupados com a possibilidade de enveredarmos pelos caminhos de uma nova abordagem e, conseqüentemente, o contato mais assíduo com uma bibliografia mais adequada a esse mister, podíamos agora rever e criticar mais à vontade a visão positivista, a respeito do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Vale dizer, ao direcionar as investigações para a compreensão do sistema de fábrica e suas implicações sociais, mantínhamos válidas aquelas análises economicistas apenas quanto a suas explicações a respeito da implantação da grande indústria no Brasil no final do século passado, e, em particular, a instalação da indústria têxtil algodoeira, o que, devo reconhecer, de certa forma acabou limitando o extenso campo de investigação que o tema por certo inspira.

De qualquer modo, agarrei-me a essa possibilidade de interpretação da história da industrialização brasileira, não mais com a preocupação de oferecer uma explicação geral para o seu desenvolvimento ou o seu relativo atraso; nem estava mais interessado nas teorias de consciência de classe, tal como havia aprendido nos textos de L. Althusser e G. Lukács, mas sim com as concepções de classe e de luta de classes, propostas por E. P. Thompson. Aos poucos o antigo projeto ia, mais e mais, sendo deixado de lado. Eis por que, em síntese, posso dizer que quando a estratégia de constituição da sociedade do trabalho passa pelo desnudamento ou recuperação das formas de dominação social inerente à trama do progresso, torna-se desnecessário, pela própria força inter-

pretativa que esse caminho suscita, uma preocupação excessiva em demonstrar que as classes fundamentais da sociedade capitalista estejam ou não constituídas, se são atrasadas e retrógradas, ou não, porque, ao contrário da visão finalista e positivista, e desconsiderando aqui o contrasenso que isso sugere, têm que ser observadas no calor mesmo da luta. As projeções, o futurismo, portanto, são sempre problemáticos, pois a expectativa que criam nem sempre corresponde à ação efetiva das massas proletárias. Isto é, a não ser em momentos determinados, onde as relações sociais e políticas se agudizam, é bastante temerário afirmar, por exemplo, que os trabalhadores estejam interessados em construir um futuro assentado no ideal de uma sociedade onde o homem acabaria finalmente por se emancipar do trabalho degradante e alienado.

Enfim, por tudo isso, torna-se dispensável encetar uma crítica mais contundente às interpretações históricas que ainda insistem na tese do caráter incipiente do proletariado industrial do início do século: não só porque a grande indústria já era uma realidade insofismável na paisagem urbana, mas principalmente porque as mais recentes investigações no âmbito da organização político-sindical, bem como através da recuperação da memória das manifestações culturais da classe operária daquele período, estão a sugerir exatamente o contrário, desfazendo velhos preconceitos firmados contra o movimento operário de cunho anarquista, ainda que, temerariamente, a obsessão da crítica possa levar os espíritos mais afoitos e desavisados a esse exercício de recuperação, com uma indisfarçável dose de nostalgia, principalmente quando se procura proceder a análises de tipo comparativo.

Este é o dilema que se coloca quando a investigação se situa no âmbito de uma luta: por um lado, penso que recuperar a memória histórica é algo que deve extrapolar o sentido objetivo de mapeamento cultural de um povo, pois não creio que este seja suficiente para impedir que esse mesmo povo caia nas malhas de uma dominação implacável; ao contrário, tudo indica que quanto mais se sabe a respeito de suas manifestações culturais, mais ele é passível de controle social por parte daqueles que detêm o poder, que assim podem ser designados como dominantes porque, no processo de investigação que promovem ou incentivam, acabam retendo para si tal conhecimento — nesse sentido, o trabalho de recuperação toma a luta como processo de apropriação de saberes de uma classe sobre outra; por outro lado, se essa luta contém em si mesma o futuro, o trabalho de reconstituição histórica que aponta neste sentido, não pode deixar de vislumbrá-lo com cores pouco promissoras, diante do fato de que desde a muito o acelerado desenvolvimento tecnológico já poderia ter eliminado os homens do trabalho como atividade necessária, banindo, conseqüentemente, a fome e a miséria humanas da face da Terra — nesses termos, o trabalho de recuperação deve tomar a luta como o único caminho para a resolução dessa contradição, ou não e por que. Portanto, pensando o sistema de fábrica vencedor na óptica dessa perplexidade, isto é, no sentido de que a sociedade parece ter confi-

nado definitivamente o homem à dominação e ao trabalho disciplinado e degradante em nome da acumulação acelerada, não resta dúvida de que a estratégia de recuperação da memória histórica — no caso, dos que foram derrotados — visa, em última instância, a partir de suas manifestações de resistência passadas, responder a uma série de indagações que segmentos cada vez mais significativos da produção historiográfica contemporânea vêm formulando, a respeito dos impasses que a sociedade industrial vem apresentando.

Contudo, ao mesmo tempo que esse presente imprime um sentido à atividade de investigação histórica, é através dele também que se torna mais nítido, à medida em que a memória pode ser reconstituída, que é na própria história de uma luta, do cotidiano, contra a opressão fora e dentro da fábrica (aqui tomando-se o seu sentido mais amplo possível) etc., que podemos perceber o processo que levou à plena constituição da sociedade do trabalho, ou se se quiser, de como os homens acabaram oriando e sofisticando suas próprias cadeias.

É essa questão, em síntese, que proponho discutir neste trabalho, ou seja, o percurso contraditório de uma luta que, ao mesmo tempo que acelera o desenvolvimento das forças produtivas, impõe ao sistema a adoção de tecnologias políticas de dominação em escalas progressivas de sofisticação e eficiência. Mais ainda, longe da preocupação de apontar saídas — este é um problema que a meu ver deve encontrar sua resolução no calor mesmo de uma luta —, o objetivo aqui proposto, ainda que em bases bem modestas, é o de repor essa discussão, a partir de um fato contemporâneo: de que gradual e irreversivelmente o homem vai se tornando estranho à natureza, consubstanciando o mundo do descartável, ou seja, a sociedade do one-way; mais ainda, de que é inverossímil presumir que a propalada "democracia industrial" possa encontrar sua resolução no seio do sistema de fábrica vencedor.

Em suma, restringindo o campo de investigação histórica àquele período de industrialização brasileira, o que se pretende aqui nada mais é do que provocar o debate a respeito dessas questões. Para tanto, considero como imprescindível recuperar um discurso que ao falar da industrialização e das propostas de racionalização do trabalho — no momento mesmo em que se institui com conteúdo universalizante no seio de uma sociedade que se prepara para a realização desse futuro — tem o dom de revelar para os sujeitos produtivos o campo limite no qual as utopias, à medida em que estas vão sendo construídas ou reelaboradas, podem e devem, uma a uma, realizar seus desígnios. Em outras palavras, a partir de um objeto de investigação bastante específico, procuro demonstrar em que termos o sistema de fábrica é vencedor. Aí busco dar um destaque especial ao problema da organização social hierárquica do trabalho como indispensável aos objetivos da acumulação e da dominação. Lembro também que a constituição do mercado, para além de suas funções meramente econômicas, é o grande panóptico a advertir os sujeitos de que se constitui como campo institucional onde necessariamente se dá a apropriação de saberes e, conseqüentemen-

te, a efetivação da subjugação de homens expropriados pela ação de uma classe de possuidores. Assim, a fim de dar um conteúdo histórico a essas preocupações do mundo atual, elejo aqui a indústria têxtil do início do século como aquela que irá me permitir enveredar pelo tema da industrialização brasileira e no discurso da racionalização do trabalho.

A título de esclarecimento, procurei distribuir os capítulos de acordo com uma seqüência cronológica, cujo período abrange meio século de história de industrialização, isto é, vai desde as últimas décadas do século passado até o momento em que a burguesia industrial (paulista) elaborou um programa de industrialização que supostamente era capaz de conter a crise avassaladora que se anunciava no final da década de vinte. Esclareço ainda que, para facilitar a compreensão do texto, os títulos dos capítulos já prenunciam o que pretendo discutir em cada um deles, além do que esse expediente dispensa de me alongar nesta nota introdutória.

Para finalizar, não poderia deixar de prestar aqui uma homenagem sincera e carinhosa ao Edgar, ao Italo, ao Paulo, ao Álvaro e à Regina. Cada um a seu modo e tempo contribuiu decisivamente para a realização desta monografia.

Ao Edgar sou profundamente grato porque desde os tempos do pós na Unicamp e da pesquisa no IRS pude desfrutar de uma grande amizade, permitindo que desse relacionamento frutificasse um trabalho acadêmico que para mim foi decisivo: com rara mestria soube envolver-me com as questões mais candentes a respeito da condição humana, possibilitando assim que alguns "mistérios" pudessem ser desvendados, ao mesmo tempo que outros iam sendo criados. Pelo estímulo, e porque sempre acreditou em nosso trabalho, só posso dizer que os possíveis méritos que este estudo por ventura possa ter eu gostaria de partilhá-los com ele.

Ao Italo, meu mestre e amigo, não desejo outra coisa. A maneira diligente, e porque não dizer paciente, com que soube orientar-me durante todos esses anos valeu-me uma sincera amizade. A ele devo a liberdade na eleição das questões que considero pertinentes ao tema, o que, diga-se de passagem, é coisa rara na academia. Pelo interesse com que acompanhou as etapas da pesquisa, até o seu desenlace final; pelo seu envolvimento com o tema e com a problemática que suscita; por tudo isso, posso dizer que os resultados aqui apresentados também lhe pertencem.

Ao Paulo devo muito. De um relacionamento quase que tímido e difícil nos primeiros tempos de Instituto, acabou se transformando numa explosão de amizade. Muitas foram as "barras" que enfrentamos juntos; muitos foram os momentos de alegria que partilhamos nos bares da vida. Se fosse descrever todo esse período em que "trabalhamos" juntos, por certo estaria sendo mais fiel àquilo que designo como a razão de ser deste trabalho, desde que sem contemporizações procurasse sintetizar, de maneira crudelíssima e cética, as nossas apreensões a respeito do indivíduo one-way. Com certeza teria que descer às minú -

cias para descrever nossa revolta contra a mediocridade e a degradação física e moral, essas repulsivas marcas registradas da sociedade industrial contemporânea. Certamente teria que escrever alguma coisa que tocasse mais os sentimentos, abandonando de vez a razão formal imposta pelo discurso academicista. Entretanto não sou um artífice das palavras para enveredar por esse caminho. Só espero que, pela linguagem comum que conseguimos desenvolver ao longo de todos esses anos, exercitada entre um gole e outro, não lhe falte sabedoria para compreender que por tudo isso o que vai aqui escrito só tem a ver com aqueles tempos.

O Álvaro foi outra figura importantíssima em todo esse percurso, principalmente pela maneira com que sempre soube envolver-me, noite adentro, em discussões várias, mas invariavelmente de interesse direto com a tese. Graças à sua imaginação fértil e polemista, pude aguçar minha visão crítica sobre o conceito trabalho, bem como os da disciplina e da ociosidade como temas recorrentes. Mais do que isso, não poderia deixar de mencionar aqui o raro prazer que desfrutávamos ao curtir uma pescaria e um lindo por-de-sol no São Gonçalo, à beira do rio Cuiabá, pois aí, entre um peixe e outro, entremeado por um gole bem digerido, todo um discurso contra o trabalho, ia adquirindo um sentido prático.

A Regina devo tudo. A ela sou profundamente grato por ter acompanhado com inextinguível interesse o desenrolar das fases decisivas da redação do trabalho, lendo e sugerindo alterações importantes, que de pronto ia incorporando ao texto. Pelo seu entusiasmo contagiante, não permitindo que fosse tomado pelo desânimo; pelo seu companheirismo sempre pronto a apontar saídas, quando já não vislumbrava mais nenhuma luz; pela paciência com que suportou toda essa fase de desgaste físico e mental; pelos momentos felizes que me tem proporcionado; pela maneira prática com que vai me ensinando a amar e a descobrir o sentido da dignidade humana, essas pequenas grandes coisas que nos abrem para o mundo; por tê-la encontrado e amado tanto; por tudo isso, a alma deste trabalho com justeza de todo lhe pertence.

Finalmente, mesmo correndo o risco de cometer omissões involuntárias, gostaria também de lembrar aqui o estímulo que sempre recebi do Kazumi, da Stella, da Amneris e, de modo particular, da Soninha. Ao Carapa, Peroba, Dico, Hilda, Janet e Cecília tenho dívidas de gratidão, porque sempre acreditaram que esta empreitada fosse possível de ser realizada.

Dos tempos de Cuiabá, quero lembrar os colegas Carlos A. Bertolini, o Mariano, a Lucélia e a Maria das Graças, porque com eles os tempos difíceis puderam ser curtidos em um clima mais ameno; da Déborah, um cometa fulgurante e fugaz por essas paragens, guardo gratas recordações; ao Fábio agradeço o apoio recebido e o entusiasmo com que temos levado à frente nosso trabalho; ao professor João Antônio Neto e à Eva, pela maneira afetuosa com que sempre me receberam, posso dizer que aprendi muitas lições de vida; ao Cláudio, Marcelo e Sér-

gio, pela ingênua curiosidade infantil com que acompanharam a feitura deste "livro", a lembrança é mais do que justa. Quero externar também os meus agradecimentos à professora Elizabeth Madureira, chefe do Departamento de História da UFMT, bem como a todos os colegas professores, pelo respaldo e interesse com que acompanharam o desenrolar deste trabalho.

Por último, agradeço à FAPESP que, por dois anos, ofereceu o suporte financeiro indispensável à realização da pesquisa.

Cuiabá, novembro de 1984

CAPÍTULO QUE DISCORRE SOBRE O SISTEMA DE FÁBRICA E SUAS IMPLICAÇÕES  
SOCIAIS

"Que miserável aborto dos princípios revolucionários da burguesia! Que lúgubre presente do seu deus, o Progresso! Os filantropos proclamavam benfeitores da humanidade aqueles que, enriquecendo-se sem nada fazer, davam trabalho aos pobres: era melhor semear a peste e envenenar as fontes do que erigir uma fábrica no meio de uma população rústica. Introduza-se aí o trabalho nas fábricas e adeus alegria, saúde, liberdade: adeus a tudo aquilo que faz a vida bela e digna de ser vivida" (Paul Lafargue, O Direito à preguiça)

1. Que fala do triste presságio do homem sob a sociedade industrial.

Progresso! Deus Progresso! Eis aí um conceito tão caro aos vários paradigmas da moderna sociedade industrial; velho, surrado e atual conceito que, invariavelmente, se identifica ou é igual a trabalho -- atividade tão anti-ga quanto a existência do homem.

Mas, como fonte de toda a riqueza social e da acumulação, quanta destruição e sedições entre os homens não esconde! Que estranho paradoxo: quantas vezes a história dos homens, a história da dominação, não foi feita e justificada em seu nome!

Tão certo como à noite se sucede o dia, o discurso da história -- se dimentando e suportando as intempéries de contradiscursos dos preconceituosamente chamados de "malditos" -- sempre trouxe em seu bojo essa palavra de ordem com força de lei: a roda da história não pode girar ao contrário, pois resulta de uma luta cuja síntese é o próprio progresso. E este, como um destino imposto aos que se batem, é irreversível para vencedores e vencidos.

Sua história tem sido a história da "emancipação" do homem. Na sua realização, o futuro da humanidade se revela. Mas, triste constatação do futuro do homem: sua noção de progresso, a qual parecia ser uma involuntária tragédia, dia após dia tem se tornado uma terrível farsa.

Marx afirma que "o homem é a chave do macaco"! No êxito da fábrica, Paul Lafargue denuncia a trágica ilusão à qual se submeteram os proletários:

"Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista" (01).

Contudo, concordando com Marx, a farsa só pode ser percebida quando velhas utopias vão, uma a uma, se desmoronando diante de nossos olhos. E, cada dia mais esse processo se evidencia e nos coloca frente à triste realidade já denunciada por J. Paul Sartre: o homem é um bicho que não deu certo!

## 2. Inteiramente consagrado à crítica ao dogma do trabalho:

Disse mais acima que progresso se identifica imediatamente ao êxito da fábrica. Penso que aqui sim, nessa relação lógica, o destino parece ser uma fatalidade irretorquível dos homens; no fundo, uma abstração que o discurso da história, comprometido em narrar os fatos e as epopéias dos povos e de seus heróis, tem se encarregado de reproduzir. Incrível êxito do imaginário sobre o real! A saga dos heróis e das aves de rapina aí, rápida e diuturnamente, sedimenta-se num único bloco monolítico. Através da ação discursiva de uma história comprometida com os vencedores, o que nos é passado é a narração de uma história com sentido de final feliz. Contudo, terror, exploração, dominação — expressões que nos são caras, pois no limite têm mais e mais tornado nossas garantias como cidadãos um engodo, uma ilusão cotidiana — é o preço que temos pago hoje em nome do futuro. A história parece se revelar não mais como uma luta, mas como investimento no progresso; não como luta de emancipação do homem do trabalho, mas pelo trabalho. Tal sentido da história nos dá a sensação de total impotência diante do desenrolar dos fatos, e o sentido mais simbólico que parecemos ter é que "enquanto os cães ladram, a caravana passa!"; mesmo por que esse futuro é ininterruptamente planejado sob os auspícios de uma única e mesma memória. Esta questão, como se vê, merece uma atenção maior, já que nela está contida a crítica e a estratégia de uma nova leitura.

A imagem mais exata que se pode ter desta idéia é que tudo o que é passível de ser recuperado por essa memória histórica pertence, inexoravelmente, à galeria dos vencedores ou dos vencedores entre os vencidos, pois quem perdeu, ou é definitivamente apagado pela ação dessa mesma memória, ou, se ainda é útil, permanece como proscrito, irremediavelmente confinado no que chamo de "zona de silêncio". Nesses termos, estamos diante do próprio processo pronto e acabado — a síntese de uma luta. A historiografia, ao recuperar esse processo, permanece no campo da ideologia. Sem dúvida, esta não logrou escapar a essa armadilha e, conscientemente ou não, o certo é que tem sido responsável pela sedimentação de uma memória que, em poucas palavras, é um infundável desfiar do mais puro relato factual. Compreensível num certo sentido (a história só pode ser ideológica), mas pobre porque é incapaz de dar um salto qualitativo; e aí a história nada mais é do que um enfadonho relato do passado. Sem poder criador e sem visão crítica essa historiografia permanece como instrumento de dominação, pois sua única tarefa é reproduzir a história dos que venceram, e a faz bem tomando como sua as categorias dessa mesma dominação. Penso que o legado da historiografia crítica está em desvendar essa zona nebulosa. E, nesse sentido, o objetivo desta monografia está em contribuir com o trabalho de revisão historiográfica que tomou em suas mãos a difícil tarefa de reconstituição da história. E sobre isso, Marilena Chauí não deixa pedra sobre pedra, pois sua concepção a respeito é por demais explícita:

"A ideologia é uma ilusão, necessária à dominação de classe. Por ilu

são não devemos entender "ficção", "fantasia", inversão gratuita e arbitrária, "erro", "falsidade", pois com isto suporíamos que há ideologias falsas ou erradas e outras que seriam verdadeiras e corretas. Por ilusão devemos entender: abstração e inversão. Abstração (...) é o conhecimento de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida. Uma realidade é concreta porque mediata, isto é, porque produzida por um sistema determinado de condições que se articulam internamente de maneira necessária. Inversão (...) é tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as conseqüências pelas premissas, o determinado pelo determinante" (02).

A condição fundamental para que existam vencedores é que existam os vencidos, caso contrário estamos diante da mais pura e límpida inversão. Da mesma forma, estas minhas considerações estariam irremediavelmente comprometidas se não reconhecesse que mesmo a historiografia chamada crítica também corre o risco de padecer dessa mesma ilusão, caso o trabalho de recuperação da memória dos vencidos não seja capaz de romper com a capa ilusória que a recobre. Parece-me que este é o nó górdio sobre o qual deve recair a análise, a qual, fazendo a história a contrapelo, promete estabelecer novos parâmetros para a historiografia.

O primeiro dilema — ou, se se preferir, o primeiro obstáculo — é saber como estabelecer os limites de uma história que pretende recuperar a memória dos vencedores entre os vencidos, uma vez que a investigação não tem como recuperar vozes que, no calor da luta, foram eliminadas pelos vencedores ou pela ação corrosiva do tempo, o que quase sempre dá no mesmo. O segundo está em reconhecer que o trabalho de recuperação da fala dos "proscritos" é por si mesmo problemático, uma vez que os vencedores precisam cantar suas loas, e para tanto têm que eleger inimigos reais e imaginários que os legitimem — reais porque, de fato, eles existem; imaginários porque o discurso ideológico se encarrega de escamotear o sentido real de suas lutas e estabelecer em seu lugar o campo da ilusão. Nesses termos, recuperar a luta como o sentido real da história não deve ser simplesmente o ato de dar voz aos vencidos tal como a memória parece indicar, pois corre-se o risco da permanência no mesmo campo da ilusão. Em terceiro lugar, como decorrência e núcleo de toda a estratégia da análise crítica, é preciso ter claro que não se pode construir a história real a partir do "nada" (dos que permanecem confinados na "zona de silêncio"), a não ser que se parta do princípio de que esse "nada" é, em si mesmo, a síntese de uma luta, ao mesmo tempo que esta se define pela relação entre vencedores e vencidos.

Porém, qualquer que seja o caminho privilegiado, é preciso reconhecer que a síntese, ponto de partida para a análise crítica, recomenda um certo cuidado: por um lado porque aparece como abstração, isto é, campo que reconhece para o social em que sentido todos venceram — industrialização, progresso, democracia, nação; por outro lado, consubstancia-se uma nova racionalidade do

sistema; sintetiza uma nova etapa do processo histórico, que não é outro senão o da dominação. Dizer que "homem é a chave do macaco" significa, no interior destas considerações preliminares, que elejo uma estratégia de análise -- partir do mais abstrato até chegar a categorias mais concretas e, por isso, mais complexas.

Assim, para que possa configurar com maior clareza meu objeto de estudo -- alguns aspectos da problemática da industrialização brasileira no início do século XX --, gostaria de começar a análise repondo o debate sobre o "fracasso" de velhas utopias a respeito da moderna sociedade industrial. Quero deixar claro que procedo desta forma porque estou plenamente convicto de que é somente nestes termos que se pode fazer história, pois não resta dúvida que as tergiversações e as interpretações equivocadas sobre o princípio marxista enunciado no 18 Brumário de Luís Bonaparte, de que "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado" (03), tem sido um fardo extremamente pesado na cabeça dos vivos. Tanto que não chega a espantar que, sob seus auspícios, homens como Hitler e Stalin sejam plenamente justificados e recuperados por essa história ideológica nos dias que correm.

Um triste presságio já tomava conta do pensamento de Paul Lafargue, no final do século passado:

"Uma estranha loucura apossa-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. Esta loucura tem como consequência as misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas sacrossantificaram o trabalho" (04).

Esse é o problema mais geral com que a historiografia deve se debater, se é que pretende recuperar a história da luta de classes, pois não há dúvida que essa "estranha loucura" de que nos fala Lafargue não ocorre devido a um casamento perfeito entre dominantes e dominados. Mais ainda, a denúncia contida em O Direito à preguiça contra o estranho amor, paixão e loucura pelo trabalho, que se apossou das classes operárias, não deixa de ser bastante atual, apesar de um século de lutas travadas, e, principalmente, apesar da Revolução Socialista de 1917 e seus desdobramentos.

O que Lafargue não poderia prever é que a sociedade do futuro, onde as máquinas deveriam cumprir o objetivo de substituir o trabalho humano em toda a sua extensão, inaugurando o reino da liberdade e da abundância, está, com certeza, cada vez mais distante, devendo ser lembrada, verdadeiramente, como utopia. Por outro lado, a visão que esse autor tinha da classe operária européia era por demais implacável, só se justificando no interior de seu discurso, o que recomenda um certo cuidado nessas considerações que faço. Lafargue não po-

deria ser mais direto:

"... o proletariado, a grande classe que abrange todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao se emancipar, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre -- o proletariado, traíndo seus instintos, desconhecendo sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Duro e terrível foi seu castigo. Todas as misérias individuais e sociais nasceram de sua paixão pelo trabalho" (05).

Aqui duas questões precisam ser consideradas, caso contrário deixaria de reconhecer a real dimensão e importância desse autor. Em primeiro lugar, a dura crítica que faz à classe operária, naquele momento, sintetiza o caráter dialético de uma luta entre o "direito à preguiça e o direito ao trabalho"; penso que nesse sentido sua análise é perfeita e não poderia ser mais atual: a forma como recupera a memória dos vencidos (ainda que sob o rótulo de traidores de seus instintos) -- um movimento onde o direito ao trabalho vai se sobrepondo e apagando dessa mesma memória o direito à preguiça -- é exemplar e define bem o que vem a ser o trabalho de recuperação da história "real", ao mesmo tempo que aponta um rumo para essa mesma história, malgrado sua visão utópica da sociedade do futuro. O próprio autor não deixa margens a dúvidas:

"Doze horas de trabalho por dia, esse era o ideal dos filantropos e moralistas do Século XVIII. Como superamos esse nec plus ultra! As fábricas modernas tornaram-se casas ideais de correição, onde são encarceradas as massas operárias, onde se condenam a trabalhos forçados de 12 a 14 horas não apenas homens, mas também mulheres e crianças! E dizer que os filhos dos heróis do Terror se deixaram degradar pela religião do trabalho a ponto de aceitar, após 1848, como uma conquista revolucionária, a lei que limitava a doze horas de trabalho nas fábricas; eles proclamavam, como sendo um princípio revolucionário, o direito ao trabalho. Envergonhe-se o proletariado francês! Somente escravos seriam capazes de tamanha baixeza. Seriam precisos vinte anos de civilização capitalista para um grego dos tempos heróicos conceber tamanho aviltamento" (06).

Em segundo, é preciso considerar que Lafargue, ao encetar uma dura crítica ao proletariado, quando diz que este se deixou perverter pelo dogma do trabalho, acaba dando pouca atenção ao outro lado da contradição. Se o caráter contraditório da luta revela que o próprio proletariado cria suas armadilhas -- o princípio revolucionário do direito ao trabalho --, essa mesma luta só pode se explicitar enquanto tal se for a expressão do êxito do sistema de fábrica capitalista, não permitindo ao social outro registro que não seja este: o trabalho degradante, alienado e martirizante. Quero dizer com isto que, se a fábrica venceu, sua vitória foi possível porque aos homens não restou outra saída senão esta: adentrar as fábricas. No entanto, seria ingenuidade supor que o "princípio revolucionário" do direito ao trabalho, qualquer que seja o momento histórico que se privilegie, revele pura e simplesmente a submissão do trabalho aos objetivos da acumulação capitalista. Ao contrário, expressa, enquanto luta, o próprio caráter histórico e contraditório do processo de dominação de homens sobre homens.

Ora, o que quero dizer com isso é que o sentido contraditório da lu-

ta é a expressão cabal de que o trabalho, enquanto fonte de todo processo de acumulação, que privilegia uma classe em detrimento de outra, é em si mesmo estranho e alheio à concepção de prazer. Isto é, os homens entram para dentro das fábricas e lutam por melhores condições de vida e trabalho (independentemente das concepções ideológicas que os informam) porque não lhes resta outra opção senão essa — o dogma do trabalho só é possível porque define, por si só, uma relação de dominação, qualquer que seja o ângulo em que se queira analisá-lo. É nesse sentido, e somente nesse, que cabe fazer reparos ao implacável discurso de Lafargue, pois os trabalhadores foram historicamente conquistando suas "armadilhas". A regulamentação das relações entre capital e trabalho, as regulamentações entre dominantes e dominados, em última instância, construíram suas próprias cadeias.

Penso que seja exatamente essa a problemática mais geral com que deve se preocupar o trabalho de reconstituição da memória histórica. Como desvendar os mistérios contidos nesse paradoxal e estranho imaginário?

Uma leitura superficial do texto de Lafargue elucida um lado da questão. Aí se constata que a luta pelo direito ao trabalho — a paixão dos homens pelo trabalho —, é uma armadilha, uma faca de dois gumes. Contudo, ao leitor mais curioso e atento ainda fica uma pergunta no ar, embora sua obviedade aparentemente escamoteie o problema: por que os homens adquiriram (como?) o terrível hábito de se submeter ao trabalho alienado e degradante?

Sugeri mais acima que a razão reside, fundamentalmente, no fato de que simplesmente não lhes restou outra escolha senão se submeter. Mais do que isso, levantei também a hipótese de que o sistema de fábrica, ainda que atendendo aos imperativos da acumulação, é, por excelência, uma incrível maquinaria de dominação. E, nesse sentido, a indagação de Lafargue, sua luta, seu programa socialista, apontam mas não dão conta do duplo caráter desse sistema, porque, como marxista que era, acreditava que a emancipação da classe operária deveria ser obra da própria classe operária:

"Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito do Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo... Mas como exigir de um proletariado corrompido pela moral capitalista uma decisão viril" (07).

Sem dúvida, a partir deste questionamento vai se delineando o núcleo teórico que deverá nortear o desenvolvimento desta monografia, pois estou mais do que convencido de que, na conjugação do binômio acumulação-domação como termos equivalentes — que expressam um único e mesmo sentido na história do trabalho alienado — explicita-se o caráter dialético de uma luta. Em outras palavras, a história da acumulação é a história da dominação, da mesma forma que a história das lutas pelo poder e pela dominação social não é outra senão a

história da acumulação. Nem o processo histórico de industrialização se explica apenas pelo desenvolvimento das bases técnicas e pela expansão do mercado, nem a história da submissão se revela, deterministicamente, por uma suposta natureza possessiva dos homens, sem que se incorra nas mesmas conclusões que chega a história ideológica dos dominantes. Ou, o que é mais grave, dos que buscam alcançar o poder em nome da liberdade e da fraternidade universais entre os homens.

Assim, qualquer que seja o caminho privilegiado para o estabelecimento da análise crítica, a compreensão da dimensão real de um processo histórico só se torna possível mediante a conjugação desses dois termos do binômio. Mas, devo esclarecer que a recuperação de tal dimensão da história só pode ocorrer no bojo do próprio desenvolvimento da historiografia, pois só aí, enquanto conjunto, é passível de crítica, inteligível e realizável. Tal demarché, permite que se esclareça as próprias limitações deste trabalho, o qual, a partir deste referencial teórico, pretende dar conta de algumas questões a respeito da industrialização brasileira no início do século XX, sob a ótica do regime de fábrica enquanto sistema de dominação capitalista. O que me permite pensar a história nesses termos é que o atual estágio de desenvolvimento da sociedade industrial, ponto de partida do vir-a-ser do reino da liberdade, pressagia maus ventos para o futuro do homem.

Embora essa concepção de história ainda não seja partilhada pelo conjunto de seus teóricos, mais e mais um segmento significativo tem se encaminhado, nas últimas décadas, para uma nova postura crítica. E isso não ocorre por acaso; mas, se assim se procede, questionando-se e revendo-se velhas posturas, é porque esses teóricos expressam e dão forma às inquietações de seu tempo. Aí, mais e mais, a desenfreada e auto-justificada busca da acumulação tem alertado para o fato de que o futuro, enquanto dever, é uma construção imaginária necessária a serviço da dominação; mais ainda, a história ideológica dos dominantes não pode escamotear o que a contradição contida naquele binômio torna claro e límpido — o homem, expropriado em todas as dimensões que se possa imaginar, continua sendo a chave: entre o sistema de fábrica do Ocidente e o sistema de fábrica dos países do Bloco Socialista, nenhuma escolha é possível enquanto busca do reino da liberdade; nenhum futuro promissor pode ser vislumbrado, visto sob esse ângulo.

Marcuse, em seu ensaio Filosofia e Teoria Crítica já advertia para a necessidade da teoria chamada crítica ter que se ocupar do passado, recuperá-lo e superá-lo, quando o que está em jogo é o futuro do homem na sociedade industrial(08). Para ele, esse trabalho histórico de recuperação do passado torna-se necessário porque a teoria da transformação social — o marxismo —, que se funda e se expande no bojo das revoluções burguesas, parece não encontrar mais sustentação real para seus princípios nas sociedades de aparato tecnológico altamente desenvolvido, uma vez que nestas teria se instaurado uma nova de-

mocracia capaz de deslocar a luta de classes como o motor da história. Em Cultura y Sociedad, escrito em 1970, essas observações são retomadas por Marcuse:

"Como la sociedad burguesa se encontraba aún en una etapa inferior del desarrollo de las fuerzas de producción, no disponía todavía de los medios para hacerse cargo de la administración del alma y del espíritu sin desacreditar esta administración con el poder del terror. En la actualidad, existe la necesidad de la administración total y también se dispone de los medios suficientes: la satisfacción de las masas, la investigación del mercado, la psicología industrial, los "computer mathematics" y la llamada "science of human relations" se encargan de armonizar, sin recurrir al terror, democrática, espontánea y automáticamente, las necesidades individuales y las que son socialmente necesarias, la autonomía y la heteronomía — la elección libre de aquello y de aquellos que tienen que ser elegidos, para que este sistema se mantenga y prospere" (09).

Centrando sua atenção no desenvolvimento de sociedades com alta sofisticação tecnológica, o autor constata que ao sistema de fábrica de sociedades burguesas pré-totalitárias — com todas as suas implicações disciplinares, da verdadeira "administração com o poder do terror" — vem se sobrepondo uma nova sociedade do trabalho que, sem eliminar a opressão, instaurou o que chama "democracia totalitária das massas", mediante a "administração da alma e do espírito" capaz de submeter os oprimidos, sob o signo de uma obediência total, aos desígnios das forças produtivas e à satisfação crescente das necessidades, pondo-se fim, assim, a mudanças indispensáveis da sociedade. As transformações que vislumbra estão voltadas para garantir o suprimento das necessidades sociais — a satisfação das massas, através da ação do processo ininterrupto de automatização do trabalho levado a cabo pela administração, acabando por imunizar o caráter da luta. Nesses termos, a única transformação possível, segundo ele, se realiza sob a égide da automatização e da administração. Aí, sociedade e natureza, apropriados como aparato único, passam, enquanto unidade, a ser objeto de experimento e controle por parte daqueles que detenham o poder (10). Para Marcuse, o problema reside no fato de que a lei da racionalidade tecnológica (aparato-sujeito = autômato), que deveria eliminar o indivíduo como trabalhador-subserviente, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, a realização em sua verdadeira plenitude — pensar, conhecer, experimentar e julgar —, permanece presa do aparato de dominação, perpetuando, ao contrário, a "necessidade da atividade servil do homem". Em outros termos, constata que não só a racionalidade tecnológica foi incapaz de redimir o homem do trabalho subserviente como esta ainda se confirma como fonte de poder e de dominação de homens sobre homens:

"En la sociedad tecnológica totalitaria la libertad es sólo concebible como autonomía con respecto a la totalidad del aparato, y para esto es necesaria la libertad de reducirlo o de reconstruirlo en tanto totalidad, con relación a la pacificación de la lucha por la existencia, del redescubrimiento de la tranquilidad, de la felicidad. La eliminación de la miseria material es una posibilidad de lo existente; la eliminación del trabajo, de la paz, de la alegría, no lo es. Y sin embargo, esta es la única superación posible de lo e -

istente. La sociedad totalitaria asume la administración del reino de la libertad más allá del reino de la necesidad y lo adecua a su propia imagen. En total contradicción con este futuro, la autonomía con respecto al aparato tecnológico es la libertad en el reino de la necesidad. Pero esto significa que la libertad sólo es posible como realización de aquello que hoy aún se llama utopía" (11).

Desfaz aqui os postulados que indicam a possibilidade da eliminação do trabalho como fonte de opressão. A sociedade tecnológica totalitária não traz em si, como possibilidade, a eliminação do trabalho e nem aponta para o reino da liberdade. Ao contrário, deslocando a dialética do materialismo histórico — da luta de classes como o motor da história —, impõe uma revisão dos princípios marxistas como a única leitura possível para a eliminação real da miséria material e, conseqüentemente, da dominação. Rompe com a categoria central do pensamento marxista — a luta de classes. Por suposto, subvertendo a idéia central de Paul Lafargue, o alto desenvolvimento do aparato tecnológico e administrativo verificado em países de regime capitalista avançado (para não falar nos socialistas) parece ter resolvido, sem transformações significativas nas relações sociais de produção, aquela que sempre foi a grande bandeira da revolução marxista — a busca do reino da liberdade pela emancipação da classe trabalhadora de toda a opressão; o fim da luta de classes pela supressão mesma dessas classes: "os conceitos marxistas de capitalismo e socialismo, continua Marcuse, (...) determinados profundamente pela função do trabalho humano, do trabalho físico na reprodução social", não encontram correspondência nesses países, considerando que aí os homens se acham "diante da violenta expansão da democracia totalitária de massas" (12). Enfim, a imagem marxista do reino da liberdade só pode ser vista como uma imagem "romântica", verdadeira utopia, diante dos rumos que vai tomando a sociedade tecnológica totalitária.

Ao se concordar com essas rápidas considerações em torno da obra de Marcuse, que triste epitáfio Lafargue não teria pressagiado para si, ao tomar como verdade o sonho de Aristóteles:

"Se cada instrumento pudesse executar sua função própria sem ser mandado, ou por si mesmo, assim como as obras de Dédalo se moviam por si sós, ou como os tripés de Vulcano realizavam espontaneamente seu trabalho sagrado; se, por exemplo, as rocas das fiandeiras fias — sem por si sós, o dono da oficina não precisaria mais de auxiliares, nem o senhor, de escravos. (...) O sonho de Aristóteles é nossa realidade. Nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho; no entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. Ainda não entendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sordidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhes concederá os lazes e a liberdade" (13).

Quaisquer que sejam as críticas que possam recair sobre Marcuse, seja pela análise que faz da sociedade altamente industrializada, seja contra a sua proposta de construção de uma nova teoria explicativa da transformação so-

cial — "uma mudança na direção do progresso" —, suas considerações permitem-me expor sinteticamente algumas questões que norteiam a seqüência desta monografia.

Primeiro: apesar da revolução técnico-científica "descaracterizar" a luta de classes, não eliminou o sentido geral de uma luta contra a exploração, do trabalho subserviente, e contra a opressão, expressa na dominação política.

Segundo: apesar da transmutação da sociedade industrial, a conexão entre a técnica e a ação racional sempre visaram à dominação, permitindo, assim, a reconstituição histórica da técnica como projeto político. Diz J. Habermas: "Talvez o próprio conceito de razão técnica seja uma ideologia. Não apenas a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação (sobre a natureza e sobre o homem), dominação metódica, científica, calculada e calculadora. Não é apenas de maneira acessória, a partir do exterior, que são impostos à técnica fins e interesses determinados — eles já intervêm na própria construção do aparato técnico; a técnica é sempre um projeto (Projekt) histórico-social; nela é projetado (Projektiert) aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tentam fazer com o homem e com as coisas. Tal objetivo da dominação é "material" e, nessa medida, pertence à própria forma da razão técnica" (14).

Terceiro: apesar da sociedade tecnológica totalitária aparecer como uma relação entre técnica e agir racional-com-respeito-a-fins, o conteúdo político de dominação ainda deve ser examinado enquanto processo de valorização, independentemente de transformações do processo de trabalho, uma vez que ambos estão indissolivelmente ligados na sociedade industrial.

Quarto: apesar da revolução técnico-científica trazer consigo uma nova racionalidade, não se pode vislumbrar ainda mudanças qualitativas revolucionárias capazes de eliminar a opressão própria de um processo de trabalho que é em si mesmo processo de exploração. De acordo com B. Coriat: "Con el desarrollo de la automatización, es cierto que el sistema de lugares y funciones asignados a los diferentes agentes que concurren a la producción, el número y la cualificación de los obreros requeridos, las formas de división del trabajo, incluso la estructuración de la clase obrera em sus diferentes componentes, las relaciones entre ella y otros asalariados..., todo esto, sin duda alguna, ha sido modificado con mayor o menor intensidad (y exige, urgentemente, análisis e investigaciones). Pero estas modificaciones se han producido en el interior de una relación de clase basada en una forma específica de explotación que, como tal, permanece. Esta es, con toda precisión, nuestra diferencia fundamental con Richta y el resto de teóricos de la RCT" (15).

Quinto: portanto, permanecendo as bases sobre as quais o sistema de fábrica se caracteriza, seja no capitalismo, seja nos países socialistas, o trabalho de recuperação da memória histórica passa a ter um sentido muito especial, na medida em que permite visualizar melhor o caráter geral da luta, os projetos políticos, o discurso ideológico dos dominantes, enfim, o processo de

realização dos desígnios da industrialização naquilo que considero o seu aspecto produtivo rumo ao atual estágio de desenvolvimento e progresso: "O sistema de fábrica e suas implicações sociais busca dar outra dimensão ao conceito de industrialização, através de uma análise do próprio desenvolvimento histórico das bases técnicas, enquanto especialização e apropriação de saberes. Essa outra possibilidade de leitura sobre a temática da industrialização parte do princípio de que a produção histórica da relação capital-trabalho decorre de contradições que permeiam todo o universo social. Contradições essas que, do ponto de vista da industrialização capitalista, acabaram revelando para os sujeitos sociais o papel imprescindível do capitalista na gerência administrativa do processo de trabalho, a imperiosa e progressiva divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual, as rígidas leis de mercado, mas, fundamentalmente, a "criação" da própria figura do trabalhador" (16).

Sexto: enfim, o êxito desse sistema, sintetizando em cada momento o processo de acumulação e de dominação, se dá pela reposição, através de uma luta, de novas propostas de racionalização e da homogeneização dos indivíduos pela ação de um discurso que aponta para o futuro, que, em síntese, nada mais é do que a construção cotidiana da figura do trabalhador disciplinado.

### 3. Em que a luta revela que a história do progresso da humanidade é uma grande ilusão.

Procurei até agora expor um quadro crítico sobre as várias implicações implícitas, mas nem sempre abordadas, na temática geral da industrialização, principalmente quando esta é vista, acriticamente, como sinônimo de progresso. Porém, antes que especifique o tipo de abordagem que pretendo dispensar à análise sobre o desenvolvimento da indústria no Brasil, julgo necessário esclarecer melhor o que entendo por sistema de fábrica e suas implicações sociais, que desse sistema são também sinônimos.

Embora as colocações que fiz até agora já apontem a estratégia mais geral de análise que pretendo adotar, creio que ainda falta dar conta desta questão, a qual considero crucial para o desenrolar deste trabalho.

Assim, gostaria de começar a análise citando uma das mais significativas obras de Sinclair Lewis, pois considero o personagem Babbitt e a paisagem urbana e fabril como descrições loquazes do que é a mais pura ideologia do progresso, do mais autêntico americanismo, do mais radiante sucesso de homens forjados no trabalho e pelo amor ao trabalho:

"As torres de Zenith rompiam por entre a neblina matinal, buscando o céu claro: austeras torres de aço, cimento e pedra calcária, sólidas como rochedo e delicadas como varinhas de prata. Não eram cidadelas nem igrejas, mas, franca e magnificamente, edifícios para escritórios.

.....

"Num dos arranha-céus estavam-se encerrando as comunicações da Associated Press. Os telegrafistas erguiam cansados as palas de celulósio, após ter conversado a noite inteira com Paris e Pequim. As var-

redeiras espalhavam-se pelo edifício, a bocejar e a bater com os velhos sapatos nos calcanhares. Ia-se dissipando a neblina do amanhecer. Longas filas de operários, levando o seu almoço em latas, dirigiam-se, a passos arrastados, para as imensas fábricas novas (telhas coloniais e folhas de vidros) e para as lojas cintilantes onde quinhentos empregados trabalhavam sob o mesmo teto, distribuindo as honradas mercadorias que seriam vendidas à margem do Eufrates e na África do Sul. Os apitos saudavam a manhã de abril num coro tão alegre quanto ela, e que era o hino do trabalho numa cidade construída — na aparência — para gigantes" (17).

Sem dúvida, estamos diante de uma leitura onde o sistema, em meio à própria agitação do mundo moderno, revela a mais completa ordem e harmonia. Nada aí transparece ou indica uma resistência dos homens, senão o mais lírico progresso saudado pelos apitos das fábricas — o hino do trabalho —, das "honradas mercadorias" e, sobretudo, de trabalhadores cansados mas ordeiros. E permaneceríamos com essa imagem da sociedade do trabalho se não fossemos capazes de fazer uma pergunta crucial: o que leva os homens a erguer austeras torres de aço, cimento e pedra e as imensas fábricas — uma "cidade construída — na aparência para gigantes" —, para onde uma massa de homens se dirige, dia após dia, a passos arrastados, conformados com a triste sorte de ter que trabalhar para sobreviver, em meio a uma maquinaria de mercado "honrada" que se expande para o mundo todo? Reponho a pergunta de outra forma: por que os homens estão irremediavelmente coagidos a entrar para dentro das fábricas? Por que reivindicam, no dia a dia, participação no mercado de trabalho? Por que exigem, através de movimentos organizados (ou não), uma política governamental de pleno emprego, por exemplo, legitimando desta forma o sistema com sua dominação social?

Em última instância, a resposta aparenta ser simples — os homens precisam trabalhar para ganhar um salário, com o qual possam garantir um certo nível de consumo assalariado que permita sua sobrevivência. Todavia, considero bastante ingênuo supor que essa ordem natural seja o fundamento último do trabalho disciplinado, embora aí esteja o substrato da razão burguesa da dominação, regida, fundamentalmente, pelas leis econômicas de mercado. É claro que a burguesia almeja consolidar sua dominação através das rígidas leis de mercado, mas o próprio fato de ter que estruturar e garantir toda uma maquinaria disciplinar para os sujeitos, dentro e fora da fábrica, é a prova mais cabal de que esse mesmo mercado não responde às indagações que fiz mais acima, a não ser que a ele se dê uma outra dimensão. Mesmo porque, conforme já ressalttei logo no início, os indivíduos não podem reconhecer no trabalho uma fonte de prazer e de liberdade, a não ser que submetidos a uma terrível ilusão imposta pelos dominantes ou por ideologias de libertação (aquelas que falam, por exemplo, que o desenvolvimento das forças produtivas devem ser levadas às últimas consequências), enquanto este estiver associado à acumulação e à dominação, isto é, enquanto se traduzir por trabalho alienado e voltado para garantir o aumento da produtividade operária. Nesses termos, posso pensar, de imediato, em três for-

ças ou formas de coação dos indivíduos para o trabalho: 1) através de uma coação ideológica que, transmitida pela força apelativa de um discurso endereçado indiscriminadamente, pode estar alojada numa propalada crise econômica, na ameaça interna ao território nacional, no patriotismo, na busca do progresso econômico e social etc. — todos esses chamamentos à ordem acabam se travestindo em um corpo social mais produtivo, posto que disciplinado e coagido por uma mão, por assim dizer, quase que invisível; 2) pelo reconhecimento real e imaginário do indivíduo, pela sociedade, como indivíduo produtivo, taylorizado e capaz de reconhecer no mercado de trabalho o locus através do qual vende sua força de trabalho; em outros termos, pelo reconhecimento (consciente ou não) de que a sociedade industrial, a sociedade do trabalho, já está plenamente constituída — os homens já não reconhecem, senão através de uma memória histórica impiedosamente seletiva, outras formas mais prazerosas de trabalho, ou de trabalhos que sejam menos degradantes (a não ser através do discurso do vir-a-ser da sociedade automatizada), desde que o sistema, com suas máquinas e equipamentos em desenfreado movimento, demonstrou ser pleno de êxitos; 3) por último, sintetizando o que vem a ser esse sistema propriamente dito, mediante a constituição de todo um código disciplinar que se exerce sobre os indivíduos, dentro e fora do mundo da fábrica; é a instauração da disciplina de ponta a ponta, fichadora e catalogadora dos sujeitos produtivos. Aí, a imposição da disciplina, pelo consenso ou pela violência, através do monopólio do saber disciplinar que passa da fábrica para o Estado, e, progressivamente, para o conjunto do social, acaba ganhando ares de condições técnicas para que a intensidade ou produtividade do trabalho responda satisfatoriamente à imperiosidade do processo de valorização. Essas três formas de coação sobre os indivíduos indicam, por certo, que a dominação — no momento em que é exercida, suas técnicas, seu sucesso, enfim — é a estratégia de como pode ser lida a história de uma luta, que, por outro lado, se caracteriza pelas formas de resistência, veladas ou abertas, dos dominados.

Por isso mesmo, volto a insistir, a história da tecnologia como história do progresso da humanidade revela-se como uma grande ilusão quando vista sob a ótica de uma luta. Em outras palavras, essa história pode ser lida através da ação de um sistema que busca cada vez mais sofisticar seu aparato tecnológico, o qual, enquanto fonte de poder e opressão sobre os indivíduos, deve a parecer para o social como desvinculado da dominação. Contudo, quando esse aparecer é analisado pela teoria crítica, a ilusão se revela — desvenda-se o mistério de que desenvolvimento tecnológico, enquanto processo de acumulação, está deslocado da dominação, e que, conclusivamente, ciência e técnica são em si mesmas neutras e a serviço exclusivo do progresso da humanidade.

Marr já havia sido sensível a isso em O Capital. Embora aí suas considerações estejam intimamente ligadas à imperiosidade e rigidez das leis econômicas de mercado no capitalismo, sua análise sobre o prolongamento da jorna-

da de trabalho é bastante clara nesse sentido. Para ele, o emprego capitalista das máquinas revolucionou os métodos de trabalho e, portanto, acabaram por romper com a resistência do organismo social de trabalho, colocando à disposição do capital setores da classe operária até então inacessíveis — "... produce una problación obrera sobrante, que no tiene más remedio que someterse a la ley impuesta por el capital. Así se explica ese singular fenómeno que nos revela la historia de la industria moderna, consistente en que la máquina eche por tierra todas las barreras morales y naturales de la jornada de trabajo" (18).

A leitura possível sobre essas considerações é que, para Marx, a maquinaria contém em si mesma todos os elementos da ideologia burguesa da dominação no momento mesmo de seu emprego, já que aí está contida a lei mais geral da submissão da massa operária ao capital. Mais do que isto, explicita o paradoxo que o discurso dominante da industrialização, por ser coerente e lacunar ao mesmo tempo, traz em sua fala: a maquinaria, justificada socialmente pelo capital como o meio mais eficaz para a redução da jornada de trabalho e do esforço humano (portanto, uma abstração como fator de progresso social), é, na verdade, "... el medio más infalible para convertir toda la vida del obrero y de su familia en tiempo de trabajo disponible para la explotación del capital" (19). O problema dessa leitura marxista do sucesso da dominação capitalista sobre o trabalho está baseada no fato de que a maquinaria, rompendo com os limites naturais, tornou os homens, pela sua debilidade física, totalmente dependentes e subjugados.

Outro autor, Stephen Marglin, deslocando a questão da superioridade tecnológica como condição necessária e suficiente para explicar o êxito da fábrica, sugere uma outra leitura capaz de elucidar a origem da dominação capitalista:

"A tese que nós vamos defender será esta: a concentração dos operários nas fábricas foi uma consequência lógica do putting-out system (ou, se se preferir, das suas contradições internas) e o seu êxito não tinha grande coisa a ver com a superioridade tecnológica das grandes máquinas. O segredo do êxito da fábrica, a razão da sua adoção, é que ela tirava aos operários o controle do processo de produção e transferia-o para os capitalistas. Na ausência de uma tecnologia superior, a disciplina e a vigilância podiam reduzir os custos" (20).

Baseado na pergunta crucial que S. Marglin se propõe resolver — "é a organização econômica e social determinada pela tecnologia ou a tecnologia pela organização econômica e social?" —, outro autor, E. de Decca, em seu texto O nascimento das fábricas, sugere algumas pistas para o desvendamento daquilo que chama de memória burguesa da glorificação do trabalho fabril, cujo objetivo está em ocultar a fábrica como local, por excelência, e desde sempre, voltado para organizar e disciplinar o trabalho. Pode-se dizer que seu ponto de partida também está sugerido na perplexidade de constatar a impotência dos homens diante de um poder que lhes parece avassalador e de dimensões ilimitadas.

Sem dúvida, essa perplexidade indica algo mais do que a simples ne -

cessidade de redução de custos do trabalho, uma vez que a constatação real da impotência dos homens frente ao poder, sugere a existência de mecanismos e registros desse poder capazes de passar para o social a idéia de uma ordem natural regendo a sociedade industrial, no interior da qual o determinismo torna-se um implacável destino sob o qual os indivíduos estão possibilitados de se locomover, reproduzir a si mesmos e ao sistema. Embora não tenha procurado falar de outra coisa até agora, esse outro tipo de abordagem que E. de Decca sugere é muito importante para a compreensão das reais dimensões da temática da industrialização, da tecnologia e do processo de trabalho, os quais são apropriados pelo capital como saber e fonte de dominação.

De fato, o que lhe permite pensar dessa forma tem como ponto de partida constatar a impossibilidade dos homens terem acesso a um outro conhecimento capaz de interromper ou inverter a lógica do próprio processo real de conhecer. Mas, uma pergunta torna-se inevitável: quais os dispositivos que regem a ordem de domínio da sociedade, capazes de não permitir outros registros senão daqueles que se enquadram na lógica da dominação? A resposta a essa impotência social deve ser buscada, para esse autor, para além das puras determinações econômicas das relações de mercado:

"Por exemplo, quando falamos da produção de conhecimentos técnicos que não conseguem se impor socialmente, buscamos a resposta, via de regra, no nível do próprio mercado. Assim, uma tecnologia é ineficaz porque não consegue romper a barreira da concorrência imposta por uma ordem implacável. Nesse sentido, a conclusão é imediata. Não existem outras tecnologias além daquelas conhecidas, porque o próprio mercado se responsabiliza em eliminar as "menos eficientes". Contudo, deveríamos ser menos ingênuos em questões que colocam explicitamente em jogo as relações de dominação social. (...) Assim, o mercado não só impõe aos homens determinadas tecnologias "eficazes", como também impede que lhe seja possível pensar outras tecnologias" (21).

Em outras palavras, a organização do mercado, extrapolando as rígidas leis econômicas, é a constituição do espaço no interior do qual a ação dos homens não obedece suas vontades próprias, mas, ao contrário, estas são regidas por uma determinada ordem "natural", cujos desígnios, pensando sob a ótica do desenvolvimento da tecnologia, indicam para o social aquela que é "eficaz". Isto é, o ato inventivo já traz em si mesmo um projeto de ser vencedor, embora o seu aparecer quase sempre demonstre o contrário.

Assim, trabalhando com a idéia de "eficácia" para explicar o sucesso de padrões tecnológicos, de Decca reconhece que a apropriação do saber e, portanto, da tecnologia, se identifica, imediatamente, com a gênese da dominação. A questão, portanto, está em saber por que a tecnologia aparece como "eficaz" e de que maneira é apropriada e monopolizada apenas por um segmento da sociedade, em detrimento da maioria, independentemente do regime social privilegiado. A resposta se dá em dois níveis. Por um lado, porque os homens ficaram irremediavelmente submetidos a um mecanismo de ilusão, no momento mesmo do êxito da fábrica; hipostasiou-se a idéia de que somente a indústria mecanizada, por e -

tempo, tem condições de concorrer e vencer no mercado, uma vez que trabalha com tecnologias produtivas, altamente eficazes. O que estaria vetado, antes de mais nada, continua esse autor, é justamente isto: a possibilidade de pensarmos o ato mesmo de poder fabricar um produto qualquer, posto que esse ato já está definido e regido pelo estatuto de "condições objetivas". Ou seja, já está determinado socialmente, através do reconhecimento da mercadoria como produto da eficiência tecnológica industrial. Há, sem dúvida, uma alusão nessas considerações à questão do fetichismo da mercadoria analisado por Marx, ao sugerir que o mundo das idéias, o ato de pensar, o modo de pensar, ganham autonomia e estabelecem entre si relações sociais determinadas. Mais ainda, se por um lado a eficácia aparece como ilusão que os vencedores inculcam ao social através do processo de dar substância — "condições objetivas" e "padrão de qualidade" — às mercadorias industriais, por outro lado, a apropriação de saberes tecnológicos "eficazes" deve se dar para além dos critérios da produtividade e da neutralidade.

De fato, acompanhando a tese de Marglin, pensar mercado ou divisão social do trabalho deve ter outro tipo de registro que não esse da eficácia:

"A divisão capitalista do trabalho — tipificada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith — foi adotada não por causa de sua superioridade tecnológica, mas porque ela garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o do coordenador que, combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercantil.

"(...) Do mesmo modo, a origem e o êxito da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato de ela despojar o operário de qualquer controle e dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir daí, o operário já não é livre de decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário; tem que optar por trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar de todo — o que, na prática, não lhe deixa escolha" (22).

Nesses termos, a estratégia está em captar a dimensão de uma luta, a qual, ao se engendrar, informa para o social a importância do reconhecimento do mercado, da divisão do trabalho, da eficácia técnica da fábrica, sobre outras formas de conhecer, consolidando assim o papel imprescindível do capitalista empreendedor na produção. De acordo com Marglin, isso ocorre porque a divisão do trabalho garantiu a essa figura o papel de coordenador do processo de produção; na partilha, que se processa através da divisão do trabalho, o empreendedor acabou se apossando do saber, do controle e da natureza do trabalho, etc., em detrimento dos trabalhadores. Estes, alienando-se do processo de trabalho, tornaram-se trabalhadores livres e despossuídos à disposição do capital, inaugurando uma incrível maquinaria de dominação, a qual, voltada para os objetivos da acumulação, explica o êxito da fábrica.

O ponto crucial para se pensar a estratégia de dominação parte do princípio, portanto, de que o mercado — "... entidade universal através da qual os homens se reconhecem a si próprios" — é o locus onde, deterministica-

mente, os homens pensam e agem; ou seja, objetiva-se como universalização capaz de tornar real o imaginário burguês da ordem "natural" da partilha entre saberes. Entretanto, o reconhecimento da dominação também pressupõe formas de resistência, um contrasenso aparente, na medida em que, contraditoriamente, o mercado, ao produzir as classes, instaura concomitantemente a luta: a partir desse registro real -- o reconhecimento do mercado --, o seu escamoteamento e a imposição da dominação tornam-se faces de uma mesma moeda no interior de um discurso imaginário do mundo burguês; a universalização desse imaginário é a manifestação mais explícita de que a luta se instaura no momento mesmo em que as classes se produzem e se reconhecem como tal:

"As relações de produção não antecedem a uma sociedade mas constituem as relações de produção em e de uma sociedade. Da mesma forma, o operário não aparece em primeiro lugar como objeto do capital, um fator de produção, para depois se constituir em um sujeito contra o capital como pretendia Luckacs" (23).

É possível, assim, pensar a sociedade capitalista e a burguesia nesses mesmos parâmetros em que é pensada a classe operária, pois a classe de capitalistas, ao experimentar as condições reais das relações sociais de produção, se defronta imediatamente com a necessidade de impor a dominação. Isto é, o aparecer da sociedade capitalista é o aparecer de uma classe de dominados que, desde logo, tem que passar para a sociedade a idéia de que o mercado, locus natural de trocas, é criação universal entre os homens e fonte de onde sempre emanaram as desigualdades: a instituição desse mercado, que pressupõe desde o princípio a divisão social do trabalho como ponto de partida que institui a classe burguesa, transforma-se em uma entidade universal mediante a qual os homens se vêem a si próprios como seres produtivos e naturalmente desiguais. Em contrapartida estes se opõem, ao mesmo tempo, a qualquer outro dispositivo imaginário que coloque a ordem social fora do âmbito desse universo de constituição das classes, que, por isso mesmo, tem o seu aparecer como real -- condição primeira para se pensar como uma classe impõe sua dominação sobre outra. Aí, mercado aparece como campo real, ao mesmo tempo que é a forma ilusória capaz de submeter todos os homens aos desígnios de uma ideologia: pensando nesses termos, pode-se dizer que a constituição do mercado é a realização imediata dos objetivos de uma classe de dominadores, de figuras imprescindíveis.

Isto fica bastante claro no texto O nascimento das fábricas, quando E. de Decca, buscando dar a dimensão real de uma luta -- o mercado como imaginário e real, a instituição e efetivação da divisão social do trabalho, a produção histórica de uma classe de proprietários dos meios de produção e de uma classe de assalariados -- demonstra que no aparecer dos sujeitos sociais a ideologia se encarrega de tornar a figura do capitalista como imprescindível na partilha para a própria realização do processo de trabalho. Para ele, pensar o engendramento de uma classe de possuidores e outra de expropriados é entender, inversamente, como essa "ilusão" (o mercado) se transforma em uma categoria do

tada de reconhecimento universal entre os homens: "a presença histórica das classes nessa sociedade se dá justamente a partir da universalização desse imaginário burguês" (24) — divisão do trabalho, disciplina, hierarquia, eficácia tecnológica etc., nesses termos, são idéias plenas de abstração e próprias desse imaginário, cujo aparecer para o social radica no princípio de que são atemporais, que existem desde sempre. Nesse sentido, desvendar o "mistério" do mercado como um dado "natural" implica em compreender o sistema de fábrica como luta, onde a disciplina e a hierarquia, por exemplo, são idéias completas que extrapolam o âmbito da pura razão técnica do movimento de acumulação. Por isso mesmo, este não pode ser visto como um sistema que traz em si o germe da harmonia e do progresso social: suas contradições revelam-se indissoluvelmente ligadas à maquinaria de dominação social; enquanto processo de luta, esclarece para que servem os patrões (25): um sistema que, uma vez entendido como de acumulação, é, por excelência, um processo cumulativo de poder de uma classe sobre outra. O registro dessa luta como movimento de constituição das classes — "uma categoria histórica, definida pela maneira como os homens vivem sua própria história" (26) — está fixada, na ótica da burguesia, pelo seu interesse material objetivado na acumulação, mediante a imposição de sua dominação de classe, a qual (volto a insistir) tem um de seus momentos de revelação no reconhecimento social do papel imprescindível que joga o capitalista no processo de produção.

O trabalho de S. Marglin tem importância porque percebe tal processo na dimensão de uma luta: o sistema de fábrica, com a divisão e o parcelamento do trabalho, e como síntese do êxito da dominação no seio da sociedade burguesa, aparece como luta pela expropriação e posse do saber do processo de trabalho que antes estava em mãos dos trabalhadores diretos. A originalidade desse autor está justamente no fato de conseguir perceber os caminhos através dos quais a luta, ao engendrar as classes e o imaginário do mercado como campo seletivo de tecnologias e saberes "eficazes", cria, concomitantemente, a figura do capitalista empreendedor como indispensável à produção, desde os momentos de transição da ordem feudal para a capitalista: o sistema de fábrica que se produziu no bojo daquela transição foi síntese de uma luta onde os vencidos — os trabalhadores domésticos — perderam o controle definitivo do processo de trabalho, cabendo aos vencedores — os capitalistas empreendedores — a posse por expropriação, qual despojos de guerra, e o controle desse saber. Somente o regime de fábrica possibilitou ao capitalista impor a hierarquia e a disciplina em sua forma plena para garantir a submissão dos expropriados aos objetivos da acumulação: "a disciplina e o controle, diz Marglin, só faziam falta do ponto de vista do capitalista não do operário" (27).

A reunião de trabalhadores num mesmo local de trabalho, ainda pensando no capitalista empreendedor que procurava reduzir os custos de produção, tal como sugere Marglin, teria sido fundamental naquele momento. A partir daí, os

trabalhadores já não podiam dispor tão facilmente de seu tempo como bem lhes a prouvesse, nem podiam mais sabotar a produção com a frequência verificada no putting-out system, sem que provocassem uma verdadeira crise contra a propriedade privada. E isso significou, dentre outras coisas, que o tempo do capital passava a definir o modo de vida da classe trabalhadora. A progressiva separação do trabalhador do mercado foi, aos poucos e irreversivelmente, tornando im prescindível o capitalista, principalmente quando nascia junto com a produção e não se colocava na posição de um simples intermediário; este, na concepção de Marx, sempre esteve mais preocupado em comprar barato e vender caro. Portanto, na base desse papel imprescindível a instauração de um novo trabalho disciplinado e hierarquizado se erige.

Ainda que não tenha sido um inovador, Marglin está certo em dizer que o sucesso da fábrica dependeu, num primeiro momento, da possibilidade de reunião dos trabalhadores artesãos, até então dispersos, num mesmo local de trabalho; aí lhes será prescrito agora o quê produzir, quanto produzir e, à medida que esses trabalhadores iam perdendo o conhecimento técnico, como produzir. Na verdade, tal caminho "revolucionário" só pode ser o de uma luta, isto é, o do processo de expropriação do conhecimento, que antes estava de posse dos trabalhadores diretos. Através de medidas disciplinares e de toda uma hierarquização do sistema produtivo, estrategicamente provocadas pela parcelização das tarefas, o empresário pôde transferir para si o controle desse processo.

Digo que Marglin não pode ser considerado um inovador porque o próprio Marx, desenvolvendo um estudo muito mais complexo, não deixou de ser sensível a essa questão, podendo ser constatada essa preocupação em vários momentos de sua obra. Em sua análise sobre a subsunção formal do trabalho ao capital, por exemplo, já reconhecia que o êxito da fábrica não dependeu, no seu início, de nenhuma transformação significativa nas bases técnicas e, por isso mesmo, não reconhece esse momento como tipicamente capitalista. Para ele, essa submissão ainda não explica o êxito final do sistema de fábrica e sim o começo do processo: a cooperação e a divisão do trabalho são saudadas apenas como formas que o capitalista empreendedor encontrou para tornar o processo de trabalho cada vez mais produtivo, através da eficácia do poder coercitivo que agora podia ser exercido sobre os trabalhadores assalariados. A submissão formal, enquanto condição e premissa da submissão real, se caracteriza basicamente pelo momento em que o capital se apropria do processo de trabalho tal como ele é herdado do modo de produção feudal. Nessas condições, o capital apenas se esforça para aumentar a intensidade e a duração do trabalho, mas o conteúdo do processo real de trabalho e a técnica em vigor não chegam a ter mudanças significativas. E isso é exemplificado em dois momentos das anotações complementares de Marx sobre a subsunção formal do trabalho ao capital:

"No próprio modo de produção (subsunção formal) não se observa ainda qualquer diferença nessa etapa. O processo de trabalho, do ponto de

vista tecnológico se faz exatamente como antes, só que agora no sentido de processo de trabalho subordinado ao capital".

Ou ainda,

"A simples transformação formal da oficina artesanal em empresa capitalista — na qual o processo tecnológico a princípio ainda se mantém igual — consiste na supressão de todas essas limitações, com o que também se modifica a relação de superioridade e subordinação. O mestre agora já não é capitalista por ser mestre; mas, mestre, por ser capitalista" (28).

Mas, apesar de todas essas considerações, uma pergunta ainda fica sem resposta: por que os trabalhadores acabaram entrando para dentro das fábricas?

Para a teoria marxista, resumidamente, os primeiros artesãos e camponeses despossuídos entraram para dentro das fábricas porque não lhes restou outra saída diante da crise do regime feudal e do processo capitalista de fechamento dos campos. Assim, essa mão-de-obra "livre", que acabou se deslocando para a cidade, pôde ser recrutada em níveis de superexploração. Porém, se esta foi uma das condições fundamentais para o surgimento das relações sociais capitalistas de produção, como explicação estaria comprometida se, de acordo com K. Marx, a ação do Estado absolutista, no bojo do processo de acumulação primitiva, não promulgasse verdadeiras "leis sanguinárias" que obrigaram toda a sorte de indivíduos "indisciplinados", ociosos e vadios a entrar, pela força física, para dentro das fábricas; o que comprova e ao mesmo tempo exige um certo cuidado com o pressuposto burguês de uma ordem natural a respeito do trabalho disciplinado e hierarquizado:

"... después de ser violentamente expropiados y expulsados de sus tierras y convertidos en vagabundos, se encajaba a los antiguos campesinos, mediante leyes grotescamente terroristas, a fuerza de palos, de marcas a fuego y de tormentos, en la disciplina que exigía a el sistema del trabajo asalariado" (29).

As leis não existem por acaso ou para resolver problemas que a sociedade ainda não formulou para si. Ao contrário, as "leis sanguinárias", às quais Marx se refere, foram sancionadas justamente porque a figura do trabalhador livre e assalariado ainda não aparecia para o social sob a égide de uma ordem "natural", a qual só iria se configurar plenamente com a instauração da submissão real do trabalho ao capital. Mas, enquanto isso não foi possível, o trabalhador não só se recusou a entrar para dentro da fábrica como empreendeu verdadeiros movimentos de quebra de máquinas cada vez que um novo padrão tecnológico era adotado: o êxito da fábrica capitalista só se explica enquanto estratégia de expropriação do saber se, ao mesmo tempo, também foi explicada pela forma violenta como a própria figura do trabalhador assalariado foi historicamente sendo construída pelo capital. Da mesma forma, esse novo padrão acabaria adquirindo força de lei. Se por um lado o sistema de fábrica surgiu prescindindo de inovações tecnológicas, explorando o trabalho em regime de subordinação formal, ao mesmo tempo que, através da imperiosidade da organização da produção,

impunha a disciplina e a hierarquia, maximizava a produção, controlava a introdução e a aplicação de inovações tecnológicas, dominava a comercialização da produção e tornava imprescindível a figura do empresário, por outro lado, como bem lembra outro autor, David Dickson, a consolidação de uma dominação constantemente ameaçada por uma luta acabou impondo, progressivamente, a adoção de um determinado padrão tecnológico — eis aí uma boa maneira de conceituar progresso!(30)

A introdução desse padrão correspondeu, nesses termos, a uma nova racionalização do sistema que, diante da ameaça constante, acabou encontrando aí o salto qualitativo capaz de garantir a dominação, uma vez que trazia em si mesmo incorporados os objetivos de promover a disciplina e a hierarquia tão imprescindíveis ao controle capitalista da produção. Assim, o caráter produtivo da luta que se travou e evoluiu desde a passagem do putting-out system até o sistema de fábrica — e que ainda continua sob formas diferenciadas de movimentos organizados (ou não) de trabalhadores na moderna sociedade industrial — é que estes, ao resistirem à dominação burguesa e ao processo de expropriação de conhecimentos técnicos que antes detinham, acabaram, contraditoriamente, reconhecendo a dominação tecnológica. Ao mesmo tempo, a luta, por ser ameaça constante ao poder, exigiu deste a promoção ininterrupta do progresso tecnológico sob o signo da acumulação.

Essa transfereência de saberes técnicos para o mando capitalista, aqui analisada como processo histórico da ação da memória dos vencedores, acabou, finalmente, se consolidando através de um conjunto de instituições, a partir do qual a ordem social pode ser garantida. Isso significa dizer também que a fábrica, numa leitura gramsciana do fordismo, é o ponto de partida para se pensar não só a dominação sobre trabalhadores como a própria razão de ser do advento de uma estratégia política voltada para um projeto hegemônico, indo de uma "guerra de posição" para uma "guerra de movimento" (31). Aqui, portanto, o momento em que, para todo o social, a fábrica, isto é, a indústria mecanizada, transforma-se, através de um eficiente discurso ideológico, na única medida capaz de aferir os avanços e consolidar os mitos da sociedade industrial. Em outras palavras, esse conjunto de instituições competentes, que se desdobra desde o mundo da fábrica até os organismos científicos, por intermédio de uma relação indissolúvel entre ciência e tecnologia, como processo natural de formação do conhecimento humano, foi, por isso mesmo, se transformando, pouco a pouco, em esfera especializada de domínio e controle político e social, tal como já havia assinalado na leitura crítica de Marcuse. Mas isto não é privilégio do mundo capitalista.

Realmente, se o sistema de fábrica está histórica e irremediavelmente ligado à vigilância e ao controle disciplinar do processo de trabalho, e se esses projetos respondem sempre ao objetivo máximo posto na acumulação, então é preciso que a crítica seja mais abrangente e não recaia somente sobre o sis-

tema capitalista. A União Soviética, nesse caso, é um bom exemplo do sucesso do sistema de fábrica. Ali também a disciplina, a hierarquia, a vigilância despótica, o saber técnico aplicado, as técnicas de controle do processo de trabalho, não só não estão na posse dos trabalhadores como se voltam contra eles.

Lênin, buscando reconstruir uma Rússia devastada pela guerra, e tendo que reerguê-la da crise para fazer frente ao mundo capitalista ameaçador, ou seja, pressionado pela imperiosidade de promover uma eficaz e produtiva industrialização (acumulação = desenvolvimento das forças produtivas), compreendeu e foi mais lúcido do que a própria burguesia quanto à aplicação dos princípios de administração científica propugnados por F.W. Taylor. Para ele, a vitória e a conquista do poder pelo proletariado, ironicamente diria, dependia, em grande medida, do poder soviético assumir imediatamente a tarefa de disciplinar o trabalhador russo para aumentar a intensidade do trabalho. Em "As tarefas imediatas do Poder Soviético", publicado em abril de 1918 no "Pravda", Lênin traçava as diretrizes básicas para o aumento da produtividade do trabalho, e concluía:

"El ruso es un mal trabajador comparado con los de las naciones adelantadas. (...) La tarea que el Poder soviético debe plantear con toda amplitud al pueblo es la de aprender a trabajar. La última palabra del capitalismo en este terreno — el sistema Taylor —, al igual que todos los progresos del capitalismo, reúne toda la refinada ferocidad de la explotación burguesa y varias conquistas científicas de sumo valor concernientes al estudio de los movimientos mecánicos durante el trabajo, la supresión de movimientos superfluos y torpes, la adopción de los métodos de trabajo más racionales, la implantación de los sistemas óptimos de contabilidad y control, etc.

La República Soviética debe adquirir a toda costa las conquistas más valiosas de la ciencia y de la técnica en este dominio. La posibilidad de realizar el socialismo quedará precisamente determinada por el grado en que logremos combinar el Poder soviético y la forma soviética de administración con los últimos progresos del capitalismo. Hay que organizar en Rusia el estudio y la enseñanza del sistema Taylor, su experimentación y adaptación sistemáticas. Al mismo tiempo, y con el propósito de elevar la productividad del trabajo, hay que tener presentes las peculiaridades del período de transición del capitalismo al socialismo que reclaman, por un lado, el establecimiento de las bases de la organización socialista de la emulación y, por otro, la aplicación de medidas coercitivas para que la consigna de la dictadura del proletariado no quede empañada por una blandenguería del poder proletario en la práctica" (32).

Malgrado os ideais postos na revolução socialista, os epígonos de Lênin levaram às últimas conseqüências aquilo que parecia ser privilégio apenas do mundo da produção capitalista. Hoje, no mundo todo, ainda que a exploração possa apresentar variações de forma e de grau, a opressão é a mesma. E esta, retirando aos trabalhadores os frutos de seu próprio trabalho, pois permanecem submetidos a um regime despótico, levou os ensinamentos de Taylor a uma alta sofisticação na organização planejada. O que quero dizer com isso é que, passados vários séculos desde a desestruturação do putting-out system, a luta

contra a opressão está mais viva do que nunca, ainda que seu conteúdo não seja o mesmo daquele período inicial. Cada vez mais vão se fechando as malhas da dominação, embora a luta cotidiana dos trabalhadores, qualquer que seja o regime aqui considerado, coloque de forma muito clara a necessidade da conquista da democracia a partir do interior da fábrica até mesmo nos países do bloco socialista.

Falando mais detidamente do problema da burocracia soviética, outro autor, Cornelius Castoriadis, vislumbra nos conselhos operários a única forma de organização capaz de superar a contradição inerente a um regime que precisa falar em liberdade mediante o uso deliberado da opressão, através da elaboração de um programa socialista que, segundo ele, deve buscar a adoção da gestão operária das fábricas, a limitação (atenção!) da hierarquia, a supressão das normas de trabalho e o reconhecimento desses conselhos como a direção social (33). Embora reconheça a similaridade entre o sistema de fábrica capitalista e o sistema de fábrica socialista (burocrático e voltado para a acumulação/dominação), Castoriadis vê uma saída política para o problema a partir da crise que o próprio sistema engendra, possibilitando a sua transformação em algo verdadeiramente democrático (34).

Com efeito, como já havia sublinhado anteriormente, para esse autor pode-se falar em caráter produtivo da crise porque nesse momento a luta desnuda para os agentes sociais toda a maquinaria da dominação -- o fim da ilusão pode ser o início de uma verdadeira "contra-gestão" operária. A esperança trotskysta de Castoriadis -- ao reconhecer que é impossível eliminar totalmente a opressão -- é que os trabalhadores se encaminhem para a formação de conselhos de fábrica (verdadeiros organismos democráticos dos trabalhadores, afirma), explorando a instauração das crises que, pondo a nu o sistema, denunciam a vulnerabilidade dos opressores. Indo mais além nessas considerações, posso supor que nesses momentos a fragilidade revelada pela crise acaba creditando ao futuro a esperança do vir-a-ser de uma nova racionalidade capaz de cumprir, uma vez confirmada, um importante papel na sedimentação de uma memória dos que ainda não ousaram vencer. Caso contrário, conduz uma vez mais e irremediavelmente para o "saco sem fundo" das utopias.

Castoriadis, porém, acredita nessa nova racionalidade -- um sistema de fábrica democrático -- porque a crise dos regimes opressores demonstra toda a sua "irracionalidade". Assim, partindo do pressuposto de que a crise é fruto da contradição inerente ao regime vigente na União Soviética, encontra a saída para o fim da opressão: somente os oprimidos, ao colocarem em prática um programa socialista, poderão resolver o problema histórico da racionalização; vislumbra a saída justamente porque não acredita que esse sistema despótico, apesar de toda a parafernália da organização científica do trabalho, seja racional; por definição, todo sistema baseado na dominação não pode ser racional. A crítica que desfecha contra o regime burocrático e opressor da União Soviética

não deixa margem à dúvida sobre o caráter político da luta dos trabalhadores russos, tal qual os exemplos da revolução húngara e da crise polonesa já apontavam:

"La crisis polaca y la revolución húngara han hecho salir a la luz del día la crisis terrible del régimen burocrático, y multiplican a su vez su intensidad. Obligan a la burocracia a abrir, aunque sólo sea parcialmente, sus libros de caja y los archivos de su policía secreta. Y lo que podemos ver entonces, no es sólo la imagen de la explotación y de la opresión más inhumana; es también el increíble caos de la sociedad burocrática, la espantosa anarquía de la economía presuntamente "planificada", la incapacidad total de la burocracia para asumir la gestión de su propia economía, de su propio sistema" (35).

Aqui, de acordo com Castoriadis, a contradição-chave do problema: um sistema baseado na disciplina e na hierarquia despótica não pode ser racional (um contrasenso, evidentemente), pois cada vez mais a luta dos trabalhadores contra a opressão tem demonstrado que o sistema é "irracional" e que a camada dirigente é incapaz de tornar a vida social na fábrica harmoniosa. E três são as razões básicas pelas quais esse autor acredita ser impossível pensar uma camada dirigindo corretamente e de maneira harmoniosa uma produção planificada, seja de tipo capitalista, seja de tipo soviético.

Em primeiro lugar, porque "... la burocracia dirigente no sabe lo que debe dirigir: no puede conocer la realidad de la producción, porque esa realidad no es sino la actividad de los productores, y los productores no informan a los dirigentes, capitalistas privados o burócratas, sobre lo que ocurre realmente" (36). Apesar de discordar do pressuposto central desse autor, qual seja, pensar a possibilidade de um sistema de fábrica verdadeiramente democrático — para mim uma contradição dos termos —, sua obra é importante porque demonstra como o despotismo ultrapassa as fronteiras do capitalismo. E, sem dúvida, porque também recoloca o sentido mais geral de uma luta. Se, por um lado, a expropriação e o controle de saberes definem uma relação de dominação, por outro, a ação da memória, mesmo porque contraditória, acaba sendo inócua no seu trabalho diuturno de apagar da consciência dos trabalhadores sua condição real de dominados. É isso, pode-se dizer, revela o verdadeiro núcleo da administração científica: eliminar a necessidade dos dominantes e seus administrados recorrerem às informações dos produtores diretos, como forma de "suprimir" as resistências deliberadas, principalmente aquelas que fogem às políticas organizadas e, portanto, localizáveis. Contudo, como Castoriadis mesmo aponta, a questão é que a direção ainda não conseguiu seu intento de promover a expropriação radical, apesar do processo acelerado de automatização do processo de trabalho (37): se o objetivo a ser alcançado na estratégia de separação entre concepção e execução do processo de trabalho está em retirar dos trabalhadores quaisquer possibilidades de reterem para si saberes imprescindíveis, esta não pode suprimir o fato de que esses mesmos trabalhadores têm consciência, no interior do processo produtivo, de que na sua resistência a essa expropriação re

side seu poder de barganha. Portanto, qualquer que seja o lado privilegiado para análise, a luta se revela como luta pelo monopólio de saberes; em última instância, acaba demonstrando a falência da racionalização e da planificação capitalista ou burocrática (desse modo, pela importância que essas questões têm no interior desta monografia, permito-me retomá-las mais à frente, quando discutir o processo de trabalho no desenvolvimento da industrialização brasileira, mesmo porque considero essa "falência" uma faca de dois gumes: a resistência inerente a essa "irracionalidade" sempre aponta, produtivamente, para o fato de que a garantia para a manutenção da condição de dominantes radica na introdução de "novas" estratégias de racionalização do sistema).

Em segundo lugar, porque "... toda la organización de la producción está hecha contra los trabajadores, a quienes se le pide siempre, de un modo u otro, más trabajo sin compensación equivalente" (38). Esta característica intrínseca da organização fabril pode ser traduzida como a evidência de um antagonismo que existe entre concepção e execução do trabalho. É isso é interessante ser observado, pois demonstra que esses dois momentos distintos e imprescindíveis para a realização da produção capitalista ou burocrática, ao estabelecerem entre si a contradição própria a um sistema baseado na exploração e acumulação, apontam o motor interno para a transformação. Por outro lado, esse caráter irreconciliável e expresso na luta esclarece, para Castoriadis, a razão pela qual não pode ocorrer o fenômeno da reificação; enquanto for possível pensar uma luta de resistência, é porque a exploração e a opressão não puderam sequer ser escamoteadas, seja por sua ineficácia em reconciliar interesses contrários, seja pela sua incapacidade em realizar totalmente aquela separação que é a própria razão de ser da planificação. Embora já tenha ressaltado mais acima, gostaria de reafirmar que o aperfeiçoamento do sistema de planificação pode ser visto sob vários ângulos. Mas, na ótica que aqui se privilegia, essa racionalização resulta, em última instância, de uma pergunta crucial que os dominantes se fazem a todo momento: como evitar ou eliminar a resistência e a organização dos trabalhadores dentro das fábricas? Qualquer que seja a resposta, o certo é que, enquanto houver uma luta, haverá a racionalização como sua antítese; um paliativo, é verdade, mas que não deixa de ser produtivo no momento mesmo em que repõe para o sistema a possibilidade de tornar ineficaz todo e qualquer movimento de resistência (39); o confronto diuturno entre interesses tão antagônicos coloca para os racionalizadores a certeza de que a planificação não pode ser um sistema pronto e acabado, mas um eterno vir-a-ser que, ao cumprir a cada momento objetivos claros no interior do processo histórico de uma luta, ganha força e autonomia, justificando-se ideologicamente para o social como inerente e natural. Nesses termos, não é por outra razão que acredito estar diante de uma boa estratégia para recuperar uma luta que a memória, mesmo a contragosto, é incapaz de apagar totalmente. O processo de trabalho, a racionalização da sociedade de ponta a ponta para o trabalho produtivo, enfim, a for -

ma como essas transformações são percebidas pelos agentes sociais envolvidos no calor da luta e em cada período histórico determinado, permitem perceber, quiçá, a presença e o nível efetivo de participação desses mesmos agentes.

Por último, porque "... el aparato dirigente burocrático, tanto o más que el de una fábrica capitalista privada, se ve desgarrado por conflictos internos" (40). Mais uma vez Castoriadis sugere algo muito importante: a hierarquia não reflete uma ação harmoniosa entre seus vários escalões de mando. Pensando nessa estrutura como princípio do poder naturalmente reconhecido através da divisão social do trabalho, a hierarquia não fica comprometida porque seja em si mesma conflituosa, mas porque é palco de sedições internas capazes de revelar a fragilidade do sistema. Isso implica em reconhecer que a hierarquia, a forma explícita como o poder exerce sua legitimidade, acaba se deslocando do suposto objetivo de administrar o processo de redução de custos de produção, como supõe S. Marglin, para estabelecer também, e contraditoriamente, ligações com ações políticas e ideológicas, as quais explicam as cisões entre a classe dirigente e a classe executante (concepção versus execução), bem como os interesses de grupos em confronto aberto para se legitimar no poder. Enfim, retomando a questão pelo lado produtivo da resistência para a dominação -- aspecto que Castoriadis parece não dar muita importância --, é preciso levar em consideração que, diante das várias formas de manifestação de resistência ao trabalho, e considerando que essas não implicam em afirmar que há uma recusa ao trabalho e sim à sua forma de organização, o sistema tem que encontrar, e invariavelmente encontra, "paliativos" capazes de elevar novamente a produtividade operária. O resultado são as metamorfoses que ocorrem no processo de trabalho (concepção e execução, novas tecnologias etc.), sem que a paisagem "modificada" da fábrica perca sua característica essencial; enquanto constante racionalização -- síntese de uma luta --, esta se expressa de maneira conflituosa mas necessária: ao mesmo tempo que cria a figura do trabalhador "livre (porque a sociedade não permite o registro de outras formas de trabalho que não estejam subordinadas à do trabalho compulsório) para vender sua força de trabalho, o sistema também tem que sedimentar a idéia de um serviço militar no trabalho como aquela que melhor expressa a inevitável disciplina e hierarquia. Cada indivíduo socialmente recrutável através do mercado de trabalho adquire duas patentes mutuamente complementares e coerentes com o ideal da virtude do trabalho (sofrimento, abnegação, submissão etc., nada mais são do que maneiras de se expressar o custo social inevitável para se alcançar a felicidade e o prazer): uma a de soldado do trabalho, sempre disponível e mobilizável para cerrar fileiras; outra a de prisioneiro do trabalho, pelo reconhecimento de que o sistema criou suas próprias cadeias.

De fato, para finalizar essa questão, André Gorz tem razão em afirmar que a divisão social do trabalho (de tipo capitalista privado ou de tipo

socialista burocratizado) expressa uma racionalidade que em tudo lembra o modelo dos exércitos, ao concluir que, desde a sua origem a organização industrial e a organização militar guardam a mesma estrutura de linguagem. Para ele, nem o próprio Marx ousou escapar a essa idéia, a qual os seus epígonos trataram logo de reproduzir sem medir conseqüências:

"A subordinação técnica do operário ao ritmo uniforme do meio de trabalho e à composição particular do corpo de trabalho, feita de indivíduos de idade e de sexo diferentes, criam uma disciplina totalmente militar, que se torna o regime definitivo das fábricas e desenvolve, em toda a sua amplitude, o trabalho já mencionado dos capatazes e a distinção dos operários entre trabalhadores e capatazes, entre soldados e sub-oficiais da indústria" (41).

Assim, retomando minha suposição inicial, pensar o regime fabril implica em desmistificar um conjunto de idéias onde disciplina e hierarquia aparecem como conseqüências, ou seja, subordinadas aos desígnios da acumulação na moderna sociedade industrial, da mesma forma que racionalização, objetivada numa terrível maquinaria de poder e de dominação, acaba, equivocadamente, sendo igual e plenamente justificada por uma suposta neutralidade da produção. Ao contrário, racionalização é síntese de uma luta e, portanto, também não pode ser vista como seqüela mas a razão de ser de um sistema cujo poder tem que exercido para que sua legitimidade seja reconhecida pelo corpo social.

O que sustenta hoje as superpotências mundiais, por exemplo, se explica não só pelo elevado grau de acumulação conseguido, como também pela competência na legitimação da dominação, pela concentração e centralização do poder, através da planificação e submissão dos homens. Ninguém escapa a esse crivo, o qual expressa, talvez, a maior das certezas e certamente a lógica do sistema. Essa competência, em outras palavras, se traduz pela reposição contínua para a sociedade de uma certa aprendizagem — a contínua e ininterrupta inculcação nos indivíduos da virtude do trabalho — ao mesmo tempo que se expressa, objetivamente, por intermédio do repasse de um determinado saber (tecnológico, cultural etc.) apropriado e que traz em si incorporado o substrato de um projeto político mais abrangente. Contudo, a luta faz desse projeto — a constituição da forma ideal de trabalhador — um vir-a-ser capaz de se realizar em um futuro sempre próximo, graças à competência de uma construção ideológica sobre trabalho, regime fabril, soldados do trabalho, que ganhou substância definitiva por todo o tecido social. Isso significa dizer que o projeto político está indissolivelmente ligado à imposição da dominação de ponta a ponta sobre a sociedade, razão pela qual pode-se reconhecer os vencedores, mas não simplesmente uma dominação que, de acordo com Marglin, se impõe para garantir a redução de custos de produção, isto é, uma seqüela do processo de acumulação. Ao contrário, creio que disciplina e hierarquia são os componentes inerentes de um sistema que só pode ser visto como uma relação de dominação-acumulação: a melhor forma de dizer o que seja o sistema de fábrica principia pela não separação desse binômio. Por isso recorro mais uma vez a A. Gorz para demons -

trar que a hierarquia, mesmo que limitada, tal como Castoriadis propõe para defender a tese dos Conselhos operários, é sempre problemática porque a organização científica do trabalho tornou o trabalhador coletivo uma realidade exterior aos proletários como indivíduos: a potência técnica do primeiro se dá pela impotência dos segundos; ou seja, "a onipotência coletiva de uma classe produtora do mundo e da história é totalmente incapaz de se tornar sujeito consciente de si em seus membros" (42). Mais adiante, estabelecendo uma comparação entre trabalhador coletivo (no regime de fábrica) e o soldado coletivo (no exército) esse autor coloca a impotência dos oprimidos diante da razão hierárquica do trabalho (o que torna essa estrutura hierárquica necessária), e sua armadilha:

"Ora assim como os soldados não podem interiorizar o "soldado coletivo" que é o exército — sejam quais forem, aliás, as finalidades a que este serve — submeter seu funcionamento interno à sua vontade comum, também os trabalhadores não podem interiorizar o trabalhador coletivo e submeter a seu controle direto o processo social de produção. O obstáculo (...) não é a estrutura hierárquica do trabalhador coletivo, mas o que torna essa estrutura necessária, ou seja: a dimensão das unidades de produção, sua dependência, a divisão territorial, social e técnica do trabalho que tais unidades encarnam, em suma, a impossibilidade de se ter de tudo isso uma visão de conjunto e de fazer com que a ou as finalidades inteligíveis que todos tivessem, por hipótese, atribuído a esse aparelho gigantesco, se reflitam no trabalho de cada um. Impossibilidade, aliás, deliberadamente provocada pelo patronato como meio de assegurar sua dominação" (43).

Enfim, a estrutura hierárquica do trabalho, ao satisfazer exigências técnicas de um aparelho produtivo voltado para a acumulação, tem que cumprir, concomitantemente, as exigências de um projeto político-ideológico de dominação. Ora, vendo o sucesso da fábrica como realização desse projeto, não há como negar que esse êxito repousa na eficácia da vigilância, ao não permitir o fracionamento do poder, que se exerce no interior da fábrica, entre interesses tão antagônicos como os dos trabalhadores versus os dos capitalistas, entre dominantes e dominados, como, por exemplo, o reconhecimento pela burguesia industrial de uma "autogestão" ou "contragestão" operária na fábrica. É está claro que as razões para essa impossibilidade declarada não podem repousar mais numa suposta ineficácia dessa nova proposta de organização do trabalho e da produção, mas sim no que ela representa em termos de perda real do controle e da dominação burguesas sobre o trabalho. Não é por outro motivo que o regime de fábrica ignora bandeiras e descarta definitivamente a possibilidade de um racionalismo humanista. Sua instalação, ao aparecer para o social como o desenvolvimento natural da razão técnica, carrega consigo todos os imperativos da avassaladora maquinaria de monopolizar o poder. E, da mesma forma, uma vez justificado o papel imprescindível do capitalista na produção (assim como o reconhecimento de toda uma escala hierárquica), realizou-se o movimento de apropriação (ideológica e real) do saber-poder burguês; quanto aos dominados, ao reconhecerem esse poder, através do processo de delegação de mandos sempre a par

tir de uma instância superior própria de uma escala hierárquica, acabaram re - produzindo para si mesmos o campo da ilusão. Daí a própria idéia, sense comum, de justiça, de direito, a qual se funda, genealogicamente, no reconhecimen - to metafísico de um ser superior e transcendental, do qual emana a fonte supre - ma de poder. Do Leviatã, de Hobbes, à organização do Estado, na moderna socie - dade industrial; da Revolução Industrial à automatização da fábrica, sem dúvi - da uma incrível caminhada do homem em busca de seu deus ex-machina.

#### 4. Que discute as condições sob as quais nasceu a grande indústria têxtil no Brasil.

Feitas essas colocações, gostaria agora de deter-me em algumas ques - tões que considero relevantes para pensar o nascimento das fábricas no Brasil, a partir do final do século passado, o que exige um esforço no sentido de rela - tivizar minhas observações iniciais a respeito do sistema de fábrica.

O processo avassalador de racionalização e de automatização pelos quais passa a sociedade atual é um fato. Contudo, quando o estudo recai sobre um período da história da industrialização que ainda não conhecia esse progres - so, é sempre bom lembrar que muitas das conclusões a que chegam os autores a - qui citados estão, momentaneamente, deslocadas; ou melhor, não se aplicam to - talmente àquela realidade. Assim, relembrando o que já foi dito logo na intro - dução, apesar de que esse corpo teórico só se aplique de maneira relativa, con - sidero-o como o "olho crítico" a nortear esta monografia; falar dos impasses do homem de hoje, no limiar da sociedade automatizada, tendo que conviver ou re - ciclizar promessas que parecem cada vez mais utópicas, não deixa de ser um bom ponto de partida para a reflexão. Com certeza é esse ceticismo que acaba sendo o estímulo mais forte deste estudo, onde a impressão que fica é a de que a so - ciedade redentora foi a obra de ficção mais bem elaborada por homens de gênio e ideal, capaz de ser tão convincente para o conjunto da sociedade que o ceti - cismo só pôde frutificar nas entrelinhas dos vencedores, e assim mesmo porque o jogo de opiniões, concordando com M. Foucault, acaba sendo um dos tônicos mais revigorantes para a legitimação da maquinaria do poder.

Resumindo, parto de um problema bastante atual, mas procederia incor - retamente se, imediatamente, estabelecesse ligações entre dois momentos tão díspares — uma coisa é fazer a crítica à sociedade industrial ou pós-industri - al; outra bem diferente é recuperar partes significativas da memória histórica do início do processo de industrialização.

Entretanto, acredito que algumas ligações podem ser feitas, tais co - mo a respeito das especificidades disciplinares e hierárquicas do sistema de fábrica, a alienação e a insatisfação operária no trabalho (um eterno problema para o capital) e, conseqüentemente, a permanência de uma luta que, dialetica - mente, impõe ao sistema a necessidade de novas racionalizações no aparelho pro - dutivo, imprimindo na volta novos matizes e novas experiências de resistên - cia operária ao trabalho.

Já disse anteriormente que para discutir a moderna sociedade industrial — mais precisamente, para compreendê-la — não é necessário recuperar o passado. Revisitar o passado e ao mesmo tempo rever criticamente a produção da historiografia a respeito do tema só se torna palpitante e possível se se tem uma constelação de problemas tematizados a partir do presente, e em seu nome, capaz de justificar o ato de esquadrihá-lo. Assim, por mais que possam ser díspares as conclusões a que chegam os autores aqui mencionados, entendo que todos têm um ponto-problema em comum: o marxismo enquanto teoria revolucionária parece não dar mais conta de uma série de questões que a moderna sociedade industrial vem colocando, como, por exemplo, a respeito da credibilidade em torno da luta de classes e da ortodoxia sobre o caráter endêmico das crises do capitalismo. Diante da constatação da fragilidade dos oprimidos em relação ao terror que sofisticadas tecnologias militares submetem a sociedade quando esta contesta, mesmo porque a dominação "invisível" cada vez mais tende a fazer parte do cotidiano dos indivíduos (uma necessidade via progresso tecnológico acessível ao consumo de massas), as primeiras formulações marxistas sobre a luta de classes tendem a cair no descrédito — todos têm a perder. Por outro lado, a extrema racionalidade do sistema chegou a tal ponto que a sua constante sofisticação acaba encontrando na crise (eterno motor da história) o seu principal móvel e razão de ser, fazendo com que novas tecnologias apareçam e acabem por anular a radicalização de uma possível luta. Devo ponderar, todavia, que falo em termos de tendência. Mas uma coisa é certa: sob a égide das crises e das lutas, o sistema mais e mais atinge uma racionalidade que parece capaz de fazer com que a dominação se descole do imperativo da acumulação e se justifique independentemente desta, como sugere Cornelius Castoriadis em seu livro Diante da Guerra, ao falar a respeito da estratocracia russa (44).

Evidentemente, considerando que o nascimento das fábricas no Brasil se deu no bojo da expansão do capitalismo monopolista, torna-se indispensável acompanhar esse processo através de uma série de considerações marxistas, ao mesmo tempo que, com a falência do liberalismo, outras têm que ser definitivamente enterradas. Por isso mesmo, coerente com minhas colocações iniciais, pretendo analisar aqui sob quais condições se deu o êxito da fábrica, o papel que aí desempenhou o aparato tecnológico e as políticas de racionalização adotadas para a fundamentação da relação acumulação-domação, bem como o processo de constituição de um projeto político burguês. O que, em outros termos, significa detectar as condições sob as quais se constrói a figura do trabalhador para o capital. E, como se verá mais abaixo, pretendo considerar apenas algumas aspectos que reputo relevantes no interior desse complexo universo da economia política da dominação. Nesses termos, gostaria de rever algumas características sob as quais foram se instalando as primeiras indústrias no Brasil, que tipo de indústria, qual o seu padrão tecnológico e, o que é mais importante, traçar algumas considerações sobre o caráter problemático de análises eco-

nomicistas que apreenderam e fixaram apenas os aspectos leninistas do capitalismo monopolista, notadamente no que se refere à exportação de capitais.

As origens do capital industrial e o desenvolvimento das indústrias entre 1880 e 1933 estiveram, de acordo com a periodização proposta por J.M. C. de Mello, inscritos na dinâmica do capital mercantil-financeiro gerado pela economia cafeeira (45). Nesse caso, ao pensar a improcedência de uma suposta ocorrência tardia do desenvolvimento clássico do capitalismo inglês (artesanato manufatura-grande indústria), reconhece-se que, nas origens, a fábrica se caracterizou pela instalação desde logo de grandes plantas industriais. Assim, segundo entendo, descarta-se também qualquer possibilidade de se pensar a ocorrência de um processo de acumulação primitiva ou de formas arcaicas e pré-capitalistas como antecedentes naturais da grande indústria, ou como ponto de partida para a sua constituição. Mais precisamente, esse período teria presenciado, isto sim, o desenvolvimento de uma industrialização induzida, por realizar-se dentro dos estreitos limites proporcionados pelo crescimento dos mercados gerados pelo setor exportador, acabando por tornar a expansão industrial bastante limitada (46). Vale dizer, a ausência de bens materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção não teriam assegurado, endogenamente, a reprodução ampliada e auto-sustentada do capital. Ou seja, não teria se verificado, naquele momento, um amplo processo de constituição de forças produtivas tipicamente capitalistas que levassem à formação de um departamento de bens de produção capaz de autodeterminar a acumulação de capital. Assim, somente a grande indústria produtora de bens de consumo para assalariados pôde surgir no bojo da expansão cafeeira, devido às facilidades de instalação, mesmo nos momentos de crise e de instabilidade cambial declarados. Mais ainda, uma vez consolidado o mercado interno, a partir da dinâmica do complexo cafeeiro, estavam dadas também as condições e os limites para a expansão não só da indústria de bens de consumo para assalariados, mas também a de consumo de meios de produção.

De fato, o que esse autor sugere é uma situação atípica de industrialização, onde o complexo cafeeiro acabou fazendo as vezes de indústria de máquinas para a indústria, passando o mercado consumidor a ser o motor indutor de uma determinada industrialização. O argumento, segundo entendi, é que a produção cafeeira concorria para a expansão interna de uma demanda por alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, indicando um amplo mercado para o setor industrial, que, dentro dessa lógica, acabou se voltando para responder a essa exigência, garantindo a reprodução e o barateamento da força de trabalho do complexo cafeeiro.

Aqui, duas questões precisam ser devidamente consideradas. Em primeiro lugar, é bom ter presente na análise que o setor exportador também se caracterizou por ser um perfeito sistema fabril, capaz de conjugar, por um lado, disciplina e tecnologia, e, por outro, agenciar a racionalização do trabalho e a

racionalidade do capital. E isso serviu, posteriormente, para facilitar em muito os desígnios do mundo fabril, mesmo porque muitos desses cafeicultores acabaram se tornando prósperos industriais e banqueiros — o que demonstra, no entrelaçamento de interesses, a coerência, em última instância, do sistema quanto aos imperativos da disciplina, hierarquia, progresso técnico e medidas de racionalização. No início do século, por exemplo, a fazenda de café em nada se diferenciava de uma fábrica quanto aos métodos de se obter a disciplina e quanto ao progresso técnico requerido:

"O fazendeiro introduziu os mais perfeitos métodos industriais pela transformação do produto. A fazenda é como uma vasta propriedade agrícola — com freqüência um latifúndio — na qual existe um cômodo palácio para o proprietário e diretor, uma ou mais casas decentes para os guardas (capangas), que cuidam da disciplina dos colonos, e muitas casas feias e caíndo aos pedaços para os operários e colonos.

Encontram-se sempre terreiros amplos para a secagem do café; vastos e suntuosos locais equipados com máquinas modernas para os trabalhadores do mesmo; oficinas para mecânicos e ferreiros, carpintarias, em suma, tudo quanto é necessário às necessidades da fazenda" (47).

Mas é em relação à disciplina que as fazendas de café acabariam dando uma contribuição decisiva para o êxito do sistema de fábrica manchesteriana, ao imporem o cumprimento de uma rígida jornada de trabalho no campo (a fábrica cárcere), ao mesmo tempo que reproduziam uma moral burguesa imposta de maneira coerciva, capaz de configurar para o colono um "modo de vida", ou seja, o seu cotidiano. No primeiro caso:

"Em geral, o horário de trabalho é o seguinte: o toque do sino às quatro da manhã é o despertar; às cinco e meia começa o trabalho nos cafezais; às nove e meia as mulheres trazem o almoço aos colonos; às dez se retoma o trabalho; às doze as mulheres trazem o café e o pão; das doze e quinze às cinco e meia se retoma o trabalho" (48).

Ou, no segundo caso:

"A vida na fazenda é certamente, bastante triste; tem qualquer coisa de penitenciária. Nunca uma voz, nunca uma canção ecoa no ar. Vê-se gente que olha com uma expressão de resignação. Por horas e horas se caminha nos cafezais intermináveis e se sente oprimido pelo triste silêncio, interrompido de longe em longe por algum latido de cão ou, metodicamente, de manhã e à tarde, pelo toque do sino. A cavalo, o administrador ou fiscal, sempre armado, anda pela fazenda, vigiando.

De noite, homens, negros ou mulatos, fazem a ronda.

Nenhum colono pode sair sem permissão. O fazendeiro quer dela, sempre, obediência, submissão cega em tudo e por tudo" (49).

Quanto às medidas de racionalização, creio que a organização de agências de colocação de imigrantes são exemplos típicos e pioneiros. Tanto a "Espedaria dos Imigrantes" quanto a Agência Oficial de Colocação e de Trabalho, em São Paulo, desempenharam um papel importantíssimo na organização do trabalho. Da mesma forma, a construção e ampliação das ferrovias e a instalação de toda uma infraestrutura de serviços, foram imprescindíveis para a realização do movimento de exportação de capital, que, conforme já assinalai, puderam se efetivar atrelados à dinâmica do capital mercantil-financeiro gerado pela econo -

mia cafeeira. Mais do que isso, uma vez configurada a incapacidade do empreendimento particular bancar e organizar todas as etapas do movimento migratório, será através da iniciativa do Estado, principalmente do governo paulista, que se assiste a todo um processo de racionalização do mercado de trabalho para o capital. Esse foi o motivo pelo qual o decreto nº 2071, de 05 de julho de 1911, criou o Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo, incorporando a "Hospedaria dos Imigrantes" (instituída por lei em 1885) e a Agência Oficial de Colocação e Trabalho, criada em 1906 (50). E isso é muito importante e merece ser considerado, a partir das considerações sobre a expansão imperialista enunciadas por Hannah Arendt. De acordo com essa autora, uma das características da expansão imperialista, a partir do final do século passado — "...o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo" (51) — é que a exportação do poder seguiu na esteira da exportação de dinheiro, como forma de administrar em novas bases o que chama de capital "supérfluo":

"A expansão imperialista havia sido deflagrada por um tipo curioso de crise econômica: a super-produção de capital e o surgimento do dinheiro "supérfluo", causado por um excesso de poupança, que já não podia ser produtivamente investido dentro das fronteiras nacionais. Pela primeira vez o investimento de poderio não abria o caminho ao investimento de dinheiro, mas a exportação do poder acompanhava os caminhos do dinheiro exportado, seguindo-o de perto, visto que investimentos incontrolados nos países distantes ameaçavam transformar as vastas camadas da sociedade em meros jogadores, mudar toda a economia capitalista de sistema de produção para um sistema de especulação financeira, e substituir os lucros da produção por lucros de comissão" (52).

E, dentre as condições indispensáveis para administrar esse capital "supérfluo", e com certeza aquelas que melhor expressam o movimento de exportação do poder, H. Arendt elege a polícia e o exército (instrumentos de violência do Estado), os quais, no processo de constituição da nação, apartam-se e tornam-se independentes das demais instituições e passam a ser "representantes nacionais em países fracos ou não civilizados". Deixando de lado a sua leitura luxemburguista sobre as condições sob as quais o capital emigra para esses "países fracos ou não civilizados", a autora tem uma certa razão na crítica que faz à teoria leninista de imperialismo que acaba se atendo prioritariamente no movimento de exportação do capital financeiro. Ao contrário, para a organização do movimento de investimentos de capital no exterior — estágio de emancipação política da burguesia —, a expansão dos instrumentos nacionais de violência aparecia como um momento imprescindível para a racionalização e retomada da reprodução ampliada desse capital considerado "supérfluo", seja exportando pura e simplesmente esse poder (como foi o caso do Império Britânico na Índia), seja organizando-o sob a direção política de governos nacionais (como parece ter sido o caso brasileiro) (53). Também neste caso a exportação do poder se fez necessária para administrar o capital, mas, inversamente do que supõe H. Arendt, esse movimento foi consentâneo com a organização do sistema de

fábrica manchesteriano. Por isso, relativizando as considerações dessa autora nesse caso, esse processo não obedeceu a um modelo clássico do tipo do imperialismo inglês na Índia, e nem pode ser caracterizado a partir de uma situação de pré-capitalismo ou de acumulação primitiva. De qualquer forma, penso que o processo de exportação do poder (dominação política) pôde seguir três caminhos básicos e complementares, tendendo a se alojar, prioritariamente, naquelas instituições onde se fazia mais necessário, de acordo com o estado de organização do Estado pelos governos nacionais. Em primeiro lugar, a expansão do capital a nível mundial acabou se alojando em parte nos aparatos repressivos do Estado — exército, polícia civil e militar —, com o propósito de racionalizar e garantir a ordem política e social dos regimes capitalistas de implantação recente nos países que ela chama de fracos ou "não civilizados". Em segundo, parte expressiva desse capital exportado, apresentando-se caracteristicamente sob a forma de empréstimos de governo a governo, foi canalizado para garantir a realização da acumulação de capital, mediante a instalação e incremento acelerado de todo um aparelho burocrático-administrativo, bem como do serviço de infraestrutura básica, definindo-se como outras instâncias não menos importantes da consolidação do poder. Por último, e como decorrência óbvia da implantação das condições precedentes, mas igualmente importante, aparece o próprio tratamento dispensado por esse poder à classe operária em formação; foi o caso brasileiro, que exigiu grandes inversões iniciais de capital para a constituição de uma força de trabalho baseada no suprimento abundante de uma mão-de-obra imigrante, e que não comportava seu agenciamento por capitais particulares, senão esporadicamente no início do processo (54). Enfim, não deixa de ser interessante notar o fato de que o processo histórico do imperialismo tenha se expressado, nas suas origens, por um movimento de exportação de capital que se identificou, imediatamente, com um movimento de exportação de poder em bases mais racionais — um duplo movimento agindo em uníssono: no caso da organização do mercado da força de trabalho no Brasil, traçava-se o destino do imigrante ao mesmo tempo que as medidas de racionalização proporcionavam o rebaixamento do valor da força de trabalho. Esse duplo caráter pode ser perfeitamente constatado com a instalação do transporte ferroviário, quando em 30 de abril de 1913, por exemplo, o governo do Estado de São Paulo baixou um decreto (nº 10204) regulamentando as condições de transporte gratuito nas ferrovias paulistas (Sorocabana, Mogiana, Paulista e São Paulo Railway Co.) aos imigrantes recém-chegados.

Outra questão a ser considerada, com relação à situação atípica de industrialização induzida pelo complexo cafeeiro, diz respeito ao cuidado que se deve ter quando se procede a uma análise que acaba subordinando a indústria à dinâmica da acumulação proporcionada pelo complexo cafeeiro no Brasil, já que, na ótica da ação política, facilita a interpretação historiográfica tradicional a respeito das limitações da "visão de mundo" da burguesia industrial nas

décadas que precederam à "revolução de 1930". E é esse tipo de interpretação que as considerações de J.M.C. de Mello, ao introduzir novos elementos para a configuração endógena do motor da história — a contradição interna do processo de acumulação capitalista, a partir do complexo cafeeiro —, acaba reforçando.

O ponto de partida para esse autor está no fato de que a produção cafeeira concorria para a expansão interna da demanda por alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, indicando um amplo mercado para o setor industrial, que, dentro dessa lógica, voltava-se para responder a essa exigência, garantindo a reprodução e o barateamento da força de trabalho da economia cafeeira. Considerando a ausência quase que total de forças produtivas capazes de reproduzirem endogenamente as próprias bases técnicas que levassem à promoção de uma industrialização efetiva, a indústria nascente corria a reboque e ao sabor das intempéries e oscilações de um mercado subordinado à lógica do complexo exportador. A teoria dos ciclos, embora indique um rompimento com esse estado de subordinação, acaba configurando a própria limitação do processo de industrialização, como se verá mais adiante. E mais, de acordo com essa análise, ainda que veja evidências que apontam para um rompimento com essa lógica no final da década de 1920, do qual a instalação da indústria do aço e do cimento são bons exemplos, foi preciso a instauração de uma crise de proporções indizíveis no setor primário-exportador, provocada em grande medida pelo capital internacional, para que a dinâmica do processo de industrialização induzida sofresse solução de continuidade e que sobre ele se inaugurasse uma nova fase — a da industrialização por substituição de importações, ao mesmo tempo em que se assistia a uma nova etapa no processo de concentração e centralização do capital (55).

Ora, se a industrialização é induzida pelo complexo cafeeiro, então torna-se possível reforçar uma velha postura historiográfica que caracterizou como retrógrada e pouco afeita com os princípios de racionalização do regime fabril à burguesia industrial brasileira do período aqui considerado. De certa forma, não deixa de ser um dogmatismo em torno da concepção marxista a respeito das diferenças entre o caráter revolucionário do capitalista (que organizava a produção no período de transição do feudalismo para o capitalismo), do mercador retrógrado, cuja única preocupação de lucro máximo repousava na prática mercantil de comprar barato e vender caro, ao mesmo tempo que conclui pela ausência de um mercado interno sujeito a pressões, pela insuficiência de uma força de trabalho "livre" disponível para o capital, bem como pelo não revolucionamento das forças produtivas sociais. As considerações de Marx a esse respeito são bastante claras:

"A passagem do modo de produção feudal realiza-se de duas formas. O produtor torna-se comerciante e capitalista, opoe-se à economia agrícola natural e ao trabalho manual estrito em corporações da indústria medieval urbana. Este é o caminho efetivamente revolucionário

rio.

Ou então o comerciante apropria-se diretamente da produção. Este último processo, se bem que historicamente represente uma fase de transição — tome-se o exemplo do Clothier inglês (comerciante de tecidos) do século XVIII, que submete ao seu controle os tecelões, que, todavia, são independentes, lhes vende a lã e compra o pano — não conduz em si e por si à revolução do antigo modo de produção, que, pelo contrário, conserva e salvaguarda como sua condição. Assim, por exemplo, até meados do nosso século, na indústria francesa de seda, na indústria inglesa das meias e das rendas, o fabricante era, em grande parte, fabricante só de nome, sendo, na realidade, o simples comerciante que deixa trabalhar os tecelões segundo o seu antigo sistema disseminado e que tem unicamente a autoridade do comerciante, para o qual eles na realidade trabalham. Este procedimento opõe-se sobretudo ao modo capitalista de produção e desaparece com o seu desenvolvimento. Sem revolucionar o modo de produção, só piora a situação dos produtores diretos, transforma-os em simples assalariados e proletários em condições piores do que aqueles que estão diretamente submetidos ao capital, apropriando-se do seu sobretrabalho na base do antigo modo de produção" (56).

Como não creio que tal associação nostálgica — empresário como mercador — seja a melhor forma de expressar a figura do capitalista nas primeiras décadas de industrialização brasileira, penso que essa tradição também repousa na suposta incipiência do mercado interno. Isto é, pode-se pensar no empresário como mercador porque era o mercado induzido que limitava, em última instância, a ação da fábrica e o tipo de empresário apropriado. Como se vê, a tese de J.M.C. de Mello não chega a acrescentar algo de novo a esse debate.

Mas, qualquer que seja a caracterização que se queira dar para o período, ele desconhece "o segredo da acumulação primitiva", simplesmente porque, como já disse, o capital mercantil-financeiro do café organizou desde logo o que já estava dissociado — a divisão capitalista do trabalho —, criando a figura do empresário na produção e uma extensa mão-de-obra "livre", assalariada e despossuída, através da abolição e da política imigratória que a sucede. Em geral, seja pela suposta fragilidade do mercado, seja pela configuração equivocada de uma economia em trânsito de uma acumulação primitiva para uma acumulação capitalista propriamente dita, fortalece-se, indevidamente, a suposição da fragilidade político-ideológica das classes fundamentais (burguesia e proletariado), daquele período. Tal tradição, todavia, não pode ser imputada somente à historiografia comprometida com os vencedores. A própria imprensa operária se encarregaria em grande medida de divulgar essa idéia. Em 1907, por exemplo, o Jornal Avanti! já levantava uma bandeira que seria impunhada, posteriormente, pela historiografia brasileira, diante da intransigência empresarial em atender as reivindicações do movimento operário:

"No Brasil, ao contrário, se o proletariado é desorganizado, a burguesia o é mais ainda (...), porque lhe faltam as qualidades essenciais para o domínio, a cultura, a homogeneidade, orgulho de classe" (57).

Entretanto, J.M.C. de Mello não pode ser considerado o mais representativo dessa corrente; ele apenas segue na esteira de outros que o precederam.

Penso que um dos autores mais importantes dessa corrente que fala de uma burguesia retrógrada ainda seja José de Souza Martins. Para ele, por exemplo, embora reconheça que a racionalidade da economia é que determina e articula os fatores de produção, esta não pode ser pensada nas etapas iniciais do processo de industrialização brasileira, pois nesse período o empresário se lhe afigura como comerciante, tal como o clothier inglês do século XVIII, guardadas as devidas diferenças, evidentemente. O que significa dizer, segundo entendi, que a fábrica não teria realizado todas as suas virtudes técnicas na fase de institucionalização da indústria, ficando submetida à sensibilidade empírica do comerciante-industrial. Por estar ligado ideologicamente por laços de dependência econômica ao setor agro-mercantil, continua esse autor, foi preciso uma crise cafeeira de graves proporções para que no seu seio surgissem as primeiras hostilidades. Porém, antes que esta ocorresse, o empresariado nacional teria mantido sua atenção voltada para o lucro comercial que a nascente indústria podia lhe proporcionar (58).

Nesses termos, a industrialização daquele período é pensada prioritariamente como uma questão mercantil, configurando o limite objetivo capaz de afastar o empresariado da racionalidade requerida por um projeto de industrialização que privilegiasse o processo de reprodução do capital em bases técnicas sempre renovadas, o que, no meu modo de entender, é um contrasenso à lógica da acumulação tão bem elucidada por Marx, principalmente no capítulo XIII - "Maquinaria e Grande Indústria", em O Capital (59). O limite objetivo é o caráter subordinado, o qual leva J. de S. Martins a estabelecer uma imediata identificação entre o industrial e o mercador — ambas as categorias se confundem em uma única e mesma pessoa: não chega a ser um inovador porque está comprometido com a lógica de uma economia que limitava o seu campo de ação, "... já que essa era a racionalidade dominante e o meio possível de efetivar o industrialismo" (60).

Sem dúvida, em muitos aspectos o empresário-comerciante de Martins recupera o clothier inglês. Ao caracterizar o período como de fase comercial da industrialização brasileira, reduz em muito a possibilidade de se pensar esse empresariado como portador de um projeto político em formação. O caráter subordinado da indústria à economia mercantil teria limitado e, ao mesmo tempo, direcionado a ação dessa burguesia industrial apenas para a busca de um máximo lucro comercial, possível dentro de marcos institucionais bem delimitados pelo mercado interno gerado e dinamizado de acordo com os interesses do complexo cafeeiro (61).

Antes de retomar a análise a respeito das condições objetivas que teriam bloqueado o processo de industrialização brasileira, é bom recordar que a conjugação da figura do empresário-comerciante com a especificidade de um mercado interno subordinado à dinâmica do complexo cafeeiro tem como pressuposto uma evolução que em tudo lembra as fases vivenciadas no modelo clássico do

desenvolvimento do capitalismo. Nesse contexto, duas questões tornam-se relevantes e explícitas: por um lado, leva a concluir que a burguesia industrial foi incapaz de formular um projeto político; por outro, induz ao estabelecimento de uma relação dicotômica entre os sistemas de fábrica implantados nas fazendas de café e nas indústrias. Mas, como procurei mostrar mais acima, considerando o puro regime fabril, a relação não é nenhum pouco conflituosa. Ao contrário, a agro-indústria cafeeira cumpriu um importante papel para o êxito da fábrica, não só como fornecedora de mão-de-obra barata, conforme teses consagradas, mas, muito mais do que isso, domesticou e disciplinou a figura do trabalhador para o capital, qualquer que tenha sido a forma sob a qual este tenha se expressado.

Creio que torna-se estratégico, nesse sentido, configurar melhor a constituição do mercado interno para o capital, ao mesmo tempo em que levanto a hipótese de que no bojo desse processo vai ganhando forma um projeto sob o tema da industrialização, capaz de garantir para os interesses econômicos postos na indústria o controle desse mercado para além dos interesses específicos da agro-indústria cafeeira.

O ponto de partida privilegiado para caracterizar o nascimento das fábricas e, portanto, do período de formação do mercado interno para o capital, está dado imediata e potencialmente com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e a consequente formação do mercado da força de trabalho. Esses dois fatores, determinantes para a expansão do capitalismo em escala mundial, acabaram por pressionar a formação do mercado interno no Brasil e alhures, graças ao novo arranjo então verificado na divisão internacional do trabalho, provocado pela exportação maciça de capitais pelos países industrializados. Dentre esses há que se destacar a Inglaterra que, ao completar a segunda fase da sua Revolução Industrial, havia conseguido acumular somas muito grandes de capital ao final do século XIX, não só pela ampliação do sistema financeiro como também pelo desenvolvimento de seu parque industrial agora estimulado e fortalecido pela organização empresarial sob a forma de sociedades anônimas, as quais, sem dúvida, irão organizar e determinar o processo de exportação de capitais e de poder para onde quer que se dirijam. A ampliação do sistema financeiro e a concentração de capital sob a forma de S/As determinaram a expansão econômica desse país, que, ao expandir sua escala de produção, pôde eliminar futuros concorrentes no mercado mundial pelo porte de seus investimentos no exterior. E foi sob essa dupla característica do desenvolvimento do capitalismo que se formou o mercado interno no Brasil.

Essa realidade irreversível para as nações industrializadas — exportação de capitais e de poder, como já assinalai — propiciou no Brasil, por um lado, a criação e ampliação da rede de serviços, principalmente das ferrovias, por representarem um investimento seguro, mesmo porque os empréstimos eram feitos diretamente de governo a governo. Por outro lado, através da exportação

tecnológica da estrutura manchesteriana do regime fabril, com toda a sua maquinaria de dominação, provocou um aumento na produtividade do trabalho. Esse duplo aspecto do movimento internacional do capital favoreceu, evidentemente, a grande indústria, principalmente a inglesa, que pôde assim reduzir ainda mais o custo de reprodução de sua força de trabalho (62).

No Brasil, considerando o problema da constituição do trabalho assalariado, o que se verificou foi uma crescente acumulação do capital cafeeiro que, no entanto, em breve seria obstaculizada pela barreira interposta — o trabalho escravo —, a qual impedia a formação e o desenvolvimento do mercado interno para o capital. Mais ainda, aos poucos a organização da produção na base do trabalho escravo tornou-se insustentável devido à quase ausência desse fator, provocada pela interrupção do tráfico imposta pela Inglaterra. O que, em outras palavras, tornava impossível a imobilização constante de capital para a aquisição de escravos ainda disponíveis, devido ao seu alto preço no mercado fornecedor. Assim, a expansão do capitalismo a nível mundial tornava-se incompatível com a organização da produção na base do trabalho escravo porque impedia a formação do mercado interno para o capital. É esse entrave que a associação do capital mercantil com o capital financeiro recém-chegado cumpria a solucionar:

"... o entrelaçamento dos capitais mercantil — que organizava a produção na base do trabalho escravo — com o financeiro, recém-chegado, iria alterar os mecanismos da própria acumulação da economia mercantil-escravista. Isto significa que, pouco a pouco, o capital mercantil, que não se encontrava ainda totalmente submetido ao novo capital industrial, nesse período do capitalismo, passa a ter sua existência subordinada à dinâmica da acumulação em escala mundial" (63).

É, como já ressaltai mais atrás, a solução encontrada foi promover a imigração estrangeira como única forma de responder ao impasse estabelecido com a abolição e capaz de garantir o ritmo de acumulação de capital, que passava a depender, fundamentalmente, de uma ampla e barata oferta de mão-de-obra assalariada. Isso significa dizer que o movimento de exportação de capital e de poder, ao se entrelaçar com o capital mercantil, organizou, desde logo, a empresa capitalista propriamente dita. Com a fusão de capitais estabelecia-se um novo padrão de acumulação sob a forma de capital mercantil-financeiro do café, o qual repunha continuamente as condições de sua expansão, ao mesmo tempo que fazia crescer os sistemas de crédito e financeiro capazes de abrir possibilidades de inversões diversificadas de capital.

Em resumo, os investimentos eram assim distribuídos: a maior parte desse capital era investido na própria produção cafeeira, financiando-a e suprindo-a de mão-de-obra; outra parte destinava-se às inversões voltadas para a criação e ampliação da infra-estrutura de serviços necessária à administração do capital; há que se mencionar ainda que parte dos lucros auferidos eram destinados à importação de bens de consumo que garantissem a reprodução da força de trabalho.

Como se vê, diante da reposição constante e ampliação dessas condições — acumulação de capital, infra-estrutura para administrar o processo, formação do mercado interno para bens de consumo, constituição de um contingente de mão-de-obra assalariada e barata, dentre outras —, a instalação da indústria acabou se constituindo no caminho lógico ao investimento diversificado do capital cafeeiro.

Mas é preciso ter um certo cuidado com essa afirmação. Ao dizer que a indústria representou uma possibilidade na diversificação dos investimentos do capital cafeeiro, apenas sugiro a instalação de um tipo de indústria capaz de responder aos interesses do capital mercantil-financeiro do café — a indústria de bens de consumo para assalariados. Porém, duas outras questões continuam sem resposta: 1) qual o porte dessa indústria nascente? 2) quais as condições objetivas que acabaram retardando a instalação da indústria pesada (de máquinas e equipamentos para a indústria)?

No princípio, a acumulação de capital mercantil-financeiro do café se deu pela expansão permanente das áreas cultiváveis (expansão de fronteiras agrícolas), atrelada a uma política bem delineada de suprimento constante de mão-de-obra imigrante, levando, ao mesmo tempo, à ampliação da oferta de trabalhadores e ao rebaixamento geral do valor da força de trabalho; por outro, tornou a concentração da propriedade da terra um processo irreversível e o único possível para a acumulação. Muito provavelmente essa exploração extensiva de terras e de força de trabalho tenderia a se repetir incessantemente, caso não encontrasse limites objetivos que bloqueassem o seu livre desenvolvimento. Quanto à força de trabalho, Marx assinala muito bem que a sua exploração, ao final, termina por obedecer ao limite físico natural; daí a tendência do capital, não sem antes a ocorrência de lutas históricas, ao seu emprego racional através da intensificação da jornada de trabalho, proporcionada pela incessante introdução de novas tecnologias no aparelho produtivo. Contudo, diante da abundância de mão-de-obra disponível proporcionada por uma política imigratória relativamente bem sucedida, o capital, mesmo queimando as etapas precedentes da acumulação (artesanato-manufatura), só pôde se desenvolver porque não reconheceu alhures as conquistas trabalhistas já consolidadas nos países industrializados. Isto é, onde quer que o capital tenha se instalado, ele teve que repor e promover todas as condições para a superexploração da força de trabalho, superáveis na medida em que a luta tomava corpo e exigia, paulatinamente, medidas de racionalização. Quanto à expansão da fronteira agrícola, o esgotamento de áreas propícias ao cultivo, a exploração depredatória e desgastante do solo verificada nas zonas de velhos plantios, desencadearam um processo de valorização violenta das novas terras ainda disponíveis e férteis, acabando por dificultar a sua aquisição e, conseqüentemente, a expansão da economia cafeeira em antigos moldes, senão pela aplicação racional de novas tecnologias na produção pelo grande capital, principalmente a partir do início da década de

1880. A marcha em direção ao "Oeste Paulista" seria marcada de pleno êxito, basicamente porque as técnicas agrícolas aí utilizadas foram mais eficientes do que aquelas observadas na velha região do Vale do Paraíba. A fertilidade do solo, o uso de máquinas na produção, a implantação do sistema ferroviário e a disponibilidade de um abundante e barato contingente de mão-de-obra, tudo isso contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de um empreendimento, que agora aliava a possibilidade da exploração extensiva a uma exploração intensiva e mais racional da terra (64). E isso foi possível, em grande medida, porque um volume considerável do capital destinado à marcha rumo a novas fronteiras agrícolas, tendo em vista as condições mais favoráveis do novo solo, pôde ser aplicado na mecanização da lavoura, da qual a criação da indústria de sacarias para o café é um bom exemplo. Ao mesmo tempo, essa inversão liberava mão-de-obra e, evidentemente, contribuía para rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho para a indústria.

Ora, à medida em que mais e mais se concentrava o capital e se racionalizava todo o processo produtivo, desde o momento do plantio, passando pelo beneficiamento, até sua exportação, uma parte cada vez maior de capital e força de trabalho podia agora se ligar à instalação de indústrias, principalmente aquelas de implementos agrícolas. Nesses termos, importantes ramos da indústria nasceram atrelados às necessidades de realização da acumulação na economia cafeeira. Wilson Cano, discorrendo sobre o assunto, afirma que a indústria foi aos poucos se tornando o principal segmento do complexo cafeeiro, a partir de três sub-ramos básicos: a) indústria de máquinas e implementos para a agricultura e para o beneficiamento do café; b) indústria de sacarias de juta para a embalagem do café; c) indústria manufatureira de bens de consumo corrente — nas suas origens, conclui esse autor, não foi qualquer tipo de indústria que pôde nascer: somente aqueles segmentos atrelados aos interesses imediatos do complexo cafeeiro e capazes de auferir lucros rápidos e seguros poderiam dar conteúdo ao sistema de fábrica nascente (65).

Isso significa dizer que a realização diversificada do capital mercantil-financeiro, principalmente naqueles três segmentos da indústria, esteve indissoluvelmente ligada à instalação da grande indústria mecanizada, descartando qualquer possibilidade de se pensar um processo de industrialização gerado a partir de uma acumulação originária. Porém, isso não é tudo. Embora seja aconselhável pensar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na indústria a partir da grande indústria mecanizada, uma vez que esta era a que melhor correspondia aos interesses da acumulação do complexo cafeeiro, o próprio momento do desenvolvimento do capitalismo em nível mundial acabaria por delimitar as condições sob as quais essa indústria deveria nascer. Isso fica bastante claro quando se toma o problema sob a ótica das inversões de capital em tecnologia:

"ela não é grande indústria mecanizada pelo volume de capital dispo-

nível para o investimento, mas sim pela própria natureza da tecnologia disponível no mercado mundial capitalista" (66).

Sem dúvida, a instalação da grande indústria mecanizada, mais precisamente a de bens de consumo assalariado, de sacarias e de implementos agrícolas, ia ao encontro dos interesses do próprio capital cafeeiro em reduzir cada vez mais os custos de reprodução da força de trabalho empregada na agricultura e nas áreas urbanas; mais do que isso, esse desenvolvimento possibilitava a ocorrência de novas inversões e, conseqüentemente, de reprodução ampliada para o capital. Resumindo, a grande indústria de bens de consumo assalariado, bem como a de implementos e de sacarias, possibilitavam, dentre outras coisas, o rebaixamento do valor da força de trabalho em geral, criavam uma demanda por bens de produção capaz de reduzir a pauta de importações de produtos de consumo assalariado, abriam a possibilidade de investimentos diversificados ao capital "supérfluo" acumulado e sem condição de ser reaplicado imediatamente no complexo cafeeiro, além do que, objetivamente, atendiam às demandas da divisão internacional do trabalho, pelo menos em dois pontos fundamentais: 1) redução dos custos de reprodução da força de trabalho; 2) e, conseqüentemente, redução do preço das matérias-primas imprescindíveis ao desenvolvimento da indústria dos países importadores.

Assim, para finalizar essas considerações gerais a respeito do nascimento das fábricas no Brasil, passo a responder agora à segunda das questões formuladas. Para tanto, gostaria de recolocá-la de uma outra forma.

Por quê o nascimento das fábricas se associa apenas à instalação da grande indústria de bens de consumo para assalariados, especialmente a têxtil?

A pergunta procede porque, se é certo que as necessidades da economia cafeeira geravam um mercado interno no momento mesmo que promovia a imigração em massa e a importação de manufaturados (alimentos e bens de consumo assalariado) necessários à reprodução da força de trabalho, esse mesmo mercado estava, imediatamente, ligado à demanda de meios de produção. Porém, como sugere J.M.C. de Mello, pensando a questão em termos de rentabilidade, é provável que a baixa relação capital-trabalho exigida pela indústria de bens de consumo assalariado tenha sido um fator decisivo. Por outro lado, de acordo com o que entendi, o porte e a natureza desses primeiros empreendimentos só poderiam ser aqueles compatíveis com os "vazamentos" que ocorriam no interior do processo de acumulação do capital cafeeiro. Além disso, é preciso considerar que o capital "vazava" porque, no bojo da política econômica do complexo cafeeiro, uma série de estímulos à atividade industrial se verificava: política protecionista, reformas financeiras e bancárias e, o que é muito importante, uma redução na capacidade para importar, a qual acabaria por tornar seletiva a pauta de importações brasileiras. A situação desfavorável do chamado serviço da dívida externa, conclui esse autor, acabou por pressionar uma política de substituição para os itens bens de consumo assalariados e alimentos, mediante uma

desvalorização cambial e uma proteção tarifária, permitindo, assim, que essa indústria iniciasse e ampliasse sua rentabilidade própria. Porém, como bem lembra, esse não pode ser considerado o entrave fundamental à instalação da indústria de bens de produção no início do século.

Se é certo que o porte e natureza da indústria nascente obedeciam aos limites suportáveis de inversões de capital mercantil-financeiro que ocorriam no âmbito da acumulação cafeeira, não menos o é o fato de que a tecnologia necessária à instalação da indústria pesada não se encontrava disponível, naquele momento, no mercado mundial. Além disso, é preciso considerar que mesmo que existisse essa disponibilidade de capital e de plantas industriais no mercado mundial, pelo menos duas outras condições adversas teriam desestimulado tal inversão: 1) esse tipo de investimento exigia que o retorno do capital se realizasse a longo prazo, o que, evidentemente, contrariava a lógica dos altos, rápidos e seguros lucros que a dinâmica da acumulação do complexo cafeeiro proporcionava; quanto mais ocorriam as inversões no setor industrial de bens manufaturados de consumo assalariado e de alimentos, embora essa condição de mercado "pré-existente" não fosse fundamental, mais rapidamente dava-se o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho; eis aí um dos segredos da rápida e surpreendente acumulação de capital verificada nesse setor; 2) a instalação da indústria de meios de produção teria encontrado um mercado altamente monopolizado pelas indústrias estrangeiras, cujos produtos podiam ser colocados no mercado interno a preços mais compensadores; acresce-se ainda o fato de que, ao depender da importação de toda a tecnologia necessária a esse tipo de empreendimento, o custo de produção acabaria se elevando excessivamente, acabando por desestimular qualquer tentativa empresarial mais arrojada, antes da década de vinte.

Em suma, três foram as principais barreiras objetivas (conteúdo meramente economicista) que acabaram por inibir qualquer iniciativa de instalação da indústria pesada, desde logo: em primeiro lugar, o volume insuficiente do capital mobilizável ao investimento; em segundo, o mercado monopolizado pelo capital internacional tornava altamente arriscado os investimentos nesse setor; por último, e fundamentalmente, a tecnologia necessária à sua instalação não se encontrava disponível no mercado internacional. Aqui, a conclusão não poderia ser outra -- o capital disponível acabou encontrando no porte do aparato tecnológico o limite mais sério à natureza do investimento, o qual, em todos os sentidos, encontrava correspondência na lógica imposta pelo sistema capitalista, através da divisão internacional do trabalho.

Assim, se esse limite tecnológico barrou o nascimento da indústria pesada, bem outra era a situação da indústria de bens de consumo assalariado, com destaque especial para a indústria de fiação e tecelagem de algodão. Por apresentar uma tecnologia relativamente simples quanto ao tamanho de planta mínima e quanto à facilidade de instalação, pelo volume de capital inicial ao investi-

mento ser compatível com a economia brasileira do período e, principalmente, pela disponibilidade de seus equipamentos no mercado mundial, por tudo isto esse limite tecnológico acabou por apontar os rumos possíveis que o investimento diversificado poderia tomar na indústria.

5. De como a expansão e racionalização do mercado interno também devem ser lidas como estratégias burguesas de dominação social.

É bom lembrar, entretanto, que esta leitura sobre mercado interno é alguma coisa que se impõe objetivamente, de forma neutra (a não ser pelo que ela contém de nacionalismo), uma vez que está voltada para explicar, exclusivamente, as características do processo de acumulação — a sociedade está como que submetida a uma lógica implacável do destino. Aí, como se vê, desaparece por completo o outro componente do sistema, pois, quando muito, dominação é lembrada como algo inerente, natural, à sociedade de indivíduos possessivos, isto é, só pode ser vista como uma seqüela, uma conseqüência; um mal para os românticos e utópicos como Sismondi, ou, apesar disso, inevitável ao progresso, tal como o Lênin dos Escritos Econômicos (1893-1899) a definiu, de maneira inversa (de acordo com a leitura que faço, evidentemente), a partir do papel histórico das máquinas na economia capitalista:

"... la industria mecanizada es un gigantesco progreso en la sociedad capitalista, no sólo porque eleva en grado máximo las fuerzas productivas y socializa el trabajo en toda la sociedad, sino también porque destruye la división del trabajo propia de la manufactura, obliga a los obreros a pasar de un trabajo a otro, aniquila definitivamente las relaciones patriarcales atrasadas, especialmente en el campo, y da un formidable impulso al movimiento progressista de la sociedad, debido tanto a las causas señaladas como a la concentración de la población industrial. Este progreso, al igual que todos los progresos del capitalismo, es acompañado también por el "progreso" de las contradicciones, es decir, por su agudización y extensión" (67).

Apesar do conteúdo preciso da polêmica que trava com os populistas russos a respeito da resolução ou aprofundamento das crises e contradições inerentes ao sistema, ninguém melhor do que Lênin para fazer a exegese do caráter progressista da sociedade capitalista. Por isso mesmo, visualiza como limitação pequeno-burguesa todo pensamento que faz a crítica ao uso capitalista das máquinas por não terem proporcionado nem o aumento do consumo da classe operária nem levado à redução da jornada de trabalho (principalmente quanto à sua intensificação), apesar da enorme elevação da produtividade.

Conseqüentemente, penso que a conquista e expansão do mercado interno tem merecido igual tratamento: é visto, substancialmente, como um dado objetivo e neutro imposto pela lógica da acumulação, criado pela produção e voltado para a realização da mais-valia; portanto, também é um fator de progresso, ao agudizar e estender a contradição — caráter social da produção e caráter individual da apropriação — por todos os poros do tecido social. É esta a conclusão a que chega Lênin:

"Los clásicos (...) han formulado sin embargo la tesis absolutamente

correcta de que la producción crea ella misma su propio mercado, de termina el consumo. Y nosotros sabemos que la teoría de Marx ha tomado de los clásicos esta concepción de la acumulación, al reconocer que cuanto más rápidamente crece la riqueza, tanto más plenamente se desarrollan las fuerzas productivas del trabajo y su socialización, tanto mejor se torna la situación del obrero, hasta donde ello es posible dentro del sistema dado de economía social" (68).

Realmente, minhas observações iniciais estariam totalmente em desacordo com estas que falam a respeito do processo de industrialização, se não fizesse esses reparos e sugerisse aqui um outro tipo de abordagem para este tema. Por isso mesmo, advirto desde já que não é minha intenção percorrer de forma exaustiva o processo de desenvolvimento da indústria têxtil em seus vários aspectos e sentidos.

Ao contrário, por ter em mente a elaboração de um texto que fale da opressão e das formas como ela é gerida, a partir das reflexões anteriormente sugeridas, o objetivo deste trabalho é contribuir com algumas observações que permitam perceber as amplas possibilidades de interpretação que invariavelmente um mesmo tema — no caso, a problemática da industrialização brasileira — pode oferecer. Em outras palavras, estou interessado em verificar de que maneira foi se consolidando uma determinada forma de organização social do trabalho, seja pela efetiva instalação de bases técnicas reconhecidamente vencedora (máquinas e equipamentos técnicos) e, portanto, dos saberes a elas inerentes, seja pela produção de um discurso ideológico de caráter universalizante, capaz de levar a bons termos uma proposta de industrialização que, embora falando o contrário, em tudo reproduz os desígnios da dominação e do controle social. É o que parece ficar claro quando se busca outro enfoque para considerar questões relacionadas a protecionismo, legislação industrial e trabalhista, crise do capitalismo, neutralidade da tecnologia, monopólio, participação dos empresários na cena política, etc., tão presentes na maioria dos ensaios historiográficos sobre industrialização; questões estas que, não raro, tem recebido um tratamento coerente com teses consagradas e voltadas para demonstrar o caráter incipiente do parque industrial brasileiro até a primeira metade do século XX, a partir das próprias determinações impostas por uma divisão internacional do trabalho.

A este respeito, a crítica de Marilena Chauí é, sem dúvida, contundente e precisa, ao discutir a dialética do conhecimento, a apropriação de um objeto, e as próprias teias que o ato de saber cria para o agente desse mesmo conhecimento, ao deixar de reconhecer que todo ponto de partida para tal fim é em si mesmo uma indeterminação inicial, e por isso, dialeticamente, deve ser recuperado e determinado pelo trabalho do conhecimento e não anulado. Isto é, a história, ao partir do registro de seus agentes sociais, pode e deve desconfiar da suposta determinação completa e olhar o passado e reconstituí-lo sob outros olhos — é o dilema de quem quer interpretar o passado tendo antes que ler e conhecer esse mesmo passado, tornando-se mais fácil e oportuno eleger os

demiurgos da história. Diz ela:

"A passagem do que sucede no real para o que sucede no trabalho do conhecimento, ao se realizar sob a égide da determinação completa, leva a anular a indeterminação do ponto de partida. Assim em lugar de assumirmos a indeterminação inicial pela qual haverá processo, su pomos que no ponto de partida do caminho histórico e do trabalho te órico tudo já está determinado, restando-nos apenas a tarefa de ar ticular os dados esparcos para recuperar o caráter plenamente deter minado da situação. Porém, justamente porque no ponto de partida há indeterminação e a ocultamos graças aos resultados determinados obtidos no ponto de chegada, a consequência é inevitável: "determinamos" o indeterminado. Como o fazemos? Apelando para as idéias de va zio, atraso, tardio, desigual, imaturo, importado. Assim, a im presão deixada por grande parte dos textos é a de uma concepção demiúr gica da história do Brasil, as interpretações oscilando na esco - lha do demos ourgoi que ora é o Estado (e há um hegelianismo latente), ora é o empresariado (e a sombra de Schumpeter paira sobre a letra dos textos), ora deveria ter sido o proletariado (e a aura de Lênin refulge no esplendor do ocaso)".

Mas o que significa essa eleição demiúrgica da história, senão a per manência enrodilhada do trabalho do conhecimento no interior do astucioso dis curso ideológico?

"Essa concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indetermi nado e faz com que a luta de classes, sempre presente nas análises dos melhores intérpretes, não chegue a assumir a dimensão que lhe é própria, isto é, a da efetuação das relações históricas. Com isto, tende a permanecer na sombra algo que é constitutivo nessa lu ta: a representação recíproca e contraditória que as classes socia is contrõem de si mesmas e das outras durante o processo histórico, constituindo-o também tal como lhes aparece. Em suma, permanece na sombra a região da ideologia" (69).

Como desvendar esse mistério?

Embora minhas pretensões sejam menores e mais modestas, penso que não restam dúvidas quanto ao tipo de abordagem que pretendo desenvolver, e ficaria surpreso se a mim fosse cobrada uma coerência, por exemplo, com relação a teses cuja preocupação central acaba sendo a de descrever os caminhos percorridos por uma industrialização vencedora, sem jamais discutir as razões sociais que a levaram a vencer; sem perceber, enfim, como Marilena Chauí mesma sugere, o aspecto mais importante que é o caráter contraditório da luta — "a representação recíproca e contraditória que as classes sociais constrõem de si mesmas e das outras durante o processo histórico" —, principalmente quanto à forma como os agentes sociais, e em especial a classe operária, viram e definiram a fábrica.

Ainda que uma análise crítica, nos moldes sugeridos sobre o quê seja o sistema de fábrica, não signifique isenção em absoluto de algumas considerações sobre o caráter objetivo do processo de industrialização, não há por que vizualizar esse processo apenas a partir de uma visão economicista de suas bases técnicas e de seus dados estatísticos, que, invariavelmente, escamoteiam as condições humanas adversas sob as quais a produção se realiza, tal como Marx expôs brilhantemente a respeito do "fetichismo da mercadoria" em O Capital. Ao con

trário, o conceito de industrialização não se resume apenas à pura razão técnica da fábrica, do mercado etc.; nada mais enganosa do que a suposição de que esta razão se impõe por si própria, independente de políticas a esse fim destinadas, ou então, de que industrialização, enquanto medida de progresso socialmente aceita, seja capaz de compensar aquela natureza opressiva do sistema, tal qual Marx e Lênin, por exemplo, definiram sua importância estratégica na e para a história dos homens.

Assim, a escolha do ramo têxtil como campo privilegiado de estudo não me parece casual: esse ramo da indústria no Brasil, desde a segunda metade do século XIX, já havia respondido satisfatoriamente às exigências de organização social do trabalho em bases capitalistas; desde o começo essa indústria representou, com certeza, a primeira oportunidade de uma transformação na própria estratégia de organização do trabalho; mediante a introdução de bases técnicas modernas, tal qual as que já haviam sido desenvolvidas nos países mais industrializados, fez com que todas as outras formas de organização do trabalho para a produção de fios e tecidos que visassem o lucro acabassem sendo aliadas do sistema de produção: fundamentalmente, pela própria incapacidade de garantir mecanismos tão eficientes de controle e de disciplina voltados para elevar a produtividade na mesma proporção que a indústria mecanizada havia alcançado. Aos poucos, à medida que o mercado interior ia se estendendo e se consolidando por todo o território nacional, a introdução de técnicas "revolucionárias" de produção pela indústria têxtil acabaria por alijar do mercado as pequenas atividades caseiras e manuais. Ao mesmo tempo, a figura do capitalista tornava-se — pelo próprio estágio do desenvolvimento da indústria — uma figura imprescindível para a tarefa de organizar e controlar o processo de trabalho e impor a disciplina e a hierarquia que a fábrica, através agora de todo um aparato tecnológico, requeria e colocava em movimento.

Quero dizer com isso que a indústria têxtil, onde quer que tenha-se instalado, impôs o reconhecimento de uma certa lógica de saber técnico que retirou desde logo do social outras possibilidades ou outras formas de como produzir fios e tecidos que não fosse aquela conhecida e difundida pela indústria mecanizada. As poucas atividades artesanais, bastante rústicas frente ao aparato tecnológico e ao espaço físico imponente e austero da fábrica, sempre permaneceram à margem e jamais puderam disputar, ou sequer ameaçar, faixas de mercado com os "monstros" mecanizados; os poucos registros dados a conhecer sobre esse tipo de atividade caseira no Brasil, por exemplo, além de se localizarem em longínquos anos do século passado, dizem respeito a produções familiares que estavam localizadas em regiões distantes dos grandes centros urbanos produtores de fios e tecidos de algodão. Dessa forma, dadas às dificuldades dos artigos de alto padrão de qualidade penetrarem nessas localidades — devido, principalmente, à precariedade dos meios de transporte que, nesse caso, encareciam violentamente os preços dos produtos para um mercado ainda carente de recursos

para seu consumo —, aquelas atividades domésticas e de auto-subsistência ainda puderam ter uma existência efêmera. No entanto, a partir do momento em que esses mercados passaram a ser vantajosos pela racionalização e interligação de vários centros regionais do país, os produtos da indústria têxtil mecanizada não conheceriam mais rivais: inúmeras fábricas passaram, estrategicamente, a comercializar os seus produtos através de casas atacadistas, de vendedores ambulantes, de representantes de marcas, de mascates, etc., ou então se instalaram nessas regiões quase sempre interioranas, tornando aquelas atividades domésticas reminiscências de um passado distante.

Tais considerações, do ponto de vista da organização da produção, mediante a introdução de todo um aparato tecnológico, levam à conclusão de que a transformação das fibras de algodão em fios e tecidos, bem como de outras fibras têxteis, não se deu no Brasil através de uma evolução de indústrias domésticas até chegar à instalação das grandes indústrias integradas que produzem não só tecidos mas também os fios apropriados para aquela produção. Mas não se pode dizer, por oposição, que estas tenham aparecido desde logo como resposta reflexa a um mercado em franca expansão com o boom cafeeiro, mesmo que se reconheça nesse mercado, de acordo com uma linguagem economicista, um verdadeiro estímulo para a consagração de um sistema onde a indústria mecanizada aparece como supostamente mais eficaz e produtiva. Por isso, mesmo aquela suposição acima de que a precariedade das interligações regionais tenha sido o fator impeditivo e retardador do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas é bastante problemática, pois ao sistema não se colocam questões que não possa resolver. Na verdade, a indústria têxtil foi forçando paulatinamente a ampliação e racionalização de um mercado interior, de acordo com a sua própria capacidade de produção e de acordo com a lógica da acumulação de capital e da dominação social. Porém, longe de obedecer a leis vigentes de mercados integrados, como era o caso do europeu desde a Revolução Industrial, é preciso reconhecer que aqui o mercado interior tinha nas dificuldades de ligações inter-regionais barreiras objetivas que inibiam, temporariamente, sua expansão; embora fossem transponíveis (do ponto de vista meramente teórico, evidentemente) perderam porque as indústrias têxteis nascentes, bem como outros ramos da indústria, eram incapazes de atender a toda a demanda que elas mesmas iam criando. Daí, certamente, uma das explicações para a proliferação de centenas de pequenas empresas por todo o país.

Todavia, se mercado é em si mesmo uma relação de troca de mercadorias produzidas no regime fabril, e em especial da força de trabalho disponível para a produção, não há porque negar o fato de que é precisamente o sistema de fábrica, a partir da indústria mecanizada, o elemento racionalizador e dinamizador desse mesmo mercado. A seguinte conclusão de Lênin é bastante esclarecedora:

"... el desarrollo del capitalismo en general, y el del sistema de la

gran propiedad agrícola en particular, no reduce sino crea el mercado interior. El desarrollo del capitalismo corre parejo con el desarrollo de la economía mercantil, y a medida que la producción doméstica cede su lugar a la producción para la venta y el artesano no cede su lugar a la fábrica, se vá formando el mercado para el capital. Los "jornaleros" desalojados de la agricultura por la transformación de los "campesinos" en cultivadores ricos, suministran la fuerza de trabajo para el capital, y los cultivadores ricos resultan ser compradores de los productos de la industria, y no sólo de los objetos de consumo (que anteriormente eran producidos a domicilio por los campesinos o por los artesanos rurales), sino también son compradores de instrumentos de producción, que ya no podían seguir siendo los mismos al ser reemplazada la pequeña agricultura por la grande" (70).

E, se a questão se coloca a partir deste referencial teórico, não há porque negar também que é esse mesmo sistema que estabelece e impõe as normas de conduta (dominação) para o seu funcionamento, tornando as fronteiras para expansão apenas um dado circunstancial e espacial. Para o caso da indústria, a imposição dessas normas acabaria, por exemplo, transparecendo na obediência a reconhecidos e propagandeados padrões de qualidade de seus produtos — cores firmes, tecidos que não encolhem, produtos com marca registrada, artigos que demonstram o bom gosto dos consumidores, a homogeneidade dos desenhos e das cores, as "facilidades" de aquisição no mercado consumidor, as medidas e os tamanhos exatos para todos os gostos e fins desejados, a enorme variedade que permite o chamado "direito" à escolha, o caráter "moderno" que cada metro de fio e tecido traz em si mesmo incorporado, etc. —, tudo isto, além do próprio custo relativamente mais baixo, alijou da concorrência as produções caseiras, por mais persistentes que fossem, as quais aos poucos foram adquirindo o rótulo de rústicas ou quando muito de exóticas.

É frente a essa constatação que deve se dar o questionamento de uma lógica bastante conhecida e consagrada pela maioria dos estudos a respeito do processo de industrialização brasileira: que a grande indústria mecanizada, para o caso do ramo têxtil em particular, teria surgido como resposta reflexa às necessidades de um mercado consumidor de tecidos em expansão, e que aíse desenvolveu porque foi a única alternativa eficaz, capaz de atender à crescente demanda desses artigos. Nada mais equivocada que essa posição assumida. Mesmo que se reconheça que a indústria cafeeira funcionava como uma verdadeira indústria de meios de produção, resolvendo internamente o dilema colocado pela teoria leninista da realização do capital (reprodução ampliada), esse suporte financiador não poderia sustentar a situação indefinidamente. Não só porque as décadas iniciais já experimentavam o nascimento de uma indústria siderúrgica e metalúrgica, além das de cimento e cal, em rápida expansão, como também porque é preciso considerar que grande parte da responsabilidade para a realização do capital recaia, fundamentalmente, sobre as indústrias inglesas, até então fornecedoras principais de máquinas e equipamentos de reposição e ampliação do parque industrial instalado.

Em outros termos, penso que a idéia de mercado não pode ser entendida apenas como o momento de realização da produção, embora aí seja o lugar onde as trocas de mercadorias se efetuam. Ainda que isso seja muito importante — o locus onde as trocas se dão —, permanece como uma abstração, uma aparência; é preciso considerar que o mercado representa, objetivamente, a divisão social do trabalho que o sistema de fábrica tende a expandir e fracionar cada vez mais, graças ao revolucionamento constante e inevitável de todo o aparato tecnológico —, e, antes de mais nada, o locus onde se realiza o processo de expropriação e apropriação capitalista de saberes. Assim, acredito que a expansão industrial e o que se entende por processo de industrialização podem ser visualizados a partir das potencialidades de uma demanda enquanto estímulo no nível da circulação das mercadorias, mas é incorreto supor que a indústria teria deixado de crescer apenas porque essa demanda esteve reprimida boa parte das décadas passadas, mesmo porque, endossando as palavras de Marilena Chauí, não é questão central desta monografia uma análise voltada em demonstrar os prós e os contras de uma industrialização tida e reconhecida como retardatária. Senão isso, o que importa é perceber que ontem como hoje a indústria continua sendo a grande vencedora, apesar das propaladas crises de realização que o sistema sempre enfrenta. E, até onde a imaginação pode alcançar, mesmo com a ajuda de visões utópicas, nenhuma outra forma de organização da produção e, portanto, do trabalho, pode ameaçá-la em futuro próximo.

Aqui, mercado passa a ser um conceito que vai além das leis econômicas das trocas. Significa divisão social do trabalho, parcelização das tarefas, fracionamento do saber intrínseco e relacionado, fundamentalmente, a processo de trabalho e transferência do seu controle para o mando capitalista; representa, enfim, o reconhecimento de um lugar determinado onde, por direito, esse controle burguês pode e deve ser exercido racionalmente, uma vez que está travestido da mais pura razão técnica e competência para o conjunto do social.

Por isso, é preciso ter claro que essa luta — uma resposta interna ao processo diuturno de apropriação privada e dominação social —, acaba apontando, ao final, o universalismo do modo de pensar dominante, no momento mesmo que esse mercado constituído, como já assinalai, é reconhecido a priori como o lugar onde essa luta pode e deve ser travada. Conseqüentemente, o estímulo à expansão e integração do chamado mercado interno deve ser visto como uma política econômica que se encaminha num duplo sentido — como realização do processo de acumulação e como estratégia efetiva de dominação social; é através desta que aquele pode consolidar o sistema de fábrica, o qual exige, imediatamente, por assim dizer, a construção de todo um discurso consensual; ou seja, um discurso que, ao fazer aquele outro tipo de leitura sobre a importância do mercado, por exemplo, seja capaz de ampliar, porque imprescindível, a dominação mediante mecanismos vários que tornam possível a disciplina também fora do espaço físico da fábrica, mesmo em áreas ainda supostamente não submeti-

das totalmente à lógica da acumulação. Ao contrário, o reconhecimento do mercado (a partir da fábrica como o "outro" lugar da luta) — local da dominação econômica, política e ideológica — é, na verdade, a forma como o sistema mantém vivo na lembrança dos homens produtivos a necessidade de venderem sua força de trabalho, como bem lembra Marglin, ao falar do êxito da fábrica:

"... a origem e o êxito da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato de ela despojar o operário de qualquer controle e dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir daí, o operário já não é livre de decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário: tem que optar por trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar de todo -- o que, na prática, não lhe deixa escolha" (71).

Porém, mesmo as leis econômicas de mercado, tão decantadas a partir da lei concorrencial entre a oferta e a procura — o que já significa reconhecer a divisão social do trabalho como um princípio inquestionável e terrível a tolher a imaginação criativa dos homens, suficientemente capaz de explicar a intangibilidade do sistema pela sua suposta eficácia técnica e crescente produtividade, bem ao gosto de Adam Smith — só podem ser inteligíveis e estimulantes para a expansão industrial se esse mesmo sistema puder se sustentar por um discurso capaz de persuadir o conjunto da sociedade para o seu caráter evolutivo e de progresso social, fato que aparece de forma irretorquível no mundo contemporâneo. Nessa medida, todo um corpo de idéias tem que ser formulado para demonstrar que moda, por exemplo, também serve para aferir progresso, bem estar, conforto pessoal, etc.

Da mesma forma, também seria equivocado supor que as várias políticas econômicas implementadas e reivindicadas pelo empresariado brasileiro, e principalmente pelos da indústria têxtil, até praticamente o final da II Guerra Mundial, não tenham se voltado, conscientemente ou não, para garantir a dominação, mediante a consolidação de uma mentalidade no seio da sociedade sobre os benefícios que uma nação pode usufruir quando sustentada nas bases sólidas da industrialização. Quanto a isto, não restam dúvidas.

A própria vigência de outras propostas diferenciadas, que se desdobraram pela fala de vários agentes sociais no sentido da industrialização, cada qual com um programa próprio, acabaram se sedimentando e se homogeneizando em vários pontos estratégicos, permitindo que aos poucos essas diferenças fossem apagadas pela ação de uma estratégia política que poucos querem ver e que o tempo se encarregaria de relegar ao esquecimento, consolidando o que aqui chamo de memória histórica do sistema de fábrica, justamente porque, produtivamente, outras propostas foram aparecendo em cena à medida que o tempo do capital ia registrando as voltas do ponteiro do "progresso" social.

Notas do Capítulo I

01. Lafargue, Paul. O Direito à Preguiça, SP, Kairós, 1980, p.26;
02. Chauí, Marilena de S. O que é Ideologia, SP, Ed. Brasiliense, 1982, p.104;
03. Marx, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Obras Escolhidas, vol.1, SP, Ed. Alfa-Ômega, s/data, p.203;
04. Lafargue, Paul, op.cit., p.17; dadas as dimensões desta monografia, dei -  
xo de anotar o processo de lutas partidárias do movimento operário so -  
cialista europeu, no qual o autor estava inserido naquele momento. Vale  
ressaltar apenas que, independentemente do encaminhamento desse proces -  
so, o certo é que P. Lafargue estava longe de desacreditar na máquina  
como tecnologia de dominação social, tanto que formulou todo um progra -  
ma utópico para as futuras gerações de homens;
05. Idem, ibidem, pp.19-20;
06. Idem, ibidem, p.20;
07. Idem, ibidem, p.20 (grifos meus);
08. Marcuse, Herbert. Cultura y Sociedad, Buenos Aires, Ed. Sur, 1970, p.10;
09. Idem, ibidem, p.8;
10. Idem, ibidem, pp.10-12;
11. Idem, ibidem, p.13 (grifos meus);
12. Idem, ibidem, p.11;
13. Lafargue, Paul, op.cit., p.49 (grifos meus);
14. Habermas, Jürgen. "Técnica e Ciência enquanto Ideologia", Os Pensadores,  
SP, Ed. Abril, 1980, p.314;
15. Coriat, Benjamin. Ciência, Técnica y Capital, Madrid, H. Plume Ed., 1976,  
p.42;
16. Miceli, P.C. & Machado F<sup>o</sup>, Oswaldo. Tecnologia e Racionalização do Traba -  
lho na Indústria Paulista (1928-1945), SP, IRS, Projeto de Pesquisa, 1981,  
p.18;
17. Lewis, Sinclair. Babbitt, SP, Ed. Abril, 1972, pp.9-10;
18. Marx, Karl. El Capital, vol.I, México, Fondo de Cultura Económica, 1978,  
p.335;
19. Idem, ibidem, p.336;
20. Marglin, Stephen. "Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas", Divisã  
Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista (org. A. Gorz), Porto,  
Publicações Escorpiao, 1976, p.60;
21. Decca, Edgar S. de. O Nascimento das Fábricas, SP, Ed. Brasiliense, 1982,  
p.12;
22. Marglin, Stephen, op.cit., p.42;
23. Munakata, Kazumi. "O lugar do movimento operário", comunicação apresentada  
no Encontro Regional da ANPUE, IV, Araraquara, set/78, mimeo.;
24. Decca, Edgar S. de, op.cit., p.18;
25. Uma alusão ao título do trabalho de S. Marglin, op.cit.;
26. Pinheiro, Paulo S. & Hall, Michael N. A Classe Operária no Brasil (1889 -  
1930) - condições de vida e trabalho, relações com os empresários e o Esta  
do, SP, Ed. Brasiliense, vol.II, 1981, p.9; os autores, citando o historia -  
dor E. P. Thompson, concordam que classe "... é uma categoria históri -  
ca, definida pela maneira como os homens vivem sua própria história. Os  
trabalhadores, ao experimentarem a exploração, identificam os pontos de  
interesse antagônico e as formas em que se realizam de sorte que a clas -  
se e a consciência de classe emergem da própria luta de classes";

27. Marglin, Stephen, op.cit., p.67; o autor procura demonstrar, através do movimento de constituição e superação do mercado feudal, que a luta (motor da história) se realizou no âmbito da dominação de saberes técnicos (savoir-faire). Isto é, pode ser lida no interior do processo de passagem do putting-out system (os trabalhadores domésticos ainda detinham o conhecimento técnico de como fazer) para o sistema de fábrica capitalista (o conhecimento técnico passa o domínio do empresário-empresendedor). Para ele, teria ocorrido nesse momento uma dupla expropriação: a do saber técnico de como fazer e a dos instrumentos de trabalho, pois só nesse sentido a dominação pôde se realizar, ao transformar o antigo trabalhador doméstico em trabalhador "livre", assalariado e despossuído;
28. Marx, Karl. O Capital - Capítulo VI (Inédito), Livro I, SP, Ed. Ciências Humanas, 1978, pp. 57 e 62;
29. Marx, Karl. "Acumulación Originaria", cap. XXIV, in El Capital, op.cit. , p.627;
30. Dickson, David. Tecnologia Alternativa, Madrid, Ed. Rosário, 1978;
31. Gramsci, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1978;
32. Lênin, V.I. "Las tareas inmediatas del poder soviético", in El Desarrollo de la Industria Pesada y la Electrificación del País, Moscú, Ed. Progreso, 1981, pp.25-26; contudo, como bem lembra Robert Linhart em seu trabalho - Lênin, os camponeses, Taylor, RJ, Ed. Marco Zero, 1983, 2ª Parte: "Lênin e o Taylorismo", pp.77-172 -, é preciso considerar a esse respeito dois Lênin: o de antes de 1917 e o posterior à conquista do poder pelo proletariado russo. Isto é correto, embora não seja suficiente para explicar que houve uma radical transformação em seu pensamento. Recuperando os seus escritos de 1914, Linhart aponta que o problema para Lênin não estava na negação do taylorismo mas na sua inadequação a um sistema totalmente contraditório. Diz Linhart: "Partindo daí, a crítica de Lênin desloca-se e se concentra na contradição entre uma organização mais "racional" do trabalho no interior da fábrica e a "anarquia" econômica que reina na sociedade capitalista: todos esses aperfeiçoamentos desenvolvidos são feitos CONTRA o operário; visam a esmagá-los e a sujeitá-los ainda mais, sem ultrapassar os limites de uma distribuição racional e pensada do trabalho NO INTERIOR DA FÁBRICA (Lênin)", conf. pp.85-86;
33. Castoriadis, Cornelius. "La revolución proletaria contra la burocracia", in La Sociedad Burocratica (La revolución contra la burocracia), vol.II, Barcelona, Tusquets Editor, 1976, pp.214 e 218;
34. Idem, ibidem, p.219; Falando da crise da burocracia russa, esse autor afirma: "... es esa misma crisis la que hace que sean vanos todos los esfuerzos de las clases dirigentes de occidente para estabilizar su régimen y dirigir su sociedad. Es ella quien hace que el capitalismo francés sea incapaz de racionalizar la gestión del país, o de resolver el problema de sus relaciones con sus ex-colonias, que el capitalismo inglés o americano sea incapaz de disciplinar a sus obreros, de dominar a sus satélites";
35. Idem, ibidem, p.216;
36. Idem, ibidem, pp.222-223;
37. Sobre processo de trabalho, veja-se a análise que procuro desenvolver a partir do desenvolvimento da indústria têxtil nas décadas de 1910 e 1920, estabelecendo aí a relação entre esse processo, suas alterações, com a classe operária e com o processo de valorização do capital. Nesse sentido, o trabalho de Harry Braverman é bastante original e importante, justamente porque procura estudar a estrutura da classe operária no capitalismo moderno, suas mudanças, através da análise do processo de transformação ocupacional, o que, essencialmente, implica em que não tenha que recorrer à classe operária para confirmar suas hipóteses. Seu

37. ponto de partida está calcado no seguinte pressuposto: o processo incessante de automatização sempre altera as condições de trabalho, e isso leva à seguinte conclusão: a insatisfação no trabalho é inerente e impossível de ser eliminada no processo de valorização do capital, cf. in Trabalho e Capital Monopolista, RJ, Zahar, 1977;
38. Castoriadis, Cornelius, op.cit., p.223;
39. Uso o termo "paliativo" para deixar bem claro que a resistência também é altamente criativa e sempre encontra formas de burlar o sistema de planificação e organização racional do trabalho. Porém, este é apenas um lado do problema. Penso que o outro pode ser lido através da própria competição interburguesa, ou de suas elites dirigentes, principalmente através do movimento de concentração e centralização do capital;
40. Castoriadis, Cornelius, op.cit., p.223 e seguintes;
41. Gorz, André. Adens ao Proletariado: para além do socialismo, RJ, Forense-Universitária, 1982, pp.40-41, cf. Karl Marx. El Capital, cap.XIII, § 4;
42. Idem, ibdem, p.40;
43. Idem, ibdem, p.42 (grifos meus);
44. Castoriadis, Cornelius. Diante da Guerra, SP, Ed. Brasiliense, 1982, capítulo III - "Por trás dos fenômenos: a estratocracia russa" e capítulo IV - "A força bruta pela força bruta";
45. Mello, João Manuel C. de. O Capitalismo Tardio, SP, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1975, mimeo.;
46. Idem, ibdem; De acordo com J.M.C. de Mello, esse tipo de indústria empregava uma tecnologia relativamente simples e, portanto, os investimentos aí alocados eram acessíveis ao padrão econômico brasileiro da época. Assim, nos momentos de boom cafeeiro e à medida que se procurava conter a produção dentro de certos limites que pudessem ser absorvidos também no mercado externo, principalmente a partir de 1906, a acumulação de capital aí verificada podia ser reaplicada não só na diversificação da agricultura como até permitia o desvio (vazamento) desse capital monetário excedente para o setor industrial. Para ele, a produção industrial interna tornava-se uma aplicação rentável para os lucros comerciais excedentes, favorecida pelas condições de financiamento: "havia um vazamento de capital monetário do complexo exportador cafeeiro porque a acumulação financeira sobrepassa as possibilidades de acumulação produtiva...";
47. Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit., p.91, cf. Emigrazione agricola al Brasile, Relazione della commissione Italiana, Bolonha, 1913, pp.35-36, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP;
48. Idem, ibdem, p.104, "O colono e a fazenda (1915)", cf. Il distretto del R. V. Consolato D'Italia in Ribeirão Preto, Bolletino del Ministero degli Affari Esteri, Mario Zanotti Bianco, n° 8, 1915, pp.43-48;
49. Idem, ibdem, p.104;
50. Decca, Maria Auxiliadora G. de, Munakata, Kazumi & outros. O Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo: 1911-1928, Relatório de Pesquisa sobre a industrialização brasileira, UNICAMP/FINEP, s/data, p.1: "Os motivos imediatos que levaram à criação do D.E.T. parecem estar relacionados às necessidades de centralizar todos os serviços mantidos pelo Estado para o alojamento e a fixação do imigrante e sua colocação como força de trabalho na lavoura e/ou indústria. Na exposição de motivos apresentada pelo Secretário da Agricultura ao Presidente do Estado para que se criasse o Departamento de Trabalho do Estado de São Paulo, a necessidade de unificação da Hospedaria dos Imigrantes e da Agência Oficial de Colocação foi bastante reforçada. A criação do D.E.T. parecia ser encarada quase que como uma reforma complementar às medidas estabelecidas em 1906 quando se criava a Agência Oficial de Colocação e Trabalho, repartição destinada a dirigir os imigrantes em sua primeira colocação no Es

50. tado de São Paulo e orientar o trabalhador nacional e/ou estrangeiro quanto à colocação nos diferentes ramos da indústria carecedores de mao-de-obra";
51. Arendt, Hannah. As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder, RJ, Ed. Documentário, 1973, p.33;
52. Idem, ibdem, p.29;
53. Idem, ibdem; Hannah Arendt analisa essa questão da exportação do poder tendo em vista a organização do capital alheios como etapa do processo de acumulação primitiva em países fracos ou não civilizados. Todavia, como procuro demonstrar, a exportação do poder para o Brasil, através do capital mercantil-financeiro do café, não obedeceu a esse esquema teórico-explicativo proposto pela autora;
54. Cf. Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit.: "A imigração em larga escala, financiada pelo Estado, começou em meados dos anos 1880. Ela servia principalmente para promover um exército de reserva de mao-de-obra para a agricultura e, mais tarde, para a indústria em São Paulo", p.16;
55. Deixando de lado por enquanto a análise sobre as condições objetivas que teriam bloqueado a possibilidade do nascimento e expansão de um mercado para consumo de meios de produção (máquinas e equipamentos, insumos etc.), portanto, do desenvolvimento de uma indústria de máquinas internamente, a racionalização que a crise invariavelmente impõe ao sistema tem permitido várias interpretações a respeito de uma suposta mentalidade pouco capitalista dos empresários das gerações anteriores a 1930;
56. Marx, Karl. O Capital, cf. Giuliano Conte, in Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo, Portugal, Porto, Editorial Presença, 1979, pp. 91-92;
57. Jornal Avanti!, maio de 1907;
58. Martins, José de Souza. Conde Matarazzo - o empresário e a empresa, SP, HUCITEC, 1976, pp.101-106;
59. Por certo o capitalista não introduz máquinas em sua fábrica para aliviar o trabalho diário dos seus operários nem para torná-los ociosos; muito menos para que ocorra o desgaste moral das máquinas. Para Marx, o emprego capitalista das máquinas cumpre objetivos precisos e conscientemente planejados de antemão pelo empresário: "Pero la maquinaria empleada por el capitalismo no persigue ni mucho menos, semejante objetivo. Su finalidad, como la de todo otro desarrollo de la fuerza productiva del trabajo, es simplemente rasar las mercancías y acortar la parte de la jornada en que el obrero necesita trabajar para sí, y, de ese modo, alargar la parte de la jornada que entrega gratis al capitalista. Es, sencillamente, un medio para la producción de plusvalía", in El Capital, cap. XIII - "Maquinaria Y Gran Industria", op.cit., p.302;
60. Martins, J. de S., op.cit., p.104;
61. Postura semelhante pode ser observada no trabalho de Warren Dean - A Industrialização de São Paulo: 1880-1945, SP, Difel, s/data; Para esse autor, a autoconsciência do empresariado nacional só se tornou possível quando a obtenção de lucros pelas empresas passou a ser difícil, principalmente a partir de 1929. Para ele, embora os empresários continuassem aceitando a dependência do desenvolvimento industrial ao setor agrícola, só se arriscando a enfrentar a política econômica vigente quando esta limitava a realização de lucros na indústria, a crise fez aflorar os interesses antagônicos. Assim colocada a questão, fica claro para W. Dean o motivo pelo qual os industriais paulistas, por exemplo, mantinham "... excelentes contatos políticos com o Partido Republicano Paulista" (p.154), uma vez que, dentro dos estreitos limites de sua consciência de classe — obter lucro tão somente, sem questionar a estrutura de poder político e econômico montada para a sua consecução —, o PRP preenchia perfeitamente essa exigência. Dessa forma, poucos ex -

61. presários teriam demonstrado defender racionalmente os interesses de classe, e nem o CIESP, de acordo com esse ponto de vista, pode ser entendido como a materialização de uma nova postura empresarial antes mesmo que a crise de 1929 apontasse os novos rumos da economia. Trabalhando com a idéia do exclusivo objetivo de obter lucro máximo, esse autor se aproxima do conceito de empresário-comerciante formulado por J. de S. Martins — a coesão de grupo não nasce antes de 1930; não se pode falar ainda em consciência de classe antes que ocorra essa revolução, o que explica, em última instância, a subordinação da burguesia industrial ao marco institucional da economia cafeeira: sua luta restringia-se, concludem, apenas à elevação da taxa cambial e à aplicação de uma política de tarifas alfandegárias protecionistas, ao mesmo tempo que aí se definem os importadores e as classes médias como seus inimigos naturais no período da chamada República Velha, cf. pp.147-158;
62. Analisando "a aliança entre a raiz e o capital", Hannah Arendt sugere que a exportação de capital refletia uma reação a um "mercado doméstico saturado", carente de matérias-primas e acumulando crises crescentes. Cumprida assim a expansão um importante papel na proteção da burguesia, que tinha diante de si a perspectiva de permanecer supérflua e parasitária em seus países de origem, devido à impossibilidade de se promover a reprodução ampliada do capital nesses "mercados domésticos saturados". Ao fazer a crítica à visão leninista de imperialismo, H. Arendt se apoia em Rosa Luxemburg para explicar onde e como o capital pode retomar o processo de acumulação: "De como bastante inocente, a expansão afigurava-se inicialmente como a válvula de escape para a produção excessiva de capital e oferecia um remédio: a exportação de capital. (...) As depressões dos anos 60 e 80, que deram início à era do imperialismo, forçaram a burguesia a compreender pela primeira vez que o pecado original do roubo, que séculos antes tornara possível o "original acúmulo de capital" (Marx) e havia gerado todas as acumulações posteriores, teria eventualmente de ser repetida a fim de evitar que o motor da acumulação parasse de súbito. Diante de tal perigo que ameaçava a nação inteira com um colapso catastrófico da produção, os produtores capitalistas compreenderam que as formas e leis do seu sistema de produção "havia desde o início sido previstas para toda a terra", cf. pp.45-46, op. cit.;
63. Decca, Edgar S. de & Machado F<sup>o</sup>, Oswaldo (colaboração). Contribuição para o estudo do problema da tecnologia no desenvolvimento da indústria no Brasil, 1<sup>a</sup> Parte: "Das origens a 1907", SP, Instituto Roberto Simonsen, nov-78, p.7, mimeo.;
64. Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo, SP, Difel, 1977, pp.31-32;
65. Idem, ibidem, pp.79-80;
66. Decca, E. S. de & Machado F<sup>o</sup>, O., op.cit., p.14;
67. Lênin, V.I. Sobre el problema de los mercados (Escritos económicos: 1893—1899), vol.3, México, Siglo XXI, 1974, pp.119-120;
68. Idem, ibidem, p.77;
69. Chauí, Marilena de S. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", in Ideologia e Mobilização Popular, RJ, CEDEC/Paz e Terra,
70. Lênin, V.I., op.cit., p.68;
71. Marglin, Stephen, op.cit., p.42;

## II

CAPITULO QUE TRATA DE ARROLAR ALGUMAS DAS CONDIÇÕES QUE FORAM IMPRES-  
CINDIVEIS PARA O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL MANCHESTERIANA

"Dentro daquela colmeia, as abelhas vivem e trabalham à vontade, gozando de garantia de seus patrões e constituindo, ao mesmo tempo, a segurança de não ter sido inútil o esforço por eles feito" (Picarollo)

1. Em que se define a indústria têxtil como perfeitamente integrada à lógica do sistema de fábrica.

Recuperar a tradição manchesteriana do sistema de fábrica na indústria têxtil no Brasil é uma tarefa árdua, pela complexidade de temas e questões que a envolvem, justamente pela sua importância no contexto nacional, tendo sido por longo período o setor de ponta da economia.

Evidentemente, considerando que o tema central desta monografia não se prende a um estudo exaustivo sobre esse ramo da indústria, e sim a várias questões relacionadas com a trama da dominação social, seja no nível da racionalização do aparelho produtivo (sistema de máquinas), seja no nível do discurso voltado para enaltecer a industrialização, retiro dos registros históricos apenas aquilo que vai ao encontro às minhas suposições iniciais. Assim é que analiso aqui apenas algumas questões gerais com as quais a indústria têxtil se deparou desde o seu nascimento, dentre as quais destacam-se a política monopolista, o protecionismo, o saber técnico, as indústrias integradas e a racionalização, a crise e o processo de concentração de capital — apenas rãpi das amostragens —, como forma de demonstrar seus primeiros sucessos. Nesse sentido, levanto a hipótese de que em grande medida todos esses temas, a partir de meados do século passado até o seu final, pode-se detectar uma certa resistência em se questionar a fábrica e sua dominação social como organização da produção vencedora. Ao contrário, o que esses temas sugerem, invariavelmente, é que para cada ameaça — o monopólio estrangeiro, o mercado interno pouco desenvolvido, o saber técnico monopolizado pelo grande capital e a crise do sistema, por exemplo — surgem respostas precisas, tais como a política protecionista, as indústrias integradas, a formação de uma mão-de-obra especializada, a concentração e a racionalização do capital, respectivamente. Ao final, a certeza de que é no bojo dessas polêmicas que o sistema se consolida, e o caminho que percorre, apesar das depressões ocasionais, identifica-se com a busca da constituição da nação, e aí patriotismo e indústria nacional são formas de expressar um único e mesmo ideal burguês.

Retrocedendo no tempo, mais precisamente a partir do período colonial, já podemos perceber, ainda que de passagem, que o êxito da fábrica era in-

questionável, e se não proliferou com maior rapidez não foi por causa de uma suposta resistência nativa à desestruturação de uma economia de subsistência para a formação do mercado interior, mas sim devido aos entraves causados pelo exclusivismo metropolitano, num primeiro momento, e pela política monopolista do capital internacional, posteriormente.

Apesar do relativo primitivismo das primeiras iniciativas nesse ramo da indústria, o que as notícias históricas a respeito deixam transparecer é que as poucas manufaturas existentes no período colonial não só obedeciam aos imperativos do regime fabril, com uma disciplina e hierarquia rígidas, como também já tinham se submetido à política monopolista imposta pela metrópole portuguesa. Todos aqueles objetivos que garantissem a dominação do capital sobre o trabalho já se encontravam relativamente desenvolvidos, a tal ponto que estabelecia uma concorrência perigosa aos interesses dos fabricantes portugueses. Tanto que, apesar da vigilância e da fiscalização exercidas por Portugal sobre essas primeiras iniciativas, elas acabariam prosperando e conquistando um espaço do mercado nacional, ainda que para a produção de tecidos grosseiros destinados ao vestuário de escravos e para sacaria de café. Essas notícias dão a conhecer também que mesmo aquelas fábricas que se aventuraram em concorrer no mercado produzindo tecidos em geral, acabaram sendo desmanteladas por ordem de uma bula real — um código disciplinar altamente eficaz que organizava a política monopolista da metrópole e assegurava o privilégio de fabricação desses produtos às indústrias têxteis portuguesas.

Esse duro entrave à expansão da indústria têxtil no Brasil, no que diz respeito principalmente à diversificação da sua produção, sofreria um novo revés no ano de 1810, quando foi assinado um acordo de cooperação comercial entre Portugal e a Inglaterra. Acordo esse que, sinteticamente, privilegiava, a partir de então, os produtos têxteis de procedência inglesa no mercado nacional durante boa parte do século XIX. Não é difícil de se perceber que através desse acordo, dentre outras medidas acionadas e de caráter monopolista, os tecidos importados da Inglaterra passavam a ter um tratamento todo especial, desestimulando qualquer aventura, por parte dos primeiros fabricantes nacionais, que fosse além da produção de tecidos grossos. E, mesmo assim, desde que aí não se empatasse um volume considerável de capital para a aquisição de maquinismos que, do ponto de vista estritamente técnico, diga-se de passagem, pouca coisa diferiam daqueles capazes de produzir tecidos mais finos. Qualquer modificação nesse sentido significava, concomitantemente, alterações no processo de trabalho, com a introdução de novas seções dentro da fábrica, tais como a de alvejamento, tinturaria etc., acentuando ainda mais o processo de concentração e concorrência capitalista. Do ponto de vista do aparato tecnológico, as poucas fábricas existentes naquele momento já se encontravam relativamente em condições de iniciar uma pequena produção mais diversificada (produção de fios e tecidos de qualidade superior), se não fossem os entraves provocados por aque-

las políticas monopolistas da metrópole portuguesa, inicialmente, e da Inglaterra, posteriormente. Situação que muito poucas modificações sofreria até praticamente o final da I Guerra Mundial.

Em geral, até o final da década de 1910, a indústria têxtil iria se dedicar à produção de uma variedade muito pequena de artigos, consolidando, conseqüentemente, um determinado padrão de administração empresarial (01). E até o protecionismo alfandegário concedido com certo alarde na década de 1880, mesmo tornando mais atrativos os investimentos na indústria têxtil, foi incapaz de alterar significativamente esse quadro. Havia quase que uma divisão tácita do mercado -- aos importadores destinavam-se as faixas de mercado consumidoras de fios e tecidos mais finos, ficando a produção de artigos mais grossos para os produtores nacionais. Acordo precário, é verdade, pois em torno dessa questão a própria burguesia industrial nascente irá acirrar o debate ao nível político-institucional e criar a seu redor o consenso de amplas camadas da sociedade, como se verá em outra parte desta monografia. E, ainda que esse debate seja interessante para se perceber a "visão de mundo" do empresariado naquele momento, e mesmo que o protecionismo fosse exercido de fato, o registro não se altera -- a tradição manchesteriana se impôs porque esse era o caminho do sistema de fábrica vencedor: os empresários tinham que importar o que havia de melhor no mercado mundial. Ao depender das indústrias de máquinas estrangeiras, como já disse anteriormente, não só para a aquisição do equipamento necessário, como também para o fornecimento de técnicos e mestres capazes de colocar as fábricas em funcionamento, só isso já serviria para demonstrar que a indústria têxtil algodoeira aqui se instalou obedecendo a um determinado padrão de conhecimento técnico de como produzir fios e tecidos. Isto é, o crescimento da indústria têxtil sempre esteve condicionado a uma determinada forma de produzir que se impunha de fora, mais precisamente, da Inglaterra, cuja hegemonia passaria a ser dividida com os Estados Unidos por volta da década de 1920, sendo desde então superada por esses últimos graças aos novos contornos que a I Guerra Mundial acabou ditando à divisão internacional do trabalho. A tradição manchesteriana, no entanto, já havia se consolidado como a última palavra em processo de trabalho, fato esse irreversível desde muito antes do final do século passado, bastando lembrar, para tanto, que por esse período já eram frequentes os anúncios em jornais de importadores de máquinas estrangeiras, tais como os Henry Rogers Sons & Co., que divulgavam sua representação em máquinas têxteis de origem inglesa e americana, dentre outras. Além disso, a esses importadores cumpria monopolizar ou serem os intermediários do saber técnico imprescindível para acionar e dar manutenção a todos os maquinismos. Tanto isso é certo que eram constantemente procurados pelos empresários brasileiros carentes de assistência técnica de toda ordem, como máquinas e equipamentos de reposição, técnicos, projetos de racionalização etc., o que sugere que também aí o saber técnico pode ser lido como esfera muito precisa de dominação interbur-

Guesa.

É nesse contexto, por estar o seu crescimento condicionado a uma determinada forma de produzir ditada pelas indústrias de máquinas estrangeiras, que o problema do protecionismo e da reforma tarifária se tornariam bandeiras extremamente importantes para a acumulação de capital na indústria nascente. Assim, em 1878 o governo brasileiro, com o objetivo de melhorar a administração alfandegária, enviou dois funcionários para uma visita às fábricas têxteis dos Estados Unidos e da Europa. Sua missão era a de adquirir conhecimentos sobre os mais aperfeiçoados métodos de classificação de produtos taxáveis, bem como das inovações técnicas introduzidas nas indústrias, nos sistemas administrativos das alfândegas dos principais países visitados e, principalmente, observar a produção de vários tecidos de algodão. Tal medida, ao que parece, teria sensibilizado enormemente os industriais brasileiros. Mas, o mais interessante notar é que esses comissários, após alguns cursos técnicos e visitas a algumas das grandes indústrias têxteis no exterior, ficaram convencidos de que as fiações e as tecelagens representavam naquele momento uma chave importante para o desenvolvimento industrial das nações. Com o desenvolvimento dessas indústrias, afirmavam, alguns outros segmentos haviam sido estimulados na Inglaterra, como era o caso da produção de ferro e carvão, da produção de máquinas, etc. Alertavam, no entanto, que os resultados impressionantes da aplicação dos princípios da mecânica e da produção de máquinas para a indústria têxtil naqueles países só foram possíveis porque haviam abandonado a prática livre-cambista. Não é por outra razão que a Exposição Industrial, realizada em 1881, por exemplo, procuraria dar ênfase especial ao conceito de proteção como meio de equilibrar a concorrência estrangeira no mercado interno, e não simplesmente bloquear a entrada de artigos importados, o que indica que os empresários tinham, naquele momento, uma nítida consciência de sua força político-econômica para não propor medidas protecionistas mais austeras. Na verdade, o que queriam esses grandes fabricantes era conquistar, num clima de convivência, o mercado interno de fios e tecidos mais grossos, eliminando da concorrência empreendimentos mais fracos (02). Mais tarde, já na década de 1920, voltariam à carga reivindicando uma parte maior desse mercado, não só para iniciar uma produção mais diversificada mas também para a produção de artigos mais finos e de melhor qualidade.

Parece, portanto, que havia um certo consenso entre alguns segmentos do governo e da grande indústria têxtil no sentido da adoção de medidas de caráter nitidamente protecionista para os artigos aqui produzidos, como forma de romper com o monopólio quase que absoluto de fios e tecidos finos exercido pelos importadores. Realmente, não foi por outro motivo que em 1881 os empresários fundaram uma Associação Comercial destinada a defender seus interesses, principalmente os da indústria têxtil, considerando que esta tinha aí uma representação maior, sendo a questão das tarifas protecionistas o seu ponto de

convergência principal. Consenso esse que, ao contrário do que se possa imaginar, acelerou-se justamente com a iminência da abolição da escravidão, fazendo com que os empresários passassem a ver no ramo têxtil algodoeiro um sucessor à altura da agricultura cafeeira, capaz o suficiente de suavizar o impacto que aquela proclamação iria provocar. Como se vê, a indústria "nacional" como tábua de salvação da nação não chega a ser construção recente.

É necessário ressaltar, no entanto, que nem todos os segmentos desse ramo da indústria estavam de acordo com essa política protecionista. De fato, não se pode deixar de registrar aqui a ocorrência de uma outra polêmica travada ao longo dos anos entre as fábricas de tecelagem e de fiação menores com as grandes indústrias têxteis integradas (fiação e tecelagem), as quais queriam também para si o monopólio dos fios de algodão, o que colocava como questão a barreira da rigidez tecnológica desde o início do processo de industrialização brasileira.

## 2. Que informa as razões pelas quais a indústria têxtil nascente tinha que ser de tipo integrado.

Peio que os relatos deixam transparecer, as pequenas tecelagens só poderiam ter lucro se os fios que precisavam importar não sofressem altas taxas alfandegárias ou, então, se a indústria "nacional" pudesse lhes oferecer esses mesmos produtos a preços vantajosos, em abundância e de qualidade comparável com o importado, o que era muito difícil de ser obtido segundo o depoimento da própria administração da maioria das pequenas tecelagens. O fato é que estas, pressionadas pela concorrência, não acreditavam na possibilidade de serem atendidas em seus pedidos, a não ser que as grandes indústrias integradas pudessem dispor de um grande excedente a qualquer tempo. Mas isso, obviamente, era um negócio incerto e, evidentemente, bastante inseguro. Por outro lado, uma política de defesa dos fios nacionais significava, de acordo com aquelas tecelagens menores, uma elevação geral nos preços dos fios pouco compensadora, pois o consumo, restrito às faixas rurais e urbanas de baixas rendas, tenderia a cair com a elevação geral nos preços dos tecidos considerados mais grossos. A solução para as tecelagens se encaminhava, por isso, no sentido do acoplamento de todo um conjunto de máquinas destinadas à produção dos fios que necessitavam, até se tornarem indústrias tipicamente integradas. E isto, evidentemente, significava dispor de maior volume de capital para poder competir com as maiores e melhores tecnicamente aparelhadas.

A Companhia Nacional de Estamparia, no interior dessas considerações, tornou-se um caso típico de empresa onde as pressões concorrenciais obrigaram-na a melhor se aparelhar, adquirindo seções completas de fiação e tecelagem para atender a sua fábrica de estamparia. Localizada em Sorocaba, essa Cia. foi fundada em 1909 pela família Kenworthy e compunha-se, inicialmente, de apenas uma fábrica de estamparia. Em 1915, porém, já fazia funcionar uma seção de fiação e outra de tecelagem, além de uma de branqueamento e outra de tintura -

ria:

"A fábrica de tecidos, que hoje funciona sem interrupção a fim de fornecer o necessário para a fábrica de estamperia, tendo os melhores resultados à Companhia, tirando a mesma de sua grande dificuldade que era obter artigos de outras fábricas e do estrangeiro, para manter a sua fábrica de estamperia em atividade: acontecia-lhe muitas vezes, precisar de suspender o seu funcionamento, por falta de pano necessário" (03).

A Companhia Fiação e Tecidos Cometa, por exemplo, também sofreu o mesmo tipo de pressão que a maioria dos empresários menores padeciam ao longo das décadas finais do século passado e das primeiras do século XX -- sua sobrevivência passava pela transformação em indústria integrada.

Constituída em 1903, por assembléia geral de seus fundadores, essa Cia. era proprietária de duas fábricas situadas no Meio da Serra e Alto da Serra de Petrópolis. A do Alto, edificada pela Cia. Petrópolis Fabril e a do Meio pela Cia. Manufatureira Linha Estrela, ambas para a produção de linha de algodão, não suportando a competição com o similar estrangeiro, seja pela suposta qualidade inferior da matéria-prima nacional, seja, principalmente, porque não conseguiam acompanhar os baixos preços de venda que os importadores colocavam seus produtos "propositadamente" no mercado brasileiro, acabaram por cerrar suas portas:

"À vista do seu insucesso foram liquidadas as duas companhias e adquiridos os respectivos bens pela sociedade mercantil que se constituiu para tal fim, em 1897, sob a firma C. Pareto & Cia., composta dos Srs. Carlos Pareto, Alexandre Clayierz, Seraphim Clare, M. J. Amoroso Lima, Cypriano de Oliveira Costa e Bernardino Pinto da Fonseca. A firma C. Pareto & Cia. iniciou imediatamente os seus trabalhos, aproveitando as excelentes máquinas preparatórias já montadas para a fiação de algodão, e fez instalar teares, dos mais modernos, na fábrica do Meio, e na do Alto, para a transformação da indústria de linha na de fiação e tecelagem de algodão, assim como montou uma completa seção de tinturaria, confiando toda a parte técnica ao competente profissional Sr. James Gibson" (04).

Embora os exemplos refiram-se a problemas enfrentados por apenas duas fábricas, permitem perceber que ao empreendimento só havia um caminho -- o da concentração de capital --, onde o saber técnico aparecia como uma arma poderosa e inseparável desse processo. Serve também para mostrar a forma como foi se impondo um determinado registro para a produção de fios e tecidos reconhecidamente vencedor, que, através de uma política consciente de proteção ao grande capital, alijava da concorrência unidades fabris menores e não-integradas. Algumas, como estas acima citadas, com o decorrer do tempo e à medida que conseguiam acumular capital, puderam responder favoravelmente a esse mecanismo lógico de pressão e adquiriram novos maquinismos de fiação e tecelagem. Outras, menos afortunadas, tiveram que acoplar equipamentos de segunda mão. Mas, muitas simplesmente cerraram suas portas. Na lógica do sistema, protecionismo e monopólio se casavam perfeitamente.

De fato, as empresas integradas vinham lutando desde a década de 1880, após o rompimento daqueles acordos comerciais, por uma política protecio

nista da indústria nacional de tecidos. Esse protecionismo, contudo, reivindicado sob a justificativa de ser necessário à proteção do trabalho nacional, buscava, na verdade, obter o monopólio de vários tipos de fios e tecidos de algodão, de tal forma a eliminar da concorrência não só os similares importados como também as pequenas fábricas que teimavam em resistir a essa política encetada pelo grande capital. Inversamente, para o pequeno capital o conceito de trabalho nacional tinha um outro registro que não estava calcado naquele protecionismo -- a divisão do trabalho, a partir de indústrias não-integradas, segundo seus porta-vozes, era a arma mais poderosa para se promover a especialização industrial e, conseqüentemente, a concorrência leal, digna do mais puro liberalismo, fonte de onde deveria emanar o progresso e a paz social.

Estabelecia-se, assim, uma polêmica que, atravessando todo o período aqui analisado, tornar-se-ia particularmente marcante ao longo de toda a década de 1930 e 1940. Não é sem motivo que aquela especialização industrial, reclamada desde o século passado, continuasse a ser alvo das atenções de boa parte dos especialistas sobre racionalização industrial, no momento mesmo em que esse setor da indústria se preparava, por volta de 1945, para novos investimentos diversificados e já não só voltados para atender um mercado de bens de consumo para assalariados. Era o que sugeria um artigo publicado na Revista Industrial de S. Paulo, naquele ano:

"Na indústria de tecidos que no Brasil atingiu o maior desenvolvimento, ainda não se operou em toda extensão a especialização considerada desejável para baratear a produção. As seções de fiação e tecelagem e tinturaria fazem, geralmente, parte do mesmo estabelecimento, quando noutros países, industrialmente mais adiantados, cada uma dessas seções já constitui o objeto de grandes indústrias especializadas" (05).

Colocada a questão nesses termos, onde a própria política protecionista e de reformas tarifárias estabeleciam um conflito entre os vários setores daquele ramo industrial e apareciam quase que invariavelmente a serviço do grande capital, torna-se imprescindível, desde já, ir descrevendo algumas particularidades dessas primeiras indústrias integradas. É bom frizar, nesse sentido, que tal caracterização passa por algumas considerações que dizem respeito, fundamentalmente, à concentração de capital, a partir das evidências soberbamente aceitas de que ao nível da fábrica esse processo foi desde o início acentuado, principalmente para aquelas indústrias localizadas no Estado de São Paulo e Distrito Federal, embora o mesmo não se possa dizer de sua concentração espacial -- proliferaram por todo o território nacional, a exceção de apenas dois ou três Estados. Concentração essa que, sem dúvida, acabaria criando um obstáculo à entrada de pequenas empresas: o problema tecnológico se impunha de maneira extremamente rígida, quer seja quanto às técnicas de produção propriamente ditas, quer seja quanto às exigências de um aparato tecnológico sofisticado e de tamanho das plantas fabris. E, como bem lembra Wilson Cano, o fator determinante para que as fábricas de fiação e tecelagem usufruíssem mar-

gens maiores de lucro estava justamente na integração fabril. Para ele, a rentabilidade das indústrias de tipo integrado era maior porque não tinham que comprar os fios para suas tecelagens, seja importando ou adquirindo o produto de alguma fiação nacional. Isto é, como a margem de lucro era maior para as indústrias integradas, uma vez que os custos de produção tendiam a se reduzir, esta era a alternativa imposta ao capital e desejada pela grande maioria dos investidores nesse ramo industrial (06).

Sem dúvida, a unidade de produção dominante desde o final do século passado era a fábrica integrada que reunia praticamente todas as operações de uma indústria têxtil, desde a fiação e tecelagem até a de acabamento e era, invariavelmente, indústria de grande porte. As menores, quase sempre localizadas em regiões interioranas, não dispunham de condições para reunir todas essas operações e se encaminhavam mais para uma solução de especialização no interior do próprio ramo industrial, fato que, sabidamente, contrariava os interesses do capital aplicado na grande indústria integrada.

Contudo, essas fábricas menores, que não chegavam a um número expressivo em São Paulo e Distrito Federal, quase sempre destinadas à produção de tecidos mais grossos, e tendo que importar quase todo o fio de que necessitavam para que seus produtos pudessem ter condições de aceitação num mercado de baixas rendas, cumpriam, contraditoriamente, uma dupla função para o capital, cuja importância não pode ser desprezada. Por se constituírem em segmento de uma industrialização vencedora -- eram parte integrante da lógica do capital -- contribuíam, num primeiro momento, para a formação e ampliação do mercado interior, estabelecendo aí as primeiras medidas racionalizadoras desse espaço mercadológico, ao mesmo tempo que iam promovendo um rebaixamento geral do valor da força de trabalho. Daí ser correto afirmar que esse conflito, para além das puras determinações discursivas e economicistas que os diferentes interesses de grupos definiam para si mesmos, apontava e sintetizava, ao final, pouco importando quais contendores venceram a luta, seu caráter mais produtivo: o êxito do sistema de fábrica, através de suas constantes medidas de racionalização. E se isso é certo, tanto o é mais na medida em que cada etapa do processo está intrinsecamente relacionada com uma certa racionalização, onde torna-se até mesmo incorreto defini-la dentro de uma linha evolutiva.

Assim, não se pode esquecer que a indústria de tipo integrado sintetizava uma etapa superior da indústria têxtil mecanizada no Brasil, configurando uma dada racionalização do processo produtivo que dominou praticamente todas as décadas, desde o final do século passado até a década de 1940. Regra geral, e em síntese, estas se compunham de uma tecelagem, uma seção de fiação capacitada para fornecer os tipos de fios necessários para alimentar os teares, de uma seção de maçaroqueiras e aparelhos de separar mechas para início da fiação, de uma seção onde ficavam as cardadoras, de uma tinturaria e secagem dos fios e tecidos, além das seções de alvejamento, estampanaria e embalagens. As mai

ores, no entanto, tinham acoplado oficinas de reparos (ferraria, carpintaria e marcenaria, ferramentas para trabalhar metais e serraria), usinas com máquinas e equipamentos para descaroçar o algodão e outras seções para engomar os fios e tecidos, o que tornava a fábrica têxtil uma estrutura complexa e apenas acessível ao grande capital. Mas isso, como se sabe, não era expediente recente.

Embora esta descrição acima se refira a uma fábrica do início do século XX, há notícias que atestam que essa forma de organização se fazia presente até mesmo antes da constituição do trabalho livre. Era o caso, por exemplo, da fábrica de tecidos de algodão Brazil Industrial, uma das maiores no final do século passado:

"... os empresários ocuparam a antiga casa-grande de dois andares ("recentemente convertida em hospedaria para cem menores que empregamos"), um depósito e a senzala dos escravos ao lado do forno ("ocupado agora pelo forno, a ferraria e trabalhadores residentes"). O andar térreo do longo prédio da fábrica, de três andares, abrigava as três turbinas, com suas correias de transmissão para os andares superiores, as esfarrapadeiras e as máquinas de limpar algodão. A sala principal do primeiro andar continha 400 teares; acima deles, no segundo andar, estavam as máquinas cardadoras e as máquinas de fiação preparatórias; no terceiro andar, as armações de fiação, com 24.000 fusos" (07).

É por essa época, portanto, que registram-se as primeiras atividades em algumas empresas no sentido de se auto-suprirem naquilo que o saber técnico apropriado lhes permitia aventurar, embora já fossem constantes, por volta de 1880, as solicitações dos empresários para que o Estado tomasse em suas mãos tal iniciativa. Prioritariamente, diziam eles, competia à política intervencionista organizar o setor metalúrgico (fundição e pessoal técnico), como resposta político-econômica capaz de atender à indústria em geral no fornecimento de máquinas e, com isso, livrá-la da dependência externa, ao mesmo tempo que facilitaria as inversões e as ampliações das plantas industriais. Mas, enquanto isso não ocorria, algumas fábricas, na verdade as maiores, passaram a acoplar às suas instalações de fiação e tecelagem verdadeiras fundições e oficinas de reparos e até produtoras de algumas peças de reposição. Essas tarefas, como bem podemos imaginar, ficavam a cargo de verdadeiros especialistas, já que muitas exigiam enorme precisão.

Em síntese, desde as primeiras fábricas já havia uma tendência na divisão do trabalho que se encaminhava para uma solução típica de indústrias integradas, que passavam a desenvolver um setor especializado na manutenção das máquinas importadas, transferindo aos poucos esse conhecimento técnico para o mando dos empresários brasileiros. O que, em outras palavras, representou desde sempre um problema concreto e inequívoco de rigidez tecnológica para quantos buscassem investir nessa indústria. Esse foi um dos traços marcantes da tradição manchesteriana de organização fabril, que à indústria têxtil competia herdar, conservar e aperfeiçoar. Herança essa que passava pela importação de uma mão-de-obra especializada, seu monopólio, etc. — um dilema sem

pre presente --, e pela formação, no outro extremo, de um abundante e obediente proletariado.

3. Principalmente consagrado à caracterização das bens sucedidas estratégias patronais de submissão do proletariado ao trabalho disciplinado, no início do século.

A busca de uma solução tipicamente nacional, capaz de romper com o monopólio do saber técnico estrangeiro e inaugurar um outro, não instaura, como faz crer o discurso nacionalista, um saber diferente ou menos despótico. No máximo permite que esse monopólio mude de mãos sem que o capital mude as cores da dominação e se humanize. A possibilidade de que as empresas ditas nacionais adquirissem esse conhecimento não significa que pudessem eliminar ou ameaçar a herança manchesteriana.

Ao contrário, a resposta para o sucesso residia no fato de que essas empresas, para além de um mercado em expansão, souberam aproveitar esse saber técnico importado em troca de uma partilha generosa nos lucros, mesmo porque o capital desconhece bandeiras, senão pela forma que toma, onde quer que se instale. A indústria têxtil prosperou porque soube extrair todas as potencialidades de um sistema vencedor. O capital não dispunha de alternativas para optar — havia e há, nesse sentido, uma e somente uma possibilidade de absorção de tecnologia no mercado mundial.

Em seu trabalho, Wilson Cano chega a apontar algumas evidências importantes dessa herança, ao constatar, por exemplo, que, desde os momentos iniciais da instalação dessa indústria no Brasil, ela se deparou com o reconhecimento universal de um saber técnico como o único, verdadeiro, implacável. Diz este autor:

"De conformidade com o estado do conhecimento técnico vigente nos momentos de seu nascimento, estas fábricas tinham dimensões e níveis técnicos "modernos", dado que os equipamentos utilizados eram aqueles existentes, no mesmo momento, nos países já industrializados" (08).

Nestas poucas palavras, todo o dilema para uma pretensa burguesia nacional. Além do custo relativamente alto que representava o investimento em uma indústria integrada e da rigidez tecnológica, ainda existia outro obstáculo intimamente relacionado com estes dois fatores — a barreira natural do monopólio do saber técnico estrangeiro. Imposto através dos produtores de máquinas e seus representantes importadores, esse monopólio era agravado pela incessante velocidade com que novas máquinas e equipamentos iam sendo aperfeiçoados, tornando obsoleta, de um dia para outro, a mais moderna encontrada no mercado mundial (09).

Uma primeira observação a ser feita quanto a essa barreira é que competia, invariavelmente, aos mestres e técnicos em fiação e tecelagem estrangeiros colocar as primeiras fábricas em funcionamento, o que lhes assegurava, ao garantir para si o monopólio do saber de como produzir e vigiar, uma maior par

tilha, que se traduzia em poder e melhores salários. Por isso, controlavam de maneira inflexível esse saber e raramente ensinavam além do estritamente necessário; uma recusa "inesperada" mas de todo compreensível. Em primeiro lugar, porque uma das mais importantes funções dos mestres e contramestres era a de vigiar, punir ou recompensar. O ato de ensinar, corrigir falhas técnicas e zelar pelo bom desempenho de homens e máquinas se traduzia no exercício do despotismo fabril necessário, mesmo porque o processo de trabalho na indústria têxtil não chegava a ser de difícil assimilação. Em segundo, como decorrência, porque a fonte da qual emanava o poder estava garantida imediatamente pelo monopólio do saber em suas várias esferas, não sendo por outro motivo que esses especialistas manchesterianos tenham recusado, num primeiro momento, sua transmissão: não era o saber em si mas o seu suposto monopólio que garantia a existência de uma casta de atentos vigilantes (com o tempo, à medida que a fábrica ia crescendo e se tornando mais complexo o processo de trabalho, a função técnica acabaria sendo obscurecida pela função política da hierarquia). Em terceiro, quase que como resultado, porque foi exatamente esse monopólio, o seu caráter imprescindível, o saber administrar com austeridade a fábrica, que propiciou a esses primeiros propagadores da velha tradição manchesteriana se tornarem, não raro, prósperos empresários, diretores ou altos funcionários das companhias têxteis: mais do que a simples aquisição desse saber, o qual já trazia em si mesmo toda uma estrutura de poder, a arte estava em mantê-lo, em monopolizá-lo, em detrimento da maioria dos trabalhadores.

Uma outra consideração a ser feita é que nesse entrave (a baixa especialização) está uma possibilidade para a compreensão da proliferação de tecelagens e fiações com baixa inversão de capital. Ainda que a razão principal residisse no acelerado desenvolvimento do mercado interno que as grandes indústrias iam abrindo mas não ocupando imediatamente, esse desestímulo acabou propiciando a participação no mercado de empreendimentos menores: por oferecerem um grau de inovação tecnológica mais modesto, e por ser a aquisição de seus maquinismos mais barata, podiam dispensar ou manter em bases bem mais acessíveis todo um contingente de técnicos e especialistas.

Ainda uma terceira observação merece ser feita. Algumas operações necessárias à produção eram de domínio exclusivo dos grandes importadores estrangeiros, que as regulavam sob um regime de monopólio do saber, fazendo com que somente as grandes indústrias tivessem acesso a essas operações, via disponibilidade de capital, o que, sem dúvida, tornava ainda mais problemática a sobrevivência daquelas iniciativas menores. Era o caso, por exemplo, da seção de acabamento de tecidos, onde as tarifas que incidiam sobre o material de tinturaria eram por demais onerosas, impedindo a essas empresas produzir um variedade tipo de tecidos coloridos. A questão central aí repusava, certamente, no saber técnico de como produzir cores firmes, garantido via registro de patentes industriais, açambarcado pela grande indústria. As técnicas de tinturaria,

por exemplo, exigindo um amplo domínio no campo da química, eram monopolizadas por um número relativamente pequeno de indústrias que dispunham de capital, o suficiente para permitir um investimento constante nessas operações e nos novos processos "revolucionários" que não cessavam de ser aperfeiçoados.

Aos poucos, no entanto, com a consolidação da grande indústria têxtil algodoeira, acabaria ocorrendo uma certa autonomia quanto a esse monopólio. Não uma independência em relação à tecnologia importada, como sonham ainda aqueles que acreditam numa industrialização tipicamente nacional, mas uma independência "necessária" através da institucionalização progressiva de organismos científicos, escolas etc. O aparecimento de técnicos brasileiros capazes de acionar as primeiras fábricas, principalmente a partir das últimas décadas do século dezanove, possibilitou não propriamente uma política mais independente mas, fundamentalmente, o caminho necessário para que a fábrica vingasse, que em nenhum momento foi incompatível com o conhecimento técnico importado e de base manchesteriana (10). Essa independência "necessária" visava, dentre outras coisas, garantir para o capitalista empreendedor o controle do processo de produção, solucionar rapidamente os problemas técnicos que a miúdo surgiam no transcorrer de uma jornada de trabalho, além de permitir-lhe, através de seus técnicos, uma escolha mais adequada dos maquinismos existentes no mercado, projetando no espírito nacionalista uma ilusória autonomia empresarial. Contudo, essa política não chegaria a eliminar o fato de ficarem condicionados a outros imperativos não menos importantes: 1) as condições pouco satisfatórias de financiamento das máquinas e equipamentos, mediante a imposição aos empresários compradores dos termos de pagamento das dívidas contraídas; 2) e isso, muitas vezes, implicava no recebimento do equipamento em condições nem sempre vantajosas (atrasos nas entregas, equipamentos danificados, etc.), principalmente para os pequenos investimentos e, mesmo assim, de acordo com contratos firmados sob a condição de um exclusivismo mantido por longo tempo.

É nesse contexto de final do século que iria se destacar a instalação do Liceu de Artes e Ofícios. Criada em 1874, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, de inspiração positivista, passaria, no ano de 1882, a se denominar Liceu de Artes e Ofícios, voltado para a formação profissionalizante. Esse Liceu, um dos primeiros esboços de um sistema de formação profissional, se instala num momento importante em que está se dando no Brasil o início do processo de consolidação do mercado da força de trabalho com a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Mais ainda, como consequência de um novo processo de divisão do trabalho, a importância desse tipo de escola iria se destacar num duplo sentido: por um lado, porque o conhecimento técnico é em si mesmo fonte de dominação; por outro, porque esses primeiros profissionais, conhecedores de um saber vencedor, cumpriam fundamentalmente o objetivo de disciplinar as primeiras levas de trabalhadores têxteis, dentre outros.

Todavia, antes que esse processo se efetivasse -- constituição defi-

nitiva do mercado da força de trabalho, mediante a abolição e imigração estrangeira —, e antes mesmo que o ensino profissionalizante fosse instituído, a fábrica já trilhava firmemente o caminho do sucesso justamente porque havia conseguido conjugar, para além das condições objetivas da economia, expedientes e eficazes à obtenção da disciplina no trabalho: o seu bom ou mal funcionamento dependia, invariavelmente, de um processo de organização racional da produção capaz de submeter o trabalho aos desígnios do capital, através da conjugação de códigos disciplinares aplicados ao trabalho escravo e à mão-de-obra livre, respectivamente.

Nessa ótica, a hipótese de que o trabalho escravo foi totalmente incompatível com o sistema de fábrica não procede, mesmo considerando que essa forma de organização do trabalho bloqueava a expansão do mercado interior para artigos que não fossem os panos grosseiros. Corroborando essas ponderações, existem registros de fábricas de tecidos, em meados do século passado, que, mesmo empregando todo um conjunto de maquinismos modernos, não puderam prescindir da utilização de grandes contingentes de mão-de-obra escrava. Parece mesmo que essa utilização teria sido considerada importante pelos próprios empresários, principalmente se ponderarmos que uma das questões centrais ali colocadas estava na viabilidade de se garantir a disciplina e a hierarquia no trabalho, o que, é bom lembrar, não era difícil de serem obtidas — durante longo tempo e graças à natureza do regime vigente o escravo estava "naturalmente" acostumado a obedecer. Bastou, para tanto, uma voz de comando, um mestre, um contramestre, capatazes, enfim, para fazer com que essa mão-de-obra executasse corretamente as tarefas que lhe eram impostas.

É preciso que se esclareça, no entanto, que tal compatibilidade foi possível, em última instância, pela escassez inicial de trabalhadores livres e despossuídos. Realmente, como bem lembra Maria Sylvia de Carvalho Franco, a utilização de escravos pelo sistema fabril se deveu ao fato de que o

"... sujeito expropriado dos meios de produção e obrigado a vender sua força de trabalho não existia como categoria social, capaz de preencher as necessidades de mão-de-obra requeridas" (11).

Pode-se dizer, portanto, que esse sistema, surgindo no bojo do processo de instituição das relações de mercado ditadas pelo complexo cafeeiro, é anterior à plena constituição do trabalho "livre" e assalariado. No caso da indústria têxtil isso ficava patente, uma vez que esse ramo se instalou incorporando o processo de produção importado de países tecnologicamente desenvolvidos, com ampla utilização de maquinismos, sem que com isso o trabalho escravo pudesse se tornar prescindível de uma hora para outra. E isso, como se sabe, contraria em parte, a não ser pela sua excepcionalidade, análises que insistem em reduzir a fábrica apenas a seu aspecto objetivado pelo capital, isto é, à sua realidade perceptível e definida pela instituição das relações sociais de produção baseadas no trabalho assalariado.

Porém, deixando de lado essa questão, uma vez que ela não altera os

objetivos deste trabalho, algo de muito importante ocorreu com a instauração do trabalho "livre" — a forma de se obter a ordem na fábrica, ainda que seu cumprimento baseado na doutrina liberal fosse mais aparente do que realmente postulava, ajustava-se a um outro código disciplinar. Com efeito, se a questão do sucesso da fábrica, fundado na utilização de uma mão-de-obra escrava, estava calcado na possibilidade de submetê-la a um código disciplinar correspondente, com a introdução do trabalho "livre" e assalariado aquele código tornou-se irreconciliável com a nova ordem e teve que mudar; mudavam também as justificativas universais para a sua adoção, fato esse perfeitamente perceptível nos momentos que antecederam a abolição, através dos discursos inflamados que tal processo inspirou — o regime de fábrica prestes a ser instaurado impunha a perfilhação de outra forma de coerção fabril: não se tratava mais de escravos, mas de homens "livres". Como "reeducá-los para o trabalho? De quais justificativas poder-se-ia lançar mão para garantir o trabalho compulsório, mesmo que a organização do trabalho refletisse uma sociedade de homens livres e uma relação de mercado que, objetivamente, deve estabelecer a compulsão intrínseca?

Em 1886, por exemplo, um proprietário de uma fábrica de tecidos localizada no Rio de Janeiro captou com todas as letras a verdadeira essência do regime de fábrica. Falando a respeito do grande contingente de homens livres e ociosos que a abolição provavelmente iria constituir e que deveria ser absorvido pela indústria nascente, esse empresário detectava no adestramento e na disciplina os fatores indispensáveis para o sucesso do poder industrial — única forma de elevar moral e materialmente a nação:

"... o poder das nações modernas repousa unicamente nas classes trabalhadoras bem adestradas e disciplinadas" (12).

Efetivamente, como esse novo trabalhador se encontrava "livre" no mercado para vender sua força de trabalho, a disciplina rígida passava a se justificar agora, invariavelmente, na pretensa falta de habilidade do trabalhador assalariado brasileiro, na ociosidade, na carência de senso de ordem na operação das máquinas e equipamentos, na falta de entusiasmo pelo trabalho, enfim, pela indolência inata do trabalhador nacional. Estava, assim, preparado o terreno ideológico para a importação de mão-de-obra estrangeira necessária à superação do problema de escassez desse novo trabalhador que a nova ordem inaugurava. Quanto à força de trabalho especializada, condicionados pela rígida herança manchesteriana, os empresários prosperaram compensando esses "entraves" de primeira hora, isto é, inerentes à nova ordem, trazendo do exterior hábeis mestres-tecelões acostumados a disciplinar, os quais procediam, invariavelmente, dos grandes centros industriais ingleses, principalmente de Manchester e Lancashire. Adestramento esse que, pela associação lógica entre a função técnica e função política da hierarquia fabril naquele momento, ia desde as tarefas inerentes ao processo de trabalho na fábrica, recebendo aí toda a carga de dis

ciplina no trabalho, até a criação de escolas, construção de igrejas, centros de recreação e lazer controlados pelo patrão, dentre outros artifícios que podia lançar mão; todos, evidentemente, voltados para garantir da família operária uma formação profissional e moral adequadas ao ideal burguês.

Embora o trabalho "livre" exigisse a adoção de um código disciplinar correspondente à sua forma salário, na prática — durante a jornada de trabalho, mas também fora do espaço da fábrica — o despotismo dos primeiros tempos não chegou a sofrer grandes alterações; ou melhor, alterou apenas o fato de que agora ele era amplamente justificado pela doutrina liberal do contrato individual de trabalho que as partes contratantes estabeleciam entre si — era o primado do reino inalienável do direito ao trabalho, por um lado, e da utilização máxima de sua capacidade laboral, neste caso pelo capital, por outro. Na verdade, como se verá em outra parte desta monografia, o despotismo extrapolava o âmbito da fábrica porque foi esta que cuidou de construir inicialmente um espaço urbano — as "cidades" e os bairros operários —, o que, em outras palavras, pela sua proximidade estratégica com esse mundo urbano que ia construindo a seu redor, explica o processo altamente vigilante, quase que perfeitamente panóptico, desse universo privado. Mais ainda, pela quase subordinação do público ao privado, quando se tratava de garantir a "reeducação" dos indivíduos para o trabalho compulsório, acabava sendo amplamente justificado o fato do despotismo extrapolar o mundo da fábrica e ser localizável, visível, no cotidiano da classe operária — claro, essas "cidades" que giravam ao redor da fábrica eram, invariavelmente, uma extensão da fábrica e, estrategicamente, faziam parte das condições impostas pelo patronato ao contrato individual de trabalho; fato que veio a se alterar somente quando o poder público trouxe "definitivamente" para si tal responsabilidade, fazendo com que a manopla tendesse a se tornar invisível e, em muitos casos, até indolor. Mas, enquanto isto não foi possível, a classe operária sofreu, em nome dos mais altos ideais postos no liberalismo, as mais terríveis humilhações e se viu, cada vez mais, diante de um trabalho degradante — nesse expediente capitalista, pode-se dizer, repousavam os primeiros sucessos, principalmente porque, sabidamente, o grande contingente de trabalhadores que, dia após dia, afluía para aquelas casas de trabalho era composto em sua maioria por mulheres e crianças, as quais viabilizavam duas características marcantes do trabalho moderno: a do princípio geral do rebaixamento de salários associado ao do adestramento e disciplina no trabalho.

Entretanto, a fábrica não pôde esperar a instauração do processo de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada para que pudesse colher seus frutos, considerando o problema na ótica do recrutamento dessa força de trabalho especial. Assim é que, diante da escassez de homens "livres" e desposuídos, antes que ocorresse a abolição, e antes mesmo que se pudesse promover uma política racional de imigração estrangeira, as primeiras fábricas já

supriam essa deficiência recrutando o trabalho feminino e o do menor, mediante mecanismos altamente coercitivos que chegavam a lembrar aqueles experimentados pela manufatura inglesa no início da Revolução Industrial.

Contudo, levando em conta o processo de recrutamento dessa mão-de-obra desqualificada, a qual será de suma importância para o desenvolvimento da indústria têxtil, pois era nela que estava concentrada a atenção do capital para o objetivo de extração de mais-trabalho, é preciso entender que as razões para o seu emprego não se justificavam, ao contrário do que comumente se afirma, a partir de uma suposta docilidade inata; claro que esta suposição cumpriu um papel importante, só que o foi muito mais como construção imaginária calcada no senso comum a respeito da fragilidade física inerente à natureza dessa força de trabalho especial, a partir do referencial machista que acompanha a sociedade do trabalho, torpedeado senão muito recentemente, e não sem a ocorrência de lutas históricas, pela reivindicação trabalhista de que para trabalho igual deve-se receber salário igual.

Mas nem sempre foi assim, e enquanto essa racionalização máxima e homogeneizadora do mercado de trabalho não foi possível, a própria percepção da classe operária, agravada por uma luta interna, não poderia deixar de registrar o fato de que menores e mulheres eram explorados de todas as maneiras possíveis que o patronato podia lançar mão. Só para ficar em um exemplo, em 1908 o jornal "A Luta Proletária" fazia sobre a fábrica "A Paulicéia" a seguinte denúncia:

"... nesta fábrica estão empregados meninos de sete anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiras" (13).

Como se vê, equivocadamente, uma vez que a luta era pelo não trabalho de menores e mulheres, a própria classe operária também estabelecia uma relação imediata entre dois termos que, historicamente, nem sempre foi possível enquanto sinônimos — pode-se dizer que a fragilidade é uma condição necessária para a docilidade desejada no trabalho, porém, o inverso nem sempre é verdadeiro, fato que dispensa demonstração; a questão do trabalhador dócil não é algo que se possa pensar como inerente à natureza da mulher e do menor e sim como uma construção ideológica necessária — construção imaginária sobre o estado de espírito ideal a um corpo frágil que trabalha —, retirando desse mesmo corpo toda a sua potencialidade de resistência e de indocilidade ao trabalho. O fato desse discurso se dirigir com uma certa insistência a essa força de trabalho é, com certeza, uma prova de que no seu seio a rebeldia também graçava. A greve de menores contra a burla da jornada de oito horas de trabalho na Fábrica Votorantim, em 1922, é bastante significativa:

"Votorantim! Terrível palavra! Todos quantos conhecem a fábrica que leva esse nome não podem mais do que tremer de ódio, ao escutar seu nome mil vezes maldito. Não há, não pode haver em toda Sorocaba um só trabalhador, homem ou mulher, que lá, nesse ergástulo da morte,

não tenha uma recordação lúgubre. A morte impera; a tuberculose domina; a tirania é o apanágio dos feudais daquelas paragens. Hoje, ainda hoje, mais um crime revoltante acaba de perpetrar-se na quela bastilha: - Centenares de crianças que ali se estiolam na seção de fiação, cansadas de serem exploradas miseravelmente e, ultimamente, coagidas a trabalhar 9 horas por dia, resolveram abandonar o trabalho, para fazerem respeitar a jornada de 8 horas. Foi quanto bastou para que os janízaros, chefiados pelo imbecil que responde ao chamado de Pereira Ignácio, trancassem todas as portas e janelas da fábrica, querendo, assim, evitar que os pequenos mártires do trabalho pudessem regressar a seus lares" (14).

Dentre outras coisas, só se pode dizer que esse contingente especial de trabalhadores, por ser frágil, era mais facilmente dominado e apenas isto, e não porque ser dócil fosse uma qualidade intrínseca de seu caráter ou coisa que o valha. Para tanto, bastaria acompanhar mais de perto o processo histórico de suas lutas, dentre as quais o exemplo acima é bastante significativo, para confirmar que também soube expressar toda uma rebeldia contra as condições adversas e sub-humanas de recrutamento e trabalho às quais era submetido. É bom lembrar, entretanto, que a suscetibilidade ao despotismo fabril não significa que somente o menor e a mulher estivessem sujeitos a essas condições adversas de trabalho; ao contrário, o pressuposto para o desenvolvimento da fábrica era o de que fossem extensivos a toda a classe operária, bastando, para tanto, acompanhar a forma como percebeu e expressou sua revolta contra o cotidiano da fábrica: enquanto para o capital, que muitas vezes recrutava essa mão-de-obra desqualificada nos orfanatos, asilos, juizados de menores e entre as camadas mais pobres da população — ação "filantrópica" que permitia aos empresários e aos ideólogos como Bandeira Jr., por exemplo, fazerem a exaltação moralista do amor ao trabalho — a história pode ser lida como a história da fábrica-orfanato, da fábrica-escola, da fábrica-sanatório, da fábrica-creche, da fábrica-disciplina e moralidade, dentre outras denominações filantrópicas que esta pudesse tomar; inversamente, pelo lado da classe operária, tal como sentia e registrava todo o despotismo patronal, sua história era a da fábrica-convento, da fábrica-reformatório, da fábrica-prisão, da fábrica-asilo, da fábrica-matadouro, da fábrica-galés, enfim, "um covil de vampiros!"; neste caso, a sua fala, toda ela pontilhada de denúncias contra as condições adversas de vida e trabalho, identificava imediatamente a fábrica, o trabalho e a disciplina como um mal, uma expiação — inferno, purgatório, vampirismo, etc. eram seus termos correlatos --, o qual, por comparação simbólica, definia a fábrica como o locus (uma condição) de purificação espiritual, isto é, de remissão de pecados; daí, certamente, o estabelecimento pela sociedade do trabalho de critérios e métodos punitivos, onde a fábrica-purgatório, nesses termos, tal como prescreve a própria religião moralista, representaria a ante-sala que separa a danação, ou seja, a indisciplina, a desobediência ao trabalho, da salvação, isto é, do trabalho disciplinado e moralizado.

Retomando a questão do recrutamento da mão-de-obra feminina e do me-

nor, pois sentiram mais do que quaisquer outros segmentos da classe operária to do o peso das arbitrariedades patronais, é preciso encontrar uma resposta mais plausível para a sua submissão ao capital.

Realmente, a docilidade no trabalho podia justificar ideologicamente o seu recrutamento, todavia não explica por si só o êxito da fábrica. Assim, repondo o problema em sua forma hipotética: será que se não houvesse naquele mo mento disponibilidade dessa mão-de-obra para o capital, a fábrica deixaria de florescer?

Ora, considerando a questão na ótica do binômio da acumulação-dominação, a resposta será afirmativa se encarada de fato como de escassez de força de trabalho; negativa, se analisada à luz de um suposto caráter dócil dessa mão-de-obra. Em poucas palavras, o ponto de partida para se compreender o progresso da fábrica está dado pela abundância de trabalhadores desqualificados e disponíveis, provocada justamente pela introdução do sistema de máquinas — o que teria se dado historicamente antes mesmo de se pensar que elas aí são introduzidas para se obter essa mão-de-obra especial —, porque, por princípio, a força de trabalho subordinada ao capital no processo de produção é sempre dócil, já que não lhe resta outra saída senão reconhecer, imediatamente, sua condição subsumida desde o momento em que se viu expropriado de saberes. Enfim, a compreensão do sistema de fábrica depende desse processo que instaura; a abundância e a desqualificação do trabalho, do ponto de vista da dominação, nada mais são do que condições imprescindíveis para a constituição do trabalhador dó cil em geral — se a acumulação é imediatamente dominação, então, inversamente, dominação é imediatamente acumulação.

Ao analisar as conseqüências imediatas do advento da indústria mecanizada para o trabalhador, Marx observa com muita propriedade que, ao introduzir máquinas que possibilitaram a utilização de operários sem força muscular, o capital, a partir dessa flexibilidade que rompia definitivamente com a barreira da escassez de mão-de-obra, passou a recrutar imediatamente mulheres e menores para o trabalho fabril. Ampliava-se assim o número de assalariados à disposição do capital, ao mesmo tempo em que o valor da força de trabalho ia se reduzindo cada vez mais, alterando, inevitavelmente, o estilo de vida familiar e individual — agora todos, sem exceção, podiam ser considerados aptos para o trabalho assalariado; uma nova disciplina se impôs e novas barreiras morais se ergueram e contribuíram para definir novas condições de vida à classe operária. Especificamente, como a indústria têxtil no Brasil se caracterizou desde logo por apresentar um grau relativamente baixo de complexidade técnica no processo de trabalho, fica claro que não havia nenhum entrave por parte do capital ao emprego de mulheres e menores nas fiações e tecelagens, passando a se constituir em condição objetiva ao seu desenvolvimento, ganhando força, posteriormente, com o próprio desenrolar do movimento imigratório.

Eis aí, pelo lado do capital, as razões pelas quais fará a defesa in

transigente do trabalho do menor e das mulheres nas fábricas. De fato, só irá ceder passo à regulamentação do trabalho frente a uma luta nas décadas de 1920 e 1930, quando, diante do acirramento dos conflitos operários, serão intensos os debates em torno da legislação trabalhista. Nesse momento, buscando definir seus interesses, o discurso burguês procurará estabelecer critérios jurídicos para resistir à questão da jornada de 8 horas de trabalho, o direito a férias, e o problema da maioridade.

Porém, até o início do século XX, quando o liberalismo era todo florescimento e a concepção burguesa a respeito da construção da figura do trabalhador necessário passava pela instituição da disciplina militar no processo de trabalho, a fábrica-reformatório era o ponto de partida para o saneamento do corpo social contra o ócio, contra a indolência e contra o desperdício de tempo. Era o que sugeria Bandeira Jr., em seu clássico trabalho — "A Indústria no Estado de São Paulo em 1901" —, como programa de recrutamento do trabalhador menor para a burguesia industrial paulista, cuja execução promoveria, de acordo com suas palavras, o saneamento público e a racionalização do trabalho através da classificação dos indivíduos em corpos dóceis. Assim,

"É considerável o número de menores, a contar de cinco anos, que se ocupam em serviços fabris, percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mas, mais do que isso, têm esses menores a vantagem de adquirir hábitos de trabalho aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam esta Cidade. O menor nacional ou nacionalizado é incontestavelmente o elemento fabril do futuro, se medidas e providências para a obtenção desses resultados forem tomadas"

E concluía, indicando o futuro harmonioso que poderia se estabelecer entre capital e trabalho:

"Em vez de colônias correcionais, que imprimem desde logo no menor o estigma de vicioso e indisciplinado, e da jurisdição orfanológica que o coloca como criado de servir; posição que o habitua à humildade e ao servilismo tirando-lhe energia, a vontade e a opinião, melhor fora entregá-lo mediante certas condições recíprocas de garantia, aos proprietários de estabelecimentos fabris, compensando-os de um modo fácil e prático: conferindo-lhes o Ministério da Agricultura, diplomas de benemerência por certo e determinado número de menores preparados e classificados operários no final de cada ano. Se o industrial faz questão de colocar em lugar de honras diplomas das Exposições e Comícios industriais, muito mais se ufanará com os títulos que lhes forem dados pelo poder executivo, ates tando um serviço ou serviços reputados de grande valor" (15).

Conquanto essa maneira de tratar e recrutar o menor proposta por Bandeira Jr. estava voltada objetivamente para solucionar o problema da escassez de mão-de-obra, que mesmo a imigração não havia conseguido resolver definitivamente, acenando com honrarias e títulos de benemerência para a burguesia industrial paulista, não se pode deixar de notar que a constituição da fábrica e do espaço urbano-industrial trouxe consigo uma verdadeira ameaça ao sistema, que florescia nas entrelinhas da multidão — eram as hordas de vadios, de vagabundos, de ociosos, que infestavam a cidade e que se rebelavam contra o trabalho disciplinado — cuja irradicação utópica, ironicamente, competia à fábrica filantró

pica sanear. Assim, ao encontrar uma resposta para a indisciplina na própria fábrica, esse autor chamava a atenção para um problema muito importante e igualmente relacionado com a propalada escassez de trabalhadores na indústria. Para ele, uma das razões pelas quais esse contingente não era maior repousava no fato de que a velha norma, adotada desde o início por grande número de empresários, ainda era a de recrutar menores em orfanatos e colônias correccionais, instituições estas que, ao contrário do que se propunham ser, não recuperavam o indivíduo para o trabalho disciplinado. Com isso, concluía, um contingente cada vez maior de vagabundos e ociosos, que poderiam ser recuperados pela fábrica — mediante prêmios, estimulados pela competição na produção, usufruindo aí de alojamento, comida, roupa e instrução profissional —, só faziam se perder em meio a um mundo de servilismo improdutivo que aquelas casas de correção imprimiam.

Consentâneo com essas primeiras medidas assistencialistas dos empresários, dentre as alternativas para garantir a abundância de mão-de-obra e assegurar a disciplina do trabalhador imigrante, perdurou ao longo das primeiras décadas do século XX a prática de criar ao redor das fábricas todo um sistema de serviços e benefícios sociais para seus operários. De fato, esse assistencialismo paternalista era, de acordo com aquele Relatório do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, de 1912, bastante comum à maioria das fábricas de fiação e tecelagem, proporcionando dentre outras coisas o florescimento de todo um comércio que girava no interior das cidades e bairros operários; aí proliferavam as farmácias, os armazéns, os empórios, as sapatarias, as mercearias etc.; tinham ainda coretos, campos de futebol e, o que era considerado de fundamental importância, escolas voltadas para tornar os operários e seus filhos responsáveis e capelas onde eram celebradas missas aos domingos e feriados, como forma de dispensar cuidados à vida espiritual da família operária; esses investimentos, por mais que se queira ignorar, tinham um endereço certo: garantir dos operários uma disciplina e uma moral no trabalho e na comunidade requeridas pela fábrica, de tal forma a não permitir o desperdício de tempo com atividades consideradas improdutivas e ociosas; as "horas vagas" tinham que ser preenchidas com atividades que requeriam disciplina, circunspeção, contrição, capazes de proporcionar ao operário a condição de "cuidar de si mesmo", de controlar suas próprias ações, enfim, de ser responsável e dócil (16).

Em suma, os estigmas da perniciosidade, indisciplina e ociosidade, termos estes equivalentes e definidores de um discurso maniqueísta, justificam e estabelecem políticas conscientes de saneamento por parte da burguesia pelo direito coativo inerente ao trabalho fabril; pode-se dizer, nesse sentido, que a irradicação desses males que habitavam a alma de maus patriotas (operários do início do século), ou o seu banimento do mercado de trabalho, pura e simplesmente (o que dava no mesmo) — bem ao gosto de atalaias burgueses e seus administradores —, correspondia, naquele momento, ao êxito da fábrica.

4. No qual se discute o caráter racionalizador da crise para o processo de concentração e centralização de capital na indústria.

Um outro ingrediente importante para explicar esse êxito reside na própria utilização positiva que o sistema faz da contradição que lhe é própria: embora a crise em sua forma abstrata seja algo inerente e que sempre perseguiu o sistema (a anarquia da produção, de acordo com os marxistas), seus ideólogos, produtivamente, quando esse processo se instaura, procuram, mediante todo um discurso imaginário e um esforço reacionário efetivo, recompor sua normalidade, partindo para explicações exaustivas capazes de demonstrar que a instabilidade se deve sempre a fatores estranhos que interferem em sua dinâmica interna; daí, senso comum, já que somos ininterruptamente massacrados por propagandas de todo o tipo, de que na superação do mal se aloja o futuro, esse bem sempre esperado, o qual só é possível disciplinando, sacrificando e racionalizando a sociedade para o trabalho; portanto, qualquer que seja o seu desenlace, é no futuro — esta construção imaginária imprescindível a vencedores e vencidos — que está alojada a possibilidade do consenso, das explicações programáticas, dos conteúdos racionalizadores capazes de explicar e envolver parcelas crescentes da sociedade para o seu devir: a cada dada racionalidade a sua superação; a cada superação uma outra racionalidade; esta foi a herança de industrialização em bases manchesterianas que as fábricas têxteis nacionais importaram e tiveram, paulatinamente, que ir superando através de processos constantes de concentração e centralização do capital.

De fato, no início do século as fábricas têxteis já respondiam a uma certa racionalização do aparelho produtivo, cujo padrão baseava-se na grande indústria integrada, resultante, além dos fatores anteriormente citados, da própria lógica que a crise benfazeja em termos de acumulação em geral acaba imprimindo ao capital; dito de outra forma, crise gera luta, e esta, revelada historicamente como confronto entre capital e trabalho, se encarrega, ao criar as situações e as condições para a superação dos impasses, de apontar os novos rumos para a sociedade fundada no trabalho produtivo. Nesse sentido, E. Hobsbawm tem razão em observar que a Revolução Industrial inglesa, no final do século XIX, já havia construído, dentre outras coisas, a figura do trabalhador e inaugurado o princípio de "administração científica", sínteses estas do desenvolver da luta de classes.

Num primeiro momento, afirma,

"...os trabalhadores aprenderam a considerar o trabalho como uma mercadoria a ser vendida nas condições historicamente peculiares de uma economia capitalista livre",

enquanto que os patrões, fazendo uso da mão-de-obra de acordo com o costume da época, aprendiam a considerar o valor da utilização intensiva da força de trabalho; assim é que, marcando o aprendizado completo das regras do jogo capitalista, num segundo momento,

"Os trabalhadores começaram (...) a medir o esforço pelo pagamen -

to. Os patrões descobriram maneiras genuinamente eficientes de utilizar o tempo de trabalho de seus trabalhadores ("administração científica")" (17).

Ora, se por um lado cada momento histórico se define por uma dada racionalização do sistema, por uma lógica, que, contraditoriamente, carrega consigo, por suposto, os germes de sua superação — em síntese, a luta, através da qual a sociedade do trabalho escreve, efetivamente, sua história —, por outro, essa história também pode ser lida no processo de lutas interburguesas que explicam, em parte, os caminhos percorridos e bem sucedidos do sistema de fábrica e sua avassaladora racionalização. É o que sugere Marilena Chauí, ao precisar o conceito de luta de classes:

"Ora, se somos uma sociedade e, portanto, uma realidade internamente dividida em classes sociais, é preciso admitir: 1) que a luta de classes é o modo mesmo da existência social cotidiana; e 2) que também são luta de classes os procedimentos legais e institucionais que uma classe emprega para manter seu poderio sobre outras. Resumindo: a luta de classes se manifesta tanto nas ações dos dominados contestando a dominação quanto nas ações dos dominantes preservando a dominação. A luta de classes é uma instituição social" (18).

Tomando emprestado desta autora conceito tão abrangente, e deixando de lado temporariamente aquela luta fundamental anunciada pela teoria marxista, é preciso considerar que as lutas interburguesas também podem aí ser sugeridas — o poderio de uma classe sobre outras; as ações dos dominantes preservando a dominação —, a partir de crises conjunturais, as quais sempre se revelam benéficas, produtivas, para o capital em geral, uma vez que exigem deste novas racionalizações mediante a construção de um discurso bem articulado e centrado no critério da anormalidade "temporária" do sistema. Nesse sentido, recorro novamente a Marilena Chauí, pela sua preocupação em desmistificar o discurso que vê na crise apenas uma disfunção do sistema, para explicitar a questão. Afirma esta autora:

"No Brasil, a noção de crise é curiosa porque não é pensada como parte da lógica da história, produto de contradições latentes que se tornam manifestas, conflito de interesses e resultado de lutas econômicas, sociais e políticas. Aqui, sempre se lida com o fantasma da crise, vista como emergência inopinada da irracionalidade, como acidente e sobretudo como perigo para a ordem. Encarada como irracional, acidental e perigosa costuma ser solucionada pela força, como atesta a história do País" (19).

Na fala da competência, como se vê, estabelece-se uma relação analógica entre crise e doença; ambas nada mais são do que quadros clínicos em de geração que precisam ser curados. No primeiro caso, a panacéia secular e progressiva são as medidas saneadoras e racionalizadoras de cada época do desenvolvimento histórico da fábrica, que se aplicam a todos os níveis da sociedade industrial; apresenta, nesse caso, uma certa similaridade com as considerações de Marx a respeito do revolucionamento tecnológico que um ramo da indústria sempre provoca nos demais. Foi o que ocorreu, a título de ilustração, na crise do final do século passado no Brasil — naquela conjuntura, o discurs -

so saneador, ao sair do âmbito restrito da fábrica e atingir a sociedade de ponta a ponta, adquiriu dimensões universalizantes, principalmente porque houve por parte do Estado o reconhecimento da importância que a indústria nascente já adquirira no conjunto da economia; mais do que um reconhecimento, o governo acabou assumindo a direção das medidas consideradas indispensáveis — as da austeridade financeira que se seguiu ao boom, à euforia de 1890-1891 — como forma de sanear o mal.

Sem dúvida, o Encilhamento tem sido interpretado, quase que invariavelmente, como uma disfunção do sistema — no caso, provocada por uma violenta especulação bolsista — que atingiu rapidamente até os setores mais sólidos do capital, mormente aquele aplicado na indústria. O clima de prostração geral da economia foi tal que a ação saneadora do Estado acabou sendo saudada como benéfica por setores representativos da própria burguesia liberal — um dever público capaz de evitar o aniquilamento do capital, dizia as vozes mais exaltadas —, desde que fosse prescrito um plano bem administrado, onde o auxílio financeiro necessário pudesse ser empregado, através de canais "normais", no aparelho produtivo. Mais ainda, de acordo com essa burguesia, a questão mais geral a ser debatida naquele momento tratava-se dos critérios pelos quais proceder-se-ia à seleção das empresas consideradas merecedoras de auxílio e empréstimos financeiros governamentais, uma vez que a proposta inicial de saneamento visava atingir e beneficiar inicialmente a toda a indústria indiscriminadamente, o que, no futuro iria se mostrar altamente vantajoso ao grande capital. Mas assim não entendia a grande indústria mecanizada. Não foi por outra razão, senão a de eliminar concorrentes mais fracos, que esta, principalmente a têxtil, protestou com veemência contra tal plano generalizado proposto pelo governo, pois temia pelo fortalecimento e concorrência potencial daqueles empreendimentos considerados em situação financeira difícil — competia, antes de mais nada, à concorrência capitalista de mercado promover o saneamento desejado. Assim, com o objetivo de bombardear esse projeto, os grandes empresários formaram um comitê composto de onze membros, dos quais quatro pertenciam ao setor têxtil, para propor ao governo um plano que consideravam bem mais estruturado e racional de auxílio à indústria, mesmo que a contragosto de seus preceitos liberais; em outras palavras, para a maioria o não-intervencionismo ainda era a fórmula ideal, posto que colocava como possibilidade real o fato de que inúmeros estabelecimentos fabris menos sólidos economicamente pudessem vir a decretar falência, provocando "naturalmente" o saneamento imprescindível e o fim da crise financeira, sem que fossem feridos os sagrados princípios daquela doutrina. Sem embargo, esse ideal não era partilhado por todos os setores dominantes da sociedade, principalmente por parte do governo, ao visualizar aí um prenúncio de uma crise social de graves proporções, uma vez que um contingente de mão-de-obra nada desprezível poderia ser colocado no olho da rua, de um momento para outro; nesse sentido, querer localizar quem era a favor ou quem era

contra o intervencionismo, de maneira explícita, é bastante problemático; mesmo entre os empresários da indústria têxtil não havia consenso, tornando bastante difícil a tarefa de quem se propõe a traçar o perfil da burguesia industrial brasileira naquele final de século.

A campanha pelo auxílio à indústria, ao ganhar corpo e se estender à opinião pública, garantiu o apoio financeiro a toda a indústria; tanto as mais necessitadas quanto aquelas pouco atingidas puderam, supostamente, usufruir da quele auxílio, pois o governo não tinha condições sequer para avaliar a situação financeira de cada empresa em particular para conceder empréstimos. Conseqüentemente, se num primeiro momento um setor da grande indústria recomendava o não-intervencionismo estatal no auxílio à empresa privada, num segundo momento pode carrear para si o grosso da assistência financeira oferecida pelo Estado — era o mais preparado para tirar vantagens da própria incompetência administrativa, uma vez que representava, dentre todos os setores da indústria, o grupo de pressão mais significativo —, sabendo assim se aproveitar de uma situação político-financeira considerada "irracional". Foi o que ocorreu com a grande indústria têxtil naquele momento:

"Sem demora, afirma S. Stein, os diretores da América Fabril, uma companhia têxtil do Rio bem administrada e próspera, solicitaram, em outubro de 1893, um empréstimo de 1.400.000 de mil-réis. No mesmo mês, um dos diretores da Petropolitana apresentou ao ministro da Fazenda um relato sobre as dificuldades financeiras da companhia, "depositando sua esperança na respeitável proteção de Vossa Excelência à nossa importante indústria". Graças à interferência do ministro e de "pessoas influentes", a Petropolitana obteve do Banco do Brasil um empréstimo com prazo de noventa dias, mediante garantia dos algodões armazenados em seu depósito. Quem assinou a carta em nome da companhia foi Joaquim Dias Custódio de Oliveira, membro do comitê colhido pelos industriais para apresentar os seus pontos de vista sobre a assistência governamental" (20).

Resumindo: o Encilhamento, no momento mesmo em que levou o sistema a se racionalizar, se prestou ao movimento de concentração de capital na indústria, eliminando, em boa medida, os empreendimentos mais fracos que haviam se proliferado de maneira espantosa durante o período de boom; foi no bojo desse movimento que a indústria têxtil algodoeira, o principal segmento do ramo, se beneficiou daquela assistência financeira oferecida pelo Estado, assegurando para si uma expansão bem mais acentuada e concentrada em grandes unidades produtivas nas décadas seguintes (21); foi também em meio a esse movimento que acabou despontando um espírito associativo entre esses empresários — a luta pelos seus interesses gerais, como gostavam de afirmar —, o qual será decisivo na década de 1920, quando passarão a buscar para si igualmente o monopólio de fios e tecidos de qualidade superior, que até então estava nas mãos dos grandes importadores.

No final do século passado o Brasil veria sua indústria têxtil florescer à larga: por essa época dá-se a rápida expansão do mercado interno; são organizadas as primeiras sociedades anônimas entre as corporações fabris e co-

merciais; com a intensificação da imigração européia, formam-se verdadeiros contingentes de mão-de-obra barata e adestrada o suficiente para colocar, ainda que com o auxílio de técnicos estrangeiros, os maquinismos e a administração em funcionamento; instalam-se as primeiras associações patronais de vulto, destinadas a divulgar os pontos de vista da indústria e defender seus interesses gerais; passam a ser produzidos fios e tecidos grossos e médios em quantidade e em condições quase que monopolistas; os empresários buscam respostas prontas e eficientes para problemas complexos como os de natureza financeira, os provenientes da comercialização de seus produtos e os da concorrência no mercado; mas também é a época áurea do anarquismo e dos movimentos grevistas; é por esse período, igualmente, que o Estado passa a reconhecer efetivamente a indústria têxtil como um importante segmento da economia, fazendo vingar um certo arranjo na doutrina liberal de que cabia ao governo se interessar e zelar pelos problemas tarifários e financeiros enfrentados pela indústria em particular, consubstanciando um discurso protecionista e de constituição da Nação brasileira — a indústria passava a se identificar com progresso e sua defesa representava um ato de verdadeiro patriotismo; inversamente, a defesa do livre-cambismo se constituía em ato impatriótico por quantos essa medida advogavam.

Assim, a primeira década dos anos 1900 inaugurava-se com a indústria têxtil definitivamente instalada e em franco desenvolvimento; desde então sua importância seria sobremaneira ressaltada, e até o final da década de 1930, quando outros ramos da indústria passaram por um desenvolvimento acelerado, já mais foi ameaçada na disputa pela primazia na atividade industrial; progresso esse facilitado em grande medida porque, na virada do século, passou a gozar de alguns importantes favores governamentais: a isenção de direitos à importação de máquinas para instalação imediata em qualquer indústria foi uma delas; a elevação das tarifas que incidiam sobre os tecidos de algodão foi outra; em 1900 uma nova tarifa entrou em vigor, mas permaneceria praticamente inalterada até o final da década de 1920, quando novamente os empresários, liderados pela grande indústria paulista e carioca, se mobilizaram em torno das entidades patronais e passaram a exigir a sua revisão — na verdade, justiça seja feita, foi a grande indústria têxtil a primeira a propor medidas de reforma tarifária bem como as que garantissem um protecionismo em bases mais vantajosas (22); enfim, a luta pelo protecionismo levada a efeito pela indústria têxtil desde a década de 1880, sob a bandeira do progresso da nação brasileira, tinha um sentido bem mais amplo do que a simples conjugação de interesses particulares de cada empreendimento realizado na indústria; essa luta representou, isto sim, e desde sempre, o caminho lógico para que os desígnios da acumulação e da dominação do capital se impusessem para toda a sociedade brasileira.

Notas do Capítulo II

01. Algumas fábricas, já na década de 1880, produziam tecidos de algodão de qualidade média; a maioria, no entanto, havia investido capital em máquinas e mão-de-obra para a produção de tecidos mais grossos; tal característica, de acordo com a maioria dos autores, iria prevalecer até praticamente por volta do final da década de 1920, o que, evidentemente, teria proporcionado a consolidação de um determinado padrão de administração empresarial;
02. Uma questão interessante a ser observada, sob o ponto de vista da apropriação do saber técnico em base monopolista, é que um dos estímulos para que a indústria têxtil produzisse tecidos grossos estava nas próprias posições dos produtores de máquinas, e não, como sempre se supôs, exclusivamente pelas características inibidoras de um mercado de baixas rendas;
03. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd. Impressões do Brasil no século XX, Londres, 1913, p.246;
04. Idem, ibidem, p.204;
05. Revista Industrial de S. Paulo. "Algumas teses sobre os princípios técnicos da organização industrial" (Hermann Jr.,F.), nº 12, SP, 1945, FIEESP / CIESP, p.53;
06. Cano, Wilson, op.cit., pp.201-203; de acordo com seu trabalho, entre 1907 e 1910, a indústria têxtil algodoeira teve um aumento de produção da ordem de 77,5%; isso teria sido possível porque entre 1900 e 1905 inúmeras fábricas haviam feito investimentos de complementação e integração; nesse período teria crescido o número de maquinismos sem que houvessem crescimento significativo na produção física; a partir de 1905, no entanto, além das fábricas já passarem a produzir os seus próprios fios, houve um enorme salto na produção física, se estendendo até 1910; nesse período duplicaram os fusos e teares, o número de operários e a potência instalada; assim, entre 1910 e 1915, cresceu a capacidade produtiva, ocorrendo a ampliação e integração do setor têxtil paulista, ao mesmo tempo em que se verificava uma redução drástica na importação de fios de algodão, o que, de acordo com esse autor, é suficiente para demonstrar que as maiores empresas já estavam integralizadas (fiação e tecelagem), cabendo àquelas que não haviam procedido a tal processo absorver, em grande medida, os fios excedentes produzidos por aquelas indústrias paulistas;
07. Stein, Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850 - 1950), RJ, Editora Campus, 1979, p.55;
08. Cano, Wilson, op.cit., p.209;
09. Stein, Stanley, op.cit., p.52;
10. Idem, ibidem, p.50;
11. Franco, Maria Sylvania de C. "Organização Social do Trabalho no Período Colonial", Revista Discurso, nº 8, SP, HUCITEC, 1978, pp.31-32;
12. Stein, Stanley, op.cit., p.94, (grifo meu);
13. Pinheiro, P.S. & Hall, M. op.cit., p.50;
14. Idem, ibidem, p.124;
15. Bandeira Jr., A.F. A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, SP, pp.XIII e XIV;
16. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. "Condições de Trabalho na Indústria Têxtil no Estado de São Paulo", SP, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Ano I, nºs 1 e 2, 1911/12;
17. Hobsbawm, E.J. Os Trabalhadores, "Costumes, salários e carga de trabalho na indústria do século dezenove", RJ, Paz e Terra, 1981, p.349;

18. Chauí, Marilena de S. "O 2012", Folha de S. Paulo, 4 de abril de 1983, p. 2;
19. \_\_\_\_\_ . "Crise e Democracia", Folha de S. Paulo, 21 de março de 1983, p.3;
20. Stein, Stanley, op.cit., p.104;
21. Wilson Cano, op.cit., afirma que o processo inflacionário provocado pelo Encilhamento acabou, na verdade, promovendo o desenvolvimento da indústria têxtil, ao mesmo tempo que as falências registradas puderam ser incorporadas às empresas que resistiram; o processo inflacionário, como um momento de crise, a isso se prestou: concentrar e centralizar o capital;
22. No que diz respeito à indústria de sacaria, o governo havia concedido redução nas tarifas de juta importada (em fio e em bruto), aumentando, ao mesmo tempo, as tarifas sobre as sacarias importadas; essas medidas, que têm em 1889 o seu início, se prolongariam pelas décadas seguintes;

## III

CAPITULO PARTICULARMENTE DEDICADO A RELATAR ALGUMAS DAS ESTRATEGIAS  
BURGUESAS DE CONTROLE DA CLASSE OPERÁRIA NO INICIO DO SÉCULO

"Aquele parte da cidade de São Paulo, além rio chamada Bráz, que se estende sobre uma superfície ampla e plana, levantando-se por uma considerável extensão em redor, e rompendo em outeiros e colinas, de modo a formar quase um anfiteatro, foi já apelidada a cidade dos italianos: pois os italianos na sua imigração, ou, com palavras mais apropriadas, na sua invasão, que foi rápida e tumultuosa, pelos primeiros a povoaram, construindo aí pequenas casas e modestas oficinas transformadas em breve em grandiosas fábricas. Assim vinha constituindo-se a vasta organização do trabalho que devia fazer de São Paulo o maior centro industrial da América Latina e reafirmar o renovado vigor da nossa estirpe, em cuja honra o zumbido do motor e o assobio das sereias levantam um hino triunfal" (Picarollo)

1. No qual fica evidenciado que a luta sempre acaba apontando para o processo de racionalização da fábrica.

Uma das características mais marcantes do processo de trabalho é que as alterações que ocorrem no seu interior (progresso tecnológico) provocam, invariavelmente, uma crescente insatisfação nos operários. Essa insatisfação, resultante da degradação do trabalho (ou, da evolução do processo de trabalho), pode ser percebida e sentida como inerente justamente porque as alterações incessantemente promovidas atingem diretamente os trabalhadores, seja porque os tornam mais produtivos (pela intensificação da jornada de trabalho associada a novas técnicas disciplinares, dentre outras coisas), seja porque provocam o rebaixamento geral de salários, seja, ainda, porque sabem que, em face dessa evolução nas condições de trabalho, mais e mais ficam a mercê da dominação, ou seja: é impossível escamotear o fato de que o resultado imediato da mudança no processo de produção — a racionalização que se processa visando atender diretamente os interesses da acumulação e os da dominação — se manifesta incontinenti para os trabalhadores em três níveis pelo menos: 1) como transformação contínua nos processos de trabalho; 2) como redistribuição de trabalhos; 3) como atomização e simplificação das tarefas; em outras palavras, apesar de todo o esforço da psico-sociologia industrial, é praticamente impossível furar aos trabalhadores que tal mudança implica em uma estratégia de dominação, em uma economia política voltada para lhes retirar saberes, tornando-os totalmente prescindíveis ao sistema — no êxito diuturno da fábrica, os trabalhadores não só perdem o controle sobre o processo de trabalho, fato que se coloca no bojo de uma trama irreversível e dialética desde o início do desenvolvimento da fábrica (daí a utopia da democracia industrial), como têm que se adap

tar constantemente a novas funções e atividades. Razão pela qual torna-se estratégica a análise crítica a respeito do progresso técnico como instrumento de dominação de classe: no momento mesmo em que se realiza a mudança no processo de produção, o avanço tecnológico se desnuda como uma incrível maquinaria voltada para multiplicar o número de funções simplificadas no trabalho; e essa racionalização do aparelho produtivo, de acordo com Foucault, corresponde a uma etapa da história da tecnologia do poder — por analogia ao caráter capitalista das máquinas, esse poder burguês "se reproduz, não por conservação, mas por transformações sucessivas" (01).

Todavia, essas observações ainda são insuficientes como explicação. Não esclarecem, no âmbito da ideologia dominante, que o êxito da fábrica só é possível porque o discurso positivista que o informa produz, reproduz e dissemina por toda a sociedade o ideal da ordem e do trabalho, ou da segurança nacional como premissa para o progresso social. Em rápidas palavras, não é possível pensar a fábrica ignorando o problema da constituição da classe operária para o capital. Indo direto à questão, é preciso considerar o problema da formação da força de trabalho sob duplo enfoque: por um lado, considerando a produção imediata, a mão-de-obra, essa mercadoria especial geradora de mais-trabalho, so o é porque a fábrica ao produzir bens para mercado também a produz como força de trabalho disciplinada; por outro, considerando o sistema em seu conjunto, é preciso levar em conta que, se a produção de mercadorias depende desse trabalho disciplinado como uma das condições imprescindíveis do processo de trabalho, antes mesmo que ele se inicie, então a produção de indivíduos dóceis antecede e é condição necessária para que aquela outra se realize. Este é o sentido mais geral do sistema: uma grande fábrica que produz uma mercadoria especial responsável pela produção incessante de outras. Sem a sua realização, a qual, diferentemente das outras mercadorias que a fábrica produz, só se reproduz no âmbito de um sistema de dominação, torna-se impossível aceitar o famoso D-1 dos economistas como explicação do fenômeno da reprodução ampliada.

Feitas estas observações, podemos retomar alguns aspectos da leitura marxista, fazendo a ressalva de que onde se lê acumulação leia-se também dominação. E a questão a ser levantada é a seguinte: como demonstrar que a alteração no processo de trabalho é fundamental ao processo de valorização do capital? Por que essa lei da valorização não pode ser ignorada pelos empresários capitalistas?

Penso que o ponto de partida para a compreensão do problema está dado pela própria concepção do que vem a ser processo de trabalho.

Neste sentido, uma observação inicial e bem astrata, a partir de um contato imediato com o objeto de análise — uma fábrica de fiação e tecelagem do início do século, por exemplo —, é que processo de trabalho é aquele no qual as matérias-primas são transformadas em produtos consumíveis, que, por satisfazerem necessidades sociais do homem, têm valor de uso. Descendo um pouco mais a detalhes, pode-se perceber que todo processo de trabalho se compõe, fundamentalmente, de três elementos: 1) da atividade humana, isto é, do trabalho;

2) do objeto ou coisa sobre o qual o trabalho toma forma ou se realiza; 3) dos meios de produção, através dos quais o trabalho age e cria; continuando com essa designação, as matérias-primas e os instrumentos de trabalho são condições objetivas do processo de produção, enquanto a atividade humana, ou seja, a força de trabalho, é sua condição subjetiva. Entretanto, nesse nível de abstração tais especificações do processo de trabalho se mantêm inalterados, independentemente das relações de produção ou até mesmo do nível de desenvolvimento e econômico historicamente determinado.

Mas não é exatamente isso -- a permanência no nível mais geral, do imediato -- que deve ser evitado, caso contrário acaba-se prestando (voluntariamente ou não) um serviço à ideologia burguesa? Como romper, portanto, com essa tradição que no máximo vê o processo de trabalho e suas alterações como premissas para o desenvolvimento industrial? Ou será que, ao ignorá-lo como processo de dominação social, isto é, ao deixar de perceber as implicações sociais que essas modificações prontamente promovem no interior da fábrica, e muito menos sob que condições históricas contraditórias esse processo ocorre, essa tradição nada mais faz do que escamotear uma luta? Mas, como desvendar esse mistério? Como penetrar nesse mundo fantástico e cheio de ocultamentos que é o mundo do processo de trabalho?

De acordo com a teoria marxista, o processo de trabalho no capitalismo destina-se à produção de mercadorias (valor) que são apropriadas, em regime de exploração, pelos proprietários dos meios de produção, cabendo aos produtores diretos o recebimento de um salário (ou outra forma de pagamento ou remuneração, desde que estabelecida em contrato) que serve para o trabalhador repor suas condições sociais diárias de subsistência, mas nunca a força de trabalho efetivamente dispendida ao longo de uma jornada de trabalho. Esse sobretabalho não remunerado (mais-valia) é, de acordo com Marx, o grande segredo da acumulação contida nas mercadorias, revelado no âmbito da circulação e repostado através do processo de trabalho, isto é, do processo de produção de mais-valia, do trabalho não-pago. Mais ainda, os diferentes elementos e etapas nos quais o processo de trabalho se decompõe no capitalismo só podem ser entendidos como partes de um grande complexo, de uma grande trama, cujo objetivo último se volta para a realização da acumulação e da dominação capitalistas: processo de trabalho é tanto processo de produção de capital quanto processo de dominação social. Em última instância, de acordo com a objetivação dos desígnios postos nesse binômio: se processo de trabalho é aquele pelo qual se objetiva o trabalho não-pago, é do processo de valorização do capital e/ou do processo de dominação que se deve partir para a compreensão histórica das modificações que afetam tal processo, e não o contrário. E isto é muito importante ressaltar, uma vez que propõe uma inversão na estratégia de análise, fato observado em detalhes por Marx mas nem sempre desenvolvido pelos marxistas: a introdução de novas máquinas e de novos processos de trabalho na fábrica é feita conscientemente pelo capital e visa fundamentalmente, a produção de mais-valia e poder, e vice-ver-

sa. O terrível segredo que controla o comportamento do capitalista é este: uma constante luta pela obtenção da máxima valorização associada à luta pela hegemonia política da sociedade do trabalho; o que explica, com certeza, o fato de que o tema da industrialização não pode estar desvinculado de um projeto político burguês, o qual, por sua vez, mesmo que não esteja plenamente formulado, tem sua gênese no momento em que o capital se instala; em suma, a busca da racionalização do sistema, nesse sentido, deve ser interpretada como inevitável na luta e representa, em cada momento histórico determinado do desenvolvimento, a síntese desse duplo destino do capital.

Num primeiro momento de seu desenvolvimento, quando a força de trabalho era abundante e barata, obtinha o capital sua valorização através do livre jogo no mercado de trabalho, graças à quase ausência de leis que regulamentassem as relações de trabalho que estimulavam os desmandos patronais — aí, uma medida racionalizadora era a de adequar as máquinas ao imperativo da exploração extensiva da força de trabalho, considerando que ao capital era "indiferente" que o grosso da mão-de-obra efetivamente empregada compunha-se de menores e mulheres; todavia, à medida em que a classe operária superexplorada foi encontrando formas de resistência capazes de colocar em risco esse processo de valorização/dominação, a racionalidade liberal precedente acabou sofrendo revisão, isto é, a luta exigiu uma outra racionalização do regime de fábrica, respondendo sua condição de sistema de dominação social produtivo: o processo de valorização é negado a todo o momento pela luta; esta, por sua vez, é negada pela instauração de uma nova racionalização que retoma, em novas bases, um novo processo de trabalho e, conseqüentemente, um novo processo de valorização. Num momento subsequente, se é certo que o capital tem que realizar uma revolução constante nas técnicas de produção para a obtenção da valorização, não menos o é o fato de que nessa medida repõe o conflito; este, por não ser nenhum segredo, se objetiva em questões tais como rebaixamento de salários dos trabalhadores, parcelização e simplificação do trabalho, intensificação da jornada de trabalho sem a correspondente alteração nos salários que esta política de veria promover (uma vez que o contrato de trabalho nem sempre prevê isto e sim o tempo de duração da jornada), etc., que promovem a resistência do movimento operário; enfim, o capitalista não descobre o processo de intensificação do trabalho por acaso, mas porque esta é a lógica do processo de valorização; é esta tendência que obriga, em cada período histórico analisado, uma resposta capitalista ao nível das alterações no processo de trabalho.

Assim, a intensificação do trabalho se impõe historicamente porque o capital — diante de sua dinâmica e contradição que é a luta — adquire em cada momento de seu desenvolvimento uma especificidade, a partir das estratégias de dominação levadas a cabo pelos exploradores, que têm como contrapartida as formas de resistência dos explorados. Embora o discurso da dominação disso não possa falar, preferindo tecer considerações a respeito das crises de dívida ex

terna ou financeira, de desemprego, sobre as causas estruturais da inflação de preços, etc., esse processo de ocultamento pode ser desnudado pela análise da acumulação, ou melhor, através da caracterização do processo de valorização do trabalho: por um lado, desvendando os mecanismos de dominação e poder que permeiam o sistema de fábrica; por outro, procedendo a uma investigação técnica sobre as alterações verificadas no processo de trabalho, tais como introdução de novas máquinas no aparelho produtivo, as formas de remuneração do trabalho, o processo de transformação ocupacional, a jornada de trabalho, as especificidades do trabalho da mulher e do menor, etc.

Aqui, evidentemente, pelas dimensões deste trabalho, procuro analisar apenas alguns aspectos de tão intrincado problema. Neste capítulo, por exemplo, busco acompanhar o sucesso da fábrica manchesteriana na indústria têxtil através da consolidação de um aparelho produtivo baseado, fundamentalmente, na importação de máquinas e equipamentos de origem estrangeira; ao mesmo tempo, levanto a hipótese de que o emprego majoritário e definitivo da energia elétrica como fonte de força motriz para a indústria foi um dos principais fatores responsáveis pela diversificação da produção bem como das alterações no processo de trabalho (intensificação e racionalização), modificações estas que acabaram por promover uma maior concentração de capital nas indústrias, principalmente naquelas de tipo integrado; da mesma forma, é preciso considerar que a eletrificação do parque industrial, ao promover a modificação da paisagem fabril, se define, juntamente com a diversificação, alterações no processo de trabalho e concentração de capital, como instância muito bem definida de dominação. Num outro momento, consentâneo com a tese mais geral que permeia este trabalho, procuro estabelecer um referencial teórico baseado na experiência histórica da fábrica da fábrica têxtil do início do século, percebendo aí a estratégia burguesa de constituição da figura do capitalista como imprescindível à organização da produção, bem como os papéis precípuos dos mestres-capatazes e os códigos disciplinares instaurados pela ordem liberal. Permeando esses dois momentos, não poderia deixar de introduzir algumas observações a respeito do universo da percepção operária sobre a fábrica, o que esta representava para ele, tal como, por exemplo, fica manifesto nos seus movimentos paredistas contra o despotismo, contra as modificações que o capital procurava introduzir no processo de trabalho e contra as condições degradantes do trabalho. Advirto, no entanto, que essa questão por si só merece toda uma pesquisa. De qualquer forma, pinço aqui e ali os exemplos que considero significativos para a demonstração de minhas hipóteses, consciente da importância de que se reveste um trabalho nesta linha de análise.

2. Que trata de demonstrar em que sentido o determinismo tecnológico e a adoção da energia elétrica pelas fábricas foram imprescindíveis para o seu sucesso.

Com a virada do século, São Paulo e Distrito Federal, inegavelmente os dois maiores centros fabris do país até então, passaram a despertar, invariavelmente, sob o barulho ensurdecador do "zumbido dos motores" e do "assobio

das sereias", conformando o mundo das "fortalezas do trabalho", tal como Pica-rollo denominava as gigantescas fábricas de fiação e tecelagem que, dentre outras atividades industriais, iam dando sentido a todo um espaço urbano.

No Distrito Federal a tradição iria se dar pela edificação de verdadeiras cidades operárias, organizadas pelas primeiras fábricas de tecidos. Em São Paulo, ao contrário, à exceção de algumas grandes indústrias de fiação e tecelagem que foram se instalando pelo interior do Estado, a tradição carioca não chegou a se repetir de forma tão marcante (02).

Todo um mundo de ordem e progresso, baseado no trabalho e nas mais sólidas tradições manchesteriana, passaria a ganhar importância no seio da sociedade, dando às próprias medidas de estímulo à imigração um sentido mais abrangente do que a pura constituição de uma força de trabalho abundante e disponível para o capital. Na verdade, o ideal de aqui chegar e vencer pela vontade e amor ao trabalho era uma condição, um objetivo, que estava presente na cabeça de cada imigrante, de cada família que para cá se deslocou. Contudo, diante das condições totalmente adversas que aqueles que não dispunham sequer de um pequeno capital iam se deparando, em breve tempo os faziam perder as ilusões, agora substituídas pelas do desejo de um retorno à pátria querida; para os que ficaram, bem como para as futuras gerações de trabalhadores, uma cruel premissa para suas cabeças anarquistas faria sua história ser escrita com suor e sangue — a própria condição de imigrante impunha desde logo o reconhecimento do regime de trabalho capitalista bem como o mercado de trabalho e seu significado burguês para quantos almejassem passar da condição de mão-de-obra assalariada para a de proprietário capitalista.

Há nestas breves observações a essência do problema que procuro abordar a partir de agora, uma vez que a indústria mecanizada é em cada momento a objetivação de uma divisão do trabalho que aí designa a cada indivíduo produtivo um papel a desempenhar; que isto se manifeste de maneira explícita ou não, o certo é que a disciplina no trabalho começa no momento mesmo em que se aceita (estrategicamente ou não, só para reverenciarmos o marxismo) a relação patrão-operário, explorador-explorado (no caso, o imigrante) como uma relação socialmente dada e inquestionável. Ou seja, a divisão hierárquica do trabalho — por princípio: trabalho manual (execução) versus trabalho intelectual (concepção) — é a efetiva consolidação da disciplina que se estabelece em todos os níveis de mando, de dominantes e dominados; e essa relação de poder, fundada nas condições de organização e divisão do trabalho, reflete e ao mesmo tempo impõe um determinismo tecnológico (não um positivismo mecanicista) que torna os países cada vez mais parecidos uns com os outros; que faz com que não exista, em cada período histórico analisado, outro modo pelo qual a indústria moderna possa se desenvolver, uma vez que essa tecnologia é produto das relações sociais de produção fundadas no caráter contraditório que permeia o acelerado processo de acumulação-dominância e a crescente insatisfação-resistência ao tra

lho compulsório.

De fato, essa contemporaneidade e esse determinismo tecnológico não foram estranhos à nascente indústria têxtil no Brasil. Desde as últimas décadas do século passado, as fiações e tecelagens vinham sofrendo uma modernização constante em suas bases técnicas, através da importação de máquinas e equipamentos dos melhores fabricantes que o mercado mundial podia produzir naquele momento; de tal ordem que, ao longo de todos esses anos, a tradição manchesteriana de organização fabril traçaria o perfil e os rumos dessas empresas.

Era o caso, por exemplo, da Cia. América Fabril, no Distrito Federal. Contando com quatro fábricas — Cruzeiro, Pau Grande, Bonfim e Mavilis —, essa Cia. tinha instalado motores e outros maquinismos de instalação elétrica fornecidos por Bruce, Peeblest & Co., por intermédio de Mac. Lauchlan, Machado & Co; quanto às máquinas de fiação e tecelagem, estas eram fornecidas por Brooks & Dorey, através de James Scott & Son, correspondentes da Cia. em Manchester, as quais, bastante modernas para a época, permitiam a essa fábrica produzir fios finos (os 120s) pela primeira vez no Brasil.

Um outro bom exemplo é o da Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, igualmente localizada no Distrito Federal. Também nessa Cia., como não era exceção, todas as máquinas de preparação do algodão, de fiação e de tecelagem eram da firma Platt Brothers & Co.; as de tinturaria, de C. G. Hambold Schilde e Broadbent e as da seção de acabamento, de Mather & Platt, Bently & Jackson e C. G. Hambold.

Outra grande fábrica de fiação e tecelagem carioca, que empregava os mais modernos maquinismos, era a Cia. Manufatura Fluminense, fundada em 1891:

"Os dois edifícios acham-se divididos em vários departamentos, como seção de fiação, de tecelagem, branqueamento, estampanaria, acabamento, embalagem, etc.; cada uma dessas seções se acha aparelhada com os mais modernos e eficientes maquinismos fornecidos pelos conhecidos fabricantes Tweedales & Smalley, Henry Livesey Ltd., Mather & Platt e J. H. Riley & Co. A força motriz é produzida por motores elétricos de Brown Boveri & Co., cuja energia é fornecida pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica" (03).

A idêntico procedimento estiveram sujeitas as fiações e tecelagens paulistas. Mas, para não estender demais essas descrições, considero aqui apenas outros três casos, sendo o primeiro uma fábrica da Capital e os outros dois tecelagens localizadas no interior, lembrando que tal escolha não é sem propósito, principalmente no que diz respeito aos dois últimos casos — mesmo nessas fábricas do interior paulista, consideradas por muitos como menores, a rigidez tecnológica se fez sentir de maneira não menos acentuada.

O primeiro dos exemplos refere-se à Fábrica de Tecidos e Bordados Lapa, na Capital paulista, que tinha como diretores Giuseppe Puglisi, Rodolfo Crespi, Antonio Rossi, todos italianos e Enrico Schoch, de origem suíça e seu fundador. Dentre os maquinismos modernos, essa fábrica contava com 4.500 fusos fornecidos pela conhecida firma Tweedales & Smalley; 144 teares duplos e tri-

plos, da fábrica Ateliérs de Construction G. Honegger, de Rutti, Suíça; três máquinas de bordar, fornecidas pela casa Saurer, de Arbon, também Suíça; e uma instalação completa de alvejamento e tinturaria, importada parte da Alemanha e parte da Suíça, o que demonstra a importância da nacionalidade de origem do empresário influenciando na escolha das máquinas e equipamentos a serem importados.

Outra fábrica, a Cia. Fiação e Tecelagem São Pedro, localizada na cidade de Itu e fundada em 1911, tinha todos os seus maquinismos importados da Inglaterra, como era regra geral,

"... pela casa Schill & Co., da Capital, por intermédio da casa matriz de Manchester. É notável a sua ampla fiação, que é da casa Platt Brothers & Co, de Oldham" (04).

A fábrica Japy, em Jundiá, é o terceiro exemplo escolhido. Esta Cia foi incorporada em S/A. em 1914 e, além de uma vila operária, possuía os mais sofisticados maquinismos, capazes de satisfazer as exigências dos mais requintados padrões de qualidade da época. A sua seção de tecelagem era equipada com teares Henry Livesey, enquanto na de fiação os maquinismos empregados eram fornecidos pelos fabricantes Harward Bullough & Co.; quanto aos motores elétricos, perfazendo um total de 500 H.P., ostentavam estampadas as marcas famosas de Mather & Platt e Oerlikon; o vapor, indispensável para acionar as seções de preparação, alvejamento, etc., era fornecido por uma caldeira de 110 H.P., sendo que na de alvejamento, uma das mais modernas que existiam, eram empregados os tradicionais maquinismos fornecidos pelos fabricantes Mather & Platt (05).

Em suma, basta lembrar que até o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (1912) também anotou com bastante ênfase a presença efetiva das marcas estrangeiras ditando os rumos da indústria têxtil brasileira; mais ainda, ao informar tal característica do processo de desenvolvimento industrial, esta publicação fazia uma divisão bastante interessante a respeito do mercado mundial fornecedor de toda a tecnologia necessária e empregada, naquele momento, pelas fábricas de fiação e tecelagem:

"Nos estabelecimentos visitados, nos de tecidos de algodão e de juta, os maquinismos existentes para a abertura e preparo preliminar da matéria-prima, cardação, fiação, tecelagem, padronagem, preparo, engomagem, secagem do fio ou da matéria-prima, etc., são geralmente de procedência inglesa. Nos tecidos de lã, assim como nas seções de tinturaria, predominam as de fabricação alemã. Na tecelagem de seda e no fabrico de passamanaria, de parte os maquinismos usados na malharia, que são na maior parte de procedência americana ou inglesa, - importam-se geralmente da França ou da Itália as máquinas motrizes, a vapor ou a gás; e os geradores de vapor são quase todos importados da Inglaterra. Em segundo lugar acham-se as de procedência alemã. Os motores elétricos, bem como toda a instalação elétrica, são alemães ou americanos. Notam-se motores suíços apenas nas máquinas modernas, que os têm conjugados diretamente" (06)

Ainda que a importação maciça e altamente especializada de máquinas e equipamentos por si só já apontasse para o processo de diversificação e especialização da produção, é preciso considerar que, consoante tal determinismo, foi

o advento da energia elétrica que propiciou ao capital libertar-se de antigas amarras e promover uma verdadeira revolução no processo de trabalho. Ou seja, de acordo com esse determinismo tecnológico, o processo de diversificação e especialização da produção só foi possível (na lógica do capital) porque as indústrias puderam dispor de uma fonte de energia que podia ser produzida em abundância e ininterruptamente, capaz de alterar quantitativa e qualitativamente o processo de produção; mais precisamente, a energia elétrica, ao substituir o vapor ou a energia hidráulica, não só possibilitou uma redução de custos de produção como imprimiu um ritmo bem mais acelerado ao trabalho, cujas conseqüências imediatas foram o parcelamento crescente das tarefas, uma maior especialização no trabalho e uma "redefinição" do fator tempo (do capital) que essas alterações proporcionavam às diferentes situações de trabalho.

Quanto à necessidade de reduzir custos, autores como Wilson Cano já procuraram demonstrar a importância da introdução de fontes de energia mais baratas no aparelho produtivo, bastando lembrar aqui apenas algumas de suas considerações mais gerais a respeito. Para ele, a preferência pela utilização da energia a vapor pelas primeiras fábricas de fiação e tecelagem no Brasil, no último quartel do século XIX, por exemplo, baseava-se no fato de que essa fonte de energia era mais barata relativamente à hidráulica. Como se vê, de acordo com tal argumento, as implicações sociais só podem ser meras conseqüências de uma escolha lógica do capital dentre aquelas condições que objetivamente proporcionem a redução de custos de produção.

Evidentemente, uma vez privilegiada essa estratégia de escamoteamento da degradação do trabalho, não há como negar que existe aí uma coerência. E para tanto basta acompanhar o recenseamento industrial de 1907, apesar das informações problemáticas que apresenta, para se perceber que o predomínio da energia a vapor entre as indústrias têxteis do Distrito Federal e entre algumas do Estado de São Paulo estava associado à grande indústria e, principalmente, àquelas que haviam obtido uma maior produtividade. De um modo geral, o argumento de autores como W. Cano, baseado em depoimentos de empresários do período, é o de que a energia hidráulica era bastante irregular e dependia muitas vezes das condições climáticas favoráveis — as que geravam esse tipo de energia estavam quase sempre obrigados a complementá-la importando combustíveis (petróleo, carvão mineral, etc.), principalmente nos momentos de intensificação da jornada de trabalho. De fato, tal imperativo fez com que, no final do século passado, inúmeras fábricas de fiação e tecelagem, sobretudo as maiores, substituíssem a energia hidráulica pelo vapor, mantendo no máximo aquela outra fonte de energia apenas como uma possibilidade de suprimento complementar; o que se repetiria, posteriormente, com a substituição do vapor pela energia elétrica. Em poucas palavras, o processo de substituição de fontes de energia, tudo a seu tempo e de acordo com aquela imposição tecnológica ditada pelo capi

tal internacional, correspondia aos interesses monopolistas da grande indústria, criando um campo de lutas interburguesas. Vejamos, portanto, esse problema mais de perto.

No final do século passado o confronto entre empresas que empregavam a energia hidráulica com aquelas que se utilizavam do vapor já era bastante evidente. Stanley Stein, ao proceder a um levantamento estatístico comparativo entre esses dois grupos de indústrias não deixou de perceber o problema:

"De acordo com um levantamento feito em 1899 junto a dezoito fábricas têxteis de algodão na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, onde 11 fábricas (205.698 fusos e 7.083 teares) usavam vapor, enquanto sete (73.968 fusos e 2.817 teares) dependiam ainda da água. Assim, que incluíam quase todas as grandes fábricas produziam mais do que o dobro do total de tecidos de algodão fabricados pelas sete que usavam força hidráulica (88.660.000 metros comparados a ..... 31.850.000)" (07).

É preciso, entretanto, fazer alguns reparos, pois se atentarmos bem para o exemplo, considerando-o sob a ótica da produtividade, não há como negar que as informações que oferece não permitem concluir aquilo que o autor gostaria de ter concluído — que as maiores, as que usavam vapor, eram as mais produtivas. Em primeiro lugar, porque é desconhecido o número de operários empregados nessas fábricas; em segundo, porque se desconhece o grau de sofisticação tecnológica existente nos dois grupos de fábricas, bem como o valor efetivo da força motriz instalada em cada uma delas.

De qualquer forma, em termos de tendência do capital, baseado no padrão tecnológico que diferenciava uma grande indústria integrada de uma pequena empresa, bem como pelas desproporções nos números de fusos, teares e produção física, o exemplo serve para pensarmos pelo menos três coisas, a saber: 1) a produção naquelas 11 fábricas era mais diversificada e, portanto, a parcelização das tarefas era muito maior; 2) as chances de se gerar mais energia a vapor do que com a força hidráulica fica evidente no número de fusos e teares que uma e outra fonte de energia acionava nessas fábricas, mesmo que a potência (HP) efetivamente gerada em cada uma delas tenha sido omitida no levantamento; 3) conseqüentemente, pelas vantagens em termos da produtividade que o vapor apresentava em relação à energia hidráulica, por certo a sofisticação tecnológica deveria ser maior naquelas fábricas maiores do que naquele outro grupo de sete. De resto, como todas as análises que buscam mostrar a produtividade das indústrias baseando-se em variáveis desse tipo, muito pouca coisa pode-se acrescentar, e insistir no argumento é acabar uma vez mais nas intermináveis conjeturas estatísticas.

Com relação aos recursos energéticos, pensando o problema da tendência do capital, não restam dúvidas de que os adotados correspondiam não só ao tamanho das plantas industriais como também aportavam as reais possibilidades de se proceder a alterações no processo de trabalho, configurando uma situação de monopólio e de dominação pelo grande capital, com graves implicações

sociais para a mão-de-obra assalariada. Em resumo: tomando-se a questão energética como ponto de partida, mais precisamente a energia elétrica, sua adoção, por suposto, estava associada ao desenvolvimento acelerado da grande indústria, razão pela qual torna-se um referencial seguro para estabelecermos uma relação entre o tamanho das plantas industriais com uma política monopolista, ao mesmo tempo que proporcionava uma significativa transformação no processo de trabalho fabril, a qual iria atingir o proletariado industrial em cheio.

A Cia. Tijuca S/A., localizada no Rio de Janeiro e organizada no ano de 1900 para a produção de tecidos de lã, que, de acordo com a obra Impressões do Brasil no Século XX, já operava em 1913 totalmente eletrificada, se constitui em um bom exemplo quanto ao papel significativo que a energia elétrica representava no processo de parcelização e especialização das tarefas no interior da fábrica. Depõe esta obra:

"O seu movimento foi eletrificado no ano de 1913, com 5 motores dos 'Ateliers de Construction Oerlikon' (Suíça), seccionandos os diversos departamentos da mesma" (08).

Como se vê, é inquestionável o fato de que a opção técnica de produção por uma determinada fonte de energia se impôs não só pelo que podia oferecer em termos de abundância e de custos mais baratos, mas também porque era a única que estava capacitada para preencher a todas as exigências do padrão e porte tecnológico da grande indústria têxtil: à medida em que o mercado de máquinas e equipamentos ia sofisticando suas ofertas, tornava-se incompatível o seu acionamento através de uma fonte de energia irregular e que, fundamentalmente, era incapaz de tornar as várias seções que compunham uma fábrica independentes entre si; somente a energia elétrica, por ser revolucionária nestes termos, pôde permitir às fábricas mover mais fusos e mais teares, dando início a um processo de integralização e de diversificação da produção sem precedentes; ao mesmo tempo, tais medidas técnicas acabariam impondo um seccionamento mais racional da fábrica -- as tarefas passariam a sofrer novas parcelizações e a mão-de-obra padeceria nova depreciação.

Sem dúvida, a energia elétrica somava essas qualidades. E, quando se tornou viável economicamente, passou a impor uma nova racionalidade ao processo de trabalho. Nesse sentido, uma leve comparação entre os desempenhos das fábricas de fiação e tecelagem do Distrito Federal com as de São Paulo, no ano de 1907, é suficiente para mostrar que após aquele ano a produção física e a diversificação da produção das empresas paulistas já eram superiores às das congêneres cariocas, ainda que estas últimas fossem estatisticamente, as de maior porte quanto a número de operários, fusos, teares, força motriz instalada e valor da produção, dentre outras variáveis comumente utilizadas para se aferir o tamanho e a produtividade de uma fábrica. Acontece que a maioria das fábricas têxteis paulistas, por serem inclusive de fundação mais recente e porque dispuseram de grandes somas para procederem à inversão inicial, acabaram optando mais cedo pela utilização da energia elétrica, enquanto entre as cariocas muitas tiveram que persistir na utilização da energia a vapor, muito

provavelmente devido às dimensões dessas empresas de instalação mais antigas ; dimensões estas que, certamente, não permitiam uma remodelação rápida, nos moldes que se processavam as indústrias paulistas. Eis porque a forma de se obter essa energia elétrica passava a ser um fator muito importante não só para o capital monopolista mas para a dominação burguesa em geral.

Embora a Light já operasse em São Paulo desde 1901 no serviço de distribuição de energia elétrica para as indústrias, estas ainda geravam por conta própria 82% de toda a energia de que necessitavam, em 1907; e mesmo em 1919, quando aquela Companhia fornecedora ampliou seu potencial de distribuição, as indústrias paulistas continuaram a gerar por conta própria 43% da energia elétrica que consumiam; mais ainda, considerando que o ramo têxtil, dentre todos os ramos da indústria, era o que mais consumia energia elétrica em São Paulo, pois era aí que o aparato tecnológico pesava decisivamente, é plausível supor que grande parte da energia elétrica adquirida de terceiros tenha se dissipado no trabalho de mover os complexos maquinismos e motores elétricos das fiações e tecelagens paulistas.

De um modo geral, esse foi o caminho seguido por quase todas as fábricas localizadas na capital. A Fábrica Maria Zélia, por exemplo, que pertencia à Cia. Nacional de Tecidos de Juta, e que se destinava à produção dos mais variados tipos e padrões de fios e tecidos de algodão, tinha, em 1917, os mais modernos maquinismos no gênero e era acionada na sua totalidade pela eletricidade fornecida pela São Paulo Light & Power Co.

As do interior, todavia, frente à quase ausência de fornecedores de energia elétrica, tinham por alternativa, não raro, a construção de usinas hidroelétricas para uso particular e da cidade que crescia ao seu redor. Foi o caso da Cia. Fiação e Tecidos São Martinho, fundada em 1881, na cidade de Taubaté:

"... está dividida em dezessete departamentos, nos quais se instalaram as diferentes seções da fábrica, como a fiação, tecelagem, cardagem, engomado, dobramento, acabamento, etc. Todo o prédio é iluminado a eletricidade e as máquinas são movidas por meio de motores que produzem a força de 480 HP, cuja corrente é fornecida pela estação de Tatuhy, também de propriedade do Sr. Guedes (proprietário da fábrica)" (09).

Idêntico procedimento tiveram os proprietários da Fábrica de Tecidos Carioba, situada na então Vila Americana, interior do Estado de São Paulo:

"A cidade de Villa Americana (cidade operária) é iluminada a eletricidade e toda a energia de que ela necessita, assim como a empregada na fábrica, é obtida na usina de propriedade da firma, a alguns kilometros da mesma fábrica. Essa usina gera a força de 4.000 H.P., produzida pela queda do Salto Grande" (10).

Outras, tais como a Cia. Nacional de Estamparia, a Cia. Fiação e Tecidos Nossa Senhora da Ponte, ambas localizadas em Sorocaba, também eram proprietárias de usinas hidroelétricas. Já a Cia. Fiação e Tecidos São Bento e a Cia. Taubaté Industrial, por exemplo, eram acionadas pela energia elétrica for

necida pelas Empresa Força e Luz de Jundiaí e Cia. de Eletricidade de São Paulo e Rio, respectivamente.

De uma maneira geral, esses exemplos servem para demonstrar uma tendência: onde não havia terceiros para fornecer a energia elétrica necessária, a opção passava pela instalação de usinas hidroelétricas financiadas pelas próprias fábricas, garantindo, conseqüentemente, um investimento diversificado para o capital. Nestes termos, contrariando inclusive os propalados imperativos da redução de custos de produção, a Cia. Fiação e Tecelagem São Pedro, localizada na cidade de Itu, e fundada em 1911, nesse esquema geral não se enquadrava, por volta de 1917:

"A força motriz é fornecida pela Cia. Força e Luz de Itu. Está porém, em construção, a terminar em breve, a Usina Hidro-Elétrica, de propriedade da Companhia, sobre o rio Tietê, cuja capacidade será de 2500 cavalos de força" (11).

Entretanto, para além da questão da redução de custos e da necessidade de do capital iniciar um investimento diversificado, a sobrevivência e o sucesso de qualquer empreendimento, naquele momento, estava diretamente relacionado com a possibilidade real de disponibilidade crescente e ininterrupta de uma fonte de energia elétrica, fosse ela produzida e fornecida por terceiros, como era o caso da Light na Capital paulista e de algumas fábricas espalhadas pelo interior, fosse ela gerada pela própria empresa. Assim, é imperioso considerar que a energia elétrica gerada pela própria companhia, apesar de se ponderar sempre que a instalação de uma usina elevava os custos de produção (coisa difícil de se aceitar em empreendimentos que obedeciam a uma economia de escala), passava a ser uma garantia para que não houvessem interrupções no trabalho fabril, pois, fato corriqueiro por essa época, a energia fornecida por terceiros, à exceção da Light quando os seus operários não estavam em greve, estava sujeita a cortes ocasionais e imprevisíveis. Portanto, corroborando estas ponderações, é mister lembrar que as fábricas que dispunham de suas próprias fontes geradoras de energia podiam trabalhar em turnos ininterruptos, estender a jornada de trabalho, principalmente nos períodos de safra, compensando com folga uma possível elevação nos custos que tais investimentos de capital pudessem oferecer à produção; esta é, certamente, a melhor razão para explicar os motivos pelos quais aquela Cia. Fiação e Tecelagem São Pedro fez construir, em 1917, sua própria usina hidroelétrica, quando poderia continuar dispondo dos serviços da Cia. Força e Luz de Itu.

Mesmo no Distrito Federal, onde se concentravam as maiores indústrias têxteis no início do século XX, a substituição da energia a vapor pela elétrica, a qual se deu um pouco mais tarde do que em São Paulo, não fugia a essa regra: a maioria delas, principalmente as grandes indústrias, dispunha de mecanismos capazes de proporcionar a utilização de forma complementar e/ou alternativa à sua própria fonte de energia (elétrica, hidráulica, a vapor, etc.), em substituição àquela fornecida por terceiros.

A Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial era uma indústria que, de acordo com a obra Impressões do Brasil no Século XX, assim procedia. Fundada em 1885, foi a primeira fábrica no Brasil a trabalhar, em 1905, com um número surpreendente de 1500 teares; em 1917, graças à substituição da energia a vapor pela elétrica, gerada pela "The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company", suas máquinas passaram a ser acionadas por motores elétricos da Westinghouse Electric and Manufacturing Company, conservando, porém, em perfeito estado de uso os velhos motores a vapor para atender a eventuais necessidades e emergências.

De qualquer forma, em São Paulo, até 1919, apenas 57% das indústrias consumiam energia elétrica fornecida por terceiros, sendo que os principais compradores eram as indústrias têxteis da Capital; os outros 43%, muito provavelmente, correspondiam às empresas que produziam sua própria fonte de energia; o que é compreensível, pois a Light, concessionária monopolizadora do mercado, não estava em condições de atender naquele momento a toda a demanda de energia que a expansão industrial ia requerendo. No Distrito Federal essa substituição acabou se realizando de maneira mais lenta, dadas as características da grande indústria não encontrar disponível uma vultosa soma de capital necessário para processar as alterações exigidas no aparelho produtivo; isto é, os chamados "elefantes brancos", embora houvessem iniciado um processo de diversificação da produção a mais tempo, não tinham condições de inovar no mesmo ritmo verificado entre as indústrias paulistas; estas, por serem de instalação mais recente, estavam mais adaptadas para proceder às alterações necessárias, sabendo com isto elevar a produtividade e a diversificação da produção (12).

Assim, até o início da década de 1920, gerar a própria força motriz ainda era uma medida indispensável para grande número de indústrias, sobretudo para aquelas que iam se instalando pelo interior. O que, do ponto de vista da acumulação, impunha inversões adicionais de capital, elevava a capacidade produtiva instalada e bloqueava, por conseguinte, a proliferação de concorrentes menores no mercado, pois possuir uma usina hidroelétrica em região carente deste recurso era condição fundamental para o sucesso — razão pela qual no interior paulista pouco proliferou indústrias de pequeno porte e não-integradas.

Nesse sentido, penso de maneira diversa de Wilson Cano, pois para ele a aquisição de energia elétrica de terceiros (prenunciando o futuro da racionalização do trabalho) era a saída que o empresariado aos poucos ia buscando. Seu raciocínio, baseado no fato de que as fábricas, ao deixarem de investir capital em usinas, podiam carrear todos os seus recursos para a reposição e ampliação do aparelho produtivo instalado, garantindo assim melhores condições de sucesso em um mercado tendencialmente cartelizado, merece reparos; principalmente porque as fábricas interioranas, como se viu, nessa lógica não se enquadravam. Enfim, suponho que sua leitura economicista do problema é insu-

ficiente para explicar o êxito da fábrica:

Por isso, retomando o que havia sugerido mais atrás, reitero que o dado fundamental e inerente à utilização da energia elétrica pelas indústrias têxteis, isto é, como fator explicativo do sucesso do regime de fábrica, fosse ela adquirida de terceiros ou gerada com recursos próprios, é que ela liberou o capital para que este exercesse uma exploração mais racional sobre o proletariado industrial.

De fato, a energia elétrica, enquanto condição objetiva para que o processo de sofisticação tecnológica tivesse curso, apontando e eliminando velhos entraves técnicos, tinha a virtude de reduzir o número de operários encarregados de vigiar as máquinas, no momento mesmo em que estas se tornavam mais velozes — o que só é compreensível se analisado à luz de uma relação dialética, cuja resultante e motor da luta se define como processo de degradação do trabalho; em outras palavras, sua utilização representou, concretamente, a possibilidade para que o capital intensificasse a jornada de trabalho, seja pela imposição de ritmos mais rápidos ao aparelho produtivo, seja pelo maior número de máquinas que um número cada vez mais reduzido de operários passava a manobrar (era o caso famoso do sistema de teares "Northrop", o qual, já em 1904, permitia que um só operário vigiasse até 14 teares ao mesmo tempo), seja ainda porque os novos ritmos acentuava, concomitantemente, o processo de auto-vigilância no trabalho encadeado (13).

Dentre outras indústrias, a Fábrica Maria Zélia, anteriormente mencionada, era um caso típico de empresa onde a eletrificação havia proporcionado uma maior racionalização do aparelho produtivo. Em 1917, essa fábrica não só dispunha de 2000 teares e 84000 fusos como também possuía completas instalações de tinturaria, estamperia e mercerização, cujos maquinismos, os mais modernos, eram totalmente acionados pela força motriz gerada pela energia elétrica:

"Assim é que só o número de motores elétricos instalados atinge 3000, o que dá quase um motor para cada máquina" (14).

Ao contrário do que havia ocorrido com a Fábrica Maria Zélia, aquelas que persistiam na utilização da energia a vapor encontravam, relativamente, uma grande dificuldade em seccionar seus departamentos e seções, tal como os novos tempos exigiam; dadas às limitações técnicas que o vapor impunha ao processo de produção (centralização da força motriz), essas fábricas tinham que conservar, por exemplo, os antigos e complicados sistemas de transmissão de correias, os quais não permitiam uma maior e mais eficaz interdependência entre as várias seções e máquinas, condicionadas que estavam a uma única fonte alimentadora de energia.

Em suma: a utilização mais intensiva da energia elétrica promoveu a racionalização fabril em três níveis principais: 1) do processo de produção — novos ritmos, novo fracionamento do tempo, seccionamento da fábrica em mais de

partamentos, etc.; 2) da divisão do trabalho — maior parcelização das tarefas, especialização das funções, etc.; 3) dos mecanismos de controle — hierarquia e disciplina no trabalho. Por isso essa opção não pode ser vista apenas do ponto de vista da redução de custos, mas, fundamentalmente, como uma escolha lógica — ca com relação a fins: só a energia elétrica possibilitou a que os vários maquinismos fossem acionados por um número crescente de motores elétricos independentes, permitindo que a produtividade operária se elevasse cada vez mais, ao mesmo tempo que a maquinaria do poder se sofisticava e tornava-se eficaz aos desígnios do capital, pois, como bem lembra M. Foucault,

"Não se pode entender o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, ao mesmo tempo, dos aparelhos de poder" (15).

Mas, como já ressalté anteriormente, a eficácia desses aparelhos de poder — dentre os quais o determinismo tecnológico de base manchesteriana e a energia elétrica foram de suma importância (na medida em que permitiram ao capital levar às últimas o processo de separação entre concepção (cérebro) e execução (mãos) e, conseqüentemente, à monopolização desse poder nas mãos de grupos cada vez mais restritos) —, é a contrapartida político-ideológica do trabalho alienado. Harry Braverman, nesse sentido, não deixa margens à dúvida:

"Assim, ao estabelecer relações sociais antagônicas, (...) mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano. (...) mas ambos (mão e cérebro) permanecem necessários à produção, e nisto o processo de trabalho retém sua unidade" (16).

Portanto, considerando que o processo de separação instaura imediatamente o monopólio de poder fabril, creio que cabe, na seqüência deste capítulo, detectar outras de suas especificidades naquela conjuntura de nascimento e desenvolvimento da grande indústria têxtil, dentre os quais privilegiarei as questões que envolvem a formação técnica dos primeiros patrões e administradores de homens (o saber técnico como poder), o despotismo dos capatezes e mestres, o poder do discurso assistencialista e, em especial, a constituição das cidades e bairros operários como esfera de dominação burguesa.

### 3. Que relata as razões pelas quais os patrões garantiram o seu papel imprescindível na produção:

Como procurei demonstrar, uma das questões mais polêmicas sobre o universo da razão técnica — o determinismo tecnológico e o saber técnico monopolizado pelo capital estrangeiro — é que este, ao contrário do que se supõe, só pode explicar o êxito da fábrica porque constitui, ao mesmo tempo, instâncias de concepção e execução de técnicas de dominação, as quais estabelecem com aquela uma relação dialética.

Este é o motivo pelo qual, de acordo com o que sugeri mais acima, levanto aqui a suposição de que naquele momento a tradição manchesteriana do sistema de fábrica também deve ser lida, dentre outras coisas, através da recons-

tituição do papel imprescindível que os primeiros empresários jogavam no processo de produção, justificável em dois pontos principais, a saber: 1) porque souberam carrear para si, num primeiro momento, o saber técnico de como organizar a produção de fios e tecidos e todo o traquejo financeiro e mercadológico necessário; 2) porque foram capazes de impor uma ação liberal que conjugava o enquadramento (obediência) da classe operária, de acordo com um código disciplinar e ético rígido, com a organização de um discurso assistencialista, cuja efetivação — a ação moralizadora — voltava-se, sabidamente, para garantir a submissão do trabalho ao capital; práticas estas que serão violentamente criticadas posteriormente pelas várias correntes ideológicas da organização racional do trabalho (17). Entretanto, antecipando o que descerei a detalhes mais à frente, ao contrário de análises que vêem nessa filantropia o dado marcante do caráter retrógrado do empresariado brasileiro, creio que seja necessário analisar o problema sob um outro prisma, inclusive quanto à tão decantada resistência burguesa à implantação das leis trabalhistas na chamada República Velha; por idênticos motivos, descarto desde já a possibilidade de considerar como dado relevante para o trabalho a origem social desses empreendedores — embora esse tema de investigação tenha merecido a atenção de inúmeros trabalhos preocupados com a problemática da industrialização brasileira, não deixa de se enquadrar como análise psicologizante, de tal forma a explicar o atraso e o caráter retrógrado da chamada burguesia nacional; eis porque aqui só pode ser vista como uma questão de somenos importância. E, uma vez feito estas ressalvas, retomo o tema acima anunciado.

Uma primeira observação a ser feita é que a praxis desses primeiros empresários era, fundamentalmente, aquela relacionada com o gerenciamento que podiam dispensar às organizações fabris, das quais eram proprietários, seja na concepção, seja prescrevendo métodos, ditando ordens e impondo a disciplina, seja nas suas lidas no setor financeiro e mercadológico; ou, se quiser, o sucesso do empreendimento só foi possível porque cada empresário soube reter para si, de maneira parcimoniosa e avarenta, os saberes indispensáveis capazes de justificar o seu papel na produção e na efetivação da dominação — uma excessiva personalização do poder; concepção esta que os princípios de administração científica enunciados por Taylor se encarregariam de desfazer posteriormente, ao preconizarem, dentre outras coisas, que

"... o maior objetivo duma boa organização é o aperfeiçoamento de seus homens de primeira ordem; e, sob direção racional, o melhor homem atingirá o mais alto posto, de modo mais seguro e rápido que em qualquer outra distinção" (18).

Mas enquanto o taylorismo não se justificou historicamente, a fábrica manchesteriana conheceu seus melhores dias sob a direção desses manufatureiros (retrógrados?) altamente capacitados para colocar toda uma fábrica de tecidos em funcionamento e auferir grandes lucros, pois tinham uma larga experiência internacional no ramo.

Sem dúvida, a capacidade técnica desses primeiros empresários era surpreendente, tendo sido largamente registrada na biografia desses pioneiros, pois estes, imigrantes, filhos de imigrantes ou experimentados técnicos e engenheiros ingleses, rapidamente ascenderam para as posições de mando, se estabeleceram por conta própria ou fundaram sociedades anônimas; para tanto, creio que alguns relatos obtidos de algumas das mais importantes fiações e tecelagens existentes em São Paulo, por volta de 1910 — período este de rápida expansão do setor —, são suficientes para demonstrar o que se quer, embora os exemplos possam ser encontrados na maioria das indústrias têxteis brasileiras, principalmente nas cariocas.

No Distrito Federal, só para dar um exemplo, o diretor-gerente encarregado da administração técnica da Cia. América Fabril — o inglês Mark Sutton, natural de Yorkshire — não havia galgado tal posição porque possuía capital. Na verdade, este

"... hábil engenheiro de experimentada competência em importantes estabelecimentos de Manchester, veio para o Brasil em 1889 com incumbência dos srs. Hill, Gomes & Co. para examinar e remediar dificuldades sobrevindas à força motriz da Fábrica de Tecidos Carioca, fábrica em que esteve três anos, deixando-a em bom funcionamento"(19).

Porém, sua aventura brasileira não terminaria aí. Após deixar a Fábrica de Tecidos Carioca, Mark Sutton, como não poderia deixar de acontecer, passaria a ocupar da administração técnica da Fábrica Bangu, deixando-a no ano de 1895; todavia também essa nova demissão não ocorria por acaso, pois, ainda naquele ano, afortunadamente, a convite da Companhia América Fabril, começa a supervisionar a construção da Fábrica Cruzeiro, de propriedade dessa Companhia; e foi deste modo que acabou se tornando diretor-técnico das quatro fábricas (Pau Grande, Mavilis, Bonfim e Cruzeiro) pertencentes àquela sociedade anônima, passando, em 1907, a fazer parte do quadro efetivo de sua diretoria.

Em São Paulo a presença de experimentados técnicos europeus, quase sempre de origem inglesa, se fez de maneira igualmente acentuada.

A Fábrica de Tecidos Carioba, por exemplo, foi adquirida em 1902 por Rawlinson, Muller & Co. Os sócios desta firma eram Rawlinson e filhos e Muller e filhos; os primeiros, por conveniência da Cia., residiam em Manchester; os segundos, por administrarem a fábrica, residiam em Carioba, localizada na então Villa Americana.

Outro caso interessante a ser registrado diz respeito à Cia. Nacional de Estamparia, fundada em 1909. Um dos diretores desta empresa, John Kenworthy, era um inglês nascido em Oldham, Lancashire, que, na sua profissão de engenheiro mecânico, havia se especializado em máquinas para a indústria de algodão, tendo sido por mais de dez anos diretor de uma fábrica de tecidos em Yorkshire, dos quais soube tirar proveito pelas constantes viagens que fez aos Estados Unidos para aprofundar os seus conhecimentos técnicos sobre essa indús

tria; e foi assim, graças à sua competência, que,

"Em princípio de 1878, veio para Minas Gerais, para montar uma fábrica de tecidos; depois, assumiu a gerência duma fábrica no Salto de Itu, de propriedade do Dr. Galvão de França Pacheco. Foi mais tarde para a fábrica de São Martinho, de propriedade do Sr. Manuel Guedes, onde esteve durante quinze anos e meio. Em seguida, estabeleceu-se com uma usina para beneficiar café, cujo êxito não correspondeu à sua expectativa. Largando esse negócio, voltou a dirigir a fábrica do Salto de Itu que havia sido adquirida por uma Companhia de sociedade com seu genro, fundou em Jundiá uma fábrica de tecidos que foi depois vendida em vantajosas condições. Comprou então o Sr. Kenworthy, de sociedade com seus filhos e genro, a fábrica Santa Maria, que girou sob a firma Campos, Kenworthy & Comp. e fundou também a fábrica Kenworthy (Cia. Nacional de Estamparia)"(20).

Assim como a Cia. Nacional de Estamparia, a Fábrica de Fiação e Tece-lagem São Simão era de propriedade de experimentado inglês — o sr. Boyes, natural de Manchester —, que para cá viajou com o objetivo de supervisionar e colocar em movimento as primeiras fábricas de tecidos; e tendo chegado a Santos em 1884, rapidamente se deslocou para o importante centro têxtil que era a cidade de Sorocaba, onde permaneceu por quatro anos, após os quais rumaria, em 1888, para a cidade de São Paulo; aí, por um espaço de doze anos, dirigiu os negócios da São Paulo Industrial Company; porém, em 1900, acabaria deixando o cargo que ocupava nesta empresa para fundar a fábrica de tecidos de algodão São Simão.

A Cia. Fiação e Tecidos São Carlos, fundada em 1915, um ano após a deflagração da I Guerra Mundial, também não fugia a essa característica:

"O sr. Roversi (um dos proprietários), Diretor-Gerente da próspera empresa, é engenheiro e químico competente. Foi educado em Zurich e antes de vir para o Brasil adquiriu grande experiência e larga prática em uma das mais importantes e grandes fábricas de Milão"(21)

Picarolli e Finocchi em seu importante trabalho — O Desenvolvimento Industrial de São Paulo através da Primeira Exposição Municipal —, publicado em 1918, também não deixaram de registrar tais ocorrências.

Ao descreverem, por exemplo, algumas das particularidades do Lanifício Italo-Paulista, fundado em 1914, não lhes passou despercebido a importância do quadro técnico dessa fábrica e a rápida ascensão, para quantos tinham adquirido o saber técnico de como produzir fios e tecidos de lã, a uma posição de mando, tornando-se, invariavelmente, sócios ou proprietários de grandes estabelecimentos; era o caso de Emílio Hercules Pinnatti, diretor daquele Lanifício, pois era

"... um diretor-técnico (...) formado pela Real Escola de Prato, antigo e importante instituto onde saem os melhores diretores neste gênero" (22).

Como se vê, não há como escamotear o fato de que esse saber se constituiu em uma condição muito importante para garantir às primeiras gerações de empresários o seu sucesso, ainda que os fracassos não possam, inversamente, ser explicados apenas pela incompetência empresarial; por outro lado, não há como negar também que esse caminho trilhado foi ditado, fundamentalmente, pelo reco

nhecimento social de uma industrialização vencedora, onde, em termos de acumulação capitalista, pouca importância poderia ter a origem social desses primeiros empresários; desde que soubessem aliar capital com um amplo domínio das técnicas de produção — o que era obtido, via de regra, importando a experiência manchesteriana — e prescrevessem corretamente todo um código disciplinar austero no âmbito do aparelho produtivo, essa origem contava muito pouco. Neste sentido, e somente neste, não se pode duvidar que o próprio fato desses estrangeiros terem amplo domínio de técnicas aplicadas à indústria, além de todo um conhecimento sobre o funcionamento do mundo comercial e financeiro, tornava-os extremamente imprescindíveis para colocar as fábricas em movimento; daí, com certeza, a razão dessa presença tão marcante de ingleses no início do desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, a qual, pela ameaça que representava, fez com que vários empresários dedicassem uma atenção especial a este mister.

A preocupação da Cia. Fiação e Tecidos São Martinho, de propriedade de Manuel Guedes, era, neste particular, bastante sintomática, pois as várias gerações de empresários que se sucederam na direção da firma viram-se obrigados a um permanente e vigilante cuidado com a atualização desses conhecimentos; mesmo porque eram constantes os avanços que a indústria têxtil vinha experimentando na Europa e nos Estados Unidos; assim,

"O segundo filho foi educado em São Paulo e também em parte, na Europa, onde adquiriu os necessários conhecimentos para assumir a posição de responsabilidade que ocupa desde o ano de 1905" (23).

Sylvio Álvares Penteado, diretor da Cia. Paulista de Aniagens, fundada em 1911, estava igualmente investido desta "posição de responsabilidade":

"Além de haver colaborado no estabelecimento das plantas da fábrica e na aquisição dos respectivos maquinismos, na Inglaterra, (...) desempenhou a difícil tarefa de completar a instalação e organizar todo o funcionamento, tanto técnico como industrial, da Companhia" (24).

O legendário Pereira Inácio, um dos grandes nomes da indústria algodoeira em São Paulo no início do século, também não deixou de se preocupar com a necessidade de adquirir e atualizar seus conhecimentos técnicos; tanto que a S/A. Fábrica Votorantim foi obra consciente, de vulto, da associação da experiência com o grande capital. Realmente, antes que este empreendimento pudesse florescer em Votorantim, seu principal ideólogo e realizador já havia acumulado em abundância conhecimento e capital imprescindíveis — havia instalado, no início do século, uma máquina de beneficiar algodão na cidade de Boituva, interior paulista, que se tornaria em curto espaço de tempo um empreendimento bem sucedido; após o que expandiria suas atividades, instalando na região duas outras usinas de beneficiamento — uma na cidade de Conchas e outra em Tatuí —, ao mesmo tempo em que já arquitetava vôos mais ousados. Assim, uma vez

"... assegurado o seu bom êxito, partiu para os Estados Unidos, com o propósito de estudar os últimos progressos dessa indústria e também para investigar a respeito dos processos de fabricação do óleo de caroço de algodão" (25).

Assim, durante um bom tempo a indústria têxtil continuou a exigir dos empresários um conhecimento bastante apurado sobre todas as questões que envolviam o ramo — desde aquelas relacionadas com a instalação das plantas industriais, como era o caso de opinar sobre a melhor disposição das várias seções, maquinismos e, principalmente, da melhor disposição da força de trabalho, de tal forma a permitir que o processo de produção transformasse o algodão, ou outras fibras têxteis, em fios e tecidos competitivos no mercado, até as que diziam respeito à política tarifária e cambial. E isto é muito importante frizar, pois o primado desse envolvimento representou, dentre outras coisas, o caminho pelo qual o empresário pôde obter em sua fábrica uma grande economia de tempo: ao elevar a produtividade operária, graças ao recurso do trabalho disciplinado, garantia uma maior redução de custo de produção, o que, como já disse logo no início deste capítulo, só poderia ocorrer mediante adoção de uma política consciente que, num futuro próximo, acabaria se transformando em projeto político para a burguesia industrial paulista.

Embora tenha se assessorado de um conjunto de técnicos, mestres, contramestres, capatazes, etc., o empresário tinha por aquela época assegurada para si um papel destacado no processo de produção; tanto que, ao contrário do que irão propugnar posteriormente os ideólogos da administração científica, diante de seu poder aquelas figuras tinham sempre o seu brilho ofuscado. De fato, enquanto o empresário não se deixou rodear de competentes administradores que tomassem a seu encargo administrar cientificamente a fábrica, sua identificação imediata como patrão não pode, em momento algum, se diluir — as ordens que dele emanavam tinham a força de lei.

Realmente, num esforço bastante temerário ousou associar a idéia da fábrica com o Estado de Hobbes — da mesma forma como naquela a hegemonia burguesa se deu através de uma identificação imediata do patrão com o seu papel imprescindível na produção, neste o poder artificial teria se dado porque os homens abdicaram do direito natural, em comum acordo, em nome da segurança e da paz social; neste caso é a figura do soberano que deve garantir a paz, distribuindo segurança e bem estar a seus súditos, enquanto naquela outra tal mister competia ao empresário manchesteriano do início do século, como se a fábrica, seus operários, fundamentalmente, é que haviam abdicado a favor do poder patronal que, ao fazer as leis fabris, se auto-denominava filantropo. E, tanto quanto o soberano do Leviatã, que tem direitos e deveres para com os seus súditos, podendo instituir e revogar leis capazes de garantir a ordem, a obtenção e manutenção da ordem e da disciplina no trabalho exigiam a presença diuturna do patrão dentro da fábrica, constituindo-se num referencial seguro para a distribuição da justiça entre seus operários, premiando os submissos e punindo os rebeldes (26).

Eis porque para exercer seu papel de mando, ao impôr ao trabalho fabril uma série de regras para o seu funcionamento — o código disciplinar —, o empresário se viu submetido ao mundo da produção, assumindo como virtudes inatas do patrão bem sucedido, a honra, o sentido de organização, a aptidão, a

disciplina e, fundamentalmente, o amor ao trabalho; a sua abnegação a estes sideratos era, para além do conhecimento puramente técnico, a condição que o ligava, enquanto empresário-capitalista, à produção (27).

Destarte, se vigiar é uma arte, ninguém melhor a entendeu assim do que Matarazzo, o qual se notabilizaria graças à sua estratégia de impôr a obediência operária dentro da fábrica.

Odiado pela maioria de seus operários, não faltou quem o admirasse e cantasse loas em seu louvor, dentre os quais há que destacar o importante trabalho exegético de Picarollo e Finocchi em relação ao conde, porque, dentre outras coisas, admiravam e enalteciam (com uma certa dose de exagero) suas qualidades de grande homem público e bom pai de família:

"Foi o pai dos próprios irmãos, fez-lhes o caráter para o trabalho e a mente para a severa concepção do dever e da honra, estimulou-os na formação da própria família e do próprio edifício econômico" (27)

Se norteava seus irmãos no caminho do sucesso, era na fábrica, ao marcar sua presença de maneira sistemática e ritual, que definia sua política patronal -- através da inspeção diária obtinha dos subordinados a certeza de que seus olhos argutos estariam sempre à espreita, esquadrihando seção por seção, operário por operário. É o que nos revelam estes dois autores:

"Temperamento de aço, todas as manhãs, da sete às doze, visita os seus estabelecimentos..."

E, uma vez aí,

"... sua vigilância exercia-se mais cuidadosa nas seções onde não é difícil cometer irregularidades, entre os empregados concordes entre si, do que entre os discordes, e a quem lhe pedia explicações deste fato, respondia: os inimigos espreitam-se por si mesmos e acusam-se uns aos outros" (28).

Matarazzo havia compreendido muito bem a arte de dividir para reinar, ao estimular a auto-vigilância e a falência da solidariedade no seio da classe operária, ou seja, através de uma presença assídua no interior da fábrica, sua estratégia voltava-se para obter aquilo que Foucault irá definir como o ideal panóptico de que "cada camarada torna-se um vigia" (29).

É preciso esclarecer, entretanto, que esta tecnologia do poder exposta por este autor não encontra correspondência, ou sequer alguma analogia, com a leve referência que fiz à teoria de Estado formulado por Hobbes, para explicar que havia uma semelhança com a proposição a respeito do ideal de patrão que justificasse sua presença marcante dentro da fábrica. É só; mesmo por que não poderia ir mais além, pois, com certeza, o despotismo patronal do início do século depõe contra o perfil ideal de soberano traçado por Hobbes -- apenas proveitei uma idéia sem a preocupação de torná-la corpo explicativo do que quer que seja, ainda mais se aí acrescentarmos o fato de que Hobbes não é teórico do liberalismo (30).

Já com Foucault podemos ser mais ousados, uma vez que a estratégia de dominação posta em prática por Matarazzo coincide com as formulações deste autor sobre a genealogia do poder, ao afirmar que o jogo de opiniões é a forma

como o sistema reproduz indivíduos dóceis sem ter que recorrer diuturnamente à coerção física.

Matarazzo, expressão máxima entre seus pares, bem poderia, nestesentido, ter sido essa figura foucaultiana, ao colocar em prática tal preceito panóptico; fato que, por aparecer como homem justo e bom — já que poderia deixar de recorrer tão somente ao despotismo —, acabou criando um mito em torno de si e, evidentemente, uma certa confusão entre a própria e a vários de seus biógrafos que apostaram no seu espírito humanitário.

Realmente, ao procurar canalizar este jogo através do consentimen-  
to patronal, estabelecia parâmetros para o exercício da justiça dentro da fá-  
brica, no momento mesmo em que todos, produtivamente, expiavam e eram expia-  
dos; assim, o fim da segurança, ao corresponder à potência patronal, tinha co-  
mo seu contrário a falência da solidariedade operária e a consolidação da figu-  
ra do patrão como a encarnação da verdade, da justiça e da filantropia. Como se  
vê, o jogo de opiniões não é um expediente primitivo, mas, inversamente, é uma  
tecnologia política capaz de levar a uma economia no ato de vigiar: não só por  
que "os inimigos espreitam-se por si mesmos e acusam-se uns aos outros", como  
também porque propicia a abertura de um campo de visibilidade — o conde Mata-  
razzo, no caso —, diante do qual, supostamente, todos ficam à mercê: "... a o  
pinhão dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros os impediria de  
fazer o mal, o nocivo" (31); e, ao se constituir em campo de visibilidade, de-  
finia seu poder para com os subordinados — "um poder, de acordo com Foucault,  
cuja instância principal fosse a opinião não poderia tolerar regiões de escuri-  
dão" (32); daí, certamente, o mito, a opinião difusa que a própria classe ope-  
rária tinha a seu respeito: ora aparecendo como figura arrogante e implacável,  
capaz de punir à menor falta; ora distribuindo benemerência e justiça a quan-  
tos fossem fiéis servidores.

Enfim, se o êxito da fábrica, técnica e ideologicamente, se dá pela  
consolidação e observância de um "mundo do trabalho" disciplinar, então é pre-  
ciso ter claro que os primeiros empresários souberam executar tal plano com ra  
ra astúcia e grande mestria: quanto ao saber técnico em geral, eram conhecedo-  
res das mais avançadas tecnologias de produção; quanto às leis disciplinares a  
plicáveis dentro da fábrica, souberam mesclar, sob a égide do liberalismo, des-  
potismo explícito com medidas assistencialistas, as quais, é bom que se diga,  
eram exploradas de maneira conveniente pelo discurso voltado para enaltecer o  
paternalismo, isto é, as ações de benemerência do pai-patrão, do pai-filantro-  
po, etc.

4. Em que se explica os motivos que teriam levado os primeiros empresários a adotar uma política assistencialista em suas fábricas, ou a falácia do discurso filantrópico.

Diante disso, é razoável buscar uma explicação mais plausível para a política assistencialista, pois muitos daqueles primeiros empresários, ao terem que arcar com a responsabilidade de instalar o seu próprio serviço de

infra-estrutura capaz de fixar a mão-de-obra necessária, se viram na contingência de praticar a filantropia. Nesse caso, como era imprescindível a necessidade de formação de um exército de trabalhadores excedentes, a saída, principalmente para as indústrias cariocas e aquelas localizadas no interior paulista, passava pela institucionalização de benefícios sociais — dentre os quais iria se destacar a "cidade operária" —, que eram explorados como verdadeiro chamariz sobre a classe operária; política esta que, ao mesmo tempo que apontava os rumos do movimento operário, acabaria se constituindo em um momento importante para o advento da racionalização do mercado da força de trabalho; mais ainda, lembremos mais uma vez que essa política de estímulos, própria da grande indústria têxtil — a única com capital suficiente para bancar empreendimentos de vulto —, voltava-se, ao contrário do que se possa imaginar, para a obtenção de um máximo de eficácia dos operários no trabalho.

No Distrito Federal não eram poucas as indústrias têxteis que ofereciam algum tipo de assistência a seus operários. A Cia. Manufatora Fluminense, fundada em 1891, em Niterói, possuía casas, escola para os operários e seus filhos e consultório médico. O mesmo acontecia com a Cia. Fiação e Tecidos Cometa, fundada em 1903, e com a Cia. Tijuca de tecidos de lã, fundada em 1900 — todas alugavam casas para seus operários. Já a Cia. Tecidos de Linho Sapopemba, fundada em 1906, além de casas, oferecia um armazém cooperativo e enfermaria.

Dentre todas, porém, foi a Cia. América Fabril, fundada em 1885, a que pôs em prática uma política de estímulos bastante interessante. Esta Cia., assim como era comum à maioria das fábricas cariocas, possuía uma vila operária com aproximadamente 318 casas, uma escola para meninos e outra para meninas, ambas com cursos diurnos e noturnos ministrados por "zelosos e competentes professores" que, incumbidos de instruir em média 400 alunos, se encarregavam de distribuir prêmios instituídos pela direção da empresa àqueles que lograssem obter os maiores aproveitamentos nos exames. Contudo, vale dizer, os estímulos que essa Cia. procurava incutir nos seus operários tecelões, esses futuros operários-padrão, notabilizavam-na:

"A Companhia distribui (presentes nas) festas do Natal a todos os seus empregados e semestralmente prêmios aos mais hábeis tecelões" (33).

Igualmente, a Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, localizada no Distrito Federal, e fundada em 1885, também tinha uma política consentânea com a prática de premiar competência e instituir bônus de produtividade. Mas era na subvenção de escolas profissionalizantes que essa Cia. iria se notabilizar: custeando uma escola para os filhos dos operários, a política patronal voltava-se para garantir, num futuro não muito distante, o fornecimento de uma mão-de-obra barata e adequada ao cumprimento das normas e regras prescritas ao bom desempenho das máquinas, cujas especificações muitas vezes precisavam ser lidas com atenção. A intenção era por demais explícita:

"A Companhia custeava uma escola para os filhos dos operários, com dois cursos, diurno e noturno, o diurno para alunos, meninas e meninos, até 12 anos. O curso da escola é de três anos, e todos os alunos que o completam tem garantido um lugar em qualquer das seções das fábricas, à sua escolha, com ordenado igual ao menor da seção preferida. Depois de três anos de funcionamento da escola, a fábrica não admitiu mais ao seu serviço crianças analfabetas" (34).

No Estado de São Paulo, de acordo com o relatório sobre as "Condições do trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo", referente a trinta e uma fábricas de tecidos da capital, uma em Santos e outra em São Bernardo, apenas duas afirmaram possuir escola, a Ipiranga, de Jaffet & Irmãos e a Santa Branca, de A. Marcondes & Cia., e cinco responderam que forneciam casas para seus operários - Cotonifício Rodolfo Crespi, Cia Santista de Tecelagem, Sant'Anna, Ipiranga e Cia. Paulista de Anilagens (Penteado); além destas, há que se mencionar ainda a Votorantim, em Sorocaba, a Cia. Fiação e Tecidos São Bento e a Fábrica Japy, ambas em Jundiaí e a Fábrica de Tecidos Carioba, em Americana, dentre outras empresas localizadas no interior. Entretanto, muitas dispensavam algum tipo de assistência médico-hospitalar em caso de acidente, seguro e outros benefícios, como água, luz elétrica. Nenhuma, todavia, assumiu de forma exemplar e com tanta eficácia quanto a Fábrica Maria Zélia, na capital, e a Votorantim, na cidade de mesmo nome.

Descrevendo a Fábrica Maria Zélia, que juntamente com a Fábrica Sant'Anna pertencia à Cia. Nacional de Tecidos de Juta, empreendimentos estes nos quais Jorge Street iria se notabilizar, a obra Impressões do Brasil no Século XX oferece algumas referências importantes neste sentido (35).

Esta Cia., uma das mais importantes no ramo, estava localizada no bairro do Belenzinho, e se destinava à produção dos mais variados tipos e padrões de fios e tecidos de algodão, sendo uma das poucas empresas paulistas a adotar o sistema de construir casas operárias, uma vez que tinha iniciado por volta de 1917 a construção de uma vila operária com 600 casas, aproximadamente; assim, exceção à regra, tal como a Votorantim, oferecia uma enorme quantidade de benefícios — casa para médico, casa para dentista, açougue, armazém igreja, jardim, coreto, restaurante, cassino, teatro, campo de futebol, clube recreativo e beneficente frequentado só por operários; ainda, de acordo com esta obra, havia também creches, jardins de infância, dois grupos escolares (com capacidade para 400 alunos cada um), escolas profissionais, farmácia, etc.

Grande também era o assistencialismo na S/A. Fábrica Votorantim. Produzindo os mais variados tipos de tecidos de algodão, chitas, morins, brins, zefires, lenços, toalhas, flanelas, etc., esta S/A. possuía aproximadamente 500 casas para operários, em 1907, e dentre os principais serviços aí dispensados, destacavam-se: a água encanada, esgoto, luz elétrica, cinema, clube, igreja, campo de futebol, tênis, serviço médico, farmácia, arsenal cirúrgico e serviço público escolar, com cursos masculino e feminino.

Entretanto, não vai longe o discurso que, no bojo de todo esse as -

sistencialismo, ao enaltecer tão grande obra, bem faz é domesticar o proleta - riado aos desígnios do capital. Assim era o paternalismo na Votorantim por volta da década de 1910, embora o que procurasse o discurso era demonstrar o contrário. A obra Impressões do Brasil no Século XX, documento raro, editado em Londres pelo Lloyd's Greater Britain, no ano de 1913, é todo ele vazado por um discurso exultante à grande obra de Pereira Inácio.

É o caso, por exemplo, quando procura destacar que a vida dos operários que trabalhavam nesta S/A. tinha sido facilitada, não só pelo lazer que proporcionava, como também pelos baixos aluguéis que as famílias operárias pagavam pelas casas oferecidas por sua administração; aluguéis estes que variavam "... de 9\$000, 10\$000 e 12\$000 por mês e por família", enquanto "que, na Capital, custariam 45\$000 a 60\$000" (36); mais ainda, porque até os gêneros alimentícios de primeira necessidade não tinham preços superiores aos da capital. E tudo isto, continua o relato, graças à boa e eficiente administração da fábrica, que não só controlava a venda dessas mercadorias como pagava os salários mais altos do Estado. Em poucas palavras, que enorme vantagem para quantos trabalhavam na Votorantim!

Aparentemente, pelo caráter persuasivo de um discurso bem articulação, aparecia para os trabalhadores menos avisados como um local de trabalho coibido, um verdadeiro chamariz, por ser modelar e pelo paternalismo de seus administradores, os quais impunham o cumprimento de um código disciplinar, no qual o respeito mútuo aparecia como sendo a tônica das relações trabalhistas. Há que se ressaltar, neste sentido, a alta eficiência técnica de seus maquinários, que, aliada à competência, deveria exercer, naturalmente, um certo fascínio sobre os operários mais desavisados:

"A Fábrica tem um serviço médico modelar, farmácia, arsenal cirúrgico, serviço público escolar feminino e masculino, mantidos pelo Estado e pelo Município. Possui em sua administração um corpo de técnicos de reconhecida capacidade, aliás já comprovada em importantes estabelecimentos congêneres do estrangeiro" (37).

Todavia, como já ressaltai mais atrás, os operários desta S/A. nem por isto deixaram de organizar movimentos paredistas contra o despotismo patronal e por melhores condições de trabalho e salários, o que leva a crer que apenas uma minoria, aqueles que exercia funções técnicas e/ou de mando, navegava em mar de rosas; ao contrário, o mais prudente é supor que esta Fábrica, diante da necessidade de construir toda uma infra-estrutura de serviços — designando o lugar do lazer, da habitação, do comércio, dos serviços, etc. — soube explorar ideologicamente esta circunstância "nostálgica", de tal maneira a compensar gastos tão vultosos, de acordo com uma política econômica de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho que sua cidade poderia proporcionar: fazendo com que o grosso do comércio girasse intramuros; criando um sistema de transporte ferroviário altamente controlado; proporcionando, por suposto, aluguéis e gêneros alimentícios mais baratos; propiciando um lazer quase

que gratuito; mas principalmente, estendendo e intensificando a jornada de trabalho, através de vários artifícios considerados lícitos pela sua direção, como se verá mais adiante.

Portanto, justificando a execução dessas obras faraônicas, desse assistencialismo — esse "tão vasto e humanitário plano de ação social" — o discurso lembrava a importância não só do capital como também de homens com têmpera de aço. Quanto ao capital, não resta dúvida de que não só era imprescindível como dos maiores, determinando desta forma que somente às grandes empresas estava reservado o direito de se dar ao luxo de exercerem plano social tão ousado; e assim mesmo, desde que fosse irremediavelmente necessário, como era o caso nas regiões onde a infra-estrutura praticamente inexistia — claro, o que contava não era propriamente o espírito humanitário desses empresários, mas o que tal plano de assistência social podia representar para os objetivos de disciplinamento e da racionalização do aparelho produtivo (38). Por isso mesmo, o critério para a execução desse assistencialismo tinha que passar pelo crivo da orientação segura de empreendedores que, antes de mais nada, tivessem propostas definidas para tal fim (mesmo que de caráter empirista); isto é, para racionalizar, para "facilitar" a vida dos operários, a fábrica deveria implantar uma série de benefícios que justificassem, inclusive, o despotismo patronal, já que fazia, tutelarmente, as vezes do Estado. Sem dúvida, J. Street era um desses homens — um dos poucos industriais que, de acordo com esse discurso, tinha consciência da missão histórica reservada à burguesia industrial:

"Dotado de uma austeridade proverbial, duma energia de aço, a que se alia uma alma grande e generosa, o nome de Jorge Street é sempre proferido com veneração. Empregando ingente perseverança, conquistou ele, graças aos seus próprios esforços, no meio social brasileiro, uma posição de alto destaque. À sua valiosa e ponderada opinião recorrem todos, quando se trata de resolver os magnos problemas nacionais; e assim o Dr. Jorge Street é frequentemente incluído em importantes missões, às quais solícitamente presta os melhores serviços, desempenhando-se brilhantemente dos encargos que lhe são confiados. Eminentemente democrata, o Dr. Street é dedicado amigo dos seus operários; e, sem quebrar a linha de mútuo respeito, tão necessária entre estes e os patrões, tem conseguido implantar entre os seus empregados a justa compreensão do que seja o socialismo e o mútuo auxílio. Todos esses predicados tornam o Dr. Street credor da sincera estima e veneração de quantos têm a felicidade de trabalhar sob a sua direção" (39).

Eis aí um discurso suficientemente bem construído para associar conceitos tão díspares, onde o trabalho disciplinado (a energia de aço, a perseverança, a austeridade e o esforço) é perfeitamente compatível com o caráter humanitário (o amigo, a alma grande e generosa, a veneração, a confiança, o respeito, o democrata); e, concludentemente, democracia e socialismo, enquanto conceitos burgueses, podem ser reduzidos a um denominador comum; ou, em outras palavras, a sociedade do trabalho assim concebida não é outra coisa senão a sociedade justa e factível, onde podem e devem conviver, em mútuo auxílio e respeito, patrões e operários: aqueles promovendo a assistência social a seus ope

rários e estes colaborando para o aumento da produtividade fabril; tudo isto, dentro de uma ordem e de um inquebrantável respeito entre si, configurando um código disciplinar com dois pesos e duas medidas: pelo lado do capital; essa justa sociedade só poderia ser alcançada se o empresário fosse capaz de dispor de todas as suas energias e sagacidade para consolidar esse projeto, desde que dispusesse, evidentemente, do capital necessário para tão grande empreendimento; pelo lado da classe operária, sempre restaria a "felicidade" de poder trabalhar sob a orientação segura de alma amiga, generosa e respeitável. Afinal, que mais poderia desejar para si?

Neste ponto é preciso observar, antes mesmo de prosseguirmos na crítica à proposta assistencialista de Jorge Street, e antecipando o que discutiremos mais adiante, que esse projeto liberal irá sofrer reformulações à medida em que a luta for se acirrando e o capital passar a acenar com as novas propostas de racionalização do trabalho que colocavam em xeque a disciplina militar dentro da fábrica, as quais passarão a ser defendidas, a partir de meados da década de 1910, por Roberto Simonsen e pelos ideólogos do Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo.

Feita esta ressalva, voltemos ao capitalismo assistencialista de J. Street. Seu projeto era por demais explícito. As razões pelas quais esse empresário apresentou em 1917 justificativas para o trabalho disciplinado nos dão a medida exata dos objetivos filantrópicos no início do século: dentre outras coisas, a jornada de dez horas de trabalho para os menores, ou de 56 horas de trabalho por semana e a defesa da idade mínima de onze anos para o menor, eram propostas patronais baseadas no argumento (pasmem!) de que a criança brasileira era muito precoce; com relação ao trabalho da mulher, os argumentos não eram menos arrogantes: a proposta de redução do período de licença para a mulher gestante, bem como a de controle da natalidade, por exemplo, estavam baseadas no argumento de que tais privilégios acabariam trazendo ao capital uma verdadeira ameaça, pela falta de braços que provocaria, já que as operárias, assim que se sentissem protegidas por uma lei que as deixasse de licença por alguns meses, iriam preferir se engravidar a ter que trabalhar; daí que a melhor forma de controlar a natalidade era punir com o trabalho essas operárias "mal-intencionadas", não permitindo que a licença patronal fosse concedida senão dias antes do parto.

Todavia, é bom que se diga, Street não poderia pensar em todos esses argumentos e nas medidas propugnadas como punição pura e simplesmente. Ao contrário, a fábrica-escola, na medida que era o caminho para disciplinar os indivíduos, representava uma possibilidade real ou forma de paraíso terrestre. Isto é, simplesmente era possível conciliar a disciplina de fábrica com o prazer no trabalho, não só pela disposição e alegria com que via seus 'amigos' se apresentarem ao final de um dia de trabalho, como também por se vangloriar de que era um dos poucos empresários que não havia sentido até então o sabor das greves que assolavam a capital paulista por essa época; nenhum de seus operários, ponderava — quase três mil almas submetidas a um regime de dez horas

de trabalho por dia —, jamais havia reclamado por excesso de trabalho ou cansaço:

"Devo mesmo dizer que longe de reclamarem contra as dez horas de trabalho, esses operários aceitam, com prazer, o trabalho em horas suplementares, que, naturalmente, lhes proporciona um excedente de ganho" (40).

Nestas poucas palavras, Street permite-nos entender o seu discurso sob dois enfoques mutuamente complementares: por um lado, ao propor a adoção de uma jornada de trabalho de 10 horas, ressaltava o aspecto econômico, justificado pela falta de braços na indústria e pela necessidade, evidentemente, de valorização do capital; por outro, procurava revelar o caráter humanitário do empreendimento fabril, na medida em que a fábrica-hospedaria era a garantia de emprego para todos (menores e adultos), proporcionava ganhos suplementares e era fonte de felicidade e prazer possíveis no mundo moderno. Partindo do suposto de que trabalho é igual a prazer, Street podia generalizar o que havia constatado em suas fábricas. Mas isto, evidentemente, só poderia ocorrer porque reduzia a um mesmo denominador, a um processo de abstração, aquilo que a aparência lhe revelava cotidianamente — Street transformava em regra o que nada mais podia ser do que uma ilusão que perdura nas cabeças de quantos acreditam possível a "democratização" do processo de trabalho no sistema de fábrica (41), ao concluir de maneira não muito enfática:

"É possível e mesmo provável que haja uma e outra exceção e que apareçam abusos por parte de alguns industriais; eu, aliás, não os conheço" (42).

Que grande desconhecimento de causa! Que flagrante contradição!

Embora volte a discutir o problema do despotismo fabril em outra parte deste trabalho, não posso deixar de observar aqui que não raro as greves que ocorriam nesse período eram movimentos que denunciavam os abusos patronais, contra a fábrica-prisão, enfim, fatos estes amplamente divulgados na imprensa operária da época:

"Hoje as fábricas chegaram a ser como as galés e algumas piores; nem ao menos se pode trocar uma palavra, assobiar, cantar, etc." (43).

Como se vê, o discurso filantrópico de Street era vazado de dupla contradição: nem era possível dizer que os abusos eram uma exceção, nem o trabalho, quando baseado em relações de exploração, pode ser fonte de prazer.

No entanto, é na inversão, na universalização, que radicava a força do discurso deste empresário, tornando possível dar um sentido à vida se esta puder ser preenchida com o trabalho. Ou seja, para ele só a vida produtiva podia interessar, só ela podia proporcionar prazer e retidão moral. Eis aí sua justificativa para que a jornada de trabalho jamais fosse reduzida:

"Assim, poder-se-ia trabalhar dez horas por dia da semana e seis horas ao sábado, ou nove e meio horas por dia e oito e meia horas ao sábado, ficando assim aos operários uma pequena folga nas tardes de sábado, para eles aproveitarem para pequenos misteres de sua vida particular" (44).

Que alma generosa! O que mais poderiam desejar os trabalhadores se-

quiosos desse filantropismo patronal, senão desfrutar de rara felicidade de serem fiéis colaboradores de tão respeitoso e venerando democrata?

Indo mais além de uma preocupação com o trabalhador em geral, Street procurava preparar o terreno espiritual para justificar uma jornada de trabalho de 10 horas extensiva ao menor e à mulher.

Com efeito, a fábrica aparece no seu discurso como condição indispensável para o desenvolvimento físico e moral do menor, a partir do corolário de que é a fábrica a se adequar ao trabalhador (menor) e não o contrário; mais do que um excesso de sentimentalismo e assistencialismo, a fábrica é o meio pelo qual os indivíduos se tornam úteis em sociedade; logo, sob qualquer ângulo que se queira ver o problema, a fábrica-reformatório só pode ser um mal menor em situações nas quais a legislação é imperfeita ou inexistente. No caso do menor, recolhe-o em seu seio; educa-o; disciplina-o para o trabalho produtivo; moraliza-o para a sociedade; salva-o do perigo do abandono e da vadiagem.

A fábrica, ao arcar com a questão social, principalmente quanto à instalação das primeiras escolas primárias, competência que deveria recair sobre o Estado, dispensava a constituição de uma legislação trabalhista; portanto, ao passar a ser por si mesma um fim social, legisla por conta própria. Com isso, raciocina Street, esta revela o caráter altruísta do capitalista-empresendedor, a quem foi confiada missão histórica tão gloriosa e gratificante. Logo, o despotismo não vicejava; o que existia era a fábrica-corregedora; aquela capaz de depurar os maus elementos do seio dos indivíduos produtivos.

Mais uma vez Street generaliza, a partir de uma suposta situação particular vivenciada em suas fábricas: não ocorriam por aquela época nenhum tipo de abuso contra o menor! Ao contrário, para ele grande parte desses abusos na da mais eram do que medidas disciplinares salutares que não podiam ser enquadradas naquele rótulo comum, mesmo porque nas suas fábricas podia constatar cotidianamente que o trabalho produtivo havia se confundido com prazer. Sem dúvida, Street falava sob a égide da fábrica-prazer:

"É de surpreender ver-se essa pequenada trabalhar e sempre tenho a impressão que eles o fazem sem grande esforço, impressão esta confirmada pelo modo como é feita a saída, depois do trabalho terminado. É uma verdadeira revoada alegre e gritante que sai à frente dos maiores, correndo e brincando. Não afirmo isto para produzir efeito; é a verdade, aliás, facilmente contrastável, pois é sempre com prazer que mostro as nossas fábricas a quem deseja vê-las" (45).

Que terrível mutação seu discurso provocava na natureza dessas crianças, que, certamente, eram felizes não pelo trabalho mas sim porque este havia terminado! A alegria, neste caso, pode significar liberdade; o fim de mais um dia de opressão dentro da fábrica.

Mas Street não pensava deste modo. Para ele, a partir do que constava em suas fábricas, o regime disciplinar "brando" que havia adotado poderia se generalizar para toda a indústria. E isto, como se sabe, é tanto surpreendente quanto contraditório, uma vez que o despotismo fabril aplicado sobre o

menor sempre foi denunciado pela imprensa operária, a qual não poupava adjetivos para qualificar a fábrica-prisão. Contraditório, porém coerente com aquele projeto patronal delineado mais atrás, a tolerância era compatível com a disciplina no trabalho:

"Eu tenho na fábrica uma disciplina bastante branda para essas crianças; assim elas só prestam serviços leves e compatíveis com a sua idade e forças; além disso é-lhes permitido levarem consigo certos alimentos, como pão, frutas, etc., etc., e quando querem, a qual - quer hora, comer o que consigo levam. Fazem isso franca e abertamente, com pleno conhecimento dos seus mestres; é também tolerado, com benevolência, que eles descansem do seu trabalho, de quando em vez, sentando-se aqui e ali. Tenho aliás notado que esta benévola tolerância quando feita com critério, é perfeitamente compatível com a disciplina do trabalho, que nada sofre com isto" (46).

Ainda que venha a discutir estas questões em outro capítulo deste trabalho, gostaria de chamar a atenção para dois erros fundamentais cometidos por Street: 1) um dos motivos pelos quais os empresários não arredarão pé da exploração do trabalho do menor, inclusive quanto à jornada de trabalho no período noturno, é que estes, uma vez estando perfeitamente integrados ao processo de trabalho, não poderiam ser preteridos de uma hora para outra sem que houvesse uma quebra violenta na produção; o que, em poucas palavras, significa dizer que os menores se desincumbiam de tarefas tal como qualquer adulto, salvo aquelas que exigiam grande esforço físico; 2) conseqüentemente, se o regime de fábrica exige uma rígida disciplina, e aí Street reconhece o papel dos mestres, e se é certo que estes menores, regra geral, estavam totalmente integrados ao processo produtivo, as interrupções na jornada de trabalho só poderiam ocorrer a uma determinada hora e de acordo com uma voz de comando ou ao apito da fábrica; daí ser difícil imaginar critérios capazes de tornar compatível a benevolência patronal com o trabalho disciplinado, quando se parte do pressuposto de que é este que determina, em última instância, o que produzir, como produzir e quanto produzir, uma vez que a "democracia" industrial, ainda que uma ilusão, sequer pode ser posta em questão; isto é, tais critérios, mesmo que fossem formulados, jamais poderiam vingiar para a indústria em geral, pois, como se sabe, o aumento da produtividade fabril estava baseado na aplicação rígida de uma disciplina "militar".

Assim, ao escamotear estes pressupostos do regime de fábrica, Street podia formular o seu princípio de compatibilidade, de tal modo a justificar não só a adoção de uma jornada de trabalho de 10 horas para os menores como também generalizar a benevolência patronal:

"Com este regime que, estou certo, é também seguido em muitas outras fábricas, atenua-se o mais possível o relativo inconveniente, que confesso, do trabalho de dez horas para essas crianças" (47).

É neste contexto, diante da carência de escolas públicas, que a fábrica-escola assumia importância fundamental no conjunto das formulações assistencialistas: contra o ócio, contra o perigo da vadiagem, contra estes males,

Street contava com o respaldo oportuno de pais que "consentiam" ver seus filhos serem recrutados pela fábrica.

Aqui, entretanto, é preciso considerar que, embora esse "consentimento" suscitasse, por assim dizer, um verdadeiro movimento de indignação e revolta entre os jornais operários da época, era a constatação mais cabal de que aos homens só restava se submeterem ao regime de fábrica. Era o caso da denúncia que o jornal *Avanti!* fazia em 1907, a qual deixava bem claro que havia entre os operários uma proposta de resistência à dominação pela preservação da dignidade humana no trabalho:

"Nas fábricas de tecidos de São Paulo, como já havíamos dito, a exploração chega a proporções as mais incríveis. Nessas galeras se paga de maneira irrisória e se liquida os míseros ganhos dos operários com muitas iniquidades e extorsões de toda espécie. Nesses infernos se arruinam centenas e centenas de crianças e de jovens que a grande necessidade e frequentemente a grande avidez de seus pais egoístas e inconscientes sacrificam ao Moloch capitalista" (48).

Através desta denúncia ficamos sabendo que a luta pela dignidade operária era o último bastião possível para conter a sanha do despotismo patronal. Por isto mesmo, ainda que contraditoriamente, o artigo tinha que fazer com que a culpa também recaísse sobre esses "pais egoístas e inconscientes". Digo isto por dois motivos que me ocorre ressaltar: 1) nem era preocupação principal desses operários empregar seus filhos para que ficassem livres da vadiagem e do ócio — estas preocupações nascem com o capitalismo e se consolida através do discurso burguês da moralidade do trabalho; simplesmente, mesmo que pudessem dispensar esse novo integrante do mister de compor o salário familiar, ainda assim não tinham com quem deixá-lo, considerando que, apesar de se constituir numa das principais reivindicações operárias, poucas eram as fábricas que possuíam creches; 2) nem era por uma questão de avidez, de egoísmo, mas de sobrevivência ("a grande necessidade") — considerando os "míseros ganhos" e as "extorsões de toda espécie" —, o que levava esses pais a assim proceder. Esta era a razão pela qual o difícil mesmo era não consentir, quando se sabe o quanto o despotismo de fábrica era incisivo, ameaçando constantemente com demissão, multas, suspensão, etc., todos aqueles que não concordassem em empregar seus filhos, ou que estes, estando empregados, trabalhassem jornadas extenuantes como qualquer adulto, sofrendo aí toda sorte de humilhações e maltratos por parte de violentos mestres-capatazes (49).

Assim, adiantando o que descerei a detalhes mais adiante, ao contrário do idealismo burguês de um Jorge Street, a fábrica é em si mesma, em cada momento histórico de seu desenvolvimento, a síntese do caráter irreconciliável da relação entre capital e trabalho, termos estes que só podem ser definidos como classes no processo de luta, a partir do reconhecimento de que o êxito do sistema reside na realização da dupla finalidade do capital. Em outras palavras, é possível definir esse processo de luta, que em cada momento se permite apontar um vencedor, nos seguintes termos: o fracasso da dignidade operária é, em síntese, o reinado da degradação do trabalho, isto é, do êxito do sistema de

fábrica.

Por isso, em "O despotismo de fábrica e o seu futuro", André Gorz não poderia ser mais enfático quanto a este caráter irreconciliável e histórico da relação entre capital e trabalho. Apontando o sentido racionalizador da luta, onde a própria dominação através do saber se constitui num dos momentos mais significativos do sistema de fábrica, este autor pode afirmar que

"... as tentativas dos psico-sociólogos patronais para reconciliar os trabalhadores com o trabalho, pela abolição do despotismo de fábrica, aparecem como uma nova manipulação bem mais do que como uma solução para as contradições de fundo; pretendem, com efeito, explicar a desafeição e a resistência face ao trabalho apenas pela falta de interesse intrínseco das tarefas parcelizadas, repetitivas, militarizadas".

Para concluir,

"A razão profunda desta coação, não é, com efeito, a eficácia superior do trabalho imposto (do trabalho forçado) sobre o trabalho que comporte uma dose de empenhamento voluntário. A raiz do trabalho forçado e a sua necessidade do ponto de vista do capital devem ser procuradas antes na divisão social do trabalho, isto é, no fato de os fins do capital serem estranhos aos operários e deverem manter-se-lhes estranhos; é preciso levá-los a trabalhar até ao limite das suas forças com vista a um resultado — a acumulação do capital — no qual eles não têm nem devem ter parte nenhuma" (50).

Em poucas palavras, o discurso de Jorge Street, importante enquanto expressão de uma tendência do pensamento burguês das primeiras décadas deste século, é vazio de conteúdo histórico porque busca reconciliar o que é irreconciliável: nenhuma destas idealizações — o prazer no trabalho e a benevolência patronal — jamais podem se constituir em chaves explicativas do sucesso do regime fabril. Entretanto, considerando que são termos que só se explicam em mútua relação e que é uma falácia supor uma atividade produtiva que seja prazerosa num sistema fundado no trabalho alienado, é compreensível que o assistencialismo, a benevolência patronal, seja a fachada humanista da dominação burguesa. Mais ainda, como se verá mais adiante, a alternativa capitalista para conter a luta dentro de limites produtivos para o sistema passa pela constante racionalização deste confronto. Neste sentido, a história de uma luta pode ser lida através das técnicas "bem sucedidas" que o capital vai encontrando para submeter os trabalhadores. Desenvolvimento tecnológico e modernos princípios de gerência científica, evidentemente, se constituem em eficazes respostas burguesas capazes de "conter" a luta e realizar a dupla finalidade do capital.

Ora, é esta lógica — pensar a história da racionalização do sistema na dimensão de uma luta — que está a indicar que o discurso de Jorge Street, bem como de qualquer outro que associe a fábrica a assistencialismo burguês, exige que penetremos no mundo da fábrica e, uma vez aí, percebamos o despotismo patronal, as formas de resistência que o proletariado vai encontrando para não se submeter e, como resultado deste embate, as novas medidas racionalizadoras, saneadoras, que o capital vai impondo para garantir a sua dominação. Mas, dei-

remos para discutir estas questões nos próximos capítulos.

5. Que chega à conclusão de que as experiências manchesterianas de edificação de "cidades" operárias se constituíram em eficazes estratégias de controle da classe operária no início do século.

Por ora, retomando a questão do discurso assistencialista de Jorge Street, nenhum momento foi tão marcante para expressar o filantropismo burguês do que aquele expediente de construção de "cidades" e vilas operárias pelo capital, no início deste século. Todavia, de acordo com o que já observei, creio que torna-se dispensável discorrer novamente a respeito das razões estritamente econômicas que teriam levado o capital a organizar, por conta e risco, essas primeiras "cidades" fabris". Por isto mesmo, é preciso ponderar que, embora a dupla finalidade do capital recomende uma análise unívoca de seus termos (acumulação/dominação), pretendo, neste momento, analisar essas experiências "as sistencialistas" na ótica da estratégia capitalista de submissão da classe operária ao regime de fábrica.

A primeira coisa que me ocorre apontar, para indicar em que termos é possível encaminhar a discussão, é que essas vilas operárias cumpriram um papel eminentemente disciplinador diante de um mundo do trabalho onde a legislação social praticamente inexistia. Ou seja, parece razoável associar essas experiências ao poder patronal que organizou as primeiras iniciativas industriais.

Nestes termos, penso que Hannah Arendt sugere algo muito interessante, a partir da relação que estabelece entre o processo de exportação de capitais pelas metrópoles com a exportação do poder. Indo mais a fundo nesta questão, é possível pensar que nesta lógica do movimento de reprodução do capital toma forma a conceituação do processo de "constituição" da figura do trabalhador assalariado, a partir do momento em que, concomitantemente, se instaura todo um poder patronal imprescindível para organizar e administrar com mãos-de-ferro essa nova acumulação. Mais precisamente, foi através desse poder que o capital pôde organizar todo o aparelho produtivo, os serviços de infraestrutura e, principalmente, o mercado da força de trabalho. Neste caso, considerando que o sistema de fábrica prima por ser um sistema baseado na organização hierárquica do trabalho, o despotismo que graçou entre as indústrias, ao longas primeiras décadas do século XX, era o caminho lógico indispensável ao seu pleno êxito: os benefícios sociais que a classe operária européia havia conquistado, o capital exigiu alhures, como lógica do processo, que a legislação trabalhista fosse sendo "reconquistada" no bojo de uma acirrada luta que esse mesmo capital "supérfluo" travava para poder superexplorar a força de trabalho. E é neste ponto que a historiografia vacila, ao ignorar que só aparentemente esse processo de exportação de capital foi contraditório com a relação de poder patronal que inaugurava.

De fato, se por um lado essa exportação garantiu que o processo de industrialização queimasse etapas, instalando desde logo a grande indústria me

canizada, toda uma infra-estrutura de serviços, bem como a constituição do mercado da força de trabalho (hierarquizada e disciplinada), por outro, no que se refere à legislação trabalhista, seria demasiadamente idealista supor que sem luta o capital permitisse a sua adoção.

Em outros termos, enquanto o desenvolvimento industrial podia ocorrer queimando etapas, através de um investimento maciço de capital em máquinas e equipamentos para a indústria, o grande atrativo para a realização daquele capital "supérfluo" estava calcado na possibilidade de promover uma superexploração da força de trabalho — constituição de uma mão-de-obra extremamente barata — compatível com o estágio de inversões tecnológicas (51); de tal ordem que as reivindicações operárias sobre a regulamentação do trabalho acabaram, invariavelmente, sendo ignoradas e combatidas por aqueles mesmos empresários que se vangloriavam de seu "filantropismo" fabril. E são razões desta ordem que me levam a considerar inadequado imputar à burguesia industrial nascente como atrasada, retrógrada, sem que estas ressalvas sejam feitas; como se no interior desse movimento do capital não estivesse alojada uma certa lógica — aquela que faz da figura do trabalhador uma construção necessária, um eterno e ininterrupto vir a ser: o capital buscou alhures recompor seu ideal liberal do período da Revolução Industrial, conquanto nos países de capitalismo avançado isto já não fosse mais possível, uma vez que aí o estágio e dimensões da luta repunham diuturnamente para o social a imperiosidade da racionalização face a ameaça que representava um mercado doméstico saturado (52).

A proliferação de "cidades" operárias e sua importância no esquema patronal, que visa a exploração sistemática dos trabalhadores, se constitui em tema candente que, por certo, merece ser investigado mais a fundo. Razão pela qual indico aqui apenas algumas questões que me parecem relevantes.

Assim, a tese mais geral que a esse respeito defendo é que essas realizações burguesas, imprescindíveis no início do século, onde quer que tenha ocorrido, eram compatíveis com um mundo do trabalho carente de legislação, constituindo-se, nesta medida, em extensão da dominação fabril, ao redimensionar o universo onde aquele código disciplinar patronal era aplicado. Inversamente, ao legislar por conta própria, muito mais respaldados pelo direito de propriedade sobre essas "cidades" e vilas, o poder patronal dificilmente poderia escamotear o sentido despótico contido nessas realizações assistencialistas, tal como procurei evidenciar no discurso de Jorge Street; o que, sem grandes esforços, pode ser comprovado através da fala operária, a qual, no início do século, não media esforços para demonstrar que a fábrica e a cidade que lhe pertencia eram verdadeiros cárceres patronais.

Realmente, não é difícil compreender que no ato mesmo do capitalista organizar a "cidade" operária, designando aí não só o tipo de assistencialismo disponível e a forma de consumi-lo, como também o lugar de cada um desses serviços, que, em síntese, iam desde os serviços de infra-estrutura (luz, água, es

goto, etc.), passando pelos serviços médicos e farmacêuticos, até a organização do lazer operário (campos de futebol, salão de baile, coreto, bandas musicais, praças, etc.), estava contido toda uma relação de poder. Nesta medida, esse espaço, no qual, obviamente, estava organizado o cotidiano da família operária aí instalada, implicava, imediatamente, no reconhecimento por todos da extensão do campo de dominação patronal que era exercido dentro da fábrica. Por isso mesmo, não era estranho ao operariado a designação cidade-prisão, cujo exemplo clássico era a Votorantim — ao organizar, por exemplo, sua estrada de ferro, a qual ligava esta cidade a Sorocaba, Pereira Ignácio podia definir como e quando os seus operários poderiam se ausentar da cidade.

Nesses termos, é razoável supor que o despotismo de fábrica acabou se impondo porque o medo se abatera e se generalizara por todo o tecido social. E, genealogicamente, enquanto o capital não submeteu os indivíduos a esse estado, o êxito da fábrica não pôde ser total. Somente quando estes se sentiram ameaçados pelas leis sanguinárias do capital, isto é, somente quando a sociedade do trabalho passou, como um todo, a conspirar contra o ócio e o domínio individual sobre o tempo, é que a eficácia da organização fabril capitalista suplantou a organização da produção de base artesanal. Isto é clássico, tendo sido observado amplamente por Marx. Ora, a importância deste registro é que, nas suas origens, a organização rígida do cotidiano dos trabalhadores foi fundamental para o desenvolvimento da fábrica capitalista, fato que o empresário fordista do início do século não descuidou jamais.

Harry Braverman, citando Pollard, sugere algo muito pertinente. Trabalhando com a idéia de que a constituição do moderno proletariado industrial está associada ao medo, à compulsão e força contidos no espaço da fábrica, este autor nos permite levantar a suposição de que aquelas "cidades" teriam desempenhado um papel fundamental no processo de consecução do despotismo patronal — ao organizar um cotidiano estreitamente vigiado, esse espaço estabelecia algumas das razões pelas quais os indivíduos adentravam a fábrica:

"Pollard observa que 'havia poucas regiões do país em que indústrias modernas, sobretudo as têxteis, instaladas em grandes edifícios, não estivessem associadas com prisões, reformatórios e orfanatos. Esta ligação é em geral subestimada, sobretudo por aqueles historiadores que pressupõem que os novos trabalhos recrutassem apenas trabalho livre'. Ele acha tão generalizado este e outros sistemas de coerção que é levado a concluir que 'o moderno proletariado industrial foi levado ao seu papel não tanto pelo atrativo ou recompensa monetária, mas pela compulsão, força e medo' (53).

Nesta linha de considerações, Michel Foucault também percebeu que o mesmo efeito pode ser conseguido a partir da análise dos projetos arquitetônicos das "cidades" e vilas operárias, ao afirmar que:

"A família será fixada; será prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida, com uma peça que serve como cozinha e sala de jantar, o quarto dos pais (que é o lugar da procriação) e o quarto das crianças" (54).

Para Foucault, é igualmente nesse espaço que a população fabril aparece como "alvo de relações de dominação", considerando que um dos objetivos

a serem alcançados nessas vilas era permitir a análise do desempenho do cotidiano como extensão do desempenho produtivo dentro da fábrica. Pode-se dizer que a fábrica e a "cidade" operária se complementavam, no momento mesmo em que esta estendia a disciplina imprescindível àquela. Através da imposição de uma multiplicidade de vigilâncias sobre os indivíduos, dentro e fora de suas moradias, regulando suas relações societárias, a eficácia da "cidade" para o capital se revelava justamente pela forma como se dava a sua organização administrativa e o respeito incondicional ao código disciplinar patronal: a idéia de reformatório aí contida certamente extrapolava o âmbito da fábrica e definia o próprio cotidiano e modo de vida da classe operária.

Realmente, o que foram essas vilas e "cidades" operárias construídas ao redor das fábricas, senão um grande ardil do capital, necessário é verdade, considerando que os operários, facilmente localizáveis no interior desses espaços urbanos, se encontravam invariavelmente à disposição, o tempo todo, para as eventuais emergências que a fábrica apresentava mesmo fora do expediente "normal" de trabalho? (55).

Aí, definindo-se o tempo de trabalho pelo tempo que se ficava à disposição do capital, ocorria a conjunção da intensificação da jornada de trabalho com o seu prolongamento. Por isso mesmo, as "cidades" e vilas operárias foram experiências bem sucedidas onde quer que tenham ocorrido. Mesmo porque, para além da disponibilidade da força de trabalho para o capital, a sua utilização a qualquer hora e tempo, o espaço urbano em tudo se voltava para conseguir a obediência operária à moral burguesa e eliminar as várias formas de resistência ao trabalho, tais como o absentismo, o alcoolismo, etc., e impedir que os trabalhadores reivindicassem e se organizassem. Mesmo o escasso tempo dedicado ao lazer — aqueles "pequenos misteres de sua vida particular", que benevolmente Jorge Street concedia a seus "amigos" — acabava nesse espaço revertendo-se em tempo de prontidão, quando não era preenchido com atividades ligadas à educação moral e espiritual burguesas, além do dedicado a afazeres voltados para melhorar as condições de vida da "cidade"; eis porque esse tempo do lazer ou de reposição das energias dispendidas no trabalho produtivo, não raro acabava se convertendo em benefício do capital, graças ao estreito controle que o capitalista impunha à consecução da disciplina, tornando esse tempo, o máximo possível, um investimento altamente lucrativo sob todos os aspectos.

Braverman também percebeu esse ardil do capital, ao analisar o comportamento empresarial de uma firma de meados do século XVIII nos Estados Unidos, a qual se utilizava do tempo de folga de seus operários para exercer sobre eles uma dominação espiritual capaz de induzi-los a uma obediência cega e voluntária à máquina. De acordo com suas palavras,

"Neste método de total dominação econômica, espiritual, moral e física, escorada pelas constringências legais e policiais de uma servil administração da justiça numa zona industrial segregada, percebemos o precursor da empresa citadina, comum nos Estados Unidos em passa -

do recente, como um dos sistemas utilizados mais freqüentemente de controle total antes do advento do sindicalismo industrial" (56).

Como essas "cidades" proliferavam em zonas industriais onde o poder público não havia conseguido organizar os serviços de infra-estrutura necessários ao capital, cabia a este organizá-los, criando, dentre outras coisas, uma segurança interna capaz de controlar a vida dos operários, através da observância de regras e normas de comportamento cotidiano dentro e fora da fábrica. De fato, a ausência quase que absoluta de uma força policial regular, organizada sob a égide do Estado, era a contrapartida para o desenvolvimento desses empreendimentos empresariais fundados nos mais sólidos princípios liberais. Livres da interferência do Estado, os patrões impunham seu poder despótico baixando leis internas arbitrárias. E, a não ser nos casos de greves e movimentos operários incontroláveis, raras vezes recorriam à intervenção de uma força policial maior e melhor organizada para os objetivos de reprimir.

Podiam manter a ordem necessária, por conta e risco, porque a "cidade" era planejada para exercer o controle e induzir os indivíduos ao medo: medo de perderem seus empregos e suas moradias ou de terem suas vidas privadas vasculhadas pela indiscrição arquitetônica e de atentos capatazes; medo das perseguições que saíam do âmbito da fábrica e adentravam o seu mundo particular, ou vice-versa; medo, enfim, do processo lento e inexorável que os levavam, a todos, à perda da dignidade, acabando por se submeterem a todo tipo de degradação moral e física. Controle este que ia desde a distribuição espacial das moradias (as melhores destinavam-se aos diretores e técnicos que compunham o quadro administrativo da fábrica e estavam apartadas daquelas destinadas aos operários), do lugar do lazer, do comércio interno, até a organização de uma pequena milícia, de atentos vigias e guardas noturnos, encarregada de zelar pela paz interna, prescrevendo normas de conduta para quantos aí trabalhassem.

Neste caso, essas normas podiam ser observadas através de alguns expedientes institucionalizados pelo código interno: suas rondas garantiam o cumprimento rígido do recolhimento, evitando as algazarras que conturbavam a paz social; responsáveis pelo corte sistemático da energia elétrica fornecida às casas e ruas da "cidade" a uma certa hora da noite, a qual era estipulada pela direção da fábrica nos períodos de entressafra, indicava a todos, mesmo para aqueles que não possuíam relógios, que havia chegado a hora do repouso. Outros expedientes indicativos de pontualidade, tais como o apito da fábrica, ao anunciar o início do dia de trabalho, as pausas para refeição e descanso e o seu encerramento, eram chamamentos imprescindíveis à ordem, determinando os hábitos familiares cotidianos. Todos esses mecanismos acionados pelo patrão se constituíam em estratégias que lançava mão para controlar os trabalhadores — era o reinado da disciplina no "trabalho" e na "vida"; a extirpação da ociosidade dentre os trabalhadores era possível porque o patrão havia conseguido organizar e impor uma rigorosa e saneadora administração do tempo; era o tempo

capital; era o tempo do tempo disciplinado. Era também o tempo do empresário manchesteriano que, ao organizar as primeiras "cidades" e vilas operárias, garantia sua presença imprescindível e diuturna no interior da fábrica, decidindo, não raro, o destino de quantos aí trabalhavam e moravam. Todos estavam a sua mercê. Sua figura se fazia tão presente que os operários rapidamente aprendiam a estabelecer uma relação entre patrão-competência-justiça, pois era aquele que, em última instância, resolvia os conflitos pessoais, trabalhistas e os problemas técnicos que a miúdo ocorriam, principalmente quando o quadro hierárquico subalterno (técnicos, capatazes, mestres, gerentes, etc.) demonstrava incapacidade de decidir. No caso específico de controlar o destino dos indivíduos em suas mãos, significava que se essa perda de privacidade, de dignidade, representava para os trabalhadores submissão, degradação moral e física, para o patrão era o caminho pelo qual podia obter um maior domínio e garantir o sucesso de seu empreendimento.

Como se vê, esse assistencialismo era a forma oportunista pela qual o capital procurava escamotear seu projeto de dominação. Os benefícios oferecidos aos operários, tais como casas, escolas, farmácias, médicos, ambulatórios, dentistas, etc., se constituíam em medidas indispensáveis para que o empresário pudesse manter um controle sobre o mercado da força de trabalho.

Esse controle indispensável nos permite observar outra coisa. O que diferenciava a cidade propriamente dita da chamada "cidade" operária é que a primeira simboliza e representa, de fato, o espaço público para o social: é aí que o Estado se acha instalado de forma objetiva; é aí que, em última instância, os indivíduos, ao respeitarem as regras de um contrato social, reconhecem e se submetem a um código que disciplina as relações entre capital e trabalho; é aí, portanto, que, através do Estado, se impõe a homogeneização da justiça e do direito para todos os cidadãos; é aí que esse grande panóptico, pela vigilância que as instituições exercem sobre os homens, atinge sua plenitude, corrigindo as "falhas" que o privado, por não ser universalizante, é incapaz de perceber. Quanto à segunda, isto é, a "cidade" fabril, esta simbolizava para um universo social mais restrito, para os indivíduos que ocupavam esse espaço, uma instituição mista — um "privado-público": privado porque o poder emanava, num primeiro momento, da própria figura do patrão capitalista; público porque, no limite, capital e trabalho tinham que reconhecer o caráter homogeneizador da justiça e do direito para todos os cidadãos da sociedade industrial, a partir do Estado. Esta era, na verdade, a única condição à qual o patrão não poderia fugir para garantir o funcionamento societário e disciplinar das vilas e "cidades" operárias: por um lado, diante das resistências da classe operária, o capital sempre podia, em última instância, apelar para o reconhecimento do poder do Estado e solicitar sua intervenção, sem que com isto ferisse os mais sagrados princípios do liberalismo; por outro, à medida que tal empreendimento ganhava amplitude e começava a fugir ao controle do capital, este procurava trans

ferir a gerência privada de toda a infra-estrutura de serviços necessários ao empreendimento para o controle do Estado. Assim, diante de um processo de luta e da própria expansão que vai ocorrendo nesse espaço, a vigilância privada sobre o trabalho acabaria se publicizando sob os auspícios de uma nova estratégia burguesa: dentro da fábrica, pela adoção de princípios de gerência científica do trabalho; fora, mediante a participação nas esferas políticas através de suas entidades de classe.

Enfim, vale lembrar que essas experiências manchesterianas só puderam florescer no auge do desenvolvimento capitalista liberal. Porém, quando a luta colocou a necessidade de que a sociedade do trabalho fosse racionalizada de ponta a ponta, essas "cidades" tenderam a refluir, passando a ser lembradas como nostálgicas estratégias de organização capitalista da produção.

Notas do Capítulo III

01. Foucault, Michel. Microfísica do poder, RJ, Editora Graal, 1979; p.223; de acordo com este autor, o exercício do poder tem um custo — um custo econômico e um custo político — que deve ser baixo, de tal forma que todas as técnicas políticas dos detalhes (tempo, espaço e movimento) relacionadas ao binômio corpo-máquina, das minúcias que escapam irreverentemente pelo trabalho alienado, e que levam, pelo estudo econômico da utilidade, ao exercício do poder, possam se antetizar nisto: no olhar que vigia, que fala, que ordena e que pune. Este mecanismo de comunicação, continua, nem sempre é explícito; aliás, no estudo de uma redução de custos (voltado para a obtenção de um objetivo planejado de antemão), a disciplina tem que ser introjetada, isto é, deve ser interiorizado no indivíduo o hábito de exercer uma observação controlada sobre si mesmo: "sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si" (cf. p.218);
02. Decca, Edgar S. de & Machado F<sup>o</sup>, O., op.cit., p.70;
03. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit., p.225;
04. Idem, ibidem, p.248;
05. Vale observar que as seções de alvejamento se constituíam nas poucas onde a utilização do vapor era uma medida necessária. A este respeito veja-se, por exemplo, toda a série de inovações tecnológicas experimentadas pelas fiações e tecelagens que, por volta de 1940, revolucionaram o processo de preparação, alvejamento, etc., dos tecidos, principalmente com a introdução de fios e tecidos sintéticos e de ryon;
06. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, op.cit.;
07. Stein, Stanley, op.cit., p.37;
08. Idem, ibidem, p.204, (grifos meus);
09. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit., p.244;
10. Idem, ibidem, p.245;
11. Idem, ibidem, p.248;
12. Tecendo considerações a respeito dos dados estatísticos sobre a potência e energética em SP e DF, em 1907 e 1919, Wilson Cano aponta dois importantes benefícios diretos que as indústrias passaram a desfrutar com a aquisição de energia elétrica de terceiros: a) diminuía as necessidades de investimento neste setor; b) passavam a ter uma maior margem de lucro, pois a energia assim adquirida tinha um custo relativamente menor. Ainda que este raciocínio seja correto, nem por isto a grande indústria deixou de crescer antes que esta opção fosse posta no mercado; o mesmo não se pode dizer a respeito do médio e pequeno capital, pois estes sim não dispunham de divisas para investir na construção de usinas geradoras de energia elétrica. Isto tanto é verdade que a proliferação de pequenas fábricas têxteis se colocou como um problema para a grande indústria quando as grandes concessionárias de energia elétrica, tais como a Light and Power em São Paulo, na década de 1920, propiciaram a proliferação desses empreendimentos menores. Ao que parece, portanto, a expansão energética, exigida pelo próprio crescimento acelerado da indústria paulista, acabaria por criar uma situação "contraditória" e conflituosa para os interesses econômicos em jogo. Assim, se o problema energético não podia se constituir em uma barreira à proliferação de fábricas de tecidos menores, outros mecanismos tiveram que ser acionados ainda na década de 1920 para obstaculizar a entrada de pequenos capitais. De acordo com W. Cano, uma vez "resolvido o problema energético, as barreiras tecnológicas que persistem restringindo uma conformação mais completa da estrutura industrial, tanto em termos de tamanho de fábricas, quanto em termos de diversificação da produção, são as decorrentes dos problemas que envolvem a extensão do mercado, o volume de inversões e

12. de recursos financeiros necessários, o risco, o período de maturação , etc." (op.cit.,p.216). De fato, rapidamente o problema energético foi sendo superado: o número de usinas elétricas cresceria bastante, chegando a um total de 343 usinas para o Brasil, em 1920, sendo que o Estado de São Paulo concentrava, por esta época, cerca de 22,7% deste total, ou seja, 78 usinas; em 1932 o número de usinas instaladas por todo o Brasil mais do que duplicaria, sendo que, em termos de força motriz gerada, tanto em 1920 quanto em 1932, o Estado de São Paulo concentrava para si aproximadamente a metade de toda a força gerada pelo Brasil, incluindo aí o Distrito Federal;
13. Picarollo, A. & Finocchi, L. O Desenvolvimento Industrial de S. Paulo através da Primeira Exposição Municipal, SP, Pocaí & Comp., 1918, p.123;
14. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit., p.242, (grifos meus);
15. Foucault, M., op.cit.,p.221;
16. Braverman, Harry, op.cit., p.113;
17. Dentre estas correntes, há que se destacar aquela originária do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, em 1912, além do discurso de Roberto C. Simonsen, a partir de 1917, as quais dou um destaque especial nos capítulos seguintes desta monografia;
18. Taylor, F. W. Princípios de Administração Científica, SP, Editora Atlas , 1978, p.27;
19. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit.,p.203;
20. Idem, ibdem, p.246;
21. Idem, ibdem, p.251;
22. Picarollo, A. & Finocchi, L., op.cit.,p.168;
23. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit.,p.244, (grifos meus);
24. Idem, ibdem, p.251;
25. Idem, ibdem, p.225;
26. Lebrun, Gérard. O que é poder, SP, Editora Brasiliense, 1981, pp.34-35;
27. Picarollo, A. & Finocchi, L., op.cit., p.115;
28. Idem, ibdem, p.114;
29. Foucault, Michel, op.cit.,p.220;
30. Lebrun, Gérard, op.cit., p.45;
31. Foucault, Michel, op.cit.,p.216;
32. Idem, ibdem, p.217;
33. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit., p.203, (grifo meu);
34. Idem, ibdem, p.216, (grifos meus);
35. Idem, ibdem, p.244;
36. Idem, ibdem, p.240;
37. Idem, ibdem, p.240;
38. De acordo com o Boletim do DET, eram poucas as indústrias têxteis na capital paulista que se preocupavam com o problema de habitações operárias; e, mesmo dentre essas poucas, concluía, nenhuma o fazia com um espírito altruísta, humanitário. De fato, contrariando o discurso de Jorge Street, as vilas operárias cumpriam, antes tudo, um importante papel para o capital, que, ao reunir operários num local próximo à fábrica, podia rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo que

38. impunha todo um código disciplinar que extrapolava, desta forma, o âmbito da fábrica; posteriormente, quando o mercado de trabalho estiver totalmente constituído, o capital pouco se dará ao luxo de se preocupar com esse expediente, já que será este mesmo mercado, a grande "invenção" do sistema de fábrica, se encarregará de vigiar e disciplinar a mão-de-obra para adentrar a fábrica; a este respeito, veja-se a última parte deste capítulo;
39. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., op.cit., p.242, (grifos meus);
40. Street, Jorge. "Código do Trabalho", Jornal do Commercio, Documentos Parlamentares, Legislação Social, vol.1º, in Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit. p.177;
41. Gorz, André. "O despotismo de fábrica e o seu futuro", in Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista, op.cit., pp.87-97;
42. Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit., p.178;
43. Idem, ibidem, cf. "Regime de trabalho dos chapeleiros (1903)", p.42;
44. Idem, ibidem, cf. "Código do Trabalho" (Jorge Street), op.cit., p.179;
45. Idem, ibidem, p.181;
46. Idem, ibidem, p.181;
47. Idem, ibidem, p.181;
48. Pinheiro, P.S. & Hall, M., cf. "Lo sciopero nella fabbrica Penteado", in Avanti!, 1907, op.cit., p.49;
49. A este respeito, veja-se os inúmeros relatos recolhidos por Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit.;
50. Gorz, André, op.cit., pp.93 e 88, respectivamente;
51. A esse respeito, veja-se Karl Marx, in El Capital, op.cit., vol.I, cap.XIII "Maquinaria y gran industria", pp.302-424;
52. Arendt, Hannah, op.cit., p.31;
53. Braverman, Harry, op.cit., p.67; Há um grande número de notícias a respeito das pressões que os empresários exerciam sobre os operários, principalmente quando estas entravam em greve. A mais comum era ameaçá-los de expulsão das casas que alugavam dos patrões;
54. Foucault, Michel, op.cit.; "A fixação espacial, diz ele, é uma forma econômico-política que deve ser detalhadamente estudada", p.212;
55. Essa tecnologia de localizar os indivíduos ainda está bem viva em minha memória, desde os tempos em que meu pai trabalhava em uma dessas usinas de beneficiamento do algodão, pois quase sempre morávamos em casa da própria fábrica e usufruíamos de uma série de "regalias", tais como água, luz, esgoto, telefone, tudo de graça! Mas, em troca, quantas vezes ele não era tirado da cama altas horas da madrugada para resolver problemas técnicos e administrativos de emergência que uma usina algodoeira sempre apresentava, principalmente nos períodos de safra. Nessa época era comum ter que receber, fora de hora, o algodão de fregueses impertinentes, atender chamados de eventuais princípios de incêndios provocados pelo aquecimento da matéria-prima nas tulhas ou nas máquinas descaroadoras, orientar e controlar o trabalho de peões "ladinos" em um cem número de tarefas, etc.;
56. Braverman, Harry, op.cit., p.67;

## IV

CAPITULO PRINCIPALMENTE CONSAGRADO AO ESTUDO DO DESPOTISMO DE FÁBRICA  
E SEU FUTURO NO MUNDO LIBERAL

"A sociedade disciplinar, no momento de sua plena eclosão, assume ainda com o Imperador o velho aspecto do poder de espetáculo. Como monarca ao mesmo tempo usurpador do antigo trono e organizador do novo Estado, ele recolheu numa figura simbólica e derradeira todo o longo processo pelo qual os faustos da soberania, as manifestações necessariamente espetaculares do poder apagaram-se um por um no exercício cotidiano da vigilância, num panoptismo em que a penetração dos olhares entrecruzados há de em breve tornar inúteis a águia e o sol" (Michel Foucault)

1. Em que se afirma que o caráter produtivo da luta acabou colocando em xeque o princípio liberal da organização da fábrica.

Tudo que procurei fazer até agora foi pensar alguns fatores que, a meu ver, foram decisivos para o desenvolvimento da fábrica. E, para tanto, tomei como exemplo o caso específico da indústria têxtil

Todavia, é preciso reconhecer que isto não é tudo, pois, com certeza, a questão de fundo aqui proposta ainda não foi abordada nos termos desejados. Indo direto ao assunto, se acredito que o desenvolvimento da fábrica se dá em meio a um processo de luta, e as propostas de racionalização do trabalho, das revolucionárias estratégias de administração do tempo, que acompanharam a mudança de mentalidade no seio do empresariado (no caso, o paulista), a partir do final da década de vinte, são provas cabais, então é preciso pensar o liberalismo como um conjunto de idéias que trazia em si mesmo contradições que apontavam para o futuro projeto autoritário da burguesia industrial. Esta questão, por se resolver no bojo de uma luta, merece ser vista sob dois ângulos: o primeiro, e fundamental, é aquele que busca privilegiar a luta que os trabalhadores travam para não se submeter à dominação capitalista, tanto dentro quanto fora da fábrica; o segundo, característico dos conflitos de interesses interburgueses, revela-se como processo de concentração de capital e de centralização de decisões burguesas.

Neste capítulo, ocupando-me do primeiro dos dois ângulos, pretendo tratar de três fatores que teriam levado a burguesia a romper, gradualmente, e não sem conflitos, com o liberalismo.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a estrutura de poder montada nas primeiras fábricas, tendo à frente o patrão, era obtida através de técnicos, mestres, contramestres, etc. Embora todas estas funções fossem imprescindíveis e configurassem a organização social hierárquica do trabalho mais condizente com os postulados liberais, aos poucos foi se tornando uma estrutu-

ra contraditória, colocando em pauta a necessidade da adoção de um novo projeto de dominação capitalista. Engendrado e atingindo o auge de seu desenvolvimento com o liberalismo, o despotismo de fábrica até então impune, aos poucos foi deixando de corresponder aos objetivos do capital, colocando para esta a necessidade premente de proceder a alterações no até então intangível código disciplinar interno. E nenhuma produção intelectual burguesa expressou tão fielmente a necessidade dessa mudança do que a de Roberto Simonsen, no período que vai de 1917 a 1931.

Em segundo lugar, não se pode deixar de considerar que o discurso da racionalização do trabalho, promovido pelo Departamento Estadual do Trabalho, desde 1912, em São Paulo, através das inúmeras denúncias que fazia às condições adversas de trabalho e dos abusos de poder no interior das fábricas têxteis paulistas, foi decisivo para demonstrar aos industriais que uma série de contradições e conflitos acumulados poderiam ser solucionados mediante planejamento empresarial.

Em terceiro, como consequência inevitável desse processo contraditório e de crise, é preciso recolocar a tese de que os primeiros esforços no sentido de uma racionalização fabril estiveram diretamente relacionados com aquilo que chamo de caráter produtivo de uma luta: pelo lado dos trabalhadores, agora organizados em associações e sindicatos, diante do crescente autoritarismo patronal, isto é, das condições de vida e trabalho (termos que o capitalismo houve por bem separar), estes acabariam por colocar em xeque os desígnios do capitalismo liberal (pelo menos quanto às suas relações com a classe operária), através de várias formas de desobediência que vai encontrando para fazer frente à superexploração e opressão fabril; pelo lado da burguesia industrial, ao mesmo tempo em que passava a se preocupar com as alterações no processo de trabalho (necessárias à reprodução ampliada do capital), esta pôde, à medida que o mercado da força de trabalho ia dispensando o elemento imigrante, responder com uma nova estratégia de controle sobre a classe operária: dentro da fábrica, pela adoção de uma política de saneamento (identificação científica, por exemplo) capaz de eliminar de forma violenta os elementos considerados "indesejáveis" e, com isso, homogeneizar a classe operária nacional; fora, através da sua associação em entidades de classe capazes de interferir nas decisões políticas do Estado; neste caso, rompendo com a mais arraigada tradição fordista, o empresariado passava a reconhecer os limites históricos do liberalismo. Aos poucos, foi sendo exigido do capital aquilo que os historiadores costumam designar por modernização, progresso social, pelo aparecimento em cena de figuras do porte de um Roberto Simonsen, o qual faria época justamente por suas propostas de administração científica, no momento mesmo em que o debate sobre o taylorismo se desenvolvia a nível internacional, muito embora as resistências à regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas e ao trabalho do menor e da mulher, por exemplo, perdurassem após a assinatura do Tratado de Ver-

salhes, do qual o Brasil foi um de seus signatários (01).

Em suma, a realização daqueles desígnios de que falo podem ser lidos nestes três momentos da análise; em todos tive a preocupação de demonstrar a pertinência da tese mais geral de que o caráter produtivo das contradições, das resistências, das lutas, em resumo, é que, ao final, acaba apontando no sentido da imperiosidade da racionalização do sistema de fábrica.

2. De como o desenvolvimento da fábrica acabou levando à constituição de uma casta de indivíduos especializados em vigiar e punir e em que sentido a casta se operária é o olho crítico do capital.

A primeira coisa que me ocorre apontar, com relação à organização da estrutura de dominação burguesa dentro da fábrica, é que o poder é sempre eficiente e se manifesta de maneira muito específica em cada conjuntura analisada: ora está implícito ou "invisível", ora se manifesta abertamente, ainda que o mais das vezes o seu exercício se dê pela junção destas duas formas. Daí, conseqüentemente, não ser impossível associar uma proposta de industrialização assistencialista com formas explícitas de opressão fabril. Contudo, tal como procurei mostrar, esse expediente é em si mesmo contraditório e se revela através da percepção negativa que a classe operária tem da fábrica, comprometendo todo o esforço discursivo de um Jorge Street; tanto isto é correto que as propostas de racionalização do trabalho buscarão incessantemente dar conta dessa contradição inerente à fábrica (02).

Uma outra observação a ser considerada desde logo é que se a sociedade moralista abomina o despotismo explícito, não menos verdadeiro é o fato de que, contraditoriamente, é própria de sua natureza se reconhecer como sociedade estruturada numa divisão social do trabalho onde a hierarquia e a disciplina são termos necessários à realização da alienação. Ora, a degradação moral e física no trabalho não é alguma coisa possível de ser obtida sem resistências. Por isso mesmo, por conseguinte, a maquinaria da dominação é algo historicamente dinâmico, sem que com isso fique alterada a sua natureza mesma.

Todavia, se fosse possível, através do ideal burguês de sociedade, fazer com que todos os indivíduos reconhecessem como natural e espontânea a relação entre trabalho e dominação, isto é, se fosse possível à sociedade do trabalho (alienado) realizar seus objetivos sem o menor esboço de resistência por parte do dominados, por certo a história da tecnologia do poder poderia se justificar por razões totalmente apartadas dos objetivos da acumulação.

Como isto não é possível, pelo menos enquanto a liberdade de pensamento não for totalmente subtraída ao indivíduo (apesar das tentativas), a história ainda pode ser contada através das mudanças significativas na estrutura de poder e mando que acompanham cada período histórico do desenvolvimento da fábrica. Da mesma forma, permite darmos um significado ao processo de valorização, conquanto este é a um só tempo processo de acumulação e processo de dominação.

Enfim, na medida em que contradições, crises e lutas são temas que se fundem num único conceito-chave explicativo das ameaças reais e imaginárias -

rias ao sistema, é dele que se deve partir para tentar compreender o processo de racionalização constante da sociedade do trabalho. Inversamente, procurar entender o processo de racionalização é procurar entendê-lo como resultante de uma luta; é entendê-lo, em cada momento privilegiado para análise, através das transformações que se processam no âmbito da tecnologia política da dominação; é entendê-lo como síntese das contradições inerentes à história do trabalho.

Entendo que se estas observações são corretas, então é possível propor um outro tipo de encaminhamento para as questões que o estudo da história do despotismo de fábrica e o seu futuro sempre tem suscitado. Então vejamos: 1) se racionalização é sinônimo de dominação, o natural, mas pouco lembrado pela memória histórica, é que, diante desta percepção, a imediata resposta dos oprimidos será sempre de recusa ao "novo", no momento mesmo em que este lhes é imposto; 2) mais ainda, ao recusar esse "novo", que em si mesmo resulta de uma luta, estes sempre buscam redefinir suas estratégias e instauram um novo confronto, que, qualquer que seja o resultado, não pode jamais repor as condições anteriores; 3) daí, conseqüentemente, torna-se possível concluir também que, somente através de um intenso processo histórico de desmemorização cultural das massas, estes oprimidos passam a falar e lutar sistematicamente pela racionalização e pelo progresso material da sociedade; 4) pelos mesmos motivos, ~~ouse~~supor, a historiografia oficial criticou e negou um papel importante ao movimento anarquista no Brasil, uma vez que, ao negar o sentido positivo do progresso, por suposto negou sua condição histórica de classe.

Tiro estas conclusões baseando-me no fato de que a resistência desses primeiros trabalhadores ao "novo" que oprimia foi realmente espetacular, tanto mais porque tinham consciência de que quaisquer alterações no processo de trabalho refletiam imediatamente nas condições de trabalho, na remuneração e na forma de pagamento, bem como no seu cotidiano; de igual modo, percebiam que o progresso burguês sempre trazia consigo novas estratégias de subordinação do trabalho ao capital; enfim, tinham consciência de que mais e mais o "novo" comprometia a honra e a dignidade. Por tudo isto, lutaram, sofreram todos os tipos de perseguições e foram, injustamente, chamados de "reacionários", quando se auto-denominavam libertários.

O movimento de resistência experimentado pelos operários da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, em 1906, contra esse "novo" e pela onda de perseguições que gerava, é, nestes termos, bastante significativo. Com efeito, os motivos que levaram os trabalhadores desta Cia. a paralisar todas as atividades baseavam-se, de acordo com seus protestos, no fato de que a introdução de máquinas aperfeiçoadas provocavam a redução da mão-de-obra empregada e o rebaixamento geral de salários. E, dado importante, exigiam ainda, como condição para retomarem suas atividades, a demissão do engenheiro Monlevade do cargo de Chefe de Locomoção, bem como a de seu ajudante, sr. Burnier, identificados co-

no responsáveis pela onda de terror e demissões que assolavam aquela Cia.

A Fábrica de Tecidos Anhaia era outra, dentre tantas, onde os trabalhadores tinham tradição de luta. Em 1902, por exemplo, suas operárias protestaram e entraram em greve para expulsar um mestre que havia abusado do poder e foram atendidas. Alguns anos mais tarde, em 1911, esta fábrica foi palco de um movimento grevista muito significativo. Localizada no Bom Retiro, em São Paulo, teve suas atividades paralizadas porque a direção da empresa havia instalado uma seção completa de secagem mecânica de algodão, que desta forma, melhor preparado, provocava a perda no peso do fio encarretelado. E isto prejudicava os operários tarefeiros que ganhavam por quilo de fio que encarretelavam. Portanto, com a introdução de máquinas mais modernas, tinham bons motivos para protestar: tendo que dispendêr mais trabalho para obter idêntico resultado ao que conseguiam com o processo anterior, só faziam ser mais produtivos, sem que houvesse um aumento proporcional nos seus ganhos capaz de compensar tal perda. O certo é que, trabalhando por tarefa, esses operários sabiam desde o começo que essas máquinas só fariam baixar relativamente seus salários. Neste caso, mais que em qualquer outro, tinham consciência imediata de que somente através de uma rígida auto-disciplina no trabalho poderiam, ao final, compensar as perdas na produção diária que o algodão agora melhor preparado poderia proporcionar. Em poucas palavras, não lhes era difícil notar para que vinham essas novas máquinas: ainda que estas não provocassem modificações profundas no processo de trabalho — a forma de encarretelar o fio deveria permanecer a mesma —, bastou permanecer inalterado o preço pago para cada quilo de fio encarretelado para rapidamente perceberem a trama envolvente do seu emprego capitalista (03). E, ainda que hoje em dia esta seja uma percepção nostálgica, pois nos tornamos cada vez mais impotentes diante da avassaladora revolução tecnológica, por certo ela era mais viva e marcante para aqueles trabalhadores: tinham uma consciência muito clara de que a máquina passava a ser um poderoso instrumento para submetê-los ao trabalho, tornando ainda mais eficiente o despotismo no interior da fábrica. Por isto entraram em greve e foram atendidos (04).

Aquí, em todos estes casos, algumas observações merecem ser feitas.

Em primeiro lugar, de um modo geral, esses trabalhadores tinham consciência de que a introdução de novas tecnologias no processo de trabalho, ao alterá-lo, provocavam demissões, rebaixamento de salários, uma crescente especialização da mão-de-obra, um aumento na produtividade operária e, o que é importante notar, tudo em meio a uma trama que levava à concentração e centralização do poder patronal. No caso específico desses operários-tarefeiros, abrindo aqui um pequeno parenteses, é preciso descartar que sua reação mais espontânea fosse a de resistir aos novos ritmos exigidos, mantendo o padrão de produção anterior à introdução daquelas máquinas de secagem do algodão. E pelo menos dois bons motivos nos levam a supor isto: por um lado, caso assim procedessem, os

seus ganhos acabariam ficando muito abaixo do mínimo necessário à sobrevivência; por outro, considerando que as garantias no trabalho eram praticamente nulas, todo aquele que não cumprisse com uma produção mínima diária estipulada em contrato individual de trabalho estava sujeito, como se verá mais adiante, a todas as formas possíveis de represália por parte do patrão e seus mestres-capatazes. Ora, considerando que naquele trabalho por tarefa o volume da produção final era o fator que, em última instância, controlava e disciplinava os operários, estes, ou faziam valer o contrato de trabalho anterior, impedindo a introdução daquelas máquinas na fábrica, como de fato ocorreu, ou exigiam o estabelecimento de um novo acordo que, ao elevar o preço da unidade-padrão de produção (no caso, o quilo de fio encarretelado), compensasse o aumento que iria se verificar na produtividade de cada um deles.

Em segundo lugar, conseqüentemente, é no trabalho assalariado, onde a remuneração é determinada pelo tempo que a força de trabalho fica à disposição do capital e não pela intensidade com que é explorada, que as formas de resistência, tais como o marca-passo, o absenteísmo, o turnover, os roubos e furtos generalizados dentro da fábrica, etc., acabariam tendo maiores chances de êxito (05). Porém, em contrapartida, são estas formas de manifestação (quase nunca catalogadas, porque fogem ao âmbito da organização política) que contribuem decisivamente para que o capital adote e aprimore os princípios de administração científica do trabalho. Isto ocorre porque, totalmente alienado de qualquer interesse na produção, o trabalhador sente-se compelido, muitas vezes de maneira espontânea e desorganizadamente, a resistir aos abusos de poder e à superexploração de sua força de trabalho, apelando para a imaginação criada, de acordo com as condições que cada situação em particular pode oferecer.

Por último, recuperando a questão da greve dos operários da fábrica Anhaia, se para o capital o trabalho por tarefa era interessante, atentando para o fato de que neste caso a insubordinação podia ser controlada através de uma política empresarial de recompensar competências com prêmios e bônus e pela auto-disciplina que a produção impunha ao operário, tinha, entretanto, o inconveniente de não poder subtrair-lhe o conhecimento que possuía sobre o valor de seu trabalho; o mesmo não acontecia com o trabalhador assalariado jornaleiro, por exemplo, pois neste caso, embora as manifestações de indisciplina na fábrica tendessem a proliferar com maior rapidez, este havia perdido completamente a noção do valor de seu trabalho, cuja competência achava-se agora totalmente nas mãos do capitalista; mais ainda, se no primeiro caso a administração tinha que dispender um esforço redobrado para penetrar nos segredos da produção e garantir assim seu papel imprescindível na estrutura de poder do sistema fabril, no segundo, considerando a importância daquelas manifestações generalizadas, torna-se indispensável que a arte de vigiar e punir mais e mais se constitua em uma das tantas tarefas especializada dentro da fábrica. Neste sentido, penso que um dos momentos mais significativos da história da tecnologia políti

ca da dominação é este em que vai se organizando definitivamente uma casta de eficientes indivíduos especializados em vigiar e controlar a classe operária. Todavia, é bom que se esclareça desde já o seguinte: embora o êxito da fábrica esteja relacionado com a estratégia dos primeiros empresários de impôr a organização social hierárquica no trabalho, somente com o progresso técnico e a incessante divisão do trabalho, a arte de controlar os indivíduos pôde se estabelecer em um campo particular do saber. Assim, é possível dizer que em alguns momentos privilegiados da história do desenvolvimento industrial esse processo torna-se mais perceptível que em outros. Ou seja, refletindo o acelerado desenvolvimento tecnológico e a atomização incessante das inúmeras tarefas, a classe operária, porque sofre diretamente as conseqüências desse processo, percebe com muita nitidez que, pouco a pouco, a escolha dos agentes responsáveis pela vigilância e repressão dentro da fábrica tem pouca coisa a ver com o critério baseado no conhecimento técnico-profissional dos indivíduos.

No Brasil, podemos considerar que as constantes denúncias contra essas "novas" atribuições confiadas aos mestres e contramestres das fábricas de tecidos, por exemplo, as quais eram veiculadas através da imprensa operária ao longo das primeiras décadas deste século, se constituem em importantes depoimentos de que a lealdade era um dos critérios mais importantes pelos quais os patrões elegiam aqueles que deveriam ocupar cargos de mando.

Em 1908, por exemplo, ao revelar a repressão que os operários da Fábrica Mariângela vinham sofrendo, o jornal "A Luta Proletária" não deixa margem à dúvida a respeito do critério pelo qual Matarazzo nomeava seus contramestres:

"... em todas as fábricas os contramestres são escolhidos entre os operários mais práticos e que pela experiência tenham adquirido algum conhecimento técnico do ofício, entretanto na fábrica Mariângela, alguns contramestres são limpadores de ferro que depois de estarem 4 a 5 meses com o sacco às costas, limpando teares, passam a ser contramestres sem saberem remeter dois fios. Ali não é preciso para este encargo, conhecimento a fundo do ofício de tecelão, basta adular e ser crumiro" (06).

Pela mesma razão, a origem social desses capatazes era de todo indiferente ao capital. Oriundos da própria classe operária, o que decidia mesmo na escolha era que se destacassem dentre os demais pelo interesse e pela lealdade comprovada ao patrão. A recompensa vinha de pronto. Em 1919, o jornal "A Plebe", ao noticiar a greve dos operários do Cotonifício Rodolfo Crespi, denunciava que a direção da fábrica havia promovido ao posto de mestre quatro tecelões fura-greves (07).

Como se pode constatar, a compreensão mais imediata que podemos ter, de acordo com o que informam esses jornais, é que, no bojo da luta dos trabalhadores contra essa política patronal de promover adutores e fura-greves, havia um certo reconhecimento, ilusório evidentemente, de que a estrutura hierárquica do sistema de fábrica pudesse ser mais justo e democrático, capaz de pro

mover apenas operários com experiência em seu ofício. E, embora os exemplos sejam bastante significativos de que uma "outra" tecnologia política da dominação patronal estava em pleno curso, no nível mais imediato apenas sugerem que a quebra de uma norma socialmente aceita até então para o exercício do poder é desconcertante e perigosa; apenas revelam, como que proveando um efeito quase que catártico, que a experiência profissional deixara de ser a única forma pela qual os indivíduos pudessem ser alçados aos postos de mando. Mas isto, evidentemente, não é tudo. O que estava em jogo, no fundo, é que na quebra dessa norma socialmente aceita os trabalhadores podiam pressentir uma ameaça, de tal grandeza, podemos supor, que acabaria tornando, no futuro, mais complexo o campo de lutas e mais intrincada a história das sedições.

De fato, aprofundando um pouco mais a discussão sobre a percepção operária, a denúncia que fazem contra a forma "aleatória" e anti-democrática para a escolha de mestres e contramestres estava centrada no argumento de que tal critério, para além da consequência nefasta de bloquear aos operários qualquer possibilidade de ascensão profissional por tempo de serviço e experiência no ofício, só poderia acabar gerando uma onda incontrolável de abuso de poder. Assim, considerando que a estratégia de luta dos trabalhadores fundava-se no rígido controle que suas entidades de classe pudessem ter sobre o mercado de trabalho, aquela política patronal de estruturação de um "novo" poder dentro da fábrica soava como uma ameaça real aos seus desígnios. Não era, pois, sem fundamento que seus protestos ecoassem de forma incisiva e rude contra esses mestres e contramestres. Pois bem, considerando que a dignidade e a necessidade de organizar a classe operária contra o despotismo de fábrica eram pontos estratégicos de luta contra o capital, tornava-se irreconciliável um convívio cotidiano dessas figuras em seu meio. Por isso mesmo, os operários não mediam esforços para discriminá-los. Era muito mais por serem capatazes do que meros técnicos que se tornou política aconselhável às primeiras associações operárias vetar sua admissão como membro dessas entidades, tal como ficou resolvido no Primeiro Congresso Operário (1906), o qual acabaria dando origem, anos depois, à Confederação Operária Brasileira (COB). Naquele Congresso, discutindo questões relacionadas ao tema da orientação sindical, seus delegados recomendavam:

"Sob que condições poderão ser admitidos os mestres, contramestres, encarregados, os operários, enfim, que exerçam qualquer cargo de mando?"

"Considerando que os mestres e contramestres são, pelo lugar que ocupam, os verdadeiros representantes dos patrões;  
que eles, por este motivo, podem trazer às organizações operárias o desacordo e converterem-se em espiões;  
que é impossível distinguir, de modo positivo, os bons dos maus mestres ou contramestres;  
O Congresso entende que os mestres e contramestres devem ser excluídos dos sindicatos operários; podendo, em casos excepcionais, fazer-se um regulamento interno para regularizar a admissão dos mesmos"  
(08).

Ainda que mantivesse de pé uma certa ilusão sobre a fábrica e sua estrutura hierárquica, uma vez que, excepcionalmente, o estabelecimento de um regulamento interno saneador poderia regularizar a admissão de possíveis bons representantes dos patrões, no geral o movimento operário identificava como irreconciliável os seus interesses com os desses mestres e contramestres. Realmente, à medida que as grandes indústrias iam ditando o ritmo de desenvolvimento, essas figuras passariam a ter uma função cada vez mais definida na organização hierárquica da fábrica. A esse respeito, não poderia me furtar ao direito de citar Michel Foucault, pois como ninguém assim entendeu o desenrolar desse processo. Diz ele:

"... trata-se agora de um controle intenso, contínuo; corre ao longo de todo o processo de trabalho; não se efetua — ou não só — sobre a produção (natureza, quantidade de matérias-primas, tipo de instrumentos utilizados, dimensões e qualidades dos produtos), mas leva em conta a atividade dos homens, seu conhecimento técnico, a maneira de fazê-lo, sua rapidez, seu zelo, seu comportamento. (...) À medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção; deve duplicá-lo em todo o seu comprimento. Um pessoal especializado torna-se indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários" (09).

Em suma, tendo sido transfiguradas as suas funções ao longo do processo histórico do desenvolvimento da fábrica, esses mestres e contramestres aos poucos foram deixando de se preocupar tanto com as questões técnicas da produção para se converterem num corpo de exímios especialistas em disciplinar indivíduos no trabalho. E isto, como bem lembra Foucault, é bastante compreensível, do ponto de vista estritamente técnico da administração racional do tempo.

Consideremos essas questões no âmbito da indústria têxtil, pois era por essa época o setor de ponta da indústria: possuía um aparelho produtivo complexo, empregava um número bastante expressivo de operários e seu constante reaparelhamento tecnológico tornava incessante o processo de divisão do trabalho. Portanto, concordando com Foucault, nenhum ramo da indústria pôde definir melhor o papel dos mestres e contramestres do que o da indústria têxtil, no período aqui considerado. Com amplas seções de fiação, tecelagem, branqueamento, estampanaria, tinturaria, acabamento, etc., essa indústria tornara-se tão complexa que os patrões se viram na contingência de definir novas funções para essas figuras.

Neste sentido, penso que a ronda técnica, prática esta largamente adotada nessas indústrias, se constitui numa das formas mais interessantes para se demonstrar quais eram essas novas funções que competiam ao mestre e contramestre. Então vejamos:

"... o mestre e o contramestre não podiam permanecer inativos. Cabia a eles realizar constantes rondas entre os operários, verificando como estavam trabalhando, se havia algum defeito na máquina, se

a lançadeira foram bem colocada, se não estava havendo desperdício de matéria-prima" (10).

Nestas poucas palavras podemos concluir que sua função era, em última instância, a de elevar a produtividade operária e reduzir os custos de produção. Ou seja, o papel disciplinador, no caso, define-se em nome do imperativo da acumulação. Porém, mesmo não concordando com isto, ainda assim julgo necessário perguntar: será que para tal expediente era necessário um grande conhecimento técnico sobre o ofício? Ou será que as denúncias que "A Plebe" e "A Luta Proletária", dentre outros jornais da imprensa operária, continham um fato realmente interessante.

Pelo que já expus, opto por esta segunda suposição: 1) porque o conhecimento técnico amplo que o mestre e o contramestre possuíam no início do desenvolvimento da indústria têxtil tendeu, com o processo de sofisticação tecnológica, a se tornar cada vez mais limitado e desnecessário. Daí, certamente, o fato de que a perda do controle do processo de trabalho em suas minúcias tenha se tornado um dado importantíssimo para a compreensão do despotismo de fábrica; 2) e porque, conseqüentemente, quem melhor poderia dar conta dessas minúcias era o próprio fiador, o tecelão, o maçaroqueiro, etc., uma vez que cada um deles poderia se considerar um exímio conhecedor dos segredos de sua especialidade.

Concludentemente, a ronda não se verificava com o objetivo primordial de reparar defeitos técnicos das máquinas, os quais levavam ao desperdício de tempo, de matéria-prima, de energia, reduzindo, obviamente, a produtividade operária. Conquanto esses reparos fossem imprescindíveis, é preciso considerar que o tecelão podia dar conta de uma série muito grande de problemas técnicos que ocorriam durante uma jornada de trabalho. Entretanto, por que deixava que o mestre ou o contramestre resolvesse esses problemas?

Ora, nesta altura parece-me que a resposta é destituída de segredo, podendo assim ser resumida: em primeiro lugar, não deixava; era obrigado a proceder dessa forma, sob pena de sofrer severas punições, pois, caso contrário, só faria revelar que essas figuras imprescindíveis ao capital eram, do ponto de vista estritamente técnico da produção, totalmente desnecessárias; em segundo, por conseguinte, era a maneira pela qual o capital garantia do operário uma rígida atenção sobre a máquina — um fio que se partia, um tecido manchado, uma correia que se soltava da polia, um excesso de fio na bobina, uma engrenagem que se emparrava, etc., eram problemas corriqueiros quando a máquina não era vigiada atentamente, os quais, por suposto, exigiam a presença de um mestre ou contramestre encarregado para solucioná-los. Mas isto, como se sabe, ia contra os interesses do tecelão: na maioria das vezes, quando não conseguia solucionar o problema por conta própria, como emendar fios partidos, burlando a vigilância desses mestres de caderneta, o resultado era sempre o mesmo — punição! —, tanto que o seu maior pavor era se envolver com problemas técnicos que

não pudesse resolver, como por exemplo, os de controle de qualidade ou quebra de peças que exigissem reposição. Em todos esses casos, o resultado era sempre o mesmo — multa! Mais ainda, esperar que um desses "técnicos" viesse solucionar o problema significava, no mínimo, perda de tempo, principalmente para aqueles que trabalhavam por tarefa e/ou eram perseguidos; e a perda de tempo representava um salário reduzido, ao final de um dia de trabalho. Eis porque, com certeza, esta era a maneira pela qual o capital podia "motivar" o operário no trabalho.

E como os operários foram "motivados"! As multas, as punições e as retaliações das famílias operárias foram a marca registrada da onda de terror que, não sem muita luta, varreu para longe a honra e a dignidade daqueles primeiros trabalhadores. Reanimemos um pouco nossa memória.

Em 1906, procedendo a um inquérito para apurar abusos de poder patronal, o "Novo Rumo" denunciava:

"Sabemos de operários que, por não submeterem-se incondicionalmente a pagar uma multa, que, a capricho dos mestres, impõem frequentemente, preferiram deixar a fábrica, têm visto toda a sua família, irmãos, filhos, mães, tios, todos os que a ele tivessem a desgraça de estar unidos por qualquer laço de parentesco, despedidos por ordem expressa da mesma diretoria" (11).

No ano seguinte, em 1907, era a vez do "Avanti!" se queixar contra o sistema de multas que implacavelmente eram aplicadas aos operários da fábrica Penteado. Atenção, disciplina, eis aí o que se exigia do operário para o bom desempenho das máquinas, evitando quebra de fios e a produção defeituosa de tecidos, o que mesmo assim era praticamente impossível de se evitar:

"Qualquer um que estiver a par do ofício de tecelão pode assegurar que é impossível ao operário mais atento, evitar que alguma gota de óleo caia sobre a peça que está tecendo e que, por isso, a exigência do gerente da fábrica Penteado é uma enormidade que não se compreende possa ser tolerada pelos operários..."

Mesmo assim as multas e a exploração eram inevitáveis:

"... se um operário por acaso mancha a peça que está tecendo, vê-se obrigado a comprá-la pelo preço que o gerente fixar, o que usualmente ultrapassa, de muito, o valor comercial do artigo; com essa torpe extorsão, o industrial se apropria de largas somas que vão recheiar seus fornidos cofres" (12).

Anos mais tarde, ao noticiar uma greve na Fábrica Brasital, "A Plebe" não deixava margem à dúvida de que o papel imprescindível dos mestres e contramestres era o de esquadrihar os corpos, controlando, ainda que empiricamente, o tempo e os movimentos de cada operário:

"Existe na fiação um mestre, um tal Hernani Mniam (sic), indigno de ocupar aquele cargo, pois maltrata aquelas pobres mulheres e meninas com palavras obscenas e arrogantes, e também alguns contramestres aproveitam as disposições do mesmo mestre para aplicar multas. Basta dizer que uma menina perseguia um rato para o matar e sendo vista pelo mestre foi multada. Não consentem às operárias que ao saírem limpem o algodão que levam preso à roupa nem que alisem os cabelos. No entanto, trabalham quinze minutos a mais do regulamento" (13).

Em suma, eis aqui algumas das conclusões a que podemos chegar a respeito do mundo da fábrica: 1) ao contrário do que propunha Jorge Street, o código disciplinar dentro das fábricas era realmente violento, não se justificando a sua tese de que a violência era uma exceção e não uma regra entre os patrões da época -- a memória da classe operária põe a nu suas pretensões "ingenuamente filantrópicas"; 2) a única possibilidade para que a produtividade operária pudesse ser estipulada, antes mesmo do início da jornada de trabalho, baseava-se, na ausência do taylorismo, na associação entre o autoritarismo patronal e o empirismo dos mestres e contramestres -- neste caso, toda vez que a direção exigia uma elevação nos ritmos de produção, a ausência de um planejamento e de um conhecimento científico sobre tempo e movimentos era compensada pela intensificação do despotismo, que, em contrapartida, só poderia acabar encontrando uma maior resistência por parte dos trabalhadores; 3) a maioria das atividades nas fiações e tecelagens não requeriam grande qualificação técnico-profissional; a assimilação das etapas específicas do processo de trabalho quase sempre eram rápidas, tornando, em pouco tempo, o tecelão um verdadeiro conhecedor de seu trabalho, a ponto de poder dispensar na maioria das vezes a presença desses "técnicos", já que desembaraçar o fio da trama, emendá-lo, etc., eram atividades que não requeriam conhecimento técnico algum, apenas prática; 4) regra geral, os operários procuravam manter os mestres e contramestres o mais afastado possível, já que suas presenças eram sinônimo de multas, opressão, degradação moral e até demissão; 5) considerando que a maioria desses mestres e contramestres eram recrutados dentre os próprios operários, o conhecimento que pudessem ter na arte de administrar o pessoal estava baseado, com raras exceções, na vocação para o mando e na experiência empírica. Por conseguinte, ainda que a racionalização requerida pela grande indústria não estivesse naquele momento baseada no taylorismo -- separação radical entre concepção e execução do trabalho --, não raro as metas de produção estipuladas pela direção podiam ser alcançadas. Mas a que custo social, diriam os tayloristas! De fato, se a lealdade dessas figuras ao capital podia ser avaliada pelo empenho que demonstravam na consecução das metas de produção previamente estipuladas, e considerando que nestas não vinham inscritos os planos de execução baseados num rigoroso estudo de tempos e movimentos, a obtenção dos resultados desejados só poderia se realizar mediante a aplicação de um código disciplinar rigoroso e consensual entre os patrões; tanto que raríssimas vezes deixariam de defender esses capatazes dos movimentos grevistas que pediam suas cabeças; 6) conseqüentemente, aquele que ocupava uma posição de mando só poderia desempenhar um papel tirânico, pois o despotismo era condição para o sucesso pessoal, considerando que mesmo aí, caso a lealdade não correspondesse ao que dela se esperava, a estabilidade no cargo era ameaçada. Também era vigiado e controlado. Se o seu desempenho não correspondesse à expectativa patronal, isto é, se não fosse capaz de garantir a disciplina e uma alta produtividade dos operários sob sua guar-

da, corria o sério risco de ser destituído de suas funções de mando. Interessante notar, neste sentido, que era sob essa norma que o patrão podia manter em perfeito estado de funcionamento uma implacável estrutura de vigiar e punir — uma alternativa para o ideal panóptico das disciplinas —, uma vez que tinham que conviver com a ameaça do látigo do capital (14). Assim, concordando com M. Foucault, somente aí, na ameaça, no medo, no terror, pode-se perceber o caráter produtivo da maquinaria do poder, onde as garantias estão suspensas para todos, dando a real dimensão do que seja a vigilância hierarquizada na fábrica; uma dominação explícita, porque todos a reconhecem ao se verem ameaçando e sendo ameaçados; implícito, porque os indivíduos, no momento mesmo que adentram a fábrica, já podem pressenti-la na disposição das máquinas, nas minúcias, no barulho infernal que acaba calando suas vozes, sem que com isso tenham sido obrigados a fazê-lo, etc. Por tudo isto, Foucault tem razão:

"O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um "chefe", é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente "discreto", pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio" (15).

Por último, considerando que a legitimação do poder é a contrapartida da falta de interesse do trabalhador na produção, é pertinente afirmar que é no bojo dessa luta que podemos apontar a contradição fundamental, qual seja: de que a modernização tecnológica requerida pelo processo de acumulação de capital na indústria têxtil não foi acompanhada, de imediato, pela adoção dos princípios de administração científica; neste sentido, o rendimento técnico esperado das novas máquinas importadas, as quais traziam em si mesmas os desempenhos disciplinares cientificamente planejados pelas indústrias de máquinas estrangeiras — ritmo ideal, melhor forma de se obter maior rendimento, etc. —, chocava-se contra o autoritarismo empírico da maioria dos mestres e contra mestres. Por isso, conquanto contraditório, não era estranho que o mestre e o contramestre subjugassem os operários da indústria têxtil de todas as formas a seu alcance: o sistema de multas, as suspensões, as violências físicas, as perseguições que culminavam com a demissão sumária do trabalhador "culposo", sem ao menos ser formalizado o que hoje se rotula por justa causa, tornavam esses mantenedores da ordem e do bom comportamento dentro da fábrica carrascos e juizes ao mesmo tempo — sua vontade era lei! (16); de fato, "motivos de dispensa não seguiam critérios pré-estabelecidos, estavam a juízo do mestre e contramestre" (17). Portanto, ao mesmo tempo que aquele autoritarismo contrariava a lógica da acumulação ele também empurrava os trabalhadores para a utilização de todas as formas de resistência a seu alcance, dentro da fábrica. E nesse contexto, no qual, por assim dizer, a dupla finalidade do capital corria defasada,

onde os abusos de poder emperravam o processo de acumulação de capital na grande indústria, que podemos afirmar que a classe operário é o olho crítico do capital: ao assanhar a ira dos trabalhadores, cujas vozes ameaçadoras ecoavam por sobre as chaminés, o despotismo muitas vezes tornava inútil a chamada à ordem do apito insistente e atrevido da fábrica de tecidos.

3. No qual se dá notícias sobre as primeiras propostas de racionalização da fábrica sob o liberalismo.

Enquanto o poder patronal batia impunemente, e antes mesmo que Roberto Simonsen pudesse formular suas primeiras propostas tayloristas para o empresariado nacional, o Departamento Estadual do Trabalho (D.E.T.), em 1912, já propagandeava um novo tipo de assistencialismo que, a seu ver, poderia eliminar todas aquelas contradições do seio do capitalismo liberal.

A tese defendida por esse Departamento era a de que somente com a adoção de medidas de racionalização do processo de trabalho e, ao mesmo tempo, promovendo a modernização da indústria poder-se-ia eliminar todo e qualquer tipo de assistencialismo paternalista que, convivendo com o despotismo de fábrica, mais confundia do que estabelecia a harmonia entre capital e trabalho. Ou seja, visando tornar essa relação "mais sadia", recomendava aos empresários que observassem em suas fábricas as normas de segurança e higiene no trabalho, bem como a adoção de métodos de racionalização do processo de produção. Assim, colocando as relações de produção no que considerava seus justos termos, o empresariado poderia se libertar de toda aquela política conflituosa embasada no assistencialismo paternalista. E, ainda que seja temerário concluir alguma coisa a respeito antes de 1928, o certo é que nessa proposta de objetivação das relações sociais de produção, mediante a utilização mais intensa e racional do aparelho produtivo, pode-se dizer que já se esboçava um projeto mais abrangente de industrialização e, por conseguinte, de "constituição" da Nação.

Embora essas preocupações tenham sido uma constante na política do D.E.T., cujas raízes se reportam ao tempo da Hospedaria dos Imigrantes, foi no período de sua fundação, entre 1911 e 1912, quando o Boletim do DET publicou o Relatório do Chefe de Informações, que a proposta de um assistencialismo racional veio pela primeira vez à discussão. Nestes termos, considerando que aquele Relatório continha interessantes observações a respeito das condições de trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo, pode-se afirmar que o D.E.T. originava-se em meio a essas preocupações. Realmente, esse inquérito, abrangendo informações referentes a 33 indústrias têxteis paulistas (31 da capital, uma de Santos e outra de São Bernardo), tinha como objetivo estudar as condições de trabalho, segurança e higiene e verificar as medidas de assistência e beneficência facultadas aos operários, os salários que percebiam e observar os horários de trabalho que essas indústrias faziam cumprir. Porém, lamentavelmente, esse inquérito não chega a descrever as particularidades do processo de trabalho no interior de cada uma dessas fiações e tecelagens (18).

Desse modo, como a maioria das indústrias se recusassem a responder questões que consideravam confidenciais, o inquérito, por motivo de sigilo industrial, acabava tendo que se ater apenas àquelas de informação mais geral a respeito das fábricas. Por outro lado, como o objetivo do DET não era o de denunciar, mas sim demonstrar que havia um caminho que podia levar à harmonia entre capital e trabalho, não chega a ser estranho que nas suas conclusões a maioria das fiações e tecelagens (principalmente as de tipo integrado) funcionassem em edifícios de construção especialmente destinados a este fim, nos quais podiam ser observadas prescrições básicas de segurança e higiene no trabalho. Igualmente, mas bastante duvidoso, o inquérito apontava para o fato de que era reduzido o número de fábricas que ainda apresentavam uma defeituosa disposição das transmissões e pequeno espaço entre as máquinas, capazes de favorecer a incidência de acidentes:

"Ao menor descuido, são ali os operários ora colhidos pelas correias, ora, quando caminham por entre as máquinas, colhidos, não só pelas correias, como também pelas engrenagens" (19).

Embora o DET não chegasse a se pronunciar a respeito do taylorismo, ao alertar o empresariado para o fato de que era fundamental que adotasse o princípio de uma racional colocação das correias de transmissão para todas as máquinas, bem como o de assentá-las de acordo com a melhor disposição possível, dentre outras medidas de higiene e segurança que deveriam ser observadas dentro da fábrica, o que visava era estabelecer uma maior integração homem-máquina. Em outras palavras, ao contrário da prática patronal até então adotada, a proposta daquele Departamento buscava tornar o ambiente de trabalho o menos hostil possível. Por isso, ainda que no geral visualizasse progressos na maioria das fábricas inqueridas, podia constatar ainda uma série enorme de irregularidades e defeitos de instalação de máquinas e equipamentos, tais como, deficiência de ventilação e iluminação, falta de aspiradores de pó, ausência de vestuários, principalmente para mulheres, falta de um serviço sanitário adequado e higiênico, etc. Quase todas provocadoras de doenças industriais, estas eram algumas das condições adversas que os trabalhadores enfrentavam no dia a dia. E, agravando ainda mais a situação, o inquérito observava que os mais atingidos eram os menores e as mulheres, pois compunham a maioria do contingente de operários. A este respeito era bastante enfático:

"Dos 10.204 operários recenseados, em 23 fábricas visitadas, 2.648 são do sexo masculino e 6.801 do feminino. Dentre as 6.801 operárias, 1706 são maiores de 22 anos, 2966 têm de 16 a 22 anos, 1.885 têm de 12 a 16 anos e 244 têm idade inferior a 12 anos. Entre os operários, 1825 são de idade superior a 16 anos, 696 têm idade compreendida entre 12 a 16 anos e 127 são menores de 12 anos" (20).

O Departamento Estadual do Trabalho tinha neste particular muita razão: não só a legislação que deveria regular o trabalho dessa mão-de-obra era totalmente ineficaz, como também as condições de trabalho lhes eram adversas.

Quanto ao primeiro aspecto do problema, basta um rápido retrospecto -

to a respeito das leis que deveriam regulamentar o trabalho do menor, por exemplo, para se ter uma idéia da gravidade do problema e constatar como eram incompetentes os órgãos encarregados de fiscalizar o seu cumprimento.

Em 1891, o decreto nº 1313 (DF), através das autoridades competentes, recomendava a adoção de várias medidas de regulamentação das condições de trabalho dos menores nas fábricas. Para tanto, instituiu a Inspeção Geral para fiscalizar e garantir o cumprimento das medidas propostas, a qual estava encarregada de: **vedar** a admissão de menores de 12 anos nas fábricas; **excepcionalmente**, atender aos interesses das indústrias têxteis, regulamentando este mínimo à faixa etária dos 8 a 12 anos, a título de aprendizagem, desde que obedecessem à recomendação de uma jornada de trabalho assim estabelecida: a) três horas por dia para menores entre 8 e 10 anos, com intervalo de meia hora para descanso; b) quatro horas por dia para menores entre 10 e 12 anos, com intervalo de uma hora para descanso. Além destas medidas, proibia ainda o trabalho noturno para menores de 15 anos, o trabalho aos domingos e feriados e vedava o emprego de menores em atividades que exigiam um excessivo esforço físico ou que implicassem em risco de vida. Três anos após, em 1894, um outro decreto, de nº 233 (SP), instituiu o Código Sanitário, o qual estabelecia as providências a serem tomadas a respeito da preservação da higiene e da salubridade nas fábricas e oficinas. Entretanto, apenas dois artigos desse Código faziam referência ao trabalho do menor: o primeiro proibia o trabalho a crianças com menos de 12 anos, com a ressalva de que o emprego de menores circunscritos à faixa etária de 10 a 12 anos ficava a critério das autoridades competentes (21); o segundo vedava o trabalho noturno para menores de 15 anos e mulheres de até 21 anos. Em 1911, contudo, uma nova regulamentação do Serviço Sanitário era posta em vigor e, contraditoriamente, era um retrocesso diante daquele Código Sanitário de 1894, uma vez que, se por um lado vedava o trabalho noturno para menores de 18 anos, por outro, a proibição do trabalho para menores, numa jornada de trabalho normal, passava de 12 para 10 anos. Em 1917, a Reforma do Regulamento Sanitário, muito provavelmente pelo acirramento das lutas operárias, revogava aquelas disposições e estabelecia o seguinte: elevação da idade do menor de 10 para 12 anos; limitação da jornada de trabalho para menores entre 12 a 15 anos a 5 horas diárias e proibição de trabalho para mulheres e homens de idade até 18 anos, em horário noturno (22).

As causas para tantas leis e poucos resultados podem ser encontradas na resistência do empresariado à sua aplicação e na ineficácia dos órgãos legisladores. Realmente, além das justificativas paternalistas de empresários do tipo de um Jorge Street, para os quais a fábrica eram uma escola forjadora de bons cidadãos, e da aversão generalizada a toda e qualquer medida de regulamentação do mercado de trabalho que não fosse aquela ditada pela lei da oferta e da procura, também os órgãos fiscalizadores eram débeis para fazer cumpri-las. Tanto mais porque tinham que enfrentar as bem elaboradas táticas dos empresá-

rios burladores da lei. Uma delas, vale dizer, estava em ocultar os menores naqueles dias previamente estabelecidos para a inspeção, dispensá-las do trabalho, ou então falsificar as suas idades para essas inspetorias, pois, diante da terrível opressão patronal, capaz de retaliar toda uma família de operários, caso não houvesse uma confirmação explícita, acabavam confirmando o que deles se exigia — como se vê, suas idades também eram variáveis, assim como os seus salários. Tais expedientes funcionavam. O próprio DET confirmava: de acordo com aquele inquérito, o número de menores de 12 anos deveria ser bem maior, pois uma parcela destes achava-se oculta entre os classificados como tendo de 12 a 16 anos, faixa estaria esta considerada como ideal para o trabalho nas fiações e tecelagens, mesmo porque era permitida por lei.

Por outro lado, agravando ainda mais estas considerações a respeito da burla à jornada de trabalho sancionada em decretos e códigos, é bom lembrar que as condições de trabalho, ao contrário do que procurava demonstrar o DET, eram totalmente adversas para esses menores de 12 anos, uma vez que, além de ganharem salários miseráveis, que em 1912 variavam entre 40 a 80 réis por hora, trabalhavam quase sempre na fiação, nas massarocas, nas espulas e carretéis, "... exatamente nas seções onde se desprende maior quantidade de resíduos" (23).

Em 1907, um operário, escrevendo sob o pseudônimo de rebelde explorado, escrevia no Avanti! um dos relatos mais impressionantes e completos que se tem notícia, sobre o processo de trabalho numa fábrica de tecidos. Veja-se, por exemplo, a sua descrição a respeito do trabalho em uma fiação. Aí, de acordo com o seu depoimento, o movimento ensurdecedor dos batedores era responsável pela falta de conversação entre os operários, homens e menores, que trabalhavam até 13 horas por dia. Qualquer desatenção poderia ser fatal e, pela ameaça que representava, pode-se perceber em que nível a máquina podia vigiar o tecelão. O pó era denso e flutuava o tempo todo no interior da sala de fiação, constituindo-se no principal responsável pela maioria das doenças pulmonares que proliferavam entre os operários da fábrica. Nas cardas — "... máquinas que reduzem o velo do algodão saído dos batedores numa tira larga e fina" (24) —, persistia a mesma poeira fina e o mesmo barulho, para uma jornada de trabalho de 13 horas por dia e salários que giravam em torno de 90 mil réis por mês, considerados baixos, pois aí só trabalhavam homens. Já na grande sala dos bancos de fiação predominava o trabalho da mulher, sendo que muitas eram menores. De acordo com a descrição daquele rebelde, o processo de trabalho era bastante interessante nessa sala:

"Dos bancos a tira larga do algodão, depois de passar pela carda, é reduzida a um longo, interminável e macio fino que vai cair em espirais em grandes recipientes apropriados. Os bancos de fiação desenrolam aquelas fibras cardadas, dão torção e estiramento e as enrolam em muitos fusos" (25).

E sob que condições! Executado de pé, o trabalho exigia a máxima a -

tenção dessas menores, considerando que cada uma tinha que cuidar em média de 50 a mais fusos, os quais giravam com uma velocidade vertiginosa. Além disso,

"... devem emendar muitas vezes o fio quando se rompe e consertar frequentemente os defeitos das máquinas; (...) As pobres meninas das fábricas devem trabalhar onze horas e meia, respirando um ar impuro, com uma miserável recompensa de 45 mil-réis por mês e com frequência dizimada pelas multas!" (26).

Reavivemos nossa memória. Como se pode constatar, nem todos os defeitos e falhas técnicas que ocorriam durante um dia de trabalho eram consertados pelos "competentíssimos" mestres-capatazes; eis porque o mais certo é continuarmos considerando como sua principal função a de manterem as condições disciplinares indispensáveis, para que os fusos continuassem girando a uma "velocidade vertiginosa". De igual modo, fica aí demonstrado que aquelas meninas eram realmente especializadas e, ao mesmo tempo, superexploradas: seus salários correspondiam, em média, à metade do que podia perceber um operário adulto, sem contar com as constantes multas que sofriam. A etapa seguinte eram os "ring": aí só trabalhavam menores, cuja tarefa era a de prolongar a operação de estiragem e torção dos fios.

Em todas essas operações, aquele rebelde explorado retratava o trabalho dos menores e das mulheres como degradante, um verdadeiro inferno, local de castigo, uma maquinaria de punição. Mais uma vez é necessário recuperar a fala da classe operária, para percebermos que sua visão a respeito do mundo do trabalho era a antítese da percepção burguesa: se para esta aparecia como fonte de prazer e liberdade, para os operários, a fábrica, de maneira inconfundível, era a prisão e os trabalhadores seus prisioneiros:

"São como tantas flores cortadas, atingidas pelas tempestades da vida e aqui transplantadas para serem dissecadas pouco a pouco à sombra do ávido capitalismo. A vida dessas pobres operárias, circunscritas assim na fábrica, toma a aparência duma prisão" (27).

Em tom poético, o autor deste relato não só traçava a tragédia do cotidiano dos operários dentro da fábrica, como também, de maneira muito lúcida, ia revelando a seus leitores que a natureza do homem é estranha à natureza da fábrica.

A etapa seguinte era a seção de preparação para a tecelagem. E aí a situação não era nada melhor do que a anterior. Nessas salas a jornada de trabalho de 11 horas e meia era com frequência desrespeitada e se estendia por 13 horas, em meio a um terrível mal cheiro que exalava dos ácidos e de uma poeira impertinente. Novamente, de maneira interessante, o poeta ia descrevendo toda aquela parafernália que constituía o processo de trabalho nas lançadeiras:

"Ao ver girar velozmente aqueles eixos de madeiras em volta dos quais se enrolam as meadas de fios que depois passam nos carretéis, que parece se ver embora em proporções reduzidas, muitas pequenas rodas de moinho. Em baixo os vários nós dos cordéis fluem pelos tambores dando a idéia de uma nuvem de borboletas que esvoaçam uma atrás da outra. Também nessa sala, uma tênue mas insistente poeira muito fina vaga no ar" (28).

Das lançadeiras, continua o rebelde, o processo de trabalho atin -  
gia as urdideiras, que "... vistas de longe parecem grandes teias de aranha" ,  
até chegar à sala de tecelagem. E, como não poderia deixar de ser, também aí o  
barulho era ensurdecedor, graças ao movimento das lançadeiras e do bater contí  
nuo dos pentes:

"As lançadeiras vão e vêm a uma extraordinária velocidade transpor -  
tando para trás a trama, e os rolos de urdume pouco a pouco se con-  
vertem em outro rolo de tecido" (29).

Finalmente, o tecido acabado chegava à sala de controle da produção.  
Era aí que os encarregados, verdadeiros capatazes do patrão, davam o golpe de  
misericórdia, completando o cenário de abusos cometidos durante o desenrolar de  
todo o processo de trabalho.

Enquanto a percepção dos operários retratava o dia de trabalho como  
uma experiência degradante, principalmente para as mulheres e crianças, que aí  
eram exploradas e submetidas a toda a sorte de humilhações, o DET, ainda que  
criticando, procurava passar uma idéia mais amena a respeito do cotidiano des-  
ses operários dentro da fábrica. A começar pela jornada de trabalho. Em nenhum  
momento chegava a denunciar as burlas; raríssimas vezes e somente por extre -  
ma necessidade é que as indústrias deixavam de observar a jornada normal de  
11 horas de trabalho por dia. De resto, o mais certo é que a duração do traba-  
lho nas fábricas de tecidos variasse entre 8 e meia a 11 horas: começava geral  
mente às 5 e meia ou 6 da manhã e terminava às 5 ou 6 horas da tarde, com um  
intervalo para almoço, de 1 a 1 hora e meia, que iniciava invariavelmente às  
11 horas da manhã. Quando muito, algumas fábricas ainda observavam um descanso  
de 15 minutos às 2 horas da tarde. Mas em boa parte do ano, que não chega a es  
pecificar qual, era normal que ocorresse um aumento na duração do trabalho, de  
vido aos serviços extraordinários necessários ao aumento da produção, o qual  
se verificava com maior freqüência nas seções de fiação. Neste caso, o que o  
inquérito deixa de observar é que era justamente nestas onde a presença de me-  
nores se fazia de forma mais acentuada; por outro lado, não é difícil dedu -  
zir que nas justificativas de serviços extraordinários para atender as necessi  
dades de aumento da produção, o DET apenas escamoteava o fato de que esses ser  
viços acabavam se traduzindo em burlas à jornada de trabalho. E vários outros  
exemplos poderiam ser aqui lembrados. Era o caso por exemplo das instalações sa  
nitárias: enquanto para o DET representava um avanço na política de racionaliza  
ção da empresa, para os operários, toda a vez que esses serviços eram amplia  
dos e melhorados, representavam uma maior vigilância. Era assim que funciona -  
vam na Anhaia. A este respeito, assim observava aquele inquérito:

"Possui W.C. em número suficiente, devidamente separados em dois gru  
pos, um p/ cada sexo. Em cada um desses dois grupos há guardas"(30).

Contudo, preocupado com a racionalização do processo de trabalho, é  
evidente que a proposta do DET voltava-se para a implantação de uma política  
fabril capaz de garantir uma maior disciplina no trabalho, eliminando, conse -

quentemente, os movimentos de resistência operária. Neste sentido, tinha que observar quais eram as causas que emperravam sua adoção. E três eram as causas apontadas para a existência de hostilidades no trabalho.

A primeira originava-se do próprio empresariado. Para o DET, a falta de qualquer sentimento altruísta no seio desses capitalistas era o fator responsável pela ausência de uma política de racionalização do trabalho que levasse à redução de acidentes, elevasse salários e reduzisse a jornada de trabalho, ao mesmo tempo que o despotismo e o trabalho do menor poderiam ser suavizados. Esta é uma das teses aí defendidas: eram justamente aquelas indústrias prósperas as que, supostamente, observavam com maior zelo essas medidas racionalizadoras. A descrição que fazia da Fábrica Mariângela, por exemplo, dispensa maiores comentários:

"A fábrica "Mariângela" dos Srs. Francisco Matarazzo & Cia. é uma das maiores do Estado. Acha-se instalada em um soberbo edifício de dois andares, que ocupa quase toda uma quadra. Sob os pontos de vista de segurança e higiene, não se pode desejar coisa mais perfeita: as suas instalações são feitas com todo o rigor; há luz e ar em abundância, asseio completo. Nos corredores e nos lugares onde permanecem os operários, o soalho é sempre de madeira. Na fiação existem aspiradores para a poeira do algodão, e, em todas as seções, ventiladores para a renovação do ar ambiente. Para o trabalho de menores, as máquinas são de tamanho reduzido. Elevadores, carrinhos e outros aparelhos facilitam e diminuem o esforço do operário na condução da matéria-prima ou do produto já manufaturado. Tem esta fábrica todas as seções separadas, havendo algumas onde só é fornecido trabalho a adultos, W.C. e vestiários em número suficiente" (31).

Em segundo lugar, ignorando que o menor se constituía em uma mão-de-obra farta e, portanto, barata, o DET apontava os pais como os principais responsáveis pelo emprego maciço dessas crianças em locais de trabalho, onde, com raríssimas exceções, como demonstrava ser o caso da Mariângela, as condições de trabalho lhes eram totalmente adversas. Eis porque, endossando o velho refrão, a fábrica-reformatório era um mal menor:

"Esses menores são aceitos em algumas fábricas, por empenho de seus pais, que desejam dessa maneira evitar que fiquem em abandono pelas ruas e sujeitos aos perigos da vagabundagem" (32).

Por último, o inquérito acabava imputando aos próprios operários uma das causas para a ocorrência de acidentes no trabalho. Neste sentido, apontando que um dos males crônicos das fábricas têxteis era a inexperiência e a falta de habilitações dos operários que manejavam as máquinas, somente com muito esforço pessoal e disciplina, concluía, poderiam superar suas "limitações" e fazer baixar a taxa de acidentes no trabalho. De repente, o problema fugia do âmbito da responsabilidade patronal. Contudo, podemos supor que a questão era bem outra: totalmente desinteressados da produção, trabalhando sob condições adversas e jornadas extenuantes, além de receberem salários de subsistência e quase sempre reduzidos pela prática despótica do sistema de multas, os operários da indústria têxtil eram sempre candidatos em potencial às estatísticas de acidente no trabalho.

Enfim, de acordo com aquele Relatório, o que realmente faltava era despertar os patrões ainda reticentes para as vantagens que poderiam usufruir de uma postura empresarial que soubesse conjugar a sofisticação tecnológica a muito tempo presente nas fábricas com uma racionalização do trabalho ainda pouco adotada (33). Somente com uma administração racional do trabalho e com a utilização de máquinas modernas, concluía, a taxa de acidentes no trabalho poderia baixar, tornando desnecessário todo um conjunto de medidas previdenciárias e assistencialistas, que, pelo fato dos patrões procurarem mantê-las sob seu controle, gerava inúmeras manifestações de protesto e de resistência por parte dos trabalhadores.

E, para defender tal tese, fazia notar que problemas desse tipo praticamente inexistiam nas tecelagens de seda, nas malharias e na fabricação de passamanarias: devido não só à delicadeza dos serviços ali executados, "... mas igualmente à perfeição dos maquinismos usados, os acidentes são raríssimos"(34). Porém, vale lembrar que aí não era o espírito altruísta do empresário que teria levado a burguesia a adotar um assistencialismo racional, mas sim as condições objetivas de produção que acabaram impondo essa política empresarial.

De fato, o mesmo não se pode dizer a respeito de todas as fábricas de tecidos de juta, lã e algodão (35). Nestas, porque não se exigia tanto uma "delicadeza dos serviços" e nem "perfeição dos maquinismos" — por essa época muitas dessas indústrias ainda se dedicavam à produção de fios e tecidos considerados de qualidade inferior —, medidas assistencialistas e de previdência social, tais como o seguro contra acidentes, fornecimento gratuito, ou mediante contribuição em forma de taxas, de hospital, médico, farmácia e diárias hospitalares, em caso de acidente ocorrido no trabalho e enquanto durasse o impedimento do operário ferido, eram largamente adotadas.

Sem abandonar os postulados do liberalismo, o DET acreditava que os empresários poderiam organizar suas fábricas em bases materiais racionais, e com isso promover o progresso social. Assim, tendo na base de seu discurso os objetivos do progresso material, aquele Departamento postulava como sua a tese que tinha por finalidade levar à superação dos conflitos que a fábrica até então apresentava. Daí ser compreensível que no bojo desse projeto de industrialização estivesse implícita uma política de salários, a qual levaria ao bem-estar social — sem dúvida, eram os trabalhadores das fábricas de tecelagem de seda e os empregados nas de passamanarias, justamente aquelas que se destacavam no conjunto das indústrias têxteis pela sofisticação tecnológica, que ganhavam os salários mais altos que as empresas paulistas podiam pagar. E o motivo era bastante simples: exigiam habilidade para o trabalho. Portanto, na delicadeza dos serviços, na perfeição dos maquinismos, eis duas boas razões para que os empresários adotassem a política de altos salários e, apontando o caminho para a industrialização, promovessem o progresso social. Neste sentido, ao pretender resolver as contradições que permeavam o mundo da fábrica, o DET abria o

caminho para que nos anos seguintes o discurso da administração científica do trabalho fizesse escola.

4. No qual se explica que a luta pelo controle do mercado de trabalho acabou por ameaçar o liberalismo e de como o patronato pôde responder com uma proposta de controle científico da classe operária.

Reavivando a memória, duas são as idéias centrais que têm norteado este trabalho. A primeira, é a de que a organização social hierárquica do trabalho no capitalismo, qualquer que seja o ângulo privilegiado para análise, é a forma pela qual o sistema impõe sua dominação social, razão inequívoca de que a disciplina no trabalho não pode ser vista como seqüela de uma sociedade voltada para os desígnios da acumulação. Imediatamente estamos diante da segunda idéia. Sem dúvida, a síntese da luta que resulta desse sistema de opressão social, ao apontar para um destino, para o qual os contendores muitas vezes não imaginam aportar, é o seu caráter produtivo.

Quando lemos a história pronta, "acabada", a idéia que temos é que o destino aí se realizou. Mas se é recuperada na dimensão de uma luta, os avanços, os recuos, as vitórias e as derrotas permitem estabelecermos uma ruptura imediata com esta abstração — neste caso, temos a certeza de que os contendores, todos ao mesmo tempo, venceram e perderam: sempre partem de um conjunto de idéias que os informa e que fortalece seus espíritos, se batem, e, ao cabo, o resultado já não é mais aquele esperado antes da luta começar, nem é mais o que foi sendo reformulado pelo caminho, mas é algo novo, que contém o passado, informa o presente e só é enquanto projeto que indica o futuro, para então recommençar tudo de novo. Inversamente, para quem lê esse processo histórico pronto e acabado, a abstração é imediata — é como olhar através de um cano bem fino e vislumbrar do outro lado apenas um ponto de luz, o final, o destino. Essa leitura pontual e linear, contudo, por ser uma aparência, não pode ver o processo como contradição, nem o resultado como síntese, nem perceber, evidentemente, que sua trajetória é toda ela pontilhada de lutas. Por isso, esta não é a história da fábrica. Motivo pelo qual as análises que procuram discutir de forma exaustiva números e séries estatísticas incorrem no sério risco de escamotear uma luta para apontar os fracassos e/ou possíveis caminhos para uma industrialização tida como retardatária, atrasada, etc.

Aqui é preciso que se esclareça um ponto importante, pois venho afirmando com uma certa insistência que a organização capitalista do trabalho venceu no momento mesmo em que aos trabalhadores não restou outra alternativa senão a de entrar para dentro da fábrica. Porém, uma vez "eliminada" essa aversão ao trabalho fabril, à medida em que o capital ia constituindo um mercado interior, que não deixava mais margem alguma de escolha aos indivíduos, não estaríamos incorrendo num certo determinismo histórico? Mais ainda, se não existe nenhuma escolha possível, se o êxito do sistema de fábrica estava garantido de antemão, por que então pensar o processo na dimensão de uma luta? Enfim, se a fábrica designa a organização capitalista do trabalho vencedora, qual o sentido

de recuperar sua história como um processo de lutas?

Realmente, se fossemos tão deterministas, creio que não haveria necessidade de dar-nos ao trabalho de recuperar sequer alguns aspectos do processo de dominação social, uma vez que aos homens nenhuma escolha seria possível. Contudo, o processo de acumulação-domação é dinâmico, complexo e contraditório. E o indício mais contundente, neste sentido, é que a perda da memória da "recusa" ao trabalho é algo que tem que ser repostado cotidianamente através de um discurso de dominação bem articulado, capaz de indicar, dentre outras coisas, que a figura do trabalhador disciplinado para o capital é uma eterna e contínua construção ideológica. Não dá para pensar, nesses termos, o sistema de fábrica pronto e acabado, tal como os dominadores gostariam que fosse, a partir do momento em que os trabalhadores foram expropriados de seus meios de produção. Conclusivamente, a importância cada vez maior que vem tomando as estratégias de dominação social é a prova mais evidente de que o sistema não constituiu e nem pode constituir definitivamente a figura do trabalhador disciplinado. Ainda que aí esteja posto o seu ideal de dominação, as cores que essa busca toma nos vários períodos da história não deixam margens à dúvida -- o trabalhador possível, e que também é o necessário, reflete as próprias contradições que permeiam as relações sociais de produção. Se ele já estivesse disciplinado desde sempre para os desígnios da dupla finalidade do capital, por que a dominação torna-se tão marcante e eficiente na sociedade industrial?

A resposta pode ser encontrada no fato de que a sociedade do trabalho sempre encontrou aqueles que resistiram à subjugação, embora, idealisticamente, a constituição real e a representação imaginária de um mercado racionalizado -- um verdadeiro panóptico -- vise retirar dos indivíduos a capacidade de pensar e agir livres de qualquer coação social. Eis porque a eficiência, neste caso, é um indicativo de que o sistema teria cumprido seu objetivo. Vejamos o que diz Michel Foucault, a respeito:

"O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem" (36).

Todavia, para que isto ocorresse, o ciclope teria que vigiar uma sociedade onde as relações entre exploradores e explorados pudessem deixar de ser contraditórias, onde todos agora se submetem a um mesmo olhar implacável. O que, evidentemente, é um contra-senso. Enquanto representação imaginária para o social, essa figura mitológica é um eterno vir a ser. Por isso, mesmo reconhecendo o mercado -- esta visão mais ampla possível que se pode ter do sistema de fábrica -- como o campo de lutas, a partir do qual os contendedores constituem seus projetos políticos, definem suas estratégias, etc, e mesmo reconhecendo que o conflito sempre acaba apontando para uma nova racionalidade, as novas situações também implicam na abertura constante de campos origina-

nais de resistência para os dominados.

Início do século. Embora a preocupação aqui não seja propriamente a de recuperar a história do movimento operário, a organização e a forma de como lutar dos anarquistas brasileiros sugerem algo muito interessante a esse respeito.

Em seu trabalho, A Legislação Trabalhista no Brasil, Kazumi Munakata oferece um painel muito sugestivo sobre o percurso e o caráter racionalizador de uma luta que, partindo de um "mundo sem legislação", terminaria por reconhecer no Estado uma associação competente para regulamentar as relações entre capital e trabalho, e como, em meio a esse conflito, a classe operária acabaria definindo para si outras formas de organizar suas lutas (37).

Partindo do conceito de liberalismo clássico, Kazumi estabelece dois pontos que definem como ortodoxo o comportamento da burguesia industrial brasileira, naquele período: 1) porque era totalmente avessa a quaisquer medidas que levassem à regulamentação das relações de trabalho, que não fossem aquelas estabelecidas individualmente pelas partes contratantes; 2) porque, conseqüentemente, não admitia a intromissão do Estado como intermediador nessa relação, a não ser para fazer cumprir o que as partes haviam contratado entre si. Quanto à classe operária, observa, havia uma certa adequação do liberalismo brasileiro à prática anarquista do movimento operário, seja porque era contrária à ação política, seja pela sua total aversão ao Estado. Assim é que esse movimento, ao propugnar pela ação direta na luta por melhores salários e pela jornada de trabalho de oito horas, definia como campo de lutas o controle do mercado de trabalho pelos próprios trabalhadores organizados em sindicatos, impondo, por exemplo, que os patrões contratassem apenas trabalhadores sindicalizados e não admitissem fura-greves em suas empresas. O que só foi possível graças às alterações verificadas no interior do liberalismo no final do século passado, ao postular que a "liberdade do indivíduo é também a liberdade de se associar". De fato, o efeito dessa alteração verificada na França, a partir de 1884, acabaria repercutindo no Brasil de maneira decisiva quando, em 1907, é regulamentada a criação de sindicatos profissionais. Desde então a ação coletiva dos trabalhadores associados em sindicatos define sua nova forma de lutar :

"... a luta, a negociação, a convenção, a fiscalização e as penalidades relativas a todos os aspectos da relação de trabalho estão sob o controle dos trabalhadores organizados no sindicato. Não há nenhuma instância -- Estado e leis -- exterior aos próprios trabalhadores" (38).

Ora, se o liberalismo clássico tinha como um de seus princípios que o indivíduo era o único proprietário de si mesmo, estando livre para contratar-se e empregar seu corpo através de negociação livre e direta, com aquela alteração operava-se uma transformação muito importante que beneficiaria a estratégia de luta da classe operária. Ou seja, com aquela mudança a associação operária passava a ser uma espécie de extensão do próprio indivíduo; o sindicato

to, ao falar e contratar em nome do trabalhador, automaticamente garantia para si o reconhecimento patronal de que era o interlocutor válido para a negociação coletiva do contrato. E, sem ferir os princípios do liberalismo, assumia, de fato, o controle do mercado de trabalho. Estava assim criado e definido o campo de luta entre dominados e dominantes.

Para a burguesia industrial o rearranjo na postura liberal acabaria apontando para uma proposta de acordo: mesmo invocando o princípio da "liberdade de trabalho" e denunciando que o contrato já não se estabelecia mais entre indivíduos livres e iguais -- patrão versus operário --, no seu seio começava a aparecer posições favoráveis ao reconhecimento dos sindicatos anarquistas (ou não) como interlocutores válidos, desde que não detivessem o controle do mercado de trabalho. Estava aberta assim uma luta acirrada que, em breve, surtiria efeitos inesperados para ambos os lados.

1917. Um fato inusitado acabaria colocando o movimento operário de base anarquista diante de um impasse. A greve geral que se desencadeara na cidade de São Paulo, ao reivindicar o barateamento do custo de vida e o direito de associação sindical, acabaria extrapolando os limites da ação anarquista, pois, como bem lembra K. Munakata, estas exigências "... jamais poderiam ser objeto de negociação direta com os industriais" (39). Ainda que indireta e tímida, a luta começava a exigir a intervenção do Estado. Daí, portanto, aquilo que considero o caráter produtivo de uma luta, cujos desdobramentos acabariam apontando, nos anos seguintes, para uma nova estratégia de ação que contradizia aquela de ação direta postulada pelos anarquistas, assim registrado por K. Munakata:

"Anarquismo meramente verbal ou não, o importante é constatar que a ação operária, no seu próprio desenvolvimento e ampliação, começa a escapar dos limites de cada empresa ou de cada categoria. Quanto mais genéricas e generalizadoras tornam-se as reivindicações, mais elas acabam tendo como o alvo o Estado" (40).

Para o movimento anarquista, ter que reconhecer esse Estado como interlocutor, como intermediador, significava não só a derrota da ação direta como a perda do controle do mercado de trabalho. O que, em poucas palavras, impunha o reconhecimento agora da ação política como ponto de partida para a negociação e conquista da regulamentação das relações de trabalho. Para o patronato, mesmo a contragosto, e sempre se utilizando do expediente da burla às leis, só restava acatar a intromissão governamental na tarefa de criar medidas de proteção ao trabalho, ao mesmo tempo que ia reconhecendo e estruturando outros canais de participação política capazes de alterar a seu favor, revogar ou simplesmente prorrogar leis e decretos que feriam seus ideais liberais.

Assim, no bojo de uma luta pelo controle do mercado de trabalho, cujo resultado acabaria apontando para uma legislação "protetora" do trabalho, os contendores foram definindo e racionalizando o campo da luta, que agora passava pela ação política junto ao Estado. Neste sentido, uma série de realizações

do Estado no campo da questão social já indicavam os futuros desdobramentos e rearranjos no liberalismo: no plano estatal, podemos destacar a criação do DET, em 1911 e a instalação do Departamento Nacional do Trabalho, em 1918; e dentre as primeiras disposições legais de regulamentação do trabalho há que se lembrar a lei de acidentes de trabalho (1919), a lei Eloy Chaves (1923), que criava as CAPs para os empregados das companhias de estrada de ferro, a criação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) neste mesmo ano, e que voltava-se para a fiscalização do funcionamento das CAPs, a lei de férias, em 1925 e o Código de Menores, em 1926.

Contudo, é bom lembrar que, de acordo com K. Munakata, o fato decisivo para que esse rearranjo tivesse existência efetiva foi o sancionamento da reforma da Constituição de 1891, que, ao tornar competência do Governo Federal a adoção de medidas relacionadas com a legislação do trabalho, tornava cada vez mais difícil aos empresários a burla às leis. Nestes termos, faz sentido que aos poucos fossem deixando de se preocupar "exclusivamente" com o mundo da fábrica e passassem a buscar formas de atuação política capazes de retardar ao máximo a implantação das leis sociais em suas empresas: a sua atuação efetiva junto ao CNT bem como a instalação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928, são bons exemplos de que, na luta, a burguesia industrial ia forjando um projeto político mais abrangente de organização da sociedade do trabalho. Em 1926, ao travar uma luta contra a aplicação da lei de férias, há quase que um reconhecimento tácito de que o controle sobre o mercado de trabalho já não era competência dos próprios trabalhadores e nem sua, mas do Estado. Veja-se, por exemplo, o que diz K. Munakata a respeito:

"O regulamento só seria aprovado em 1926. Nele, os industriais são derrotados em algumas questões: as férias valem para todos os trabalhadores e não apenas aos comerciários; têm um caráter obrigatório; consideram-se quinze dias de férias apenas os dias úteis e não os dias sucessivos, como pretendiam os industriais. Em compensação, asseguram que a fiscalização da lei seja feita não pelos trabalhadores, através de seus sindicatos, mas pelo próprio CNT. Além disso, e mesmo regulamentada a lei, os industriais conseguem dilatar ao máximo o prazo para o seu cumprimento, e, no intuito de "demonstrar" a impraticabilidade da lei, passam a descumpri-la sistematicamente, com a anuência tácita do CNT" (41).

Para a classe operária, por outro lado, a nova estratégia de luta política, a partir da atuação efetiva dos comunistas imediatamente após a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, dar-se-ia através da organização de uma estrutura piramidal, que tinha como instância máxima de poder a Confederação Geral do Trabalho. Baseando sua força no princípio de centralização vertical dos sindicatos operários, esta nova estratégia de racionalização da luta, que tinha como um de seus suportes arregimentadores a política de beneficência sindical, ao contrário do que tinha sido a prática sindical anarquista, criava, paradoxalmente, as próprias cadeias para a classe operária. Ou seja:

"Além da beneficência propriamente dita, trata-se de ampliar o quadro de sindicalizados acenando com os possíveis benefícios, para, as sim, aumentar o poder de barganha dos próprios sindicatos. Em seguida, trata-se de disciplinar os trabalhadores para o trabalho, através de medidas coercitivas e até legitimadoras de demissão por "justa causa". Isto possibilita, de um lado, que os patrões recrutem preferencialmente os trabalhadores sindicalizados (cuja disciplina o sindicato garante), o que aumenta o grau de reconhecimento do sindicato pelo patronato. De outro lado, a disciplina dos trabalhadores tem também a função de legitimar os eventuais conflitos de trabalho, que não podem mais ser creditados a arruaceiros e trabalhadores desordeiros. Em outras palavras, o objetivo da beneficência é o controle do mercado de trabalho -- mas agora entendido também no sentido de controle dos próprios trabalhadores; se antes lutava-se pelo controle do mercado de trabalho pelos próprios trabalhadores, agora, controlá-lo implica controlar os trabalhadores" (42).

Em suma, se por um lado o reconhecimento de que o controle do mercado de trabalho era a forma de resistência organizada que o movimento operário encontrava para fazer frente à dominação burguesa, por outro, e paradoxalmente, a efetivação desse objetivo -- a regulamentação das leis trabalhistas --, através das organizações centralizadas e de militantes a serviço da causa, passava, mais e mais, pela necessidade de submeter os trabalhadores ao controle disciplinar. Estava aberto, assim, o caminho para que o patronato se aproveitasse desses novos ventos e começasse a promover um verdadeiro expurgo no seio da classe operária; a questão social deixava de ser um mero caso de polícia; o princípio de racionalização do trabalho ganhava novo alento com as primeiras propostas de identificação científica dos trabalhadores, antes mesmo que a classe operária consolidasse sua nova organização sindical; por seu turno, os empresários começavam a perceber que nesse princípio residia a possibilidade de poder trazer o mercado de trabalho para seu controle -- as greves, as desobediências veladas e abertas dos trabalhadores dentro da fábrica, tudo isso ia cada vez mais demonstrando para a burguesia industrial a necessidade de criar formas alternativas de disciplinar os trabalhadores. Principiaram, assim, as primeiras propostas de identificação racional da classe operária. A questão era: como construir a figura desse novo operário necessário, sem ferir os ideais liberais?

1921. As ondas de roubos e furtos que os operários praticavam contra as indústrias têxteis paulistas é tema de preocupação dos empresários aglutinados no Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP). Em 26 de abril daquele ano, este Centro, através de circular confidencial, convocava o comparecimento de todos os empresários do ramo para uma Assembléia Geral Extraordinária (a ser realizada no dia 30 daquele mês), com o objetivo de comunicar a seus associados o meio encontrado pela entidade para eliminar os movimentos de resistência operária, com a anuência da polícia do Estado. Aí todo um discurso é formulado para justificar a constituição do operário necessário.

Assim é que alguns dias antes, mais precisamente no dia 12 de abril, o CIFTSP enviava ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma circu-

lar onde manifestava a apreensão de seus associados quanto ao então recente projeto de regulamentação do trabalho proposto pelo Departamento Nacional do Trabalho:

"As nossas indústrias lutam continuamente com uma praga, da qual não cogitou o projeto de Regulamentação do Departamento Nacional do Trabalho: queremos nos referir aos operários indesejáveis" (43).

Mas, quais eram os operários considerados indesejáveis por aquele Centro?

Para o CIFTSP só poderia haver uma resposta a esta pergunta: indesejáveis eram todos aqueles que promoviam agitações dentro da fábrica e resistiam de todas as formas à disciplina férrea que patrões e capatazes lhes impunham através dos famosos regulamentos internos. Por isto mesmo, um problema crucial para aquela entidade patronal estava em encontrar um método eficaz que levasse o operariado a tomar consciência "espontaneamente" de suas obrigações trabalhistas, pois as técnicas repressivas até então adotadas dentro da fábrica tinham demonstrado sua ineficácia. E, sem abandonar os princípios do liberalismo, o CIFTSP, através daquela circular, reconhecia que a forma mais adequada de conter os delitos cometidos pelos operários -- "... uma vez provadas insuficientes as punições previstas nos regulamentos internos das oficinas" (44) --, dispensava, inclusive, a pura e simples repressão policial.

Confirmando o que já procurei demonstrar mais atrás, é sempre importante destacar, de acordo com esse depoimento, que a indústria têxtil recorria com freqüência aos métodos repressivos para obter a disciplina e a ordem dentro da fábrica. No entanto, o próprio empresariado reconhecia que o grande problema, um verdadeiro tormento, era que nenhum desses métodos punitivos (o sistema de multas, por exemplo), tinha sido suficientemente capaz de conter e invalidar (textualmente) a ação dos operários considerados indesejáveis para o trabalho industrial, como se a fábrica tivesse perdido o seu papel fundamental na sociedade. Eis porque, diante de uma luta de resistência, a reação burguesa impunha a adoção de outras estratégias de dominação sobre a classe operária. Para tanto apelava para o discurso alarmista:

"... assistimos impotentes à invasão das nossas empresas por indivíduos que uma longa série de delitos sempre impunes torna audacíssimos" (45).

Principiava entre os empresários uma proposta de identificação científica da classe trabalhadora, de acordo com o mais genuíno padrão liberal. Assim, como os tradicionais métodos punitivos (regulamentos internos e repressão policial) jamais tinham surtido os efeitos desejados, aquele Centro chegava à seguinte conclusão:

"... a única maneira de depurar-se o organismo proletário nacional da lepra que o corrói é a identificação obrigatória, vazada em moldes científicos" (46).

Numa clara intenção de tentar submeter a classe operária ao regime de fábrica, o patronato acenava com uma proposta de identificação obrigatória, que

seria uma espécie de medida precursora da "Carteira Profissional".

Aqui duas questões precisam ser consideradas. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o discurso burguês sempre acena para o caráter progressista, beneficente e humanitário de suas propostas de racionalização; neste caso, mesmo mantendo seus postulados liberais, o CIFTSP procurava justificar os benefícios que aquela identificação obrigatória poderia proporcionar ao proletariado. Isto é, ficha limpa representaria um atestado de probidade, um passado de labor, enfim, o direito ao trabalho para os indivíduos íntegros e conscientes de suas obrigações trabalhistas. Em segundo, esse mesmo discurso também tinha que convencer os empresários de que o método de identificação proposto não chegava a ferir os ideais liberais, na medida em que sua adoção não representava um atentado à liberdade individual. E a justificativa vinha de pronto: o Estado não identificava a todos os indivíduos, indistintamente, na sociedade? E concluía: uma vez que esse método não chegaria a ferir os princípios inalienáveis da liberdade individual, não havia razão para que o empresariado têxtil protelasse ainda mais o processo de seleção rigorosa do operariado. E o argumento para convencer prováveis patrões reticenciosos era realmente ameaçador:

"... o operário será para o patrão não o colaborador fiel da sua prosperidade mas sim o provável inimigo, de passado nebuloso e incógnito, que esconde no fundo da sua alma inquietante reservas de ódio, incontidos desejos de vinganças, fermentos de rebeldia" (47).

Mais ainda, para não ferir os princípios de liberdade individual, na verdade a liberdade do operário como colaborador fiel da prosperidade patronal, o CIFTSP ponderava que a solução não poderia se dar através da identificação policial obrigatória. E dois eram os motivos que levantava: por um lado, pelo aspecto da violência que tal medida possuía; por outro, pela inevitável lentidão que esse encaminhamento provocaria no processo de identificação.

Enfim, buscando para si o controle do mercado de trabalho, num momento em que o próprio movimento operário já começava a transferir para a esfera do Estado esta responsabilidade, o CIFTSP partia para uma ação efetiva de agilizar técnicas científicas de punição a operários infratores e resistentes. Portanto, sem passar pela intermediação política do Estado, cuja função deveria continuar sendo meramente repressora, os empresários encontravam, ainda na década de vinte, uma maneira de salvar o liberalismo.

Quanto à sua eficácia, aquela circular lembrava que o Centro Industrial de Sorocaba já havia se utilizado desse expediente com excelentes resultados. Dessa forma, baseando-se na experiência dos empresários sorocabanos, o CIFTSP propunha que cada fábrica de tecidos tivesse seu arquivo particular de fichas contendo informações sobre seus operários e as permutasse com as de outras fábricas do mesmo ramo industrial. Essas fichas, ponderava, seriam fundamentais para que o empresariado não viesse a empregar operários considerados indesejáveis, já que a rotatividade no trabalho era muito intensa. Mas isto não era tudo. Devido à facilidade com que os trabalhadores podiam mudar de i -

dentidade, o CIFTSP sugeria que o arquivo de fichas fosse complementado com a adoção de um sistema de cadernetas operárias. De acordo com aquela circular esta medida era inevitável. E ponderava: um operário considerado indesejável e que fosse expulso de uma fábrica sempre conseguia, sem grandes problemas, voltar a trabalhar numa outra qualquer, mesmo que o mencionado arquivo de fichas funcionasse perfeitamente, bastando para tanto que mudasse sua identidade. Diante da luta, a eficácia e o êxito do sistema passava pelo imperativo de catalogar, isto é, de dar uma identidade inconfundível a cada indivíduo. No caso específico da proposta do CIFTSP, a possibilidade de poder exercer um controle efetivo sobre o mercado de trabalho passava pela sua racionalização, mediante a instituição de um sistema de cadernetas operárias.

Mas havia um outro problema a ser resolvido. Uma vez eliminada a resistência dos empresários, era preciso pensar nos trabalhadores. Como se comportaria o proletariado diante dessa medida?

Consciente de que a luta se travava pelo controle do mercado de trabalho, o CIFTSP, ao mesmo tempo que transferia para si a competência de organizar o sistema de identificação obrigatória dos indivíduos, chamava à responsabilidade legal o eficiente, técnico e neutro Departamento Nacional do Trabalho. Era o que sugeria aquela circular:

"... por certo o proletariado nacional (mal orientado justamente pelos maus elementos que a identificação se propõe afastar do seu seio) se tal medida não tiver a ampará-la a força cega de uma lei. Mas aí estará o Departamento Nacional do Trabalho, com suas disposições taxativas, contra as quais se quebrarão todas as resistências possíveis, e é para ele que voltamos as nossas vistas" (48).

Além de ter uma presença efetiva naquele órgão do Estado, os empresários definiam não só quem eram os maus elementos como também precisavam o papel mediador do Departamento Nacional do Trabalho apenas como instituição fiscalizadora e mantenedora de uma ordem, que garantia ao CIFTSP o controle do mercado de trabalho. Em outras palavras, pelo amparo legal que o Estado poderia oferecer, através do Departamento Nacional do Trabalho, ao sistema de cadernetas operárias, o CIFTSP transferia para si a responsabilidade dessa identificação "científica", sem nenhum ônus para o governo federal, ao mesmo tempo que, estrategicamente, buscava impedir que a luta ganhasse um eixo político capaz de colocar em risco aquele controle desejado. Para tanto, jogava com a ideia da força cega da lei, a fim de quebrar com todas as possíveis resistências existentes no seio do proletariado

Contudo, coerente com o discurso liberal, para o CIFTSP somente o empresariado (e não o Estado protetor) poderia dar uma boa orientação ao proletariado, para que juntos pudessem alcançar os mais altos anseios da nação, isto é, a harmonia, a paz social e o progresso industrial. Não obstante, os maus elementos sabiam muito bem que esse discurso da industrialização tinha o seu preço: o fim do anonimato dos indivíduos na sociedade; todos podiam agora ser localizados tanto dentro como fora da fábrica. Sem dúvida, diante da resistên-

cia operária à perda do controle do mercado de trabalho e a necessidade cada vez mais premente de garantir a disciplina dentro e fora da fábrica, foram fatores fundamentais para que o empresariado liberal, antes mesmo do que a historiografia costuma caracterizar, já fizesse alusão a uma política de organização e controle racional da força de trabalho. E, ainda que a intensão aqui não seja a de compará-la com a do pós-30, a não ser quanto ao seu caráter precursor, não se pode deixar de considerá-la como um momento importante para futuras reflexões sobre o processo de racionalização do trabalho, fato que não passou despercebido a M. Hall e P.S. Pinheiro. Para estes autores também aquela circular do CIFTSP deixava claro que

"... a "Carteira Profissional", uma das dádivas da revolução de 1930 à classe operária, estabelecida em 21.3.1932, através do decreto 21.175, era uma inovação há muito tempo preconizada pelas classes patronais com a óbvia intenção de controlar a classe operária" (49).

Em suma, o discurso da racionalização do trabalho, a intervenção cada vez mais acentuada do Estado na economia, mesmo a contragosto dos empresários, principalmente quanto à regulamentação de toda a legislação industrial e trabalhista, dentre outras tantas medidas adotadas a seu tempo, só podem ser entendidas enquanto respostas que o sistema encontrou para poder superar as lutas e crises que ele mesmo ia engendrando. No caso da consolidação da legislação trabalhista isto ficava patente — nenhuma lei se antecipa a problemas que o sistema não se coloca; só se legisla quando o campo de conflitos se instaura e exige a intervenção da força cega da lei. Assim, a legislação trabalhista, verdadeira conquista da classe operária, carregava consigo essa indissolúvel contradição de que também representava suas cadeias: no momento em que a luta transferia para o âmbito do Estado a competência de controlar o mercado da força de trabalho, os trabalhadores perderam em muito o seu poder de barganha e tiveram que se submeter ainda mais a um regime de fábrica agora legalmente vigiado. Por outro lado, para o patronato, a legislação, apesar de ter representado o fim de seus princípios liberais, podia ser reconhecida como um instrumento eficaz para o bom adestramento e exploração racional da força de trabalho. Mas este foi um processo longo. Foram precisos muitos anos e muito empenho das entidades patronais para que o empresariado rompesse com sua "perigosa" prática de moralização do trabalho.

Notas do Capítulo IV

01. Um dos fatores explicativos para a resistência da burguesia industrial à regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas era o temor generalizado de que a medida não viesse a ser acatada por todas as empresas ao mesmo tempo, provocando uma concorrência "desleal" no mercado. Por esta razão, penso que a sua regulamentação só poderia vigorar, de fato, com a centralização do poder burguês, a partir de 1928, com a instalação do CIESP;
02. Ao capital é preferível estabelecer condições mínimas para a contratação do trabalho compatíveis com a utilização crescente de máquinas no processo de trabalho, do que deixar de empregá-las ou sub-utilizá-las, uma vez que não é para ser depreciada que a máquina foi construída. Ao contrário, ao produzir mercadorias a máquina transfere valor ao produto, intensifica a produção, torna os operários mais produtivos, uniformiza a produção, propicia o cálculo do volume de mercadorias a serem produzidas, etc. Sem emprego é imprescindível para que o processo de acumulação tenha continuidade, não só porque a revolução que provoca no processo de trabalho acaba se estendendo a todos os ramos da indústria, como amplia o quadro humano disponível para a exploração e o grau de exploração;
03. O emprego de máquinas visa intensificar a força produtiva do trabalho: reduz o trabalho necessário e amplia o trabalho excedente. E isto só é possível reduzindo o número de operários. Contudo, trocar força de trabalho por máquinas (capital constante) é uma contradição imanente ao capital, uma vez que, de acordo com K. Marx, capital constante não rende mais-valia: "... la aplicación de maquinaria para la producción de plusvalía adolece de una contradicción immanente, puesto que de los dos factores de la plusvalía que supone un capital de magnitud dada, uno de ellos, la cuota de plusvalía, sólo aumenta a fuerza de disminuir el otro, el número de obreros", cf. K. Marx, in *El Capital*, op.cit., p.335;
04. A esse respeito, veja- Anexo II - "Algumas considerações sobre a Fábrica Anhaia, elaboradas a partir do Relatório do Boletim do D.E.T., de 1912, op.cit.;
05. Cf. Taylor, F.W., Princípios de Administração Científica, op.cit.;
06. A Luta Proletária, SP, 1908, nº 6;
07. A Plebe, SP, 1919;
08. Pinheiro, P.S. & Hall, M. A Classe Operária no Brasil (1889-1930), Documentos, Vol.1 - O Movimento Operário, SP, Editora Alfa-Ômega, 1979, pp.50-51;
09. Foucault, Michel. Vigiar e Punir (História da violência nas prisões), Editora Vozes, Petrópolis, 1977, pp.156-157;
10. Ribeiro, Maria Alice R. Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930), Tese de Mestrado, Unicamp, 1980, mimeo., p.142;
11. Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit., vol.2, p.45;
12. Idem, ibdem, p.48;
13. Idem, ibdem, p.112;
14. Foucault, Michel, Vigiar e Punir, op.cit., p.156;
15. Idem, ibdem, p.158;
16. A esse respeito, inúmeros são os relatos reunidos no vol.2 de A Classe Operária no Brasil, op.cit.;
17. Ribeiro, Maria Alice R., op.cit., p.144;
18. Cf. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, op.cit.;
19. Idem, ibdem, p.36;
20. Idem, ibdem, p.38;

21. Se os decretos e leis são a objetivação da competência, a "correta" tradução em cada momento do que o social deve entender por trabalho do menor, da mulher, lei de férias, etc., uma contabilidade perfeita, racional e mensurável, por outro lado, as imperfeições e omissões passa a ser o campo privilegiado para a atuação das autoridades competentes, que, julgando "cada caso um caso", criam para si, sob os auspícios da justiça, um espaço maior de poder e de privilégios. Contudo, o mais importante a ser considerado é exatamente isto: deve transformar toda e qualquer mão-de-obra em mera estatística para o capital, retirando do corpo social aquilo que lhe é intrínseco, a saber, sua condição humana, homogeneizando e escalonando, em seguida, as competências. Eis aí um dos princípios básicos do discurso competente que, pelo menos no nível do discurso e dos dispositivos legais, deve se sobrepor ao fator subjetivo, tornando-se técnico e objetivo, fazendo com que os casos omissos sejam reconhecidos como o campo privilegiado para que o exercício da autoridade seja reconhecido pelo social;
22. Ribeiro, Maria A. R., op.cit., pp.155-156;
23. Boletim do D.E.T., op.cit., p.38;
24. Avanti!, 24 de maio de 1907;
25. Idem, ibdem;
26. Idem, ibdem;
27. Idem, ibdem;
28. Idem, ibdem;
29. Idem, ibdem;
30. Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit., vol.2, p.62; transcrito do Boletim do D.E.T, op.cit.;
31. Boletim do D.E.T., op.cit.;
32. Idem, ibdem, p.38;
33. A expansão da capacidade produtiva da indústria têxtil algodoeira paulista, no período de guerra, não teria se dado somente pelo aumento de horas trabalhadas, como pensa W. Dean em A industrialização de São Paulo, op.cit. Para W. Cano, por exemplo, essa expansão se deveu em parte ao fato de que as máquinas instaladas entre 1910 e 1920 eram mais novas (apesar do mesmo nível técnico), o que teria permitido um aumento de eficiência e de produção por máquina. Pode-se dizer, portanto, que durante a guerra a indústria têxtil algodoeira apresentou uma forte acumulação de lucros que puderam ser reinvestidos não só na reposição de máquinas desgastadas como também na ampliação da capacidade produtiva instalada. Por outro lado, o fim da guerra e a recuperação dos preços do café no mercado mundial acabariam permitindo que a importação de máquinas retomasse os níveis anteriores ao início do conflito;
34. Boletim do D.E.T., op.cit., p.37;
35. Idem, ibdem;
36. Foucault, Michel, Vigiar e Punir, op.cit., p.156;
37. Munakata, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasil, SP, Tudo é História, nº 32, Brasiliense, 1981;
38. Idem, ibdem, p.24;
39. Idem, ibdem, p.27;
40. Idem, ibdem, p.28;
41. Idem, ibdem, p.40;
42. Idem, ibdem, p.53;

43. Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Circular, 12 de abril de 1921, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, p.1;
44. Idem, ibdem, p.1;
45. Idem, ibdem, p.2;
46. Idem, ibdem, p.2;
47. Idem, ibdem, p.3;
48. Idem, ibdem, p.6;
49. Pinheiro, P.S. & Hall, M., op.cit., p.198;

## V

CAPITULO RESERVADO AS ULTIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CARÁTER RACIONALIZADOR DA LUTA

"(...) toda autoridade é degradante. Degrada aqueles que a exercem, como aqueles sobre quem é exercida. Quando usada de forma violenta, brutal e cruel, dá bom resultado, porque gera ou, de algum modo, faz aflorar o espírito de revolta e o Individualismo que lhe deve dar fim. Quando usada com certa dose de amabilidade e acompanhada de prêmios e recompensas, torna-se assustadoramente desmoralizante"  
(Oscar Wilde)

1. No qual o tema da industrialização revela o projeto autoritário da burguesia industrial paulista e em que sentido o discurso da racionalização em Roberto Simonsen sofreu alterações no final da década de vinte.

No capítulo precedente procurei demonstrar que a organização fabril em bases fordistas (disciplina e moral férreas no trabalho) e o anarquismo expressavam as concepções liberais das primeiras décadas deste século. Procurei evidenciar também que no mundo da fábrica a prescrição de um "regulamento interno", próprio daquela etapa do capitalismo liberal, e que primava pela falta de uma legislação regulamentadora das relações entre capital e trabalho, provocava virtualmente a resistência do movimento operário, cujas greves que assolaram São Paulo e Distrito Federal, ao final da década de 1910, foram, neste sentido, bastante significativas. Disse ainda que, como resultado dessa luta, a burguesia industrial, sem abandonar os postulados liberais, se viu forçada a aceitar a intermediação do Estado no conflito; e que, desde então, seus principais ideólogos, dentre os quais há que se dar um destaque especial a Roberto Simonsen, procurariam as panacéias mais adequadas para poder controlar a classe operária, sem ferir seus princípios liberais.

Não obstante essa ameaça fosse suficiente para os empresários reformularem sua visão despótica sobre a organização fabril, é preciso considerar, por outro lado, que a tendência geral de concentração de capital na grande indústria exigia, de acordo com os próprios pronunciamentos de Simonsen, uma organização racional da fábrica no melhor estilo taylorista e colocava como inadiável para os empresários uma luta bem mais ordenada pelo protecionismo. Isto é, tomando a grande indústria têxtil como base, no momento mesmo que o processo de concentração de capital atingia e levava o debate para a opinião pública, estava colocada de forma irreversível para a burguesia industrial a necessidade de abandonar os muros da fábrica e, organizadamente, formular um discurso consensual em torno de uma política protecionista, sob os auspícios do Estado. Tanto a necessidade de controlar o mercado de trabalho quanto a de ditar um padrão de desenvolvimento baseado na grande indústria foram fundamentais pa-

ra que a burguesia fosse, paulatinamente, abandonando o liberalismo. Portanto, qualquer dos dois ângulos que se queira privilegiar, o certo é que a falên - cia desta doutrina, ao final da década de 1920, só se torna compreensível porque a luta de classes e a luta interburguesa nos anos precedentes já colocavam de forma irretorquível o seu questionamento. Consideremos, inicialmente, esta segunda proposição, a partir da fala dos empresários ligados à indústria têxtil paulista e ao CIFTSP.

O que pretendo discutir aqui é exatamente isto: o caráter de um discurso que, ao abordar as mesmas questões que serão objeto de atenção dos empresários reunidos em torno do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), em 1928, e da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em 1931, já prenunciava desdobramentos rumo ao futuro projeto político da burguesia industrial paulista, o qual iria se encaminhar sob o tema da industrialização. Neste caso, torna-se importante dar destaque ao debate que os empresários travaram, por volta dos anos de 1925 e 1926, a respeito da questão do protecionismo e da reforma tarifária, pois, como bem lembra Lênin, a questão do protecionismo está diretamente relacionada aos interesses das classes dominantes e é, a princípio, uma luta entre empresários. Portanto, se considero que o caráter produtivo da luta é a racionalização do sistema, então é possível supor que, também sob esse ponto de vista, os empresários já não vislumbrassem outra alternativa senão sair do âmbito da fábrica e buscar organizar a sociedade de ponta a ponta para o capital, de tal forma a manter para si o controle sobre o mercado.

Retrospectivamente, e ao contrário do que se possa imaginar, um dos momentos mais significativos da expansão da indústria têxtil foi anterior ao final da I Guerra Mundial, não só porque entre 1917 e 1918 essa indústria já produzia de 75 a 85% de todos os tecidos consumidos no país, como também pelo fato de que aproximadamente a metade de seus maquinismos ainda em funcionamento em 1945 havia sido instalada por volta de 1915 e 1925. A partir do primeiro ano da guerra, as fábricas de tecidos puderam exercer um progressivo monopó - lío em escala nacional, o que não teria sido muito difícil para a grande indús - tria: além da barreira natural que o conflito propiciava, já dispunha de um co - nhecimento técnico de como produzir fios e tecidos de várias qualidades suficientemente desenvolvido e havia consolidado um sistema de distribuição dos produtos no mercado interno, através de grandes casas comerciais. E, com a res - trição das importações propiciada pela guerra, nenhum de seus artigos, princi - palmente os destinados às camadas de baixa remuneração, foram recusados, tais como brins, casemiras de algodão, cassinetas, zefires, xadrezes, panos brancos para camisas, etc. Por outro lado, mesmo aquelas tecelagens que trabalhavam com fios importados até momentos antes da deflagração da guerra viram-se, desde en - tão, na dependência dos fornecimentos que as grandes fiações poderiam propor - cionar. Nessa luta, algumas não puderam resistir à concorrência implacável, ten

do que adquirir fios a um preço mais elevado no mercado interno. Delineava-se assim uma luta no bojo da tendência geral do movimento de concentração e centralização de capital na grande indústria têxtil: muitas fábricas tiveram que interromper suas atividades ou simplesmente reduzi-las de maneira drástica, devido à falta e encarecimento do produto no mercado; outras, como já procurei demonstrar, tiveram que se adaptar à nova situação e tornaram-se indústrias integradas; mas, inúmeras acabaram sendo absorvidas por outros empreendimentos mais sólidos.

Assim, por volta de 1918, ao final da guerra, com a ameaça da retomada do movimento de importação de fios e tecidos, considerando que os produtos nacionais dificilmente poderiam suplantar a melhor qualidade dos produtos europeus e norte-americanos, que invariavelmente também eram mais baratos, os empresários trataram logo de juntar esforços e procuraram garantir para si o mercado interno, diversificando e intensificando a produção de fios e tecidos de qualidade superior. E é, diante da urgência de se proceder à racionalização da fábrica e da premência da formação de um bloco monolítico dos empresários ligados ao setor que a instalação do CIPTSP, em 1919, tornava-se um acontecimento ímpar; mais ainda, era fruto dos interesses postos na grande indústria.

Sem dúvida, a grande expansão experimentada pela indústria têxtil, principalmente em São Paulo e Distrito Federal, colocaria de forma explícita o confronto de interesses entre os seus vários segmentos, durante as décadas de 1920 e de 1930: as fábricas do sul contra as do norte; os pequenos estabelecimentos produtores de tecidos grossos contra as grandes indústrias produtoras de fios e tecidos de qualidade superior, etc. Em suma, a partir dessas questões, primeiro no Distrito Federal e logo em seguida em São Paulo, os empresários da indústria têxtil passariam a organizar suas entidades de classe, que, embora buscassem defender os interesses da grande indústria, ao nível do discurso tinham que falar em nome dos interesses gerais de toda a indústria. É nesse contexto que o CIPTSP, prenunciando o sentido da racionalização do sistema, passaria a ter um papel destacado na luta pelo protecionismo e pela reforma tarifária, a partir da segunda metade da década de 1920, mais precisamente por volta de 1925-1926, quando a prosperidade da indústria têxtil se esgotou e passaram a surgir os primeiros indícios da depressão capitalista, ainda que continuassem a proliferar novos empreendimentos.

Reavivando a memória, já disse que o Encilhamento foi um momento importante, diante do qual o capital acabou promovendo sua reorganização em bases racionais. Mais ainda, já observei também que são precisamente nos momentos de crise declarada que podemos observar com maior nitidez o movimento de concentração e centralização de capital, apesar de que algumas análises, procedendo a uma investigação unilateral, insistam em perceber esses momentos como de desestruturação do sistema. Ao contrário, penso que as crises são mais salu

tares que danosas, vista sob a óptica da reorganização do aparelho produtivo em bases mais racionais. E é nesse sentido que a crise de 1929 deve ser auscultada.

Quando a crise surgiu por volta de 1926, por exemplo, apareceu com ela todo um discurso capaz de justificar a necessidade de um movimento de concentração e de centralização do capital, ao mesmo tempo que procurava desfazer preconceitos, gerados no seio da opinião pública, favoráveis à política livre-cambista. São em momentos como esse que o capital se une e busca a formação de cartéis; ao pequeno empreendimento, aliado que fica do processo, muitas vezes só resta se submeter e se fundir a outros empreendimentos ou então ser esmagado pela concorrência "desleal", acabando por cerrar suas portas, o que sempre dá no mesmo. Porém, como não pretendo proceder a um inventário capaz de demonstrar de forma exaustiva esse movimento concentracionista, contento-me em acompanhar a tendência geral do capital nessa indústria têxtil, percebendo o processo através da fala de figuras representativas do grande capital, naquele momento. Entrementes, apesar dessa tendência ser acentuada quando falamos em indústria têxtil, não se pode negar que em momentos anteriores a 1926, ao mesmo tempo em que o capital se concentrava nas grandes fiações e tecelagens, ocorria também a entrada de investimentos menores em alguns segmentos desse ramo, principalmente nos períodos de maior euforia e de expansão econômica. E, mesmo na segunda metade da década de 1920, ao contrário do que se possa imaginar, foi grande o crescimento no número de fábricas têxteis em todo o Brasil. E, ainda que as maiores estivessem localizadas em São Paulo e Distrito Federal, empreendimentos de pequeno e médio porte continuaram a proliferar nos vários Estados brasileiros, só que especializados na produção de tecidos mais grossos, escudados que estavam até então por uma barreira tarifária que sempre protegeu as iniciativas empresariais desse setor (01). Por isso mesmo, buscando ampliar mercados para além das fronteiras paulistas, os industriais envidaram esforços no sentido de aumentar a eficiência do aparelho produtivo instalado, principalmente através de uma política de importação de máquinas, que no ano de 1926, por exemplo, atingiria marcas realmente expressivas. É por essa época também que começam a reivindicar a revisão tarifária vigente desde o início dos anos 1900, mediante uma política consciente e bem orientada pelo CIFTSP. Enfim, a década de 1920 apresentou esses fatos importantes, cujos desdobramentos se fariam sentir por toda a década seguinte: esse período seria também marcado por uma luta acirrada que o grande capital travou para impor a formação de cartéis e, conseqüentemente, o controle monopolista de preços, não só para tecidos considerados de qualidade inferior como também para fios e tecidos finos e de qualidade superior. E, apesar de autores como Stanley Stein e Warren Dean afirmarem que a formação de cartéis foi uma experiência frustrada entre os empresários do setor, é preciso reconsiderar a questão, não só por que ela era explícita ao nível do discurso da industrialização, como também o

problema da rigidez tecnológica esteve sempre a apontar para o processo de concentração de capital na grande indústria integrada.

A crise colocava na ordem do dia a necessidade da revisão tarifária e o protecionismo como formas de proteger a indústria. Nesse sentido, prenunciando a "catástrofe" que iria se abater sobre a Nação nos anos seguintes, o empresário procurou delinear melhor seus objetivos, definindo parceiros e inimigos -- os protecionistas versus os livre-cambistas (estes sim, verdadeiros inimigos da Nação).

De fato, em 1925, comentando um artigo publicado no jornal "O Estado de S. Paulo", O. Pupo Nogueira apontava os sacrifícios pelos quais a nação brasileira haveria fatalmente que amargar, caso não se procedesse à reforma tarifária e não fosse baixado o câmbio (02). Aí já se delineava a identificação num mesmo bloco a nação, o protecionismo e a indústria em geral.

Um ano depois, em 1926, mais uma vez O. Pupo Nogueira defenderia esta tese. E o recado que enviava à Comissão do Senado, encarregada de proceder à reforma, não deixa margens à dúvida:

"Se a Comissão do Senado adotar o critério protecionista que vem sendo apregoado e aconselhado até pela imprensa oficiosa, poderemos encontrar na tarifa um precioso elemento de progresso industrial e comercial. Mas se a comissão enveredar pelo livre-cambismo adentro, com a ilusória esperança de baixar o custo das utilidades fomentando a concorrência estrangeira, então estaremos perdidos" (03).

Polemizando com os importadores e procurando demonstrar para a burguesia agrária, aglutinada em torno da Sociedade Rural Brasileira, que a elevação das tarifas era lesiva à lavoura, a indústria têxtil ia delineando seu discurso protecionista e de combate à propalada crise, pois em torno desta acabaria girando todo um debate que, no fundo, promoveria o processo de concentração de capital na indústria. Em primeiro lugar porque a indústria, e principalmente a indústria têxtil, representava uma força econômica efetiva no cenário nacional, suplantada apenas e tão somente pela cafeicultura. Em segundo, porque a reforma tarifária acabaria por proteger muito mais a grande indústria, uma vez que já havia procedido a um maciço reaparelhamento tecnológico nos anos anteriores. Em poucas palavras, penso que o saneamento era o caminho mais seguro para a consolidação de uma política de cartéis.

Entretantes, ainda que o acirramento da crise só se dê a partir da segunda metade da década de 1920, no bojo da qual o protecionismo irá se constituir num dos principais pontos do projeto político da burguesia industrial, não foi aí que a indústria aparecia pela primeira vez como alternativa verdadeiramente "redentora" da nação. Para tanto, basta lembrar rapidamente aqui a proposta de taylorização da produção enunciada por Roberto Simonsen em 1918, para darmos conta de que grandes transformações já estavam a caminho, embora o fim do liberalismo ainda não fosse alvo de cogitações. Ao contrário, tratava-se de salvá-lo. Isto é, a racionalização da produção era a alternativa que Simonsen encontrava para debelar a crise, trazer novas responsabilidades saneado

ras para o Estado, restaurar a harmonia dentro da fábrica e evitar, conseqüentemente, uma "desnecessária" legislação trabalhista. E, pois, em meio a todo um esforço de preservar o liberalismo -- sem deixar de reconhecer o papel hegemônico de uma economia de base agrária -- que Simonsen iria modelar a agricultura, baseando-se na importância histórica da industrialização racional.

Em 27 de dezembro de 1918, no "Discurso de saudação ao Ministro da Agricultura, o exmo. sr. dr. Pádua Salles, no banquete que lhe oferecem a cidade de Santos", o qual acabaria sendo publicado no ano seguinte sob o título de Pela organização da produção, Simonsen defendia a tese de que a crise tinha sido o fator responsável pela rápida organização econômica dos países industrializados em bases realmente científicas. Dizia ele, naquela oportunidade:

"Na tremenda luta econômica em que os povos se vão empenhar como reação inevitável da grande guerra, em que avultaram nos orçamentos das nações as despesas improdutivas, os que desejarem produzir na aceção econômica da palavra -- têm de organizar em seus mínimos detalhes o sistema de produção -- seja qual for a natureza desta, visando a máxima eficiência na aplicação de todos os seus elementos" (04).

Organização do sistema de produção, esta era a fórmula que Simonsen encontrava para comprometer o Estado com a luta econômica. E, para tanto, reconhecia a importância do Partido Republicano -- "partido político dominante" --, em cujas mãos deveria ser depositada a tarefa de realizar tal programa, em bases científicas. Se reconhecia o Estado liberal como o mais adequado ao desenvolvimento industrial, era preciso envolvê-lo, ainda que indiretamente, com um programa saneador. Como? Comprometendo a economia de base agrária na tarefa de evitar a ameaça de um desequilíbrio social que, inevitavelmente, os desdobramentos da expansão capitalista de base monopolista acabariam provocando nas economias que ainda não haviam procedido à planificação da produção. Sem se preocupar em alterar as bases de uma economia liberal, a atenção de Simonsen voltava-se para definir o caráter dessa intervenção estatal como órgão técnico, capaz de promover o saneamento imprescindível, a partir da própria agricultura. Isto é,

"... num país como o nosso, o Ministério da Agricultura assume, portanto, preponderância capital".

Para concluir em seguida:

"O fomento da nossa produção exige ainda o estudo do desenvolvimento do crédito agrícola; do problema da mão-de-obra, tão complexo no momento atual pela rarefação havida no mercado de braços; da orientação acertada na escolha dos produtos e do instrumental agrícola; do transporte, a preços módicos; depende, enfim, da organização da produção em bases cientificamente determinadas" (05).

Mas, ao propor essa intervenção Simonsen encontrava campo para destacar a grande contribuição que a indústria poderia dar a essa política, e até sugerir que o destino de uma economia de base agrária passava pela adoção dos mesmos princípios de racionalização que haviam feito o sucesso da indústria. Estratégicamente, redimensionava, em tom ameaçador, o papel da agricultura no

conjunto da economia: responsável em grande parte pelos desdobramentos da crise, afirmava que o futuro da nação não poderia estar posto na agricultura, caso não se modernizasse. A importância desse manifesto era visível. Com ele Simonsen operava uma inversão na tradicional concepção a respeito da vocação agrária do Brasil, uma vez que a modernização preconizada deveria se espelhar justamente nos métodos empregados pela moderna organização industrial americana (06). Em poucas palavras, no exemplo industrial estava a chave para que a economia nacional repusesse o equilíbrio social ameaçado; para produzir em bases racionais, já que a crise não deixava outra escolha senão o caos, a agricultura deveria copiar o exemplo americano; mais precisamente, deveria adotar os mesmos princípios que haviam norteado sua indústria moderna e taylorizada. Quanto a isso, Simonsen não poderia ser mais enfático:

"O cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica" (07).

Enfim, tomando por base o plano de desenvolvimento agrícola levado a efeito pelos Estados Unidos, Simonsen propunha para a agricultura brasileira, mediante ação competente do Estado, a aplicação de métodos capazes de elevar a produção e fazer baixar o seu custo, tais como: drenagem do solo, irrigação, desenvolvimento das estradas de ferro, construção e melhoramento das estradas de rodagem existentes, difusão do ensino agrícola, organização de um sistema de crédito para a agricultura, criação de campos de experiência e demonstração, publicação de textos de propaganda e ensino, gratuitamente, farta distribuição de sementes, etc.; em suma, o solo deveria ser colocado em condições de propiciar um trabalho intenso e organizado, a partir de toda uma infraestrutura implementada pelo Estado.

Neste ponto é necessário que se faça uma pergunta crucial. Por que o discurso da racionalização da produção e a luta pelo protecionismo não se convertem em projeto político para a burguesia industrial, senão no final da década de 1920?

Mais uma vez é preciso reafirmar que o pressuposto fundamental para que ocorresse a transfiguração era a ameaça real de uma luta.

Privilegiando a fala de um dos mais destacados porta-vozes da burguesia industrial paulista, a produção historiográfica de Edgar de Decca explorou, com rara felicidade, o momento de engendramento do projeto político dessa burguesia, a partir do processo revolucionário instaurado por volta de 1928(08). Descartando uma suposta debilidade política do empresariado paulista, este autor concentra sua atenção na atuação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a partir de sua instalação naquele ano, e na trajetória do discurso de Roberto Simonsen, de tal forma a recuperar uma luta que foi apagada pela ação sempre renovada de uma memória histórica. Para tanto, invertendo o sentido comum privilegiado pela historiografia, busca analisar a obra de Simonsen no pós-30 como produção-síntese do processo de sedimentação da memó-

ria. A partir desta constatação não lhe é difícil proceder ao desmonte dessa produção que foi capaz de anular uma luta e os projetos políticos alternativos que a informavam e que haviam surgido naquele contexto que antecedeu à "revolução de 30". Constatação esta que também não passou despercebida para Italo A. Tronca, em seu trabalho — Revolução de 1930: a dominação oculta —, ao advertir desde logo que,

"Antes de mais nada, é preciso dizer que a idéia de "revolução de 30" talvez seja a construção mais bem elaborada do pensamento autoritário no Brasil. Como tal, foi e continua sendo um poderoso instrumento de dominação, na medida em que apagou a memória dos vencidos na luta e construiu o futuro na perspectiva dos vencedores. Tanto é assim que mesmo as explicações mais sofisticadas, aquelas que procuraram fugir dos esquemas da história oficial, acabam caindo, ao se debruçar sobre os acontecimentos entre 1920 e 1930, na armadilha ideológica montada pela ótica do vencedor" (09).

Nessa medida, a proposta de análise sugerida parte do princípio de que se deve olhar o passado duvidando sempre da memória que o construiu como saber presente. Isto é, a memória história, forjada quase que sutilmente pelos vencedores, pesa sobre o presente justamente porque o exercício da hegemonia tem o poder de homogeneizar as imagens do passado, através da estratégia de eliminar as contradições e lutas, e, enquanto saber, tem o dom de ser a terrível herança de pretensos investigadores do passado. Não obstante, se é certo que a roda da história não pode mais girar ao contrário, o eterno processo de constituição da memória tem momentos privilegiados que permitem conhecê-la, desvendá-la, enfim, momentos que permitem compreender a história como um processo de luta entre exploradores e explorados, dominadores e dominados, vencedores e vencidos.

Com efeito, a questão fundamental para uma investigação crítica está em saber quais esses momentos históricos que tornam possível revelar a memória como legitimação do poder político dos dominadores. Para E. de Decca, os desdobramentos do tema da industrialização, a partir dos acontecimentos que marcaram o ano de 1928, é um desses momentos: não só indica o processo de constituição da memória histórica como, inversamente, propicia o seu desmonte, uma vez que representam um único e mesmo problema. Assim, captar o processo de sedimentação dessa memória, isto é, recuperar o conteúdo dos debates travados em torno desse tema, é o ponto de partida para o autor compreender o engendramento de um projeto político no seio da burguesia industrial paulista antes mesmo de 1930; sinteticamente, os pressupostos que informam tal investigação podem ser expostos na conjugação de duas idéias básicas: 1) o momento de legitimação do exercício do poder político revela-se quando este dissolve as proposições dos seus opositores; 2) esse processo de sedimentação da memória é mais presente quando as contradições do sistema se agudizam e colocam o processo revolucionário na ordem do dia (10).

Nesse fazer constante, quando a história está em suspenso, vai se formando um conjunto de idéias que se corporificam e se integram numa única idéia

vencedora, a qual é capaz de apagar da memória outras propostas, ao mesmo tempo em que vai submetendo o conjunto do social ao seu campo de visão. Ou seja, as outras propostas de industrialização, tomando-se aqui como ponto de referência aqueles acontecimentos por volta de 1928, acabaram sendo apagadas pela ação de uma memória que foi se constituindo como centro de legitimação do poder político. E é a partir da constituição dessa memória, que o projeto vencedor não só qualifica o passado como é a partir dela que o vencedor se legitima, planeja e busca construir o futuro da nação. E, uma vez constituída, essa memória tem o dom de transcender o seu próprio momento constitutivo — a cada ameaça, quando tudo parece estar em suspenso, quando se quer justificar alternativas para o presente, esse passado é revisitado e invocado, adquirindo o rótulo de legítimo. Sobre alicerces tão bem assentados, as inúmeras propostas e projetos políticos acabam, invariavelmente, tendo aí um porto seguro para suas primeiras conjeturas.

Assim, de acordo com E. de Decca, vários são os períodos cruciais da história nos quais a memória do vencedor pode ser revisitada, mas nenhum tão expressivo quanto aquele que antecedeu à "revolução de 30", posto que naquele momento teria havido uma possibilidade real de mudança da sociedade e do Estado no Brasil — o momento da constituição da memória histórica, portanto, se engendra precisamente quando a possibilidade de mudança da sociedade e do Estado encontra-se aberta, tal como teria acontecido por volta de 1928. A "revolução de 30", tantas vezes invocada como marco histórico, teria apagado da cena política outras propostas políticas, cumprindo, por assim dizer, o papel de homogeneizar e harmonizar interesses sociais divergentes e antagônicos. Portanto, inversamente, fazer história é pensar numa dimensão em que se decodifica a homogeneização e dá voz aos vencidos, destaca suas contradições e percebe o jogo político no qual acabam se submetendo. Pensando a história como processo de decodificação do projeto político vencedor, nada mais estratégico do que recuperar a dimensão histórica do tema da industrialização.

Ao fazer uma leitura crítica do trabalho — A Evolução Industrial do Brasil, de Roberto Simonsen (1939), de Decca percebe que esse tema havia cumprido três funções principais que resumem o mistério que envolve a memória histórica em torno da "revolução de 30": 1) o tema da industrialização havia se tornado genérico, permitindo que todos os agentes sociais dele falassem; 2) e, ao generalizar-se, tornou-se atemporal; 3) e, uma vez atemporal, permitiu o engajamento geral da sociedade e do Estado em torno de si. Como bem assinala, em Simonsen a articulação destas três funções teria se dado através de dois elementos de identificação imediata e unívoca para a sociedade brasileira — a nação e o proteccionismo. O primeiro elemento, a nação, no sentido de delimitar o espaço no qual o tema da industrialização deveria ser articulado e realizado; mais ainda, tornava-se o elemento fundamental sobre o qual deveria recair a responsabilidade e a predisposição dos homens pela industrialização, ou seja, de-

veria ser a tuteladora do desenvolvimento industrial (11). O segundo, a política protecionista, aparecia como meio de garantir um conjunto de regras e normas, através das quais a nação pudesse se auto-reconhecer e ser reconhecida, tornando-se, assim, "sujeito atuante". De fato,

"... a política protecionista de defesa das manufaturas nacionais é instrumento de ação pelo qual a Nação supera seu estágio de alienação. Tornar a Nação um sujeito ativo, significa, portanto, reconhecer a necessidade da política protecionista, colocando-a como interesse geral nas mãos do Estado, já que este é o único porta-voz e orientador das aspirações nacionais. O tema da industrialização ultrapassa, portanto, a própria ótica da burguesia industrial e seu imperativo industrializante" (12).

Compreende-se, portanto, que a condição necessária para a legitimação desse discurso era o reconhecimento do Estado como porta-voz de todos os interesses nacionais, ao mesmo tempo em que a política protecionista garantia a unidade entre Nação e Estado. A legitimidade, nesse sentido, revelava-se no esforço de um discurso voltado em sensibilizar e orientar o conjunto da sociedade para um projeto de industrialização, o qual, evidentemente, tinha que ser genérico, impessoal e, portanto, tutelar.

Em poucas palavras, a luta aberta em 1928 transformava a política protecionista dos empresários, a qual vinha se arrastando desde o final do século passado, em um dos pontos mais importantes do projeto político da burguesia industrial paulista, no final da década de vinte.

E dois foram os principais acontecimentos que marcaram decisivamente o ano de 1928: 1) o papel destacado da classe operária na cena política, através de partido político próprio — o BOC (Bloco Operário e Camponês) —, o qual iria polarizar a luta em torno da revolução; 2) a instalação do CIESP: resultado de uma cisão entre empresários, este Centro transfiguraria a pretensão caracter sob o qual nascia (uma sociedade civil voltada para atender os interesses gerais do empresariado paulista), para se constituir em sociedade política, uma ponta de lança dos empresários, com o objetivo de desenvolver uma atuação efetiva junto ao Partido Republicano Paulista, o PRP; mais do que isto, como bem observa E. de Decca, a cisão em si já significava uma etapa importante no processo de desestruturação do Estado liberal brasileira, ao trazer consigo um projeto político voltado para a grande indústria e, fundamentalmente, destinado a derrotar e apagar da memória o movimento revolucionário da classe operária organizada no BOC, o qual só poderia se revelar em bases autoritárias.

Assim, aquela conjuntura revolucionária foi, efetivamente, a responsável pela atuação decisiva do CIESP e pelo posicionamento da burguesia industrial paulista no sentido de tornar-se sujeito político. É nesse contexto que a velha luta dos empresários pelo protecionismo passava a ser um elemento organizativo para toda a burguesia industrial e, imediatamente, um projeto político de reordenação geral da sociedade e do Estado, através do tema da industrialização. O qual, por assim dizer, aparecia no interior desse discurso como prin

cípio ordenador capaz de restaurar a sociedade e suplantando velhas crises do capitalismo, pela planificação da economia.

Numa leitura rápida e retrospectiva sobre a atuação das associações patronais, o CIESP se destacaria como o mais expressivo e capaz de aglutinar os empresários paulistas. Antes de 1928, apenas o CIFTSP e a Associação Comercial de São Paulo se sobressaíam: o primeiro porque representava a força do grande capital investido na indústria têxtil; a segunda porque aglutinava em seu seio os grandes e pequenos empresários do comércio e da indústria paulista. Aliás, a fundação do CIESP foi fruto de uma luta que se desenrolava em duas frentes: por um lado, significou a aglutinação dos empresários para conter o processo revolucionário desencadeado pelas forças democráticas; por outro, conseqüentemente, teria sido a exigência de um núcleo expressivo de grandes indústrias, que já não concordavam mais com a orientação geral dada pela direção da Associação Comercial. Não concordavam mais porque a crise exigia a criação de um Centro patronal que fosse capaz de lutar pelos interesses gerais da indústria paulista, principalmente da grande indústria, pois era a melhor planificada e com força política e econômica para sustentar um projeto de racionalização da sociedade como um todo.

A mobilização foi rápida, tanto que no final de 1929, isto é, apenas um ano após a sua criação, já estavam filiados ao CIESP as seguintes associações e centros patronais representativos dos vários ramos industriais existentes em São Paulo, naquele momento: Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo, Centro do Comércio e Indústria de Madeira de São Paulo, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, Associação dos Industriais Metalúrgicos, Centro dos Industriais de Papelão, União dos Fabricantes de Papel e Centro dos Industriais de Papel do Estado de São Paulo.

Mas, afinal, que processo político era aquele em curso em 1928, capaz de tornar a política protecionista um núcleo aglutinador da burguesia industrial paulista e elemento fundador de uma proposta de industrialização, cujo tema se colocava com todas as letras no discurso inaugural proferido por Roberto Simonsen na instalação do CIESP (1º de junho de 1928), ao situar num mesmo campo de interesse a indústria, o Estado e a Nação?

Esse processo, de acordo com E. de Decca, se definia a partir dos agrupamentos políticos existentes, por volta de 1928, no eixo Rio-São Paulo, os quais acabariam se polarizando em torno de dois campos de luta bem definidos.

De um lado,

"Na frente de oposição ao governo estavam, principalmente, o Partido Democrático (fruto de uma cisão na classe dominante em 1926), os "tenentes" e o Bloco Operário e Camponês (reconhecido como Partido eleitoral do proletariado). Portadores de propostas políticas diferentes e até divergentes em certa medida, tais agrupamentos, entretanto, se solidarizavam em torno de um programa mínimo — luta contra o P.R.P. (Partido Republicano Paulista) e aceitação da lide-

rança de Luís Carlos Prestes — e do tema da revolução. (...) Em sua, com maior ou menor grau as propostas políticas dessa frente de oposição reivindicavam o direito da revolução como única alternativa possível para a superação do impasse em que haviam caído a sociedade e o Estado no Brasil".

De outro,

"(...) as posições no interior do P.R.P. que ofereciam uma alternativa segura de combate às propostas da frente democrática-liberal. Nesse choque entre propostas, Roberto Simonsen e o CIESP se situam e se posicionam no interior do Partido Republicano Paulista, representante político dos interesses do café e da burguesia industrial. Engajada na luta política, a partir de 1928, a burguesia industrial buscou o fortalecimento de suas posições no interior do P.R.P. desde a criação do CIESP. Tal órgão não pretendia surgir como agrupamento político novo e isolado. Pelo contrário, aparecia como núcleo de arregimentação política dos industriais e como pólo de força no interior do próprio P.R.P. Isto significava a tentativa dos industriais, via Roberto Simonsen, de transformar a proposta de industrialização do CIESP em alternativa e possibilidade nacional a partir de um núcleo político definido, o P.R.P. — partido capaz de dar um caráter geral à proposta dessa fração da burguesia" (13).

Agravando ainda mais o quadro desfavorável às oposições, a própria divergência entre as propostas do BOC, Partido Democrático e "tenentes" acabaria, de acordo com de Decca, por acirrar a luta interna e deslocar o caráter democrático do movimento oposicionista, fortalecendo, conseqüentemente, a proposta de industrialização lançada pelo P.R.P. e endossada pelo CIESP. O que permitiu, em termos do processo histórico, o seguinte desdobramento: possibilitou que o projeto político de industrialização formulado pelo P.R.P. e pela burguesia industrial se tornasse anseio geral para o conjunto da sociedade e para o Estado. Porém, o mais interessante a ser considerado é que nessa polarização o P.R.P. e o CIESP acabariam por desnudar o caráter autoritário de seu projeto político de industrialização. Em outros termos, o que até então aparecia para o conjunto da sociedade e do Estado como proposta viável, encoberta pelo manto da legitimidade da democracia liberal, acabou se revelando, via autoritarismo, como a única alternativa de industrialização possível para a constituição da Nação e da promoção do bem estar e progresso social.

Enfim, a proposta de industrialização do CIESP só poderia se viabilizar sob a égide do Estado autoritário, neutro e competente: diante da ameaça da luta de classes e da crise do sistema, o discurso liberal passava a representar um retrocesso face à moderna sociedade capitalista. Ou seja, o CIESP e Roberto Simonsen estavam convencidos de que a imperiosidade da racionalização, esta contrapartida às conquistas da classe trabalhadora, principalmente quanto à regulamentação das leis trabalhistas, não poderia se realizar sob a égide de um Estado liberal. O processo iniciado em 1917 acabava, afinal, apontando para uma solução autoritária; o discurso de Simonsen, em 1917, por exemplo, sofria, no período que vai de 1928 a 1931, uma guinada de cento e oitenta graus. Portanto, muito antes da consolidação do Estado autoritário, Simonsen e o CIESP já buscavam rever as bases do movimento democrático-liberal,

ao mesmo tempo em que preparavam a nação para a alternativa corporativista dos anos trinta, colocando em prática uma política de industrialização que passava pela arregimentação dos empresários em torno daquele Centro, a partir do qual tornar-se-ia possível formular um apoio integral às iniciativas implementadas pelo Estado autoritário, principalmente porque este poderia dar início ao projeto de racionalização das relações entre capital e trabalho. Sob a fachada de neutro e competente, ao Estado competia manter sob seu controle o mercado de trabalho. Eis porque, decretando o fim do velho liberalismo, a ação política passava a ser um componente importante para que o grande capital pudesse fazer frente à classe operária e a toda iniciativa privada que recusasse o manto protetor das entidades patronais.

Mais ainda, esses desdobramentos políticos, os quais apontavam para a constituição de um Estado demiurgo nos anos trinta, não se explicam mais por uma suposta debilidade da burguesia industrial e do proletariado. Ao contrário, como bem demonstram os trabalhos de Edgar de Decca, Italo Tronca e Kazumi Munkata, o Estado que emerge após os acontecimentos <sup>que</sup> marcaram aqueles últimos anos da década de vinte foi produto de uma luta -- não só entre a própria burguesia, da qual o CIESP acabou sendo um de seus resultados mais expressivos, como também entre esta e o movimento operário organizado no BOC (14).

E uma dessas evidências é que após a criação do CIESP os empresários passariam a idealizar a formação de cartéis, isto é, de uma política de controle racional do mercado, como forma de manter em índices suportáveis a tendência altista do custo de vida que fatalmente acompanharia a adoção do protecionismo. Veja-se, portanto, que se o protecionismo representava a solução nacional para o impasse causado pela crise, sua superação passava pela rápida industrialização em bases monopolistas -- era uma medida patriótica, afirmavam.

Para O. Pupo Nogueira, por exemplo, desprezando a opinião pública, o que já demonstrava todo o caráter autoritário do projeto político de industrialização defendido pelos empresários, a superação da crise via protecionismo trazia como seqüela a elevação inevitável do custo de vida. Entretanto, concluía, este era o ônus que carregavam os países desenvolvidos. E não estava sozinho. Esta tese era particularmente defendida por Roberto Simonsen. Ambos partilhavam da idéia de que os países fortemente industrializados haviam atingido esse estágio graças ao amparo de rígidas tarifas protecionistas: ou a vida barata de um país pobre e retrógrado ou um custo de vida elevado de um país rico e próspero -- este era o dilema que lançavam para debate entre as classes dominantes. Em 1928, ao fazer um breve histórico a respeito da tarifa alfandegária brasileira, O. Pupo Nogueira não poderia ser mais enfático:

"Mas já o dr. Roberto Simonsen, citando um economista argentino, a firmou que o custo de vida está na razão direta do progresso de um país, assinalando que ela é barata na China e cara nos Estados Unidos, barata no país das fileiras de sapeques azinhavados e cara no país dos bilhoes de dólares de bom ouro sonante" (15).

Nesses termos, considerando aqui o caso específico da indústria têx

til, não resta dúvida de que para essa grande burguesia a superação da crise via protecionismo passava pelo controle cooperativado da produção e dos preços, mediante a formação de cartéis. Era o caso, por exemplo, do chamado truste dos fabricantes de sacos de juta, que, alardeado como contrário aos interesses da Sociedade Rural Brasileira, acabou merecendo o apoio dos empresários.

Em 1929, discutindo a questão da sacaria, O. Pupo Nogueira afirmava, inequivocamente, que tanto o truste quanto o cartel significavam a prosperidade da Nação, pois tinham como objetivo impedir ou pelo menos regularizar a concorrência, que até então havia se processado de maneira bastante caótica. Nesse artigo, esse autor colocava o problema nos seus justos termos:

"As nossas fábricas de juta fizeram, pois, com a maior inteligência, um verdadeiro cartel e não um trust, como se alega. Digamos, de passagem, que o regime dos trusts fez e continua fazendo a grandeza dos Estados Unidos e que só no Brasil este vocábulo tem o condão de apavorar e de indignar.

O consórcio para o qual a Sociedade Rural Brasileira chama a atenção do sr. presidente da República, é, pois, o primeiro cartel que se organiza no Brasil, aliás com resultados tão auspiciosos que mais cartéis surgirão com o decorrer do tempo. De resto, devemos assinalar que a nossa indústria de papel, a de papelão, e outras menores já prosperam neste benéfico regime e que se as indústrias têxteis tivessem lançado mão de recurso tão precioso, não estariam a braços com a crise que as tem de rastros desde mais de quatro anos. Tivesse a lavoura de café, cujos interesses a Rural tem por missão acautelar, a idéia de formar senão um cartel pelo menos uma cooperativa organizada com inteligência, e não teria conhecido tempos ominosos como os que periodicamente atravessou, até que os poderes públicos lhe estendessem mãos paternas de forma conhecida" (16).

Creio que poucas falas poderiam ser mais explícitas: se o sucesso da fábrica passava pela constituição de trustes e cartéis, o fracasso, a crise, o malogro, só poderiam estar de braços com indústrias que ainda não haviam se organizado. O truste, o consórcio e a cooperativa, porque nestas formas de organização do capital estava o futuro da Nação, enquanto projeto burguês, já prenunciavam o fim do Estado paternalista e o princípio do corporativismo dos anos trinta.

Conclusivamente, para a burguesia industrial o movimento de concentração de capital derivava da própria natureza da evolução industrial, desde que, evidentemente, fossem prescritas algumas regras do jogo, tais como: eliminação de barreiras alfandegárias interestaduais; política firmemente protecionista com relação aos países estrangeiros; intensificação do uso capitalista das máquinas; padronização de máquinas e equipamentos para a indústria e máxima eficiência na utilização da força de trabalho. Eis aí os ingredientes básicos para o projeto de racionalização da produção então formulado e voltado para o controle capitalista do mercado e, conseqüentemente, da dominação da sociedade, de ponta a ponta.

Baseando-se na experiência industrial americana e no exemplo da racionalização alemã, Simonsen associaria, em 1931, todos estes ingredientes pa

ra demonstrar qual deveria ser a orientação industrial brasileira. A luta de classes, o grande fantasma que perseguia esse ideólogo da burguesia industrial, podia agora ser exorcizada mediante um estudo comparativo entre o taylorismo e o sistema Ford. Sua predileção por este último sistema ele não a escondia:

"(...) enquanto este último (sistema Taylor) manda executar, sob o controle constante do cronometrador, movimentos rigidamente organizados pelo escritório técnico, que se procuram acelerar até alcançar o tempo "standard", Ford manda adaptar esses movimentos, tão comodamente quanto possível, de acordo com os hábitos pessoais do operário, suas aptidões e sua vontade à cadência de um conveyor. O trabalhador de Ford pode dentro da tarefa prescrita encontrar o seu ritmo pessoal e o trabalho perde, então, a monotonia do sistema Taylor. A existência do ritmo permite o desenvolvimento de forças psicomotoras que levam o trabalhador a executar, sem sentir, a sua tarefa, com o pensamento livre e sem a fadiga que acarreta o trabalho automático. No trabalho de Ford não há a excitação direta da ambição de ganho do operário que o sistema Taylor, com os prêmios sobre os salários, visa introduzir. Procura-se incutir no operário a idéia da cooperação e serviço, procurando Ford fazer compreender a seus operários que eles não trabalham somente para seus interesses, mas que sua atividade aumenta o bem-estar do público, isto é, de toda a nação e que com sua atuação, seu padrão de vida pode ser melhorado e os altos salários justificados" (17).

Operava-se, assim, uma mudança muito importante no discurso de Simonsen, cujos reflexos podem ser observados na verdadeira avalanche de artigos e pronunciamentos ligados ao tema, que empresários e técnicos do governo preferiram nos anos subsequentes.

Mas, em que sentido o seu discurso de 1917 diferia daquele pronunciado em 1931? Qual o motivo que o levou a dar uma atenção maior ao sistema Ford?

Como já observei anteriormente, sem abandonar os princípios liberais, Simonsen denunciava, em 1917, o despotismo de fábrica como a causa principal da luta de classes. Dois anos depois, em março de 1919, ao fazer a Introdução ao Relatório apresentado à Diretoria da Companhia Construtora de Santos, Simonsen tornava-se o digno representante do taylorismo entre os empresários paulistas. Nessa Introdução, a qual acabaria sendo publicada juntamente com dois outros artigos, com o sugestivo título de O Trabalho Moderno, os princípios fundamentais da administração científica acham-se formulados, mas nenhuma menção é feita ao sistema Ford (18). Dando um destaque especial ao problema da hierarquia, concluía que esta, apesar de imprescindível ao sistema, não poderia mais subsistir na forma de uma estrutura militar de mando, pelo despotismo incontornável que acabava gerando dentro da fábrica. E sua preocupação era realmente pertinente. Não raro, as greves operárias que eclodiram em São Paulo por essa época, conforme já ressaltai, incluíam na pauta de reivindicações a demissão de mestres, contramestres e gerentes que abusavam do poder. Assim, para ele já não fazia sentido uma estrutura hierárquica do trabalho que acabava sempre se degenerando num regime de irresponsabilidade e causando enormes prejuízos para as fábricas.

Mas a ameaça também vinha do Leste. Com o crescimento acentuado do

proletariado e frente aos resultados da experiência histórica da Revolução Socialista de 1917 na Rússia, Simonsen não tinha dúvidas de que a tranquilidade no seio da burguesia só poderia ser restaurada através da aplicação de métodos científicos, capazes de promover uma alta eficiência no trabalho, destacando-se aí um rigoroso estudo sobre tempo, custo, execução e justa paga do trabalho (19); mais ainda, as classes patronais deveriam deixar de tratar os operários como uma classe única e passar a se preocupar em individualizar competências, mediante um sistema de prêmios e bônus (20). Nesse sentido, ao contrário do que irá propor em 1931, ao defender o sistema Ford, o salário era "apenas uma quantidade relativa" e que não chegava a ser um fator importante para motivar o operário no trabalho (21). De fato,

"Compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal estar em conquistas políticas perturbadoras da produção. Essa evitação seria conseguida pela justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho — estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal e as desigualdades fatais da produtividade de um homem para outro. Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o diretamente na produção, tornando-o um fator crescente de riqueza e incorporando-o na sociedade por meios econômicos, já que dela foi afastado por erros econômicos" (22).

É flagrante a mudança que se opera no discurso de Simonsen, o que nos desobriga a tecer maiores comentários a respeito. Basta lembrar apenas que a vaga revolucionária que atinge o seu ponto culminante em 1928 será a responsável direta para que Simonsen e a burguesia industrial buscassem "novas" estratégias de dominação de classe que, supostamente, fossem capazes de eliminar a monotonia na fábrica e recuperar para o trabalhador, mediante um discurso ideológico bem articulado, a utopia do prazer no trabalho. Utopia esta que, de fato, se alastraria como uma verdadeira epidemia nos anos seguintes. É por essa época que se fundam instituições privadas e públicas preocupadas em controlar a força de trabalho. É de 1930, por exemplo, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; no ano seguinte seria a vez da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), cujo papel fundamental que desempenhou na tarefa de racionalizar a produção industrial nos acontecimentos que marcaram a Revolução Constitucionalista de 1932 foi decisivo para que o movimento tivesse a dimensão que tomou; da mesma forma, há que se destacar sua participação na luta pelo processo de concentração de capital na indústria, principalmente quando se engajou no movimento de proibição de importação de máquinas e equipamentos, no período de 1933 a 1937. Também seriam de 1931 a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e da Confederação Nacional da Indústria e Comércio (CNI).

Encerrava-se, assim, uma etapa da tecnologia política da dominação burguesa e, ainda que ao nível do discurso, uma outra dava início. Finalmente, a luta tinha demonstrado para a burguesia que "toda autoridade é degradante"; havia tomado consciência de que o despotismo era o caminho mais curto para a re-

volução. O Individualismo sonhado por Oscar Wilde ficava um pouco mais distante (23).

## 2. Inteiramente consagrado às derradeiras considerações.

Ao longo deste trabalho procurei me esforçar ao máximo para dar uma idéia do que penso a respeito do taylorismo, do fordismo e, porque não dizer, das cada vez mais sofisticadas técnicas de racionalização do trabalho, capazes de levar o processo de separação entre trabalho manual e trabalho intelectual a um alto nível de sofisticação.

Não sei se consegui explicar o que seja esse processo evolutivo de degradação do homem. O que sei é que ao enveredar pelos caminhos que levam ao estudo das disciplinas, contraditoriamente, sem exorcizar totalmente velhos pre conceitos adquiridos principalmente com o marxismo, pude perceber um pouquinho mais o que vem a ser o discurso ideológico do progresso; pude, portanto, desfazer, uma a uma, velhas utopias.

Mas, que não me cobrem saídas, porque não as tenho. O que tenho comigo é que, diante da opressão, os dominados, com muita imaginação, sempre têm encontrado alternativas de resistência. Mas isto é pouco e não é tudo, pois, não obstante, o sistema cada vez mais vai encontrando formas de absorver suas crises intestinas. Este é o dilema de uma luta que vivemos na moderna sociedade industrial.

Tenho comigo também a certeza de que o mundo da fábrica é a antítese das leis que regem a natureza. Isto é, o mundo racional e disciplinado, que co manda a sociedade do trabalho, é estranho à ordem natural, cuja racionalidade não depende da disciplina dos homens. Em seu desenvolvimento dialético, se auto-reproduz e se transforma independentemente destes porque desconhece, em sua evolução natural, o processo intervencionista de engenhos mecânicos, da química e da biologia, produzidos pelo gênio inventivo daqueles.

Por conseguinte, tanto estes quanto a natureza mesma, quando submetidos aos desígnios da fábrica, do trabalho imposto e degradante, perdem sua condição primeira de natureza para se converterem em fonte de riqueza. Neste sentido, considerando aqui as relações sociais de produção que se reproduzem tanto no Leste europeu quanto no mundo Ocidental capitalista, os indivíduos nada mais são do que uma fonte de produção valorativa. É verdade que Marx já havia denunciado esse artificialismo, este fetiche, como a negação da condição humana. O problema a meu ver, o qual também pode ser detectado em Paul Lafargue e Oscar Wilde, por exemplo, é que todos, sem exceção, acreditavam no sistema de máquinas (24), o que parece estar cada vez mais distante do horizonte dos homens.

A grande fábrica na qual se transformou a moderna sociedade industrial tem os homens enclausurado em suas malhas, levando-os, através de mecanismos coercitivos e ideológicos altamente sofisticados, ao esquecimento de sua

condição primeira, transformando-os em indivíduos produtivos.

E aqui cabe lembrar a importância do discurso puritano do trabalho, dos indivíduos úteis e eficazes. De fato, na base dos princípios da racionalização do trabalho, um princípio geral rege a ética da sociedade industrial: o princípio de que os homens são por natureza ociosos — o qual nos faz lembrar a idéia cristã do pecado original —, cabendo ao sistema de fábrica, ao trabalho subsumido, em última instância, salvá-los, redimi-los desta expiação original, pelo flagelo, pela fadiga dos corpos e pela imposição impiedosa mas também regulamentar do trabalho disciplinado. Em síntese, o processo de punição do corpo que trabalha é o caminho que leva à purificação da alma.

E, numa justa homenagem a Michel Foucault, o sistema de fábrica, mais precisamente a fábrica, é o locus onde esse "mal" que habita o coração dos homens pode e deve ser extirpado; um "mal" que, tal como a doença é a condição de ser do hospital, pode ser eliminado pela virtude do trabalho, ordem e disciplina inerentes à fábrica. Se naquele a doença contagiosa deve ser combatida isolando os indivíduos, o mesmo princípio fica sugerido na tecnologia política da dominação na fábrica. Para se combater o "mal", a resistência ao trabalho, a ociosidade, a solidariedade operária, os indivíduos devem ser separados, distribuídos criteriosamente pelas diversas repartições e seções que compõem uma fábrica, catalogados, numerados e esquadrihados. E, a não ser que se restrinjam à execução de etapas imprescindíveis de um processo de trabalho, os contatos são evitados. E, assim mesmo, desde que intermediados e supervisionados, ora pelos chefes, mestres, contramestres, etc., ora pela própria máquina, ora pela atividade auto-regulada de grupos de trabalho. Em todos estes casos, o poder se instala e se legitima pela vigilância constante sobre os indivíduos, que aceitam tal legitimidade porque a muito perderam referências e saberes que pudessem utilizar para não se submeterem. Em outras palavras, o ato de manter os indivíduos sob controle é possível porque, na luta, a manopla tende mais e mais a se tornar invisível, fazendo com que a perda da referência da fonte de onde emana o poder se torne uma verdadeira tortura para os dominados, pois os leva a perder sua própria identidade.

Enfim, salvar vidas para o trabalho é retirar do corpo a possibilidade de um poder de decidir sobre o seu próprio destino; é alterar aquilo que podemos chamar de o seu curso natural, razão pela qual o progresso só pode aparecer e se espalhar por todo o tecido social em contraposição à natureza. São incompatíveis mas estão numa relação dialética, já que um estado é a negação do outro — o fim da natureza contém o êxito da fábrica, portanto, do progresso; portanto, o hospital e a fábrica são a negação do natural porque existem e se afirmam perante o social como tecnologias políticas de extirpação de males, os quais, inequivocamente, são a condição primeira da própria natureza. Enquanto o ciclo biológico da natureza pode ser resumido na relação dialética de que a vida contém a morte e a morte contém a vida, o sistema de fábrica, quebrando

esse ciclo, o repõe sob seu controle, razão pela qual, mediante um discurso e uma prática competentes o poder se exerce e se legitima. É esta perda de referência sobre a natureza, que os outros animais preservam, que explica, em grande medida, a impotência dos homens diante da avassaladora sociedade industrial contemporânea.

Ao se tornar soldado do trabalho, o indivíduo perdeu, imediatamente, sua liberdade em nome da ordem. É, a não ser o direito de ser eliminado do sistema, que não raro é crime, já não tem outra escolha senão se submeter ao destino que a sociedade de homens produtivos lhe reservou.

Notas do Capítulo V

01. Cf. Wilson Cano, op.cit., capítulos II e III;
02. Nogueira, O. Pupo. Em torno da Tarifa Aduaneira, SP, Escolas Profissionais Coração de Jesus, 1931, FIESP;
03. Idem, ibdem, p.43;
04. Simonsen, Roberto C. "Pela organização da produção", in O Trabalho Moderno, SP, Seção de Obras do "Estado", 1919, p.19;
05. Idem, ibdem, pp. 22 e 28, respectivamente;
06. Idem, ibdem, p.25;
07. Idem, ibdem, p.23;
08. Decca, Edgar S. de. 1930 - O Silêncio dos Vencidos, SP, Ed. Brasiliense , 1981;
09. Tronca, Italo A. Revolução de 1930 - a dominação oculta, SP, Ed. Brasiliense, 1982, p.7;
10. Decca, E. S. "O Tema da Industrialização: Política e História", in Cader - nos de Pesquisa - Tudo é História, SP, Ed. Brasiliense, 1977, p.37;
11. Idem, ibdem, p.38;
12. Idem, ibdem, p.39;
13. Idem, ibdem, pp.42-43;
14. Veja-se, a esse respeito, Marilena S. Chaui. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", in Ideologia e Mobilização Popular , op.cit.;
15. Nogueira, O. Pupo, op.cit., p.69;
16. Idem, ibdem, pp.56-57, (grifos meus);
17. Simonsen, Roberto C. As Finanças e a Indústria (Conferência realizada no Mackenzie College, em Sao Paulo, a 8 de abril de 1931), SP, FIESP, 1931, pp 18-19;
18. Simonsen, Roberto C. O Trabalho Moderno, op.cit.;
19. Idem, ibdem, p.35;
20. Idem, ibdem, p.42;
21. Idem, ibdem, p.43;
22. Idem, ibdem, pp.39-40;
23. Wilde, Oscar. A alma do homem sob o socialismo, RS, L&PM Editores, 1983 , p.26;
24. Lafargue, Paul. O Direito à preguiça, op.cit.;

ANEXO I

Parecer da Confederação Industrial do Brasil ao processo da Companhia Brasileira de Linhas de Coser S/A. (Importação de Máquinas)

A CONFEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL toma conhecimento do presente processo, emitindo parecer em virtude de despacho de S.Exa. o Sr. Presidente da República.

A Companhia Brasileira de Linha de Coser, S/A., em pedido de reconsideração dirigido à mais alta autoridade do país, solicita permissão para importar um conjunto completo de máquinas de fiação, com 3.600 fusos, sob o fundamento e alegação de que pretende e deseja fabricar, para consumo próprio e com matéria-prima nacional (algodão seridó), os fios de que necessita e que hoje está importando do estrangeiro - para a fabricação de linhas de coser.

Contrária a essa importação de máquinas de fiar manifestou-se a indústria nacional de fiação de algodão, por intermédio do Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo (págs. 101 a 110). Além de fundamentos de ordem técnica, quanto aos fios propriamente ditos, bem como relativos à capacidade de produção da indústria já instalada no país, invocam todos, em clamor unânime, o disposto no decreto n. 23.486, de 22 de novembro de 1933, do seguinte teor:

"Art. 1º - Fica prorrogado até 31 de março de 1931, o prazo estabelecido pelo art. 2º do decreto n. 19.739, de 7 de março de 1932, que proíbe a importação de maquinismos, aparelhos ou instrumentos fabris destinados às indústrias manufadoras já existentes no país e cuja produção, a juízo do Governo, seja considerada excessiva.

Art. 2º - Até ulterior decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e independentemente de novas resoluções que, em relação a outras indústrias, venham a ser por ele tomadas neste sentido, são consideradas em super-produção as indústrias de tecidos, chapéus, calçados, açúcar, papel e fósforos.

Parágrafo único - As máquinas para a indústria de tecidos, que incidem na restrição de que trata o artigo 1º são as que se destinam à fiação e tecelagem de algodão e à tecelagem de juta, de lã e de seda, salvo posterior resolução do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que as poderá julgar em super-produção".

O próprio Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, juristas mais eminentes, assim se refere em relação a esse dispositivo:

"A alegação de que a fiação de algodão não está compreendida na proibição do decreto n. 23.486, de 22 de novembro de 1933, improcede, porque ela é taxativa e expressa..."

"A disposição é clara. As máquinas para a indústria de tecidos que incidem na restrição são as que se destinam à fiação e tecelagem de algodão. Se o decreto excluísse a fiação de algodão teria se referido somente à tecelagem como fez em relação à juta, lã e seda. É este o meu parecer".

Em verdade, a proibição legal da importação de máquinas destinadas à fiação e tecelagem de algodão, foi ditada pela constatação de estar essa indústria em notória super-produção.

A Companhia requerente faz sentir que essa super-produção apenas se verificava quanto à tecidos de algodão e quanto aos fios de algodão destinados à tecelagem; mas que nunca houve super-produção nacional de fios de algodão destinados à fabricação de linhas de coser, que têm características especiais. Observe ainda a mesma Companhia que apenas deseja produzir nas máquinas de fiação cuja importação está pleiteando, fios de qualidade que nem são, até agora, fabricados no país, o que vem obrigando a sua continuada aquisição no estrangeiro.

Esta alegação procede em parte, quanto ao mérito. Mas o fato é que a lei não deixou margem a que assim pudesse vir a ser interpretada, em face dos termos claros e insofismáveis em que está vasada. Pode-se até mesmo, em abono da alegação, afirmar que a situação da nossa indústria têxtil de algodão não continua hoje em condições inteiramente idênticas às que determinaram o decreto n. 23.486.

É mesmo incontestável que há hoje, no Brasil, uma certa falta de determinados fios de algodão (fios finos), o que vem acarretando dificuldades ao desenvolvimento da nossa indústria de tecidos em relação a artigos finos. Mas a franquia de importação de máquinas de fiação desses fios não viria agravar a situação da indústria que apenas se dedica aos demais fios, sabido como é que poderá facilmente adaptar-se à produção destes?

A questão assume, assim, grande complexidade, pela ameaça que pode trazer a respeitáveis interesses em jogo. Só um inquérito feito com a colaboração das entidades representativas da classe, estabelecendo a diferenciação e os característicos a serem observados como bases para a alteração do dec. 23486 poderia conduzir a uma solução acertada e convincente. Esse inquérito torna-se mesmo oportuno e necessário, em face de esgotar-se a vigência desse decreto em 31 de março de 1937.

De outro lado, tendo o Governo indeferido vários pedidos de fábricas de tecidos nacionais para a importação de máquina de fiação de fios finos para seu exclusivo consumo, parece crucial, por ser de equidade e justiça, que só poderia atender ao pedido da Cia. Brasileira de Linhas de Coser S/A. desde que tivesse adotado idêntico tratamento em relação às demais, com a necessária fiscalização, a fim de evitar que se transformassem também em vendedoras de fios ou mesmo viessem a abandonar o suprimento que hoje fazem com a aquisição de fios nas fiações já existentes no país.

A CONFEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL é de parecer:

1ª) - A importação de máquinas de fiação de algodão, qual quer que seja o fim a que se destinem os fios, está proibida, taxativamente, pelo parágrafo único, art. 2º, do decreto n. 23.486, de 22 de novembro de 1933;

2ª) - Havendo conveniência de ser aumentada a capacidade de produção de determinados fios finos de algodão especialmente para consumo próprio de tecelagens ou de fábricas de linhas de coser, é aconselhável a realização de um inquérito, com a colaboração dos órgãos representativos das classes interessadas, a fim de serem determinados os respectivos característicos, limitação do número de fusos a importar e condições de fiscalização e controle, como elementos básicos para a adaptação ou alteração do decreto n. 23.486.

(extraído do Relatório da Diretoria - ano de 1935 - apresentado à Assembléia Geral Ordinária de 10.10.1936 - Confederação Industrial do Brasil, Anexo n. 10, pp.129-132)

## ANEXO II

Algumas considerações sobre a Fábrica Anhaia, elaboradas a partir do Relatório do Boletim do D.E.T., de 1912

Era a mais antiga das fábricas de tecidos da Capital. Funcionava em um grande edifício de dois pavimentos, insuficientes, em 1911, para abrigar o número de máquinas assentadas e o número de operários em serviço. Com esse acúmulo de máquinas e operários e dada a falta de separação entre as diferentes seções, nessa fábrica os acidentes não eram raros e muito difícil se tornava administrá-la. E prossegue o relatório - "com o fim de evitar esses males, a atual direção desta fábrica mandou construir novos edifícios (o de tinturaria e de secagem de algodão já estão em funcionamento) e encomendou novas máquinas modernas com a necessária proteção quanto às correias e engrenagens" (p.42).

Contudo, anotava o relatório, ainda faltava instalar um aspirador de poeira de algodão, inovação que os estabelecimentos recém-fundados já adotavam. Quanto aos banheiros, eles o eram em número suficiente, separados para cada sexo. Em cada um desses dois grupos havia guardas (o que nos leva a supor que não estavam ali simplesmente para orientar os operários na maneira correta de uso, ou então para não permitir o uso indiferenciado por ambos os sexos). É correto supor, no entanto, que aí se postavam para garantir medidas disciplinares, controlando cada operário por tempo.

Essa fábrica mantinha um seguro contra acidentes para seus empregados, através da Cia. "Cruzeiro do Sul", do Rio de Janeiro, fornecendo, ainda, em caso de acidente no trabalho, quarto reservado na Santa Casa, médico e farmácia. Esse tipo de previdência veio, num certo sentido, suprir a dissolução de uma sociedade de beneficência que chegou a existir entre os operários dessa fábrica.

A duração do trabalho aí era de 11 horas úteis, interrompidas apenas para 1 hora e meia de almoço e pelo café de 15 minutos, perfazendo no total 12 horas e 45 minutos. Empregava 500 operários, na sua maioria de procedência italiana que, segundo o recenseamento feito (excetuando 84 ausentes nesse dia), pode ser dividido em faixas etárias e em sexo, de acordo com o quadro abaixo:

| <u>IDADE</u>     | <u>MULHERES</u> | <u>HOMENS</u>                      |
|------------------|-----------------|------------------------------------|
| até 12 anos      | 56              | 14                                 |
| de 12 a 16 anos  | 124             | 40                                 |
| de 16 a 22 anos  | 83 (menores)    | —                                  |
| acima de 16 anos | —               | 74 (maiores)                       |
| acima de 22 anos | 25 (maiores)    | —                                  |
|                  | <u>288</u>      | <u>128</u> - Total recenseado: 416 |

Obs.-: Devemos considerar o fato de que nos totais gerais por sexo a incidência de mulheres é um pouco maior do que o dobro do total de homens empregados; quando nos referimos aos menores, esta comparação torna-se ainda mais expressiva, uma vez que para as mulheres, conforme se vê no quadro, a maioria era considerada somente aos 22 anos, enquanto para os homens esse limite de idade era de 16 anos. De qualquer forma, se o limite fosse fixado em 16 anos, para ambos os sexos, ainda assim a predominância de mulheres era evidente.

O relatório registrou duas importantes greves ocorridas nesse estabelecimento: 1) "há 3 anos, declararam-se eles (os operários) em greve, reclamando contra a cobrança que se fazia de 2\$500 por mês e por pessoa, a fim de, com a quantia arrecada, pagar à administração da fábrica os serviços de médico e farmácia. Os reclamantes foram atendidos, ocorrendo, dessa época em diante, por conta da fábrica essas despesas"; 2) outra greve, recentemente verificada, de acordo com o relatório, foi provocada pela instalação de uma seção de secagem mecânica do algodão, desde então melhor preparado, o que motivava a perda em peso do fio encarretelado, prejudicando dessa forma os empregados que ganhavam por quilo de fio que encarretelavam. Foram atendidos!

QUADRO ICrescimento da Indústria Têxtil Algodoeira no Brasil

| ANO  | Nº FABRS. | Nº OPERS. | Nº DE FUSOS | Nº DE TEARES |
|------|-----------|-----------|-------------|--------------|
| 1850 | 2         | —         | —           | —            |
| 1866 | 9         | 768       | 14.875      | 385          |
| 1881 | 44        | 3.000     | 62.528      | 1.994        |
| 1915 | 202       | 82.257    | 1.512.626   | 51.134       |
| 1943 | 400       | 234.864   | 3.000.000   | 80.000       |

Beiguelman, Paula, in Departamento Estadual de Estatística -  
ca - 1947

QUADRO IIImportação de combustíveis pelo Estado de São Paulo, em kg.

1904 - 1933

| ANO   | CARVAO MINERAL | GASOLINA    | OLEO COMBUSTIVEL |
|-------|----------------|-------------|------------------|
| 1904. | 151.397.244    | —           | —                |
| 1906  | 164.165.813    | —           | —                |
| 1910  | 94.678.131     | —           | —                |
| 1912  | 359.388.339    | —           | —                |
| 1916  | 98.114.823     | 6.516.368   | —                |
| 1918  | 43.938.000     | 3.116.762   | —                |
| 1922  | 136.365.000    | 12.288.939  | —                |
| 1924  | 307.442.000    | 29.176.349  | —                |
| 1926  | 393.886.000    | 35.062.927  | —                |
| 1928  | 529.393.000    | 36.186.605  | —                |
| 1929  | 585.805.000    | 39.417.812  | —                |
| 1930  | 400.373.000    | 89.178.383  | 98.434.843       |
| 1931  | 196.834.000    | 104.490.772 | 118.759.696      |
| 1932  | 177.498.000    | 65.594.676  | 111.734.303      |
| 1933  | 223.915.000    | 98.955.046  | 147.366.727      |

Dados coletados a partir da Estatística do Comércio do Porto de Santos com os países estrangeiros - 1904-1944, SP, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

## QUADRO III

Importação de Máquinas e Equipamentos pelo Porto de Santos e pelo Brasil - 1913-1937 (quantidade em kg)

| ANO   | MAQS. EQUIPS. | MAQS. TÊXTEIS | MAQS. EQUIPS. (BR) |
|-------|---------------|---------------|--------------------|
| 1913. | 37.828.617    | 4.326.847     | 119.957.215        |
| 1914  | 13.249.573    | 779.259       | —                  |
| 1915  | 5.406.313     | 862.930       | 17.882.498         |
| 1916  | 6.050.948     | 1.327.756     | 23.209.542         |
| 1917  | 7.541.795     | 785.703       | 26.762.983         |
| 1918  | 5.619.896     | 1.468.304     | 23.917.609         |
| 1919  | 11.622.935    | 1.291.716     | 43.909.031         |
| 1920  | 19.948.012    | 1.608.696     | 13.208.777         |
| 1921  | 17.798.778    | 2.824.313     | 59.666.099         |
| 1922  | 13.329.024    | 3.234.776     | 46.530.123         |
| 1923  | 19.058.302    | 4.834.456     | 51.571.617         |
| 1924  | 15.279.755    | 4.317.272     | 75.181.947         |
| 1925  | 41.074.903    | 7.848.805     | 108.059.967        |
| 1926  | 27.466.800    | 3.796.683     | 81.742.299         |
| 1927  | 25.278.078    | 2.360.838     | 75.202.206         |
| 1928  | 31.992.165    | 1.443.723     | 86.487.101         |
| 1929  | 37.186.925    | 2.035.936     | 100.427.781        |
| 1930  | 15.251.456    | 825.558       | 54.183.914         |
| 1931  | 7.264.005     | 647.884       | 20.248.071         |
| 1932  | 4.786.890     | 714.737       | 20.628.219         |
| 1933  | 10.747.295    | 937.055       | 32.016.500         |
| 1934  | 15.200.833    | 2.160.597     | 40.542.568         |
| 1935  | 26.226.870    | 2.181.736     | 60.488.812         |
| 1936  | 25.343.859    | 3.364.831     | 58.944.619         |
| 1937  | 28.058.715    | 3.543.454     | 83.250.800         |

Dados coletados a partir da Estatística do Comércio do Porto de Santos com os países estrangeiros; obs.: principais fornecedores de máquinas e equipamentos para o Brasil: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália e França.

## QUADRO IV

Número de Usinas Elétricas e correspondente Força Motriz em 1920 e 1932

| ESTADOS        | Nº DE USINAS |      | FORÇA MOTRIZ (CV/HP) |         |
|----------------|--------------|------|----------------------|---------|
|                | 1920         | 1932 | 1920                 | 1932    |
| S. Paulo       | 78           | 81   | 211.168              | 384.505 |
| D. Federal (+) | 1            | 1    | 30.000               | 16.086  |
| Outros         | 264          | 733  | 234.168              | 490.874 |
| Total          | 343          | 815  | 475.652              | 891.465 |

Dados coletados da Estatística da Produção Industrial do Brasil sujeita ao Imposto de Consumo - 1915-1929, Depto. Nacional de Estatística, RJ, Typ. do Depto. Nacional de Estatística, 1933; (+): "As informações obtidas são ainda muito deficientes. Diminuiu bastante a força gerada no Distrito Federal devido à transferência para São Paulo, de motores térmicos de reserva".

VIII - Documentos e Revistas.

1. CIESP. "A Reforma da Tarifa da Classe 15\*", SP, Escolas Profissionais Lyceu Coração de Jesus, 1929;
2. \_\_\_\_\_. Relatórios da Diretoria, 1929;
3. Centro Industrial do Brasil. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, RJ, Oficinas Graphics M. Grosco & C., 1909;
4. Centro dos Industriais de Piaçã e Tecelagem de São Paulo. Relatórios e Circulares (1919-1921), MIC, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp;
5. Departamento Estadual de Estatística. "Alguns aspectos da posição da indústria têxtil na economia brasileira", Paula Beiguelman, 1947, pp.35-42;
6. Departamento Nacional de Estatística. "Estatística da produção industrial do Brasil sujeita ao imposto de consumo (1915-1929)", RJ, Typ. do Depto. Nacional de Estatística, 1933;
7. FIESP/CIESP. Circulares (1929-1945);
8. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd. "Impressões do Brasil no Século XX", Vol. I e II, Londres, 1913;
9. FIESP/CIESP. Revista Industrial de São Paulo, nº 12, 1945;
10. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Estatística Industrial do Estado de São Paulo (1923-1927), SP, Typ. Garraux, 1930-1938;
11. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Estatística do Comércio do Porto de Santos com os países estrangeiros, SP, vários anos;
12. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, SP, Ano I, nºs 1 e 2, 1911-1912;
13. A Plebe;
14. A Luta Proletária;
15. Avanti!;
16. Folha da Manhã;
17. O Estado de S. Paulo;

## B I B L I O G R A F I A

01. Arendt, Hannah. As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder, RJ, Editora Documentário, 1973;
02. Bandeira Jr., Antônio F. A indústria no Estado de São Paulo em 1901, SP, 1901;
03. Braverman, Harry. Trabalho e capital monopolista, RJ, Zahar Editores, 1977;
04. Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo, SP, Difel, 1977;
05. Carone, Edgard. O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977), RJ, Editora Cátedra, 1978;
06. \_\_\_\_\_. O pensamento industrial no Brasil (1880-1945), SP, Difel, 1977;
07. Castoriadis, Cornelius. Diante da guerra, SP, Editora Brasiliense, 1982;
08. \_\_\_\_\_. La sociedad burocratica (la revolución contra la burocracia), vol.2, Barcelona, Tusquets Editor, 1976;
09. Chauí, Marilena de S. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", in Ideologia e mobilização popular, RJ, CEDEC/Paz e Terra, 1978, pp.17-149;
10. \_\_\_\_\_. Cultura e democracia, SP, Editora Moderna, 1980;
11. \_\_\_\_\_. O que é ideologia, SP, Editora Brasiliense, 1982;
12. \_\_\_\_\_. "O 2012", in Folha de S. Paulo, 4 de abril de 1983, p.2;
13. \_\_\_\_\_. "Crise e democracia", in Folha de S. Paulo, 21 de março de 1983, p.2;
14. Conte, Giuliano. Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo, Porto, Editorial Presença, 1979;
15. Coriat, Benjamin. Ciencia, tecnica y capital, Madrid, H. Blume Ed., 1976;
16. Dean, Warren. A industrialização de São Paulo, SP, Difel, 1971;
17. Decca, Edgar S. de. 1930 - O silêncio dos vencidos, SP, Editora Brasiliense, 1981;
18. \_\_\_\_\_. "O tema da industrialização: política e história", in Cadernos de Pesquisa Tudo é História, nº 2, SP, Editora Brasiliense, 1977;
19. \_\_\_\_\_. O nascimento das fábricas, SP, Editora Brasiliense, 1982;
20. Decca, E. S. de & Machado Fº, Oswaldo (colaboração). Contribuição para o estudo do problema da tecnologia no desenvolvimento da indústria no Brasil: das origens a 1907 (parte I), SP, IRS, 1978, mimeo.;
21. Decca, Maria Auxiliadora G. de, Munakata, Kazumi & outros. Relatório de Pesquisa: O Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo: 1911-1928, Convênio UNICAMP/FINEP, SP, Campinas, 1981;
22. Dickson, David. Tecnología alternativa, Madrid, H. Blume Ediciones, 1980;
23. Diniz, Eli. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945), RJ, Editora Paz e Terra, 1978;
24. Fausto, Boris. A Revolução de 1930, SP, Editora Brasiliense, 1976;
25. Foucault, Michel. Microfísica do poder, RJ, Editora Graal, 1979;
26. \_\_\_\_\_. Vigiar e punir, Petrópolis, Editora Vozes, 1977;
27. Franco, Maria Sylvia de C. "Organização social do trabalho no período colonial", in Revista Discurso, nº 8, SP, HUCITEC, 1978, pp.01-45;
28. Gomes, Ângela Maria de C. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937), RJ, Editora Campus, 1979;

29. Gorz, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo, RJ, Editora U niversitária-Forense, 1982;
30. Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno, RJ, Editora Ci vilização Brasileira, 1976;
31. Guerin, Daniel. Fascismo y gran capital, Madrid, Editorial Fundamentos , 1973;
32. Habermas, Jürgen. "Técnica e ciência enquanto ideologia", in Os Pensadores, SP, Editora Abril, 1980, pp.313-343;
33. Hardman, F. Foot & Leonardi, Victor. História da indústria e do trabalho Brasil, SP, Editora Global, 1982;
34. Hobsbawm, E.J. Os trabalhadores, RJ, Editora Paz e Terra, 1981;
35. Lafargue, Paul. O direito à preguiça, SP, Editora Kairós, 1980;
36. Lebrun, Gérard. O que é poder, SP, Editora Brasiliense, 1981;
37. Leme, Marisa Saenz. A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945), Pe trópolis, Editora Vozes, 1978;
38. Lênin, W.I. El desarrollo de la industria pesada y la electrificación del país, Moscú, Editora Progreso, 1981;
39. Lênin, W.I. Sobre el problema de los mercados (Escritos económicos: 1893 a 1899), vol.3, México, Siglo XXI Editores, 1974;
40. Lewis, Sinclair. Babbitt, SP, Editora Abril, 1972;
41. Linhart, Robert. Lênin, os camponeses, Taylor, RJ, Editora Marco Zero, 1983;
42. Luz, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930), SP Editora Alfa-Ômega, 1975;
43. Marcuse, Herbert. Cultura y sociedad, Buenos Aires, Editora Sur, s/data;
44. Marglin, Stephen. "Origens e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patões?)", in Divisão social do trabalho e modo de produção ca-pitalista, (org. André Gorz), Porto, Publicações Escorpiao, 1976, pp.39-85;
45. Martins, José de Souza. Conde Matarazzo - o empresário e a empresa, SP , HUCITEC, 1976;
46. Marx, Karl. El Capital, México, Fondo de Cultura Económica, 1978;
47. \_\_\_\_\_. O Capital (capítulo inédito), Livro I, SP, Editora Ciên - cias Humanas, 1978;
48. \_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte, in Obras Escolhidas, vol. I, SP, Editora Alfa-Ômega, s/data;
49. Mello, João Manuel C. de. O capitalismo tardio, SP, tese de doutoramento , UNICAMP, 1975, mimeo.;
50. Miceli, P.C. & Machado F<sup>o</sup>, O. Tecnologia e racionalização do trabalho na indústria paulista (1928-1945), Projeto de Pesquisa, SP, IRS, 1981, mimeo;
51. Munakata, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, SP, Editora Brasiliense, 1981;
52. \_\_\_\_\_. O lugar do movimento operário, Encontro Regional da ANPUE comunicação, Araraquara, 1978, mimeo.;
53. Nogueira, O. Pupo. Em torno da tarifa aduaneira, SP, Escolas Profissionais Coração de Jesus, FIESP, 1931;
54. Oliveira, Clóvis de. A indústria e o movimento constitucionalista de 1932, SP, Serviço de Publicações do CIBSP/FIESP, 1956;
55. Picarollo, A. & Finocchi, L. O desenvolvimento industrial de S. Paulo atra vés da Primeira Exposição Municipal, SP, Pocai & Comp., 1918;
56. Pinheiro, P.S. & Hall, M. A classe operária no Brasil (1889-1930), vol.1, SP, Editora Alfa-Ômega, 1979;

57. Pinheiro, P.S. & Hall, M. A classe operária no Brasil (1889-1930), vol.2, SP, Editora Brasiliense, 1981;
58. Ribeiro, Maria Alice R. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930), tese de mestrado, UNICAMP, 1980, mimeo.;
59. Sarti, Roland. Fascismo y burguesia industrial - Itália (1919-1940), Barcelona, Editorial Fontanella, 1973;
60. Silva, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil, SP, Editora Alfa-Ômega, 1976;
61. Simonsen, Roberto C. As finanças e a indústria (Conferência realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de abril de 1931), SP, São Paulo Editora, 1931;
62. \_\_\_\_\_. Orientação industrial brasileira, SP, CIESP, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928;
63. \_\_\_\_\_. O trabalho moderno (pelo trabalho organizado; pela organização da produção; pela administração científica), SP, Seção de Obras do "Estado", 1919;
64. Stein, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850 - 1950), RJ, Editora Campus, 1979;
65. Taylor, F.W. Princípios de administração científica, SP, Editora Atlas, 1978;
66. Tronca, Italo A. Revolução de 1930: a dominação oculta, SP, Editora Brasiliense, 1982;
67. Vianna, Luís J. Verneck. Liberalismo e sindicato no Brasil, RJ, Editora Paz e Terra, 1976;
68. Wilde, Oscar. A alma do homem sob o socialismo, Porto Alegre, L&PM Editores, 1983;